

## EDIÇÃO DE LUXO

O álbum comemorativo da inauguração da agência da Sé.  
Museu da Caixa, São Paulo

P. 131, ACIMA – SEM O “GARRAFINHA”

*Imagen colorizada e manipulada do prédio da Sé.*  
Livre comemorativo da inauguração da agência da Caixa na praça da Sé

P. 131, ABAIXO – COM O “GARRAFINHA”

*A mesma imagem, em preto-e-branco, sem manipulação.*  
Museu da Caixa, São Paulo

garrafinha”, ou “da seringa de injeção”, devido ao formato de sua cúpula – assim construída, conforme se dizia, devido ao suposto apreço do proprietário por drogas injetáveis. Segundo, no belo álbum fotográfico comemorativo à inauguração da sede da Sé, publicado em 1940, o Edifício Rolim simplesmente sumiu da paisagem, apagado por efeitos especiais, precursores do atualmente famoso *photoshop*. Mas em pleno século 21, o “Garrafinha” continua onde sempre esteve: na esquina da rua Floriano Peixoto, colado como uma sombra à agência da Sé.

As obras de demolição foram concluídas em fevereiro de 1936, enquanto a Caixa e o Monte de Socorro funcionavam em imóveis próximos: a Caixa no prédio São Carlos, na rua da Quitanda, e o Monte de Socorro na rua Venceslau Brás (antiga travessa da Sé, no local hoje ocupado pelo estacionamento da nova agência). A maior parte do material utilizado na obra foi importada. De acordo com o economista Paulo César Ribeiro, a importação foi autorizada após um levantamento comprovar que “a qualidade dos produtos era superior, o prazo de entrega cumprido à risca e o custo praticamente o mesmo dos similares nacionais”.

O andamento dos trabalhos era acompanhado de perto por Samuel Ribeiro, que “conferia detalhadamente item por item que entrava no canteiro de obras”, segundo o livro de Paulo César Ribeiro. Todas as notas de compras eram encaminhadas para o escritório do presidente da Caixa paulista, no Edifício Glória, próximo à Sé e ao lado do Teatro Municipal – que ele costumava frequentar em companhia de sua mulher, irmã do empresário Guilherme Guinle.

Em fins de 1938, o prédio estava quase pronto, faltando apenas o acabamento. Em 18 de janeiro do ano seguinte, os serviços de contabilidade foram

instalados no segundo andar. A 29 de agosto de 1939, a sede foi inaugurada em meio a grande solenidade e com a presença de Getúlio Vargas, o temido e admirado ditador. Houve um pequeno incidente durante a cerimônia. Ao saber que o imóvel consumira cerca de 38 mil contos, um dos presentes teria insinuado que o gasto fora excessivo. Ao ouvir o comentário, Samuel Ribeiro sacou o seu talão de cheques e disparou: “Se o senhor está achando caro, compro o prédio agora, e pelo dobro do preço”.

Na edição de 30 de agosto, o jornal *O Estado de S. Paulo* registrou o discurso proferido por Vargas no dia anterior:

*“Entre os aspectos mais apreciáveis do progresso nacional pode contar-se, sem dúvida, a evolução, a partir de 1930, dos institutos de economia popular. O que era, antes, capital imobilizado no fundo das caixas-fortes, quase sem prestar serviços efetivos à coletividade, tornou-se, nesse período reconstrutivo, energia dinâmica na vida econômica do país, reproduzindo e acrescentando, pelo movimento, as riquezas criadas.”*

*“As Caixas Econômicas Federais tiveram um surto novo e benfazejo. Algumas são hoje sólidos esteios do nosso ainda imperfeito aparelhamento de crédito. (...) Por isso acedi, com especial satisfação, ao convite para inaugurar este grande e importante edifício, que, além de enriquecer o perfil arquitetônico da cidade, demonstra, com as instalações modelares dos seus serviços, o seguro e auspicioso desenvolvimento atingido pela Caixa Econômica Federal de São Paulo, sob a direção devotada e inteligente do doutor Samuel Ribeiro (...).”*

*“Urge, portanto, que esse exemplo seja seguido e os institutos de economia popular espalhados em todo o Brasil venham a constituir, nos anos próximos, legítima garantia da saúde do nosso organismo econômico. (...) Faço votos, pois, pelo*

crescente progresso deste estabelecimento e maior perfeição dos seus serviços, de forma a continuar correspondendo à fiança dos que nele guardam os seus haveres e à intenção do governo, que é de bem servir o povo, aproveitando-lhe as energias e dirigindo-as com o fim de oferecer a todos os brasileiros dias mais prósperos e mais felizes".

Minutos depois de proferir seu discurso, Getúlio Vargas foi convidado por Samuel Ribeiro a inaugurar oficialmente a agência. Para isso, fora programada uma ação de efeito: um requintado mecanismo, de madeira de lei e prata, batizado de "peça-comando", seria acionado por Vargas às 16 horas em ponto. A peça faria baixar automaticamente a rebuscada cancela metálica erguida entre as colunas de mármore, liberando o acesso ao prédio. Quando Vargas acionou o dispositivo e a cancela foi mergulhando no subsolo, houve espanto e admiração entre os presentes.

Um detalhe curioso é revelador dos bastidores do regime que Vargas impusera à nação. Antigos funcionários da Caixa paulista presentes à inauguração sugerem que o mecanismo que fez baixar a cancela foi acionado de dentro do prédio, por um funcionário previamente instruído, e não pela rebuscada "peça-comando". De todo modo, o dispositivo automático faz parte do acervo do Museu da Caixa em São Paulo, hoje sediado no próprio prédio da Sé.

A nova sede da Caixa paulista era motivo de orgulho para seus dirigentes. Por isso, Samuel Ribeiro determinou que o prédio fosse minuciosamente registrado num álbum fotográfico de luxo. H. Becherini, um dos mais respeitados fotógrafos de São Paulo, foi o profissional escolhido. O livro, publicado em fins de 1940, com capa dura e corte dourado, traz dezenas de fotos e ilustrações coloridas artificialmente. Trata-se de um dos mais belos documentos da história das Caixas.





SAMUEL RIBEIRO

*Retrato a óleo do presidente da Caixa paulista.*  
Museu da Caixa, São Paulo

## São Paulo: aqui a Caixa floresceu

**A**Caixa de São Paulo iniciou sua história em 25 de janeiro de 1875, no dia em que a cidade comemorava 321 anos. A instituição não foi inaugurada apenas na data do aniversário: a primeira reunião do Conselho foi realizada a poucos metros do lugar onde a povoação fora fundada em 1554. Naquele ano, os jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta ergueram uma pequena capela e uma escola junto à confluência dos rios Anhangabaú e Tamanduateí – no local hoje chamado Pátio do Colégio. A igrejinha chamou-se São Paulo em homenagem ao santo do dia.

Os jesuítas consideravam a região como “a porta e o caminho mais certo e seguro para entrar nas gerações do sertão”. Eles tinham razão. Ironicamente, aquela porta e aqueles caminhos seriam palmilhados pelos seus maiores inimigos: os bandeirantes paulistas, temíveis caçadores de homens, que escravizaram “as gerações do sertão” ao ponto de empurrá-las para a extinção, fazendo frutificar a primeira (e, por quase dois séculos, única) fonte de renda de São Paulo: o chamado “ciclo de caça ao índio”. Mais tarde, a pujança do café iria transformar a pequena vila numa cidade fulgurante.

A Caixa paulista abriu suas portas no dia 1º de setembro de 1875, instalada no antigo largo do Colégio. Lá ela permaneceria até dezembro de 1879, quando se mudou para uma das salas do Palácio do Governo, que funcionava no antigo Colégio dos Jesuítas. Mas ficou ali por apenas nove meses, transferindo-se a seguir para a travessa do Colégio

(hoje rua Anchieta), antes de retornar para o Pátio do Colégio, ocupando, até abril de 1897, uma das alas da antiga Delegacia Fiscal.

Antes de ter sua primeira sede própria, a Caixa de São Paulo ainda mudaria duas vezes de endereço: de maio de 1897 a setembro de 1900, funcionou no pavimento superior do prédio número 8 da rua do Carmo (hoje Roberto Simonsen), sendo transferida então para o novo edifício da Delegacia Fiscal, na rua do Comércio (hoje Álvares Penteado), no qual permaneceu até junho de 1907. Em pouco mais de 30 anos, foram sete endereços – todos no coração de São Paulo, sempre junto à praça da Sé e ao Pátio do Colégio, onde nascera a cidade dos jesuítas e dos bandeirantes.

Além das mudanças frequentes, a Caixa paulista enfrentava problemas adicionais, semelhantes aos ocorridos no Rio de Janeiro: todos os prédios nos quais ela fora instalada eram emprestados, e a instituição funcionava em condições precárias. Então, no dia 4 de junho de 1907, foi enfim inaugurada a primeira sede própria da empresa em São Paulo: ficava em um belo prédio, projetado por Ramos de Azevedo (1851-1928), arquiteto brilhante, responsável por centenas de projetos, entre os quais o Teatro Municipal de São Paulo. O edifício de dois andares localizava-se numa das esquinas frontais à praça da Sé. Infelizmente, foi demolido em 1936 para dar lugar à nova sede da Sé, que manteve a Caixa paulista no lugar onde não apenas ela mas a própria cidade havia nascido.

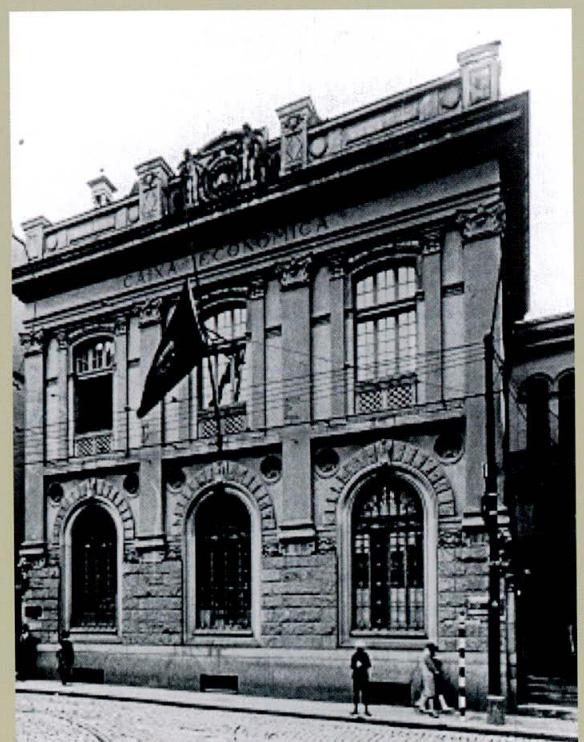


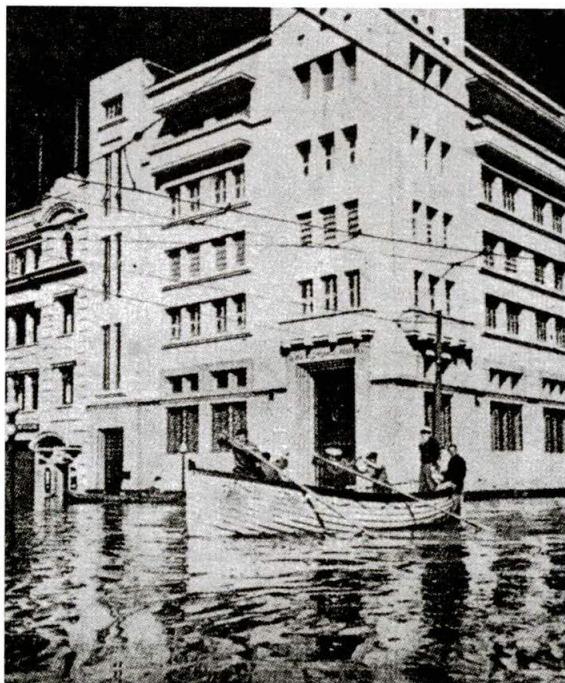
A PRAÇA DO CORAÇÃO DE SÃO PAULO

Localizada na praça da Sé, a sede paulista da Caixa Econômica Federal foi erguida na região mais movimentada da cidade.

Museu da Caixa, São Paulo

O gerente Joaquim Alves Corrêa assim descreveu a primeira sede própria da Caixa em São Paulo: “O prédio possui todas as comodidades e confortos, quer para o público, quer para o pessoal do estabelecimento. Tem duas entradas, por largos portões (...), dando ambos acesso ao salão destinado aos depositantes, o qual é amplo e está, como todo o edifício, mobiliado com gosto. (...) No centro do prédio, em vasto salão, amplamente iluminado e ventilado, está instalada a contadoria (...). Todos os cômodos acham-se mobiliados com simplicidade e bom gosto, nomeadamente o salão das reuniões, que, pelo seu belo aspecto, tem sido admirado por todos os visitantes”. O custo da obra foi de 272 contos e 522.091 réis (272:522\$091). O terreno custou pouco mais de 95 contos, o prédio em si saiu 144 contos e 411.991 réis, e os móveis e utensílios consumiram cerca de 25 contos. A Caixa não está mais ali, mas continua aqui, no coração pulsante de São Paulo.





## AMEAÇA DAS ÁGUAS

*Prédio da Caixa Econômica do Rio Grande do Sul na enchente de 1941.*

Acervo da Caixa, Rio Grande do Sul

Dois dias após a inauguração da agência da praça da Sé, tropas nazistas invadiram a Polônia. Quarenta e oito horas mais tarde, a 3 de setembro de 1939, França e Inglaterra declaravam guerra à Alemanha. Era o início da Segunda Guerra Mundial. Mas a Caixa de São Paulo, talvez pela imponência da nova sede, passou incólume pela turbulência. Os números o atestam: enquanto em 1935 o saldo dos depósitos era de 377 mil contos, no fim do ano fiscal de 1939 estava em 667 mil contos, ao passo que o número de cadernetas superava a marca de 330 mil. Além disso, surgiam agências em Santos e Campinas. Esse ritmo se manteve ao longo de toda a década de 1940.

Tal crescimento certamente está relacionado com a gestão austera e eficiente de Samuel Ribeiro. Engenheiro civil, nascido em Santos, em 1882, ele fez curso de especialização na Inglaterra, onde se formou também em Engenharia Mecânica. Tornou-se um dos maiores colaboradores da Campanha Nacional de Aviação, embora nunca tenha entrado num avião. “Respeito todas as leis, principalmente a Lei da Gravidade”, costumava dizer. Ainda assim, doou, em parceria com o cunhado Guilherme Guinle, 400 alqueires de terra para a instalação de uma base aérea em Cumbica, onde hoje se localiza o Aeroporto Internacional de São Paulo.

Samuel Ribeiro assumiu a presidência da Caixa de São Paulo em 27 de junho de 1931. Homem refinado, mecenas cultural, tradutor de *Rudyard Kipling*, presidente do Automóvel Clube do Brasil, fundador da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, editor de revistas culturais, presidente do Museu de Arte de São Paulo, Samuel Ribeiro foi o grande modernizador da Caixa paulista. Ele introduziu a escrituração mecânica das contas-correntes, contratou as organizações Hollerith para verificação e controle das operações e deu início aos empréstimos sob

consignação e à carteira hipotecária, além de ter sido um dos promotores do slogan “De cruzeiro em cruzeiro se faz o milheiro”. Samuel Ribeiro presidiu a Caixa até 1946. Morreu seis anos após deixar o cargo, em 7 de setembro de 1952.

Como acontecia em São Paulo antes da inauguração da agência da Sé, também no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro (as duas outras grandes praças da Caixa) as instalações revelavam-se acanhadas para abrigar um número crescente de funcionários, clientes e serviços. Por isso, os dirigentes gaúchos e cariocas deram início à construção de novas sedes.

Em Porto Alegre, a instituição adquiriu os terrenos adjacentes ao belo prédio construído por Theo Wiederspahn e, em fins de 1939, planejou o aumento de suas instalações. Infelizmente, porém, o antigo edifício foi derrubado, pois, segundo uma avaliação da época, “o estilo gótico tardio já pode ser considerado ultrapassado para o instante, sendo necessária uma construção de linhas verticais, ríjas”. Em novembro de 1940, foi inaugurada a nova sede, “com um piso térreo, três andares, um grande porão e uma mansarda”. O prédio de linhas decididamente “ríjas” foi atingido pela grande enchente de 1941, mas resistiu.

Em 1940, a Caixa do Rio começou a se transferir do número 25 da rua D. Manoel para o 33/35 da avenida 13 de Maio, prédio cujas reformas se haviam iniciado um ano antes e ainda não estavam concluídas. O imóvel pertencia a O *Jornal* e foi parar nas mãos da Caixa por causa de uma hipoteca em 1933. A Caixa pagou 7.500 contos de réis, dos quais 850 mil-réis em dinheiro e 6.650 contos como quitação da dívida. Além disso, gastou 1.850 contos na reforma. Mais tarde, no entanto, teve de voltar à sede antiga por ordem de Getúlio Vargas. Assis Chateaubriand, magnata

das comunicações que perdera e depois recuperara a posse de *O Jornal* numa intrincada batalha econômica e política, convencera Vargas a forçar a Caixa a lhe vender o prédio, mediante hipoteca cujas prestações eram semelhantes às de um aluguel.

O relacionamento de Chatô com a Caixa foi marcado por escândalos, favorecimentos, manobras suspeitas e dívidas não pagas – como quase tudo que o empresário fez na vida. Uma dessas operações ocorreu quando ele tentava salvar *O Jornal* e penhorou na Caixa as máquinas de seu parque gráfico por oito mil contos de réis. Depois, Chatô empreendeu uma campanha para a doação de aviões ao Aeroclube de São Paulo, envolvendo empresas como o magazine Mesbla e a Caixa. Muitos aviões eram batizados várias vezes, simulando uma quantidade que nunca existiu, o

que permitia o desvio de recursos.

A Caixa, que estava entre as doadoras, desistiu na última hora porque seu presidente descobriu com quem estava lidando, segundo dossier encomendado por Vargas ao serviço secreto da polícia de São Paulo e só divulgado meio século depois, conforme relatado no livro *Chatô, o Rei do Brasil*, de Fernando Morais, publicado em 1994:

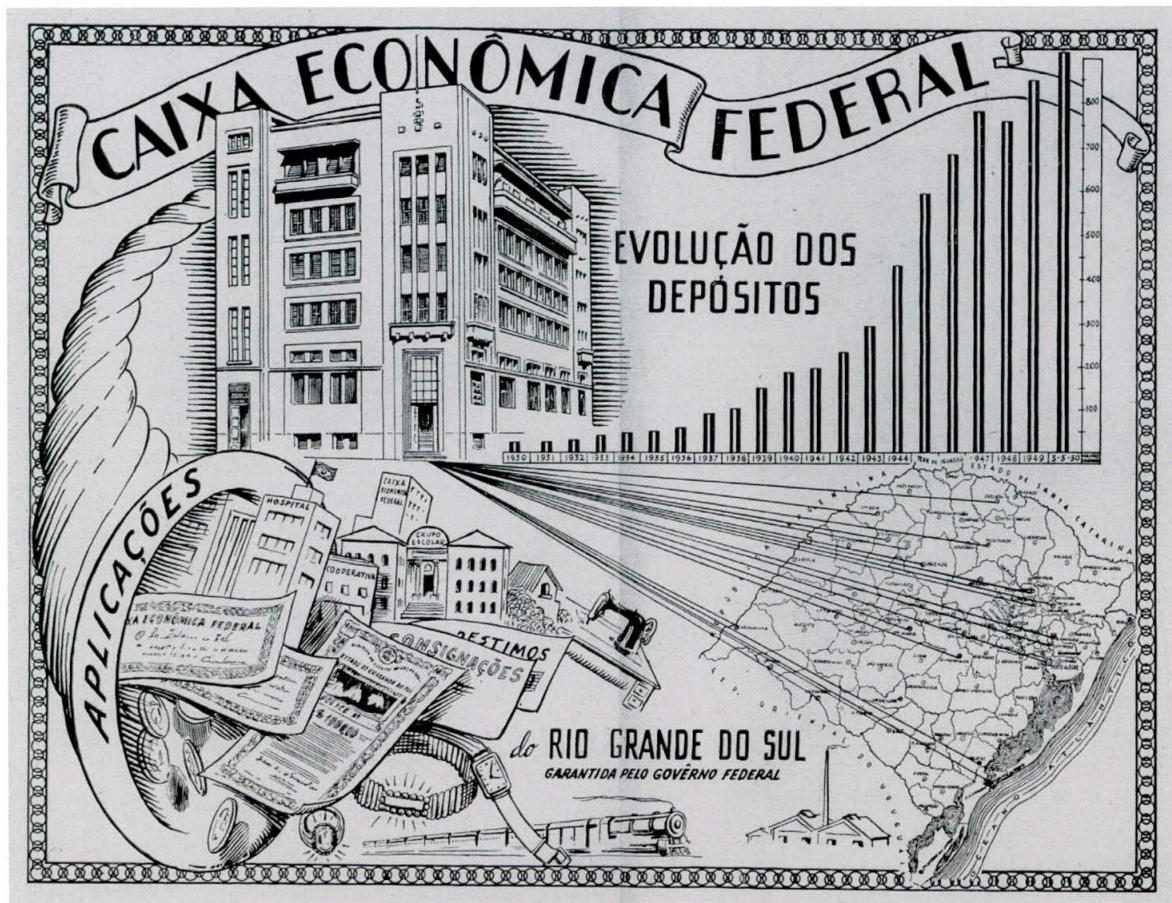
*“... Conta-se, outrossim, que o senhor Samuel Ribeiro, diretor da Caixa Econômica, doador de dez aviões para a campanha, suspendeu suas doações quando soube das irregularidades verificadas e das atitudes desonestas do senhor Assis Chateaubriand”.*

Na década de 1940, Assis Chateaubriand aproveitara a depauperação da Europa em função da Segunda Guerra Mundial para dar início ao projeto de reunir no Brasil uma coleção de arte de

primeira grandeza. Para isso, raspava os cofres de suas empresas, fazia campanhas de arrecadação de fundos e coagia potenciais doadores. Seu esforço acabou legando ao Brasil o magnífico Museu de Arte de São Paulo. Os caminhos, no entanto, foram tortuosos, como todos os trilhados por Chatô.

A compra de quadros tornou ainda mais precária a situação econômica do império jornalístico liderado pelos *Diários Associados*. Muitos malabarismos depois, Chatô não tinha como pagar dois milhões de dólares ao banco norte-americano Guaranty, com sede em Nova York. A dívida foi empurrada com a barriga até que, em 1957, o Guaranty ameaçou tomar o acervo do Masp, em exposição em Nova York. O empresário recorreu ao presidente da República, Juscelino Kubitschek. Diante da negativa em lhe alcançar tal quantia, Chatô puxou uma peixeira e ameaçou se suicidar no gabinete presidencial. JK cedeu.

A operação foi intermediada pelo Banco do Brasil, mas os cem milhões de cruzeiros que salvaram o Masp saíram dos cofres da Caixa. O presidente sofreu duras críticas da oposição e dos jornais inimigos de Chateaubriand. Além de lhe dar o dinheiro, a Caixa, sob ordens do governo, havia cotado o dólar a 18,82 cruzeiros, em vez dos quase 70 cruzeiros praticados pelo mercado. O suposto empréstimo nunca foi pago. Anos depois, durante o governo Médici, e quando Chatô já havia morrido, a dívida foi considerada paga graças à dotação de uma verba da Loteria.



DEPÓSITOS ASCENDENTES  
Gráfico publicado pela Caixa Econômica do Rio Grande do Sul em maio de 1950.  
Acervo da Caixa, Rio Grande do Sul



## OS PRACINHAS NA EUROPA

**E**m julho de 1941, os Estados Unidos emprestaram 20 milhões de dólares ao Brasil para a construção de uma usina siderúrgica em Volta Redonda (RJ). Seis meses após a aprovação do empréstimo, aviões japoneses bombardearam a base norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí, precipitando a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. A aproximação entre Brasil e EUA, selada a partir da liberação dos US\$ 20 milhões, deu-se, portanto, em um momento-chave da história mundial. E acabaria modificando também os rumos da própria história brasileira. É preciso lembrar que até então o governo Vargas vinha manipulando habilmente o antagonismo entre as nações democráticas e o nazifascismo, em um jogo já definido como “neutralidade interesseira”.

Na verdade, não era apenas um jogo: Vargas e seus assessores mais próximos de fato estavam divididos. Em julho de 1940 – coincidindo com a invasão da França pelos nazistas –, o presidente fizera um discurso tão dúbio que norte-americanos e ingleses ficaram temerosos de que o Brasil se alinhasse aos países do Eixo. Foi o brilhantismo do embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Osvaldo Aranha, que fez a balança pender para o outro lado. Em janeiro de 1942, Aranha tornou-se a estrela da Conferência de Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizada no Rio. Durante o encontro, ele propôs o rompimento das relações comerciais, políticas, militares e diplomáticas entre as nações da União Pan-Americana e os países do Eixo. Os EUA teriam preferido uma declaração formal de guerra, mas louvaram a decisão.

Embora o país ainda não tivesse declarado guerra à Alemanha – que, na época, continuava sendo o segundo maior parceiro comercial do Brasil, suplantado apenas pelos EUA –, Hitler determinou o torpedeamento de navios mercantes brasileiros. Depois de inúmeras pressões populares, Vargas enfim declarou guerra ao Eixo. Na Europa, os pracinhas brasileiros lutaram com vigor – destacando-se na tomada épica do Monte Castelo, na Itália (*imagem à esquerda*). Ao voltarem para casa, depois de terem lutado pela democracia na Europa, os soldados brasileiros viraram o símbolo vivo de uma incongruência, pois o Brasil ainda vivia sob a ditadura do Estado Novo. Mas ela não resistiu por muito tempo, e Vargas foi derrubado menos de dois meses após o retorno dos pracinhas. Cinco anos mais tarde, voltaria ao poder – só que, então, nos “braços do povo”.



NO ALTO – DUTRA NA CAIXA

*O presidente Eurico Gaspar Dutra em visita à Caixa do Rio Grande do Sul, em outubro de 1948.*

Reprodução do livro *A Caixa Federal do Rio Grande do Sul em seu Jubileu de Diamante*, Porto Alegre, maio de 1950

ACIMA – EDMUNDO MIRANDA JORDÃO E CYLON DA ROSA

*O presidente do Conselho Superior das Caixas e o presidente da Caixa do Rio Grande do Sul em 1949.*

Reprodução do livro *A Caixa Federal do Rio Grande do Sul em seu Jubileu de Diamante*, Porto Alegre, maio de 1950

Na noite de 29 de outubro de 1945, o alto comando do Exército brasileiro depôs Getúlio Vargas, exatos 15 anos depois de ele ter tomado o poder. Embora a gota d'água tenha sido a tentativa do presidente de nomear seu irmão Benjamin (o “Bejo”) para a chefia de polícia do Distrito Federal, o movimento contra Vargas se iniciara meses antes, após o fim da Segunda Guerra. Nada mais lógico: se na Europa os brasileiros tinham ajudado na luta contra os regimes nazifascistas, como aceitar a permanência de um ditador no próprio país? Em 31 de outubro, Vargas partiu para uma espécie de exílio em São Borja (RS), já articulando uma possível volta ao poder.

Em 2 de dezembro de 1945, contando com o decisivo apoio de Vargas, o marechal Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) foi eleito presidente da República. Quatro anos depois, Vargas voltou ao Palácio do Catete “nos braços do povo”. Praticamente não houve alterações no comando da Caixa durante esses anos de transição. Tanto que o presidente do Conselho Superior continuou sendo um dos homens fortes de Vargas, Francisco Solano Carneiro da Cunha, que se manteve no cargo até fins de 1946.

O sucessor de Solano da Cunha foi o presidente do Banco do Estado de São Paulo, Luiz Rodolpho Miranda, que já presidira o Conselho Superior de 1943 a 1944. Diplomado pelo King's College de Londres, Miranda havia, ironicamente, sido chefe de polícia do Distrito Federal – cargo que foi pivô da derrubada de Vargas. Miranda fazia parte da diretoria do Conselho Superior desde setembro de 1939 e, como Solano da Cunha, mantinha vínculos estreitos com Getúlio. Ele permaneceu à frente do Conselho até novembro de 1948, quando cedeu o

posto a Edmundo Miranda Jordão, que também já fora presidente do Conselho de 1942 a 1943.

Embora em São Paulo tenham ocorrido mudanças com o afastamento de Samuel Ribeiro em 1946, no Rio Grande do Sul – terceira maior praça da Caixa, atrás apenas do Rio e de São Paulo –, o continuísmo da Era Vargas repetiu-se. Em janeiro de 1946, Cylon da Rosa, presidente da Caixa gaúcha desde novembro de 1938, teve de abandonar o cargo por ter sido nomeado interventor federal. Ele chefiou o estado até a posse do novo governador, Walter Jobim, em 31 de março de 1948, e voltou à presidência da Caixa.

Mas em nenhum outro lugar os cargos diretivos da Caixa Econômica eram ocupados por políticos tão proeminentes quanto no Rio de Janeiro. Tanto que dois membros da direção da Caixa carioca naquele período, Carlos Luz e Ranieri Mazzilli, estavam destinados a ocupar a Presidência da República, como se verá. O mineiro Carlos Coimbra da Luz (1894-1961) fora nomeado membro do Conselho Administrativo da Caixa do Rio no dia seguinte ao golpe do Estado Novo. Duas semanas depois, em 25 de novembro de 1937, passou a dirigir a carteira hipotecária. Em dezembro de 1938, virou vice-presidente da instituição, assumindo a presidência da Caixa em julho de 1939. Luz se manteve no cargo até fevereiro de 1946.

O paulista Ranieri Mazzilli (1910-1975), advogado especialista em direito tributário, também iniciou sua ascensão profissional logo após o golpe de 1937, quando foi encarregado por Getúlio Vargas da reestruturação do “aparelho arrecadador de rendas da União”. Em 1942, foi nomeado diretor do Tesouro Público Nacional, tornando-se, três anos mais tarde, diretor da Divisão do Imposto de Renda. Indicado por Dutra em 1946 para ser o secretário-

geral de Finanças do Distrito Federal, Mazzilli virou diretor da Caixa do Rio de Janeiro em julho de 1947. Em 1964, ocupou a Presidência do Brasil como interino, passando o poder aos militares.

Se não houve mudanças na cúpula diretiva da Caixa durante o governo Dutra, isso não significa que a instituição tenha se mantido paralisada ao longo daqueles quatro anos. Pelo contrário: foi justamente nessa época que a Caixa chegou de fato a todo o Brasil. Em 30 de novembro de 1945, por exemplo, foi assinado o Decreto nº 8.257, (re)criando as Caixas do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Espírito Santo, Santa Catarina e Mato Grosso, todas anexas às Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional. Seis meses mais tarde, em 28 de junho de 1946, o Decreto nº 9.414 levava a Caixa para Alagoas, Goiás, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Nesses estados, a instituição havia fechado suas portas em diferentes momentos, durante os anos 1920. É importante ressaltar também que, em 26 de dezembro de 1945, fora assinado o Decreto nº 8.455, determinando o “revigoramento do sistema de organização e funcionamento das Caixas Econômicas”, o que possibilitou o aumento dos limites dos depósitos. Em 1946, surgiu uma sólida proposta para a unificação das Caixas, mas ela não saiu do papel.

No dia 31 de janeiro de 1951, Getúlio Vargas tomou posse pela terceira vez como presidente do Brasil – a única das quais eleito pelo voto popular. As Caixas Econômicas Federais continuaram, evidentemente, sob sua influência. O primeiro presidente do Conselho Fiscal durante esse novo período da Era Vargas foi Henrique Dodsworth.

Neto do barão de Javari e bisneto de um marinheiro inglês que desertara de seu navio para

casar com uma rica fazendeira carioca, Henrique de Toledo Dodsworth (1895-1975) fora nomeado prefeito interventor do Rio de Janeiro em 10 de novembro de 1937 – dia em que rebentou o golpe do Estado Novo. À frente da Prefeitura, ele aperfeiçoou o sistema de arrecadação de impostos, o que lhe permitiu pôr em prática um vasto plano de obras públicas, incluindo, entre outras realizações, a abertura da avenida Presidente Vargas e da avenida Brasil, a duplicação do túnel do Leme, a construção do Jardim de Alá, a abertura do corte do Cantagalo, a construção do Estádio do Maracanã e a remodelação do Parque Nacional da Floresta da Tijuca.

Com o fim do Estado Novo, Dodsworth deixou a Prefeitura, sendo nomeado embaixador em Portugal, em abril de 1946. No ano seguinte, já estava de volta ao Brasil, ingressando no Conselho Superior da Caixa, do qual foi presidente no biênio 1950-1951, tão logo Vargas voltou ao poder. Em 1952, Dodsworth foi substituído pelo gaúcho Dario Crespo, antigo colaborador de Getúlio, que já fora chefe de polícia do Rio Grande do Sul e fazia parte do Conselho Superior desde 1947. Embora tenha continuado no Conselho até 1954, Crespo foi substituído na Presidência pelo mineiro Bias Fortes em fins de 1953.

José Francisco Bias Fortes (1891-1971) tinha sido um dos revolucionários de 1930 e ministro da Justiça de Dutra. Cogitado para ser o vice de Vargas nas eleições de 1950, foi preferido em favor de João Goulart. Ao tomar posse como presidente eleito em janeiro de 1951, Getúlio o destituiu da pasta da Justiça, mas nomeou-o presidente do Conselho Superior da Caixa em setembro de 1953. Bias Fortes continuava no cargo em 24 de agosto de 1954, quando Getúlio Vargas desferiu um tiro no peito – alvejando toda a nação.



CARLOS LUZ, FEVEREIRO DE 1946  
O economista que ocupou a Presidência interina do Brasil.  
Acervo da Caixa, Rio de Janeiro



# O fim da Era Vargas 1954

O dia 24 de agosto de 1954 há de ter sido o momento mais dramático da história do país para pelo menos três gerações de brasileiros. Às quatro horas e 30 minutos da manhã, em seu quarto, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, o presidente Getúlio Vargas se suicidou com um tiro no coração. Ao fazê-lo, atingiu não apenas a si mesmo, mas a própria nação: o coração de seus aliados e a mente de seus inimigos. Ao longo de um quarto de século, Vargas tinha sido o principal personagem do país. Naquele instante, como ele mesmo profetizara, estava saindo “da vida para entrar na história”.

Que Getúlio era aquele que se matava, de pijama, com um balaço no peito? De certa forma, não o caudilho revolucionário de 1930, muito menos o ditador policial de 1937. Nem o presidente eleito pelo voto indireto em 1934 nem o positivista com frequentes recaídas nazifascistas. Quem se matava era o homem que voltara ao Catete “nos braços do povo”, o “Pai dos Pobres”, protetor dos trabalhadores, nacionalista fervoroso. Mais do que qualquer personagem incorporado por Vargas ao longo de 25 anos, morria ali o mais astuto político brasileiro de todos os tempos: o político da conciliação, o ditador disposto a anistiar seus inimigos, o mais mineiro dos caudilhos gaúchos, risonho e misterioso “como um mandarim chinês”. O homem que, em tese, era um livro aberto para seus adversários e um enigma indecifrável para os amigos mais íntimos.

Como se acompanhasse os meandros da carreira de Vargas, a história do Brasil dera tantos

volteios desde a Revolução de 30 que o homem que se suicidava naquela madrugada de agosto de 1954 o fazia para impedir o avanço dos conservadores. Era um “libertário” que morria, sacrificando-se em nome do que o país tinha de melhor. A morte de Vargas abalou profundamente seus admiradores, mas provocou estragos muito maiores entre aqueles que conspiravam contra o seu governo.

Os generais Sílvio Frota e Golbery do Couto e Silva, o jornalista Carlos Lacerda, o ex-integralista Olímpio Mourão e todos os seus aliados teriam de aguardar uma década antes de conseguir concretizar seu golpe de direita. A reação popular à imolação do grande líder foi tão intensa e generalizada que a conspiração, já em curso, teve de ser suspensa por dez anos.

Numa última, definitiva e dramática vitória contra seus acusadores, Vargas ofereceu a própria vida em nome de convicções das quais talvez abrisse mão se lhe restasse outro caminho. Mas não havia outra saída, e o mais brilhante articulador político que o Brasil jamais tivera preferiu recorrer à última artimanha para assegurar uma vitória incontestável – que teve o cuidado de deixar minuciosamente explicada numa carta-testamento irretocável e emocionante.

Vivo, Getúlio Vargas comandara por cerca de 20 anos os destinos do Brasil – e muito favorecera o crescimento da Caixa Econômica. Morto, o velho caudilho projetaria sua sombra e sua influência até o alvorecer da sexta década do século que, no Brasil, foi quase inteiramente dele.



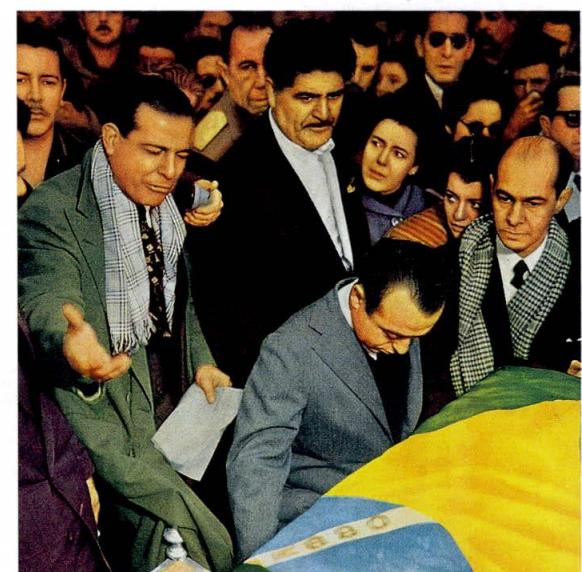
## P. 140 – A FÚRIA DO PVO

*Simpatizantes de Getúlio Vargas tomam as ruas de Porto Alegre, quebrando e queimando jornais contrários ao presidente recém-morto.*

Banco de dados Zero Hora/RBS

## QUATRO PRESIDENTES DA REPÚBLICA

*Jango, JK e Tancredo em frente ao caixão de Vargas.*  
Revista Manchete, nº 124, Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1954,  
foto de Salomão Sciliar





# CAIXA DA UNIFICAÇÃO

1954 • 1984

P

oucas vezes uma foto foi tão profética. Em torno do caixão de Getúlio Vargas, que acabara de deixar a vida para entrar na história, deu-se o encontro de Juscelino Kubitschek, João Goulart e Tancredo Neves (a imagem está na página 141). Três homens de formação, ideias e humores distintos. Três herdeiros políticos do caudilho gaúcho aos quais estava destinada a Presidência do Brasil. A exemplo do que acontecera após o advento da República, quando a Caixa Econômica se manteve por longos anos sob padrões imperiais, o fim da Era Vargas, selado com um tiro no peito, não impediria que a Caixa, como o próprio país, continuasse sob profunda influência varguista até a ruptura provocada pelo golpe de 1964.

Dos três homens que os meandros da política se encarregaram de reunir ao redor do caixão de Vargas, apenas JK conseguira manter na Presidência o mesmo brilho exibido pelo permanente sorriso. Tancredo, após atribulada experiência como primeiro-ministro de Jango, seria eleito para o cargo mais alto do país em 1985, pelo voto indireto, mas morreria sem tomar posse. Jango, que fora vice de JK, seria arrancado da Presidência pelos militares após três anos e meio de um governo sempre controverso, num ato que levaria a nação dos anos dourados aos anos de chumbo.

Mas os ventos do autoritarismo já sopravam na década de 1950. Tanto é que JK, eleito pelo voto popular, só tomou posse, em 1956, graças ao único golpe legalista da história do Brasil. Comandado pelo general Henrique Teixeira Lott, o Exército atuou como “a espada neutra” para garantir o resultado das urnas. Durante a turbulenta crise institucional, a Presidência da República foi ocupada interinamente por um economista, Carlos Coimbra da Luz.

Como foi dito antes, Luz participara da campanha que havia lançado a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência em 1930. Ao decretar o Estado Novo, em 1937, Vargas demonstrou sua gratidão, nomeando-o para o Conselho Administrativo da Caixa Econômica do Rio. No ano seguinte, Luz foi alçado à vice-presidência e depois à presidência da instituição, passando a integrar o Conselho Superior das Caixas. Reassumindo a presidência em novembro de 1942, permaneceria no cargo até 1946. Em 1955, já como presidente da Câmara, presidiu o Brasil interinamente por oito dias, até ser derrubado pelo golpe legalista liderado por Lott.

Passada a crise de 1956, o país assumiu as feições de JK, descendente de tchecos nascido em 1902, em Diamantina, Minas Gerais, e cantado pelo menestrel Juca Chaves como o “presidente

bossa-nova": sorridente, amante dos prazeres da vida, sonhador e empreendedor. Na definição do ensaísta Roberto Schwarz, o Brasil mostrava-se "irreconhecivelmente inteligente" naquele final da década de 1950.

Em 1958, ao som da bossa nova, o país conquistou pela primeira vez a Copa do Mundo, na Suécia, impulsionado pelos dribles estonteantes de Garrincha e pela mestria de Pelé. Finalmente, estava curado o trauma provocado pela derrota para o Uruguai na final do mundial de 1950. No ano seguinte, saíram das linhas de montagem brasileiras o primeiro Fusca – que se tornaria uma paixão popular – e o primeiro Simca Chambord, símbolo da robustez e do requinte da época.

Enquanto o mundo prendia a respiração por causa das crescentes tensões da guerra fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, agravada pela ascensão ao poder em Cuba dos revolucionários Fidel Castro e Che Guevara, os brasileiros andavam de lambreta, curtiam lança-perfume e homenageavam com entusiasmados fiu-fius as pernas da miss Adalgisa Colombo, ao sabor de versos de Vinícius de Moraes.

No livro *Feliz 1958 – O Ano que Não Devia Terminar*, Joaquim Ferreira dos Santos retrata essa época e conduz seus leitores a um delicioso passeio por um Brasil jamais reencontrado. O momento político e social era de tamanha tranquilidade que João Goulart, então vice de JK, encontrava tempo para paquerar as vedetes na boate Sacha's, no Rio, entre as quais Angelita Martinez, que Jango teve de disputar com Mané Garrincha, numa contenda impensável em qualquer outro tempo:

*"Ao contrário de 68, quando se tentou colocar a imaginação no poder e o pau quebrou, em 58 ninguém foi preso em nome da liberdade. Quase ninguém foi preso por nada, aliás. A estatística da*

*Delegacia de Roubos e Furtos do Rio registrava um assalto a cada duas horas no mês de outubro. Melhor ainda: no dia 15 de outubro daquele ano, o jornalista Antônio Maria – que no ano seguinte escreveria o seu Romance Policial em Copacabana – por enquanto lamentava tanta paz. Duas agressões e uma batida de carro na noite anterior em Copacabana inteira, narrava desapontado. Assim ficava difícil. Como fazer jornalismo se só havia boas notícias? A saída era ir ao Sacha's, boate numa rua de nome santo no Leme, a Padre Antônio Vieira, mas que abrigava grã-finias, empresários e cenas infernais – olha lá quem está na mesa do canto – como a do vice-presidente João Goulart com sua amante, Aída Campos, também conhecida por 'Joãozinho Boa-Pinta' graças ao curioso corte de cabelo taradinho, aquele rente à nuca".*

Naqueles anos, o Plano de Metas de JK, tendo como "meta-síntese" a construção da nova capital, engajou os brasileiros na corrida do "nacional-desenvolvimentismo". A expressão, cunhada pelo presidente, evidenciava o espírito daqueles dias e driblava diferenças ideológicas. Os prometidos "50 anos em cinco" se concretizaram. É verdade que o crescimento se deu à custa do endividamento externo e que a corrupção campeou nos canteiros de obras do Planalto Central, mas o fato é que os anos JK figuram entre os mais reluzentes da história do Brasil.

Brasília abriu caminho para o desenvolvimento de uma parte esquecida do país e tornou-se Patrimônio da Humanidade graças à funcionalidade do traçado criado por Lúcio Costa e à ousadia arquitetônica de Oscar Niemeyer. Na década de seu centenário, a Caixa Econômica acompanhou o surto desenvolvimentista e, como o resto do país, transferiu seus projetos para o coração selvagem do Brasil.

#### P. 142 – ÍCONE NACIONAL

Juscelino Kubitschek estampou o anverso da cédula de 100 mil cruzeiros, depois transformada em 100 cruzados, em 1986.

Museu de Valores do Banco Central do Brasil

## Brasília: a nova capital 1960

Era uma cidade havia muito profetizada. Já em 1883 ela aparecera, fulgurante, nas visões do santo italiano Dom João Bosco. Um século antes, fizera parte dos sonhos libertários dos inconfidentes, fulminados em 1789. Em 1813, o jornalista Hipólito José da Costa, redator do *Correio Braziliense*, editado em Londres, deu novo alento à ideia de transferir a capital do Brasil para o interior, “junto às cabeceiras do rio São Francisco”. No início de 1822, surgiria, em Lisboa, um livreto, redigido nas Cortes, determinando que, “no centro do Brasil, entre as nascentes dos confluentes do Paraguai e do Amazonas, fundar-se-á a capital do Brasil, com a denominação de Brasília”. No mesmo ano, após a independência, José Bonifácio defenderia na Constituinte a ideia de erguer a nova capital “na latitude de 15 graus, em sítio sadio, ameno, fértil e regado por um rio navegável”.

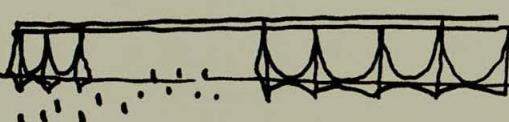
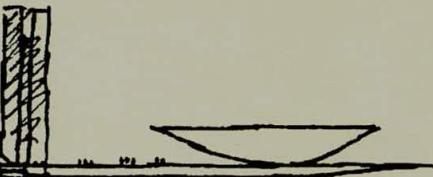
Proclamada a República, o artigo 3º da nova Constituição estabeleceu que a capital de fato seria mudada para o Planalto Central. Por isso, em 1892, à frente da recém-formada Comissão Exploradora do Planalto Central, o cientista Luís Cruls demarcou “um quadrilátero de 14.400 quilômetros para nele ser erguida a nova cidade”. Em 1922, o presidente Epitácio Pessoa baixou um decreto determinando que no dia 7 de setembro daquele ano (centenário da independência) fosse assentada a pedra fundamental da nova capital, na cidade de Planaltina (GO), localizada no “quadrilátero Cruls”, hoje perímetro urbano de Brasília.

A ideia de transferir a capital para os longínquos descampados do Cerrado foi mantida nas constituições de 1934 e 1946. Mas só começou



a sair do papel no dia 4 de abril de 1955, num comício em Jataí (GO), quando o então candidato à Presidência da República Juscelino Kubitschek decidiu fazer a mais óvia das promessas de campanha: jurou que iria “cumprir a Constituição”. Então, como o próprio JK conta no livro *Por que Construí Brasília*, algo de surpreendente aconteceu – e mudou os destinos do Brasil.

O PRESIDENTE “BOSSA-NOVA”  
JK, no gabinete presidencial, observa o mapa dos avanços de um Brasil que ajudou a modernizar.  
Arquivo Nacional, Fundo Agência Nacional.



ACIMA, À DIREITA – ARQUITETURA INOVADORA  
Os prédios do Congresso e o Palácio da Alvorada em esboços de Oscar Niemeyer.

NO ALTO, À ESQUERDA – ACONCHEGO NO CERRADO  
Visão artística de uma residência na nova capital tendo ao fundo a Esplanada dos Ministérios.

Reprodução da revista *A História de Brasília*.

P. 147 – CANTEIRO DE OBRAS  
Brasília em construção no terreno inóspito do Planalto Central: em primeiro plano a catedral; ao centro, a Esplanada dos Ministérios, e, ao fundo, o Congresso Nacional e o (artificial) Lago Paranoá.

Fotografia de Hélio Coscarrelli, reprodução da revista *A História de Brasília*.

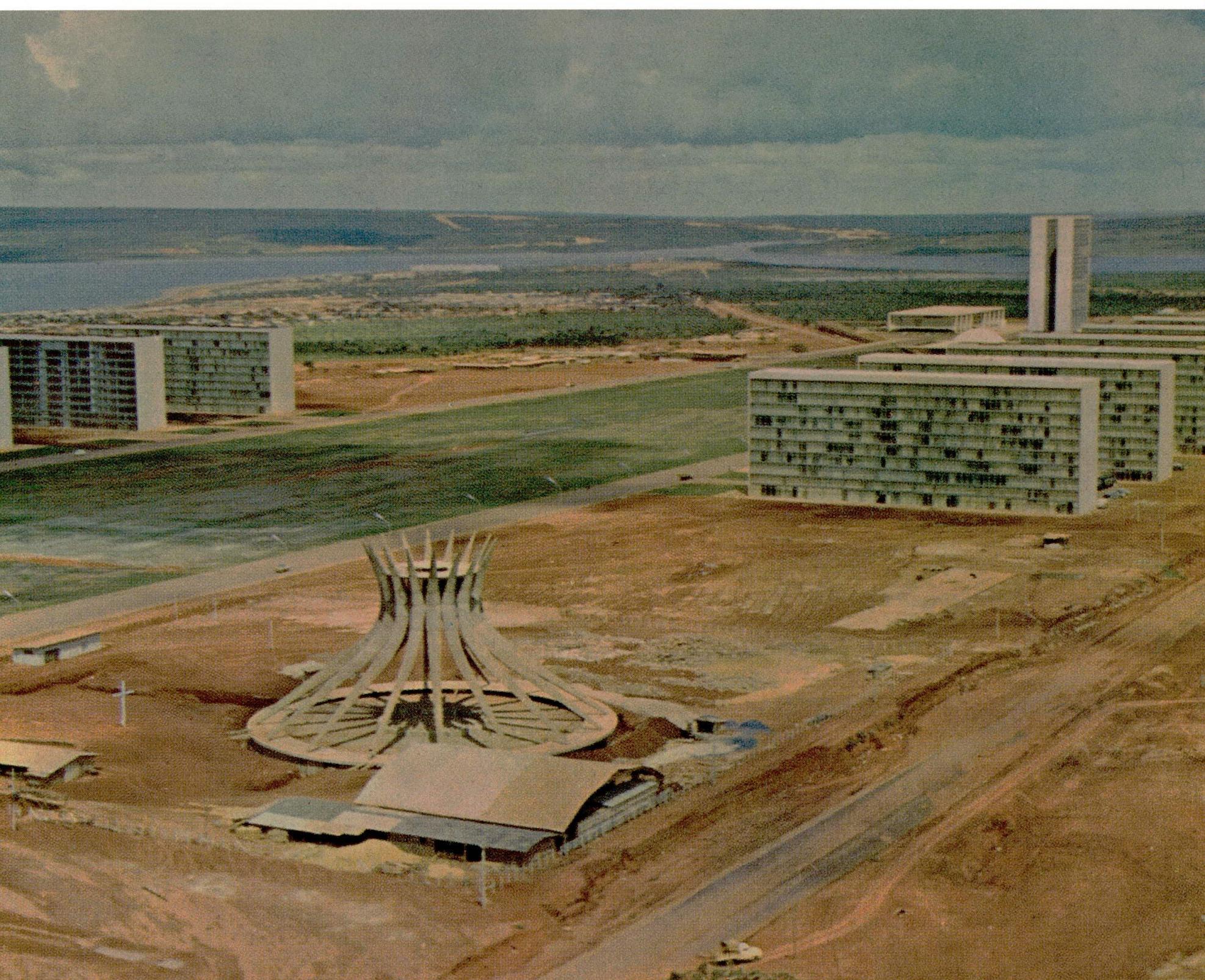
De acordo com JK, ao final do comício em Jataí, “uma voz forte se impôs” e o interpelou: “O senhor disse que, se eleito, irá cumprir rigorosamente a Constituição. Desejo saber se pretende pôr em prática a mudança da capital federal para o Planalto Central”. JK olhou para a plateia e identificou o interpellante: Antônio Carvalho Soares, conhecido como Tonquinho. Embora considerasse a pergunta embaraçosa e já tivesse seu Plano de Metas pronto, JK respondeu que construiria a nova capital. A partir daí, Brasília virou a meta-síntese de seu governo.

Ao assumir a Presidência, JK apresentou o projeto ao Congresso como fato consumado. Em setembro de 1956, foi aprovada a Lei nº 2.874, que criou a Cia. Urbanizadora da Nova Capital. As obras iniciaram-se em fevereiro de 1957, com apenas três mil trabalhadores, batizados de “candangos”. Os arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa foram encarregados de projetar a cidade futurista.

Nove meses depois, cerca de 12 mil pessoas já viviam e trabalhavam em Brasília.

Mais de 45 milhões de metros cúbicos de terra vermelha foram deslocados numa terraplenagem monumental. Redigida por San Tiago Dantas, a Lei da Novacap permitia ao governo fazer todas as operações de crédito sem passar pelo Congresso. Houve corrupção e desvio de verbas, é claro, mas, em 41 meses, onde havia apenas deserto e se escutava só “o miado da onça”, erguia-se uma das cidades mais modernas do mundo.

O ritmo de construção, “excessivamente rápido”, chegou a ser duramente criticado – e teve consequências trágicas, como a morte de dezenas (talvez centenas) de operários em acidentes de trabalho que eram logo abafados. Mas JK tinha o apoio de intelectuais, estudantes, líderes sindicais e, evidentemente, dos grandes empreiteiros. Assim, em abril de 1961, a mais moderna capital do mundo foi inaugurada. Um quarto de século mais tarde, em 1987, Brasília foi tombada pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade, tornando-se o único monumento arquitetônico com menos de cem anos a receber tal honraria.



## O poder no centro do Brasil

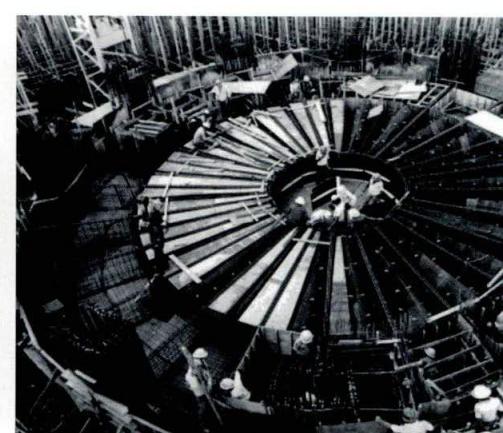
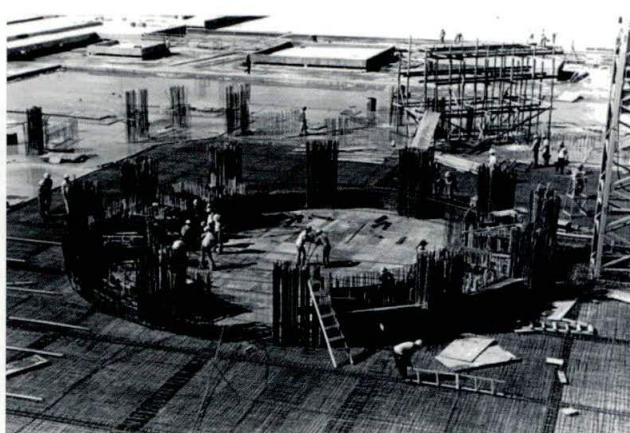
**A**mudança da capital do Rio para Brasília, apesar de levar o desenvolvimento a uma parte até então esquecida do Brasil, deslocando o eixo das decisões políticas, representou também um gigantesco esforço para milhares de servidores públicos. Não deve ter sido fácil trocar a Cidade Maravilhosa, com sua magnífica paisagem, belas praias, mulheres lindas e vida cultural intensa, especialmente naqueles efervescentes anos 1960, pela árida vastidão do Cerrado, com seu clima de secura extrema e sua terra vermelha a contaminar o cenário e a impregnar roupas e poros. Sem falar na escassa estrutura de moradia, transporte e serviços da nova cidade, ou na distância que separava os pioneiros dos familiares.

Brasília fora inaugurada em condições precárias, e estava longe de se tornar a grande metrópole do final do século 20. Era natural, portanto, que os servidores, entre os quais os economiários, resistissem à mudança, planejada pelo governo para ocorrer de forma gradual. A primeira leva deveria incluir 30% dos funcionários

de todos os órgãos públicos, tanto da administração direta quanto da indireta, caso no qual a Caixa Econômica então se incluía. Era um desafio quase amedrontador, um mergulho no desconhecido.

Brasília iria se tornar a cidade com maior área verde por habitante do planeta; sua via mais importante, o Eixo Monumental, a mais larga avenida do mundo. A nova capital seria declarada também Patrimônio da Humanidade pela Unesco. Mas, em 1960, a cidade ainda não era nada disso: na verdade, não passava de um amontoado de poeira e esqueletos de concreto.

Enquanto a perspectiva de mudança para tal cenário assustava alguns funcionários da Caixa do Rio, outros já se haviam somado aos pioneiros no Planalto Central. Tanto é que, uma vez por semana, unidades volantes da Caixa Econômica estacionavam junto aos canteiros de obras. Os ônibus, adaptados para servir como verdadeiras agências ambulantes, e já sob coordenação dos economiários, eram aguardados ansiosamente pelos operários da construção civil. Eles se postavam



em longas filas com suas cadernetas verdes à mão. Geralmente, nem era necessário convocá-los por meio dos dois alto-falantes colocados em cima do veículo. Os “candangos”, nome dado aos pioneiros do Distrito Federal, recebiam os vencimentos em dinheiro vivo, quase que diretamente dos cofres da Novacap, companhia incorporadora criada para erguer a metrópole.

A chegada do ônibus da Caixa Econômica significava poder depositar os suados ganhos na poupança. Em busca da oportunidade de emprego, os candangos haviam deixado as famílias em outros estados, e aquelas quantias seriam enviadas ao final do mês para o sustento de mulher e filhos ou para financiar as passagens de ônibus destinadas a reuni-los em uma das cidades-satélites que, já então, começavam a formar-se ao redor da capital.

Como muitos eram analfabetos, os funcionários da Caixa tinham de recolher as impressões digitais para oficializar o depósito. Embora instituições financeiras de grande porte costumem exercer inegável influência sobre as

áreas em que atuam, poucas vezes se viu um envolvimento como o da Caixa com Brasília.

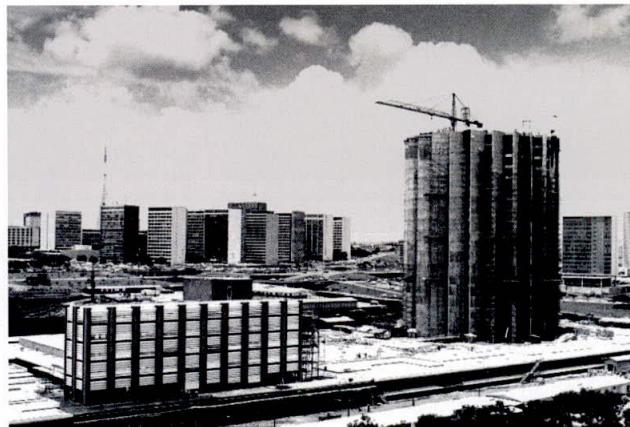
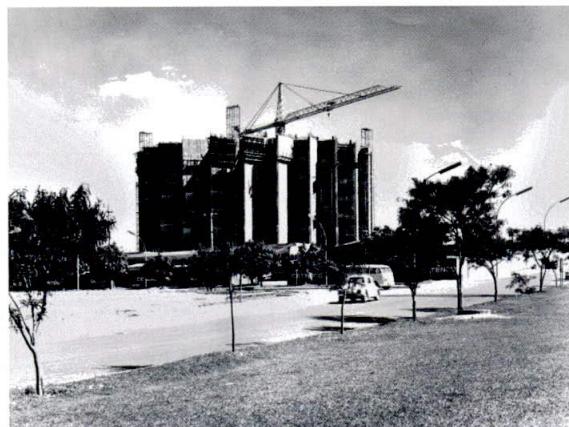
Mais do que meramente instalar-se na nova capital de forma pioneira, o que já não seria pouca coisa, dadas as precaríssimas condições, a Caixa ajudou a financiar obras fundamentais para a metrópole nascente. De uma maneira ou de outra, toda a população da cidade sentiu os efeitos dessa atuação. As verbas da Caixa estiveram presentes na pavimentação de viadutos, na construção do aeroporto, escolas, hospitais e clubes abertos a toda a população. A iniciativa privada pegou carona nos financiamentos, como no caso do complexo de abastecimento integrado por Cibrazen, Cobal (públicos), Pão de Açúcar e Jumbo (privados).

A imprensa também se beneficiou. O *Jornal de Brasília*, segundo em importância na cidade, atrás do *Correio Braziliense*, contou com recursos da Caixa para sua instalação, enquanto o Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal recebeu dinheiro para a formação de uma gráfica-escola. Entram nessa lista hotéis

como o Nacional, o primeiro de alto padrão a abrir as portas em Brasília, e até cinemas.

Mas um dos maiores orgulhos da Caixa em relação a Brasília é sua contribuição na área de ensino e educação. A instituição liberou financiamentos que permitiram a criação desde creches até universidades, especialmente a Universidade de Brasília (pública), uma das mais importantes do país, e o Ceub (privado).

A primeira sede fixa da Caixa de Brasília, uma vez que inicialmente o atendimento se dava apenas por meio das unidades volantes, foi uma área de dois andares cedida pelo Ministério da Educação e Cultura. O capital inicial da Caixa de Brasília foi Cr\$ 300 mil, soma proveniente do Banco do Brasil. Não era novidade na história da Caixa Econômica depender de favores de outros órgãos para abrir as portas – a Caixa do Rio permanecera por 16 anos como inquilina indesejada da Câmara dos Deputados até conseguir uma sede própria. Havia, no entanto, urgência em providenciar instalações adequadas na nova capital.



Brasília crescia em ritmo mais acelerado do que as previsões otimistas de seus entusiastas. Um ritmo que a faria chegar ao final do século 20 com mais de um milhão de habitantes. A Caixa não ficava muito atrás. Logo começaram a surgir as filiais, não apenas no plano piloto, a área urbana da capital, mas em seu entorno. Por ocasião dos 15 anos da fundação de Brasília, em 1975, a Caixa inaugurou a agência do Conjunto Nacional, o primeiro *shopping center* da cidade e ainda hoje o centro do comércio popular, e a de Taguatinga, uma das mais importantes cidades-satélites do Distrito Federal.

Os festejos dos 15 anos de Brasília encontraram a Caixa em excelente forma, com 12 agências bancárias, uma de penhores e dois edifícios próprios, um dos quais abrigando a matriz, que acabara de ser transferida. Os planos imediatos incluíam a abertura de agências nas cidades-satélites de Guará, Gama, Sobradinho, Brazlândia e Planaltina. O patrimônio amealhado em uma década e meia de atuação no Distrito Federal, desde os tempos em que trabalhar na região exigia muita dedicação e espírito de aventura, chegava agora a Cr\$ 600 milhões. Um entusiasmo até juvenil dos dirigentes fica evidente nas palavras de Paulo Gaspar, que ocupava o cargo de gerente-geral, em entrevista ao jornal da instituição:

*“Brasília é a menina-moça que a Caixa ajudou a embalar no berço, que acompanhou nos primeiros passos. Agora, na fase adulta, (a Caixa), satisfaz a todos os caprichos da cidade adolescente. E caprichos que não são nada modestos...”*

No momento da declaração algo poética do gerente-geral, os integrantes da administração da Caixa, que desempenhavam suas funções em instalações improvisadas, aguardavam a mudança para o novo prédio. Com 21 andares e 30 mil metros quadrados de área construída, a sede localizada no Setor Bancário Sul se tornaria motivo de orgulho para os economiários.

Aliás, coube a um funcionário da Caixa a missão de elaborar um projeto arquitetônico adequado aos traços futurísticos de Brasília e ao mesmo tempo funcional o bastante para atender ao crescente número de clientes e serviços. Não seria a primeira vez, nem o primeiro local, onde tal desafio seria enfrentado. O arquiteto e economiário João Ortigão Tiedemann já criara os projetos das sedes da instituição no Rio de Janeiro – o enorme prédio da avenida Rio Branco –, em Porto Alegre (no mesmo local onde antes existira a “joia arquitetônica” construída por Theo Wiederspahn) e em Manaus.

Tiedemann não economizou palavras ao descrever as próprias ideias: *“O projeto procura ser atualizado, utilizando todas as possibilidades que permite a técnica atual, e entrosado na plástica da arquitetura contemporânea. Embora sem se prender a tradicionalismos, contém uma imagem de respeito ao passado, no que ele tem de permanente. O projeto deverá se integrar na filosofia de Brasília pelas soluções novas que contém – mas, simultaneamente, buscando uma plástica que se destacará na paisagem urbana em que se insere”*.

Tratava-se, na verdade, de dois prédios: uma torre de 21 andares cujos pontos altos seriam o acesso por uma passarela sobre espelho d’água com espécies nativas e o espaço hoje ocupado pelo Conjunto Cultural da Caixa. No *hall* dos elevadores do prédio principal encontram-se 24 vitrais do artista plástico alemão Lorenz Heilmann representando os estados brasileiros. Os vitrais e as luzes multicoloridas que eles projetam no *hall* circular tornaram-se tão conhecidos e apreciados por sua beleza e valor artístico que hoje constam dos roteiros oficiais e dos programas de visitas de muitas das agências de turismo de Brasília.

Cinquenta anos depois de sua chegada à capital, e 150 depois de sua fundação, a Caixa segue firme em Brasília. Como o próprio país, continua apostando no futuro.

P. 148 E 149 – A EDIFICAÇÃO DE UM SONHO

*Em várias etapas e sob diversos ângulos, a construção da sede da Caixa na capital federal, com 21 andares e 30 mil metros quadrados de área construída.*

Museu da Caixa, Brasília

P. 151 – O CORAÇÃO DA CAIXA

*Projetada pelo arquiteto (e economiário) João Ortigão Tiedemann, a agência matriz da Caixa fica em um complexo que também abriga o Conjunto Cultural, e se destaca na paisagem do Setor Bancário Sul, em Brasília.*



## O centenário e a nova sede

A apreensão dos economiários em via de serem transferidos para Brasília não foi capaz de reduzir o entusiasmo pelas comemorações do centenário da Caixa, celebrado em 4 de novembro de 1961. Na ocasião, foi cunhado um medalhão de bronze com as efígies do imperador D. Pedro II, fundador da Caixa; do visconde de Albuquerque, seu primeiro presidente; de João Goulart, presidente da República; e de Jeronymo Pinheiro de Castilho, presidente da Caixa em 1961. Também foram entregues medalhas de mérito a 75 funcionários que completaram 25 anos de serviço.

O gabinete da presidência da Caixa ganhou um retrato do primeiro cliente da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte, o já citado Antônio Álvares Pereira Coruja, doado pela Sociedade Amantes da Instrução. Mas a maior homenagem ao cliente número 1 se deu por meio de uma descendente. Para encontrá-la, a Caixa contou com a ajuda da rádio *Jornal do Brasil*. O JB publicou assim a notícia, no dia 4 de novembro de 1961:

*“O serviço de utilidade pública da rádio Jornal do Brasil conseguiu localizar ontem o mais novo descendente em linha direta do primeiro depositante da Caixa Econômica do Estado da Guanabara, a menina Teresa Gazola Pessoa Barros, de cinco meses, que é tetrâneto de Antônio Álvares Coruja, o homem que há cem anos fez um depósito de dez mil-reis na instituição, tão logo se abriu o guichê da antiga sede da rua da Misericórdia, onde funcionava o antigo Senado da Câmara do Rio. A avó de Teresa, senhora Otila Coruja dos Santos Pessoa Barros, revelou que seu bisavô era gaúcho, participou da Revolução Farroupilha e se tornou muito conhecido na época*

*por sua gramática portuguesa, a mais recomendada nas escolas. Seu nome verdadeiro era Antônio Álvares Pereira, pois Coruja, a princípio, era um simples apelido, que acabou por se incorporar à sua firma.*

*“A Caixa Econômica vinha tentando localizar um descendente de seu primeiro cliente há cerca de um ano, pois resolveu homenagear o mais jovem Coruja em seu centenário, que será comemorado no dia 4. Por decisão de seu presidente, a Caixa decidiu abrir uma conta em nome desse descendente, em valor equivalente a mil vezes o depósito feito por seu primeiro correntista. Diante das dificuldades encontradas pela Caixa Econômica, o serviço de utilidade pública da rádio Jornal do Brasil se prontificou a descobrir e em menos de 24 horas localizou, na avenida Duque de Caxias, na Vila Militar, a família do capitão Edwy dos Santos Pessoa Barros, trineto do ‘velho Coruja’ e pai de três filhos, que vêm a ser tetrânetos do primeiro cliente. Teresa Gazola Pessoa Barros, a mais nova da família e a mais nova das tetrânetas, está com apenas cinco meses e vai ganhar Cr\$ 10 mil.*

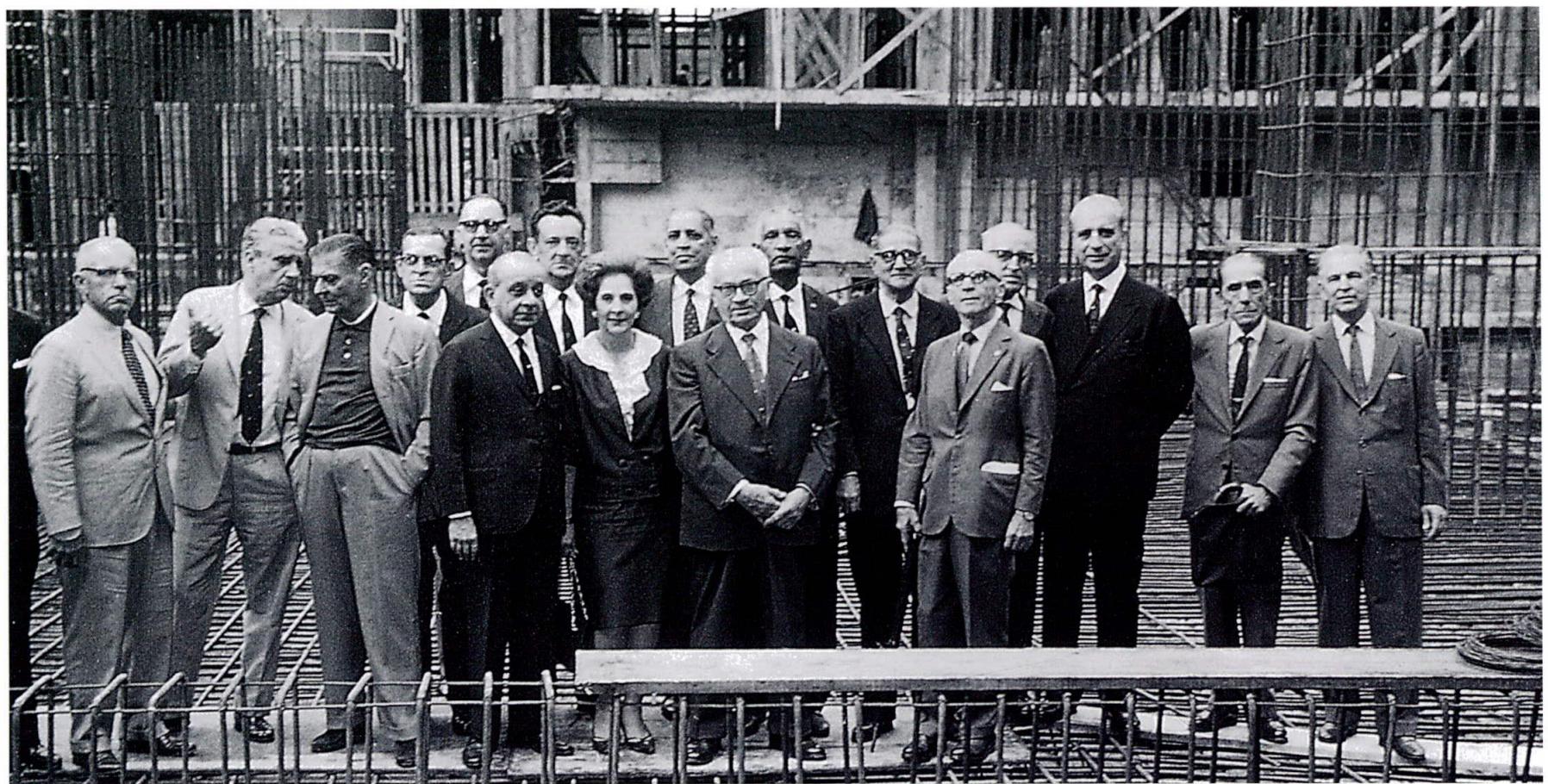
*“O senhor Antônio Álvares Pereira Coruja tem vivos três bisnetos, o senhor Nestor Vitor dos Santos Filho e as senhoras Olga Coruja Soares Filgueiras e Otila Coruja dos Santos Pessoa Barros. Esta é mãe do capitão Edwy e avó de Teresa – último galho da árvore genealógica do ‘velho Coruja’. D. Otila contou ao JB que seu bisavô foi um dos primeiros fundadores da Sociedade Rio-Grandense de Letras, era professor de português e, como tal, fez uma gramática que ‘marcou época na literatura didática brasileira’. Seu apelido foi posto por amigos que o viam, altas*



A “CORUJINHA”  
Teresa Gazola Pessoa Barros, tetrâneto do primeiro depositante da Caixa, Antônio Álvares Coruja, principal estrela da comemoração do centenário da instituição, celebrado no Rio de Janeiro, em novembro de 1961.

Acervo da Caixa, Rio de Janeiro

P. 153 – OS ALICERCES  
Dirigentes da Caixa Econômica do Rio de Janeiro visitam as fundações da nova sede da instituição na avenida Rio Branco, durante os festejos do centenário da Caixa.  
Acervo da Caixa, Rio de Janeiro



*horas da noite, a andar pela rua da Assembleia, ordenando na memória as leituras do dia. A preferência pela noite sugeriu logo a semelhança com a coruja. O apelido ficou. Segundo D. Otila, o ‘velho Coruja’, como o trata, com carinho, teve uma filha casada com o poeta e boêmio Emílio de Meneses, de quem ela se separaria mais tarde.*

*“Ao meio-dia de hoje, o capitão Edwy dos Santos Pessoa Barros vai levar sua filha caçula para um encontro com o presidente da Caixa Econômica, senhor Jeronymo de Castilho, que quer conhecer a tetrâneto mais nova do primeiro homem que confiou na instituição.”*

A cerimônia oficial de celebração do primeiro centenário da Caixa Econômica foi realizada no local onde seria erguido o imponente e atual prédio da Caixa do Rio de Janeiro, na avenida Rio Branco, antiga avenida Central. Uma mensagem “de fé

e esperança ao povo brasileiro” foi colocada em uma urna de aço e enterrada no centro do terreno. O texto recordava os princípios que nortearam a fundação, em 1861, proclamava as realizações do presente e projetava o futuro, como se verá no final deste livro. O documento foi assinado pelo presidente João Goulart, por ministros, diretores da Caixa do Rio e do Conselho Superior e pelos arquitetos responsáveis pelo projeto.

A história da nova sede se iniciara em 28 de outubro de 1952, quando Francisco Solano Carneiro da Cunha, membro do Conselho Superior da Caixa, decidiu participar de um leilão no qual seria posto à venda o velho Teatro Lírico, no largo da Carioca, no centro do Rio. O Conselho o autorizara a negociar até a quantia de dois mil contos de réis. Mas ele enfrentou um problema inesperado: a disputa com um representante da Light, multinacional

responsável pela iluminação pública da capital, elevou o preço do imóvel e o obrigou a ultrapassar o limite combinado e a comprar o lote por algo entre 200 e 300 contos a mais.

A fim de neutralizar eventuais adversários durante reunião do Conselho, Solano da Cunha afirmou ter, diante do aumento do preço, comprado o terreno em seu nome, mas estar disposto a anexar, no Livro de Arremates de Leilões, a expressão “presidente da Caixa Econômica Federal”. Apesar de ter extrapolado no preço, saiu da reunião saudado como herói. O terreno se tornaria a sede definitiva da Caixa do Rio de Janeiro – na mesma avenida da qual, no início do século 20, a população havia sido desalojada, episódio que contribuiria de forma decisiva para a consolidação das favelas como opção de moradia popular no Rio.

## O Natal de 1961

### HISTÓRIA DE NATAL

Vou contar-lhes uma história  
Ao pé da minha lareira,  
Não é lendária e ilusória  
É história verdadeira.  
Não é de "atrás da cortina"  
Onde há neves e terrores  
Passou-se ali, bem na esquina  
Numa agência de penhores:  
Junto aos penhores mais vários,  
Deixados por toda gente,  
Certo dia os funcionários  
Viram algo diferente.  
Entre relógios baratos,  
Que chegam de Seca e Meca,  
Canetas, rádios, sapatos  
Jazia uma... boneca!  
Uma boneca, leitores,  
(Em Nova York ou nos Urais)  
Numa agência de penhores  
Conta tragédia demais.  
O diretor da Carteira  
Que é humano e tolerante,  
Buscou, então, a maneira  
De achar o depositante.  
Ao vê-lo, o dr. Castilho  
Quase tudo compreendeu.  
Indagou: — Diga, meu filho,  
O que foi que aconteceu?  
Então, o homem falara  
Da filhinha. Febre alta...  
A moléstia que não para...  
O remédio que lhe falta...  
Vendera tudo o que tinha  
Para aviar as receitas.  
Só faltava a bonequinha  
Com suas tranças desfeitas.  
O resto... Já sei. Mas ouça  
Dê-me depressa a cautela.  
Leve a boneca de louça  
Que a "mamãe" precisa dela.  
Esta história não tem data.  
Mas não ficaria mal  
Se eu dissesse que se trata  
De uma história de Natal.

Álvaro Armando

**O** setor de penhores da Caixa Econômica, nascido Monte de Socorro da Corte em 1861, cem anos depois continuava sendo o único recurso dos pobres diante da necessidade de obter algum dinheiro em situações de emergência. No Natal de 1961, a Caixa do Rio, sob a presidência de Jeronymo de Castilho, resolveu devolver centenas de brinquedos que haviam sido penhorados por pais necessitados. O episódio mereceu uma pungente abordagem do poeta Augusto Frederico Schmidt (1906-1965), publicada no jornal *O Globo* de 23 de dezembro daquele ano.

*"A atual direção da Caixa Econômica desta cidade acaba de tomar uma resolução comovente: devolveu aos seus donos brinquedos postos em penhor para garantia de pequenos empréstimos. Nada sei de mais triste do que ver-se alguém forçado a empenhar o brinquedo de uma criança. Há tragédias maiores, mas não conheço realmente o que se compare, o que seja mais dolorosamente delicado neste mundo do que tirar-se o brinquedo das mãos de um inocente para pô-lo no 'prego', garantindo-se uns poucos cruzeiros. Não é para rir saber-se, por exemplo, que uma pobre mulher vê-se obrigada a desfazer-se de sua máquina de costura, ou de outro objeto de utilidade ou de estimação, a fim de obter uma pequena importância – mas tudo isso faz parte dos sofrimentos e humilhações da vida humana. Mas tirar-se o brinquedo de um menino para fins mercantis é alguma coisa que ajuda a explicar a existência desse mar de lágrimas que se interpõe entre a criatura de Deus e o destino."*

*"Muito será perdoado aos homens da nossa Caixa Econômica, no julgamento final, não só por esse ato humaníssimo, mas por terem tomado*

*conhecimento de que havia brinquedos em depósito garantindo dívidas. O difícil não é agirmos, e sim prestarmos atenção às coisas, é nos darmos conta do que existe e não deveria existir. Há ocupações terríveis, mas não creio que nenhuma seja mais dolorosa do que a do funcionário que transaciona oficialmente com os pobres que a necessidade obriga a recorrer aos brinquedos dos pequeninos para financiamentos urgentes. 'Aqui está esta boneca que minha filha ganhou numa rifa; preciso de 700 cruzeiros'. Ou então a pergunta: 'Com este velocípede poderei obter 500 cruzeiros?'. Mas bonecas e velocípedes são transações vultosas – existe gente que é obrigada a retirar das mãos dos inocentes ursos, gaitas, todas essas coisas enfim que constituem uma antecipação da vida, um treino para a maturidade e povoam a infância de um encanto particular. A injustiça da vida, a diferença entre as condições humanas se revelou desde cedo em mim através da desigualdade dos brinquedos entre os meninos."*

*"Existem crianças que não sabem o que fazer de um tesouro de brinquedos e outras que sonham com coisas que nunca terão, como bichos, bicicletas, bolas, jogos, cuja posse lhes será para sempre recusada. Nunca me esquecerei da queixa de uma pobre mulher – costureira de minhas irmãs –, Lapolda, como a chamavam. Perdera um filho de dez ou 12 anos. 'Resigno-me' – ouvi-a eu dizer – 'que Deus o tenha levado. Só guardo uma revolta: a de não ter podido dar a meu filho o brinquedo que ele tanto queria. Pouco antes de morrer pediu-me que o acompanhasse a ver a vitrina de uma loja, onde estava a bicicleta que tanto ambicionava. Contou-me que era ali, olhando o objeto de sua paixão, que ele ficava quando o*

procurávamos assustados com a sua demora. Meu filho ter morrido sem obter esse brinquedo é uma ferida que não deixará de sangrar em mim.' Essa é uma das numerosas histórias que dão à existência da sociedade dos homens uma base de melancolia. Aprendi mais com o menino que não teve o seu brinquedo neste mundo do que com os livros dos mais explosivos e ressentidos.

"Estou agora, enquanto escrevo, revendo o filho da costureira. Vem ele, de repente, do seu túmulo humilde e se coloca diante de mim, tal como o vi, neste mundo, quando acompanhava a mãe na entrega de embrulhos contendo os vestidos de minhas irmãs. Era uma criança frágil, de cor parda, dona de uns olhos vivos, brilhantes, irrequietos. Nascera doente do coração.

Viveu apenas o tempo de saber que amava uma bicicleta e que não poderia possuí-la, o tempo de um amor infeliz. Assentava-se, quando ia à nossa casa, numa cadeira na copa e ficava quieto até que a mãe terminasse suas contas, conversas e ensaios. Não sei mais que nome teve ele na sua breve travessia terrestre. Para mim é o menino que não possuiu o brinquedo sonhado.

"Mas há os que chegaram a ganhar o que desejavam e os pais ou responsáveis são obrigados a entregar tais preciosidades, garantindo o dinheiro tomado como empréstimo. Essas crianças sofrem mais do que você sofreu, digo eu ao pequeno fantasma que me olha, surgido de repente mal comecei a escrever sobre este assunto de brinquedos. O filho da costureira de antigamente limita-se a sorrir. É um sorriso entre malicioso e resignado, um sorriso que pode querer dizer: 'Já estou livre das ambições das crianças deste mundo'. E logo depois



*de sorrir desaparece ele, gentilmente, acenando-me com a pequena mão magrinha, em sinal de adeus.*

\*\*\*

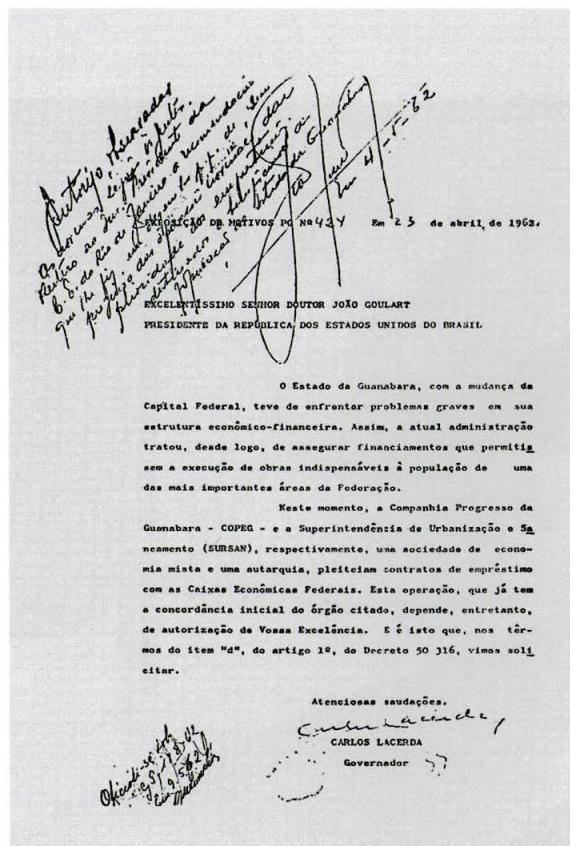
*"A providência, que tanto honra o meu velho Jeronymo Pinheiro de Castilho e seus companheiros da Caixa Econômica, deve servir de início a uma campanha de libertação de todos os brinquedos prisioneiros em todas as Caixas Econômicas do Brasil, ou em outras instituições no gênero. Brinquedos não podem mais ser cativos. E como a ocasião se oferece, creio ter chegado o momento de criarmos um banco de brinquedos, como existem bancos de sangue. Mas quem se animará a executar essa ideia de importância imprevisível?"*

#### A BONECA DOENTE

*Compareceu à agência de Penhores da praça da Bandeira um mutuário, em companhia da filha, uma linda garota de uns seis anos. Iam buscar uma boneca que recuperara a liberdade pela providência tomada com a devolução graciosa dos brinquedos. Entregue a boneca, a garota, muito feliz, achou-a mais bonita do que antes, e indagou: "Papai, foi neste hospital que você trouxe a minha Lili para ficar boa?" O pai não respondeu. Uma lágrima escorreu-lhe na face... e também na do funcionário que o atendera.*

Texto do livro *Coisas da Velha Caixa* de Jerônimo de Castilho

## Lacerda e o calvário de Castilho



### IDAS E VINDAS

*Solicitação de empréstimo para a Guanabara, autorizada e a seguir vetada pelo presidente João Goulart.*

Reprodução do livro *Coisas da Velha Caixa*, de Jerônimo de Castilho, Rio de Janeiro, 1983

**E**m abril de 1962, dois anos antes de perder o cargo em consequência de um golpe militar, o presidente João Goulart recebeu um pedido de audiência do presidente da Caixa Econômica, Jerônimo de Castilho – o homem que havia libertado os brinquedos no Natal de 1961. Economiário dos mais experientes, Castilho sequer pensaria em consultar a maior autoridade da República sobre um simples pedido de empréstimo, não tivesse ele partido de quem partiu. Carlos Lacerda, então governador do estado da Guanabara, era inimigo do governo Goulart e personagem central na cena política brasileira ao longo de décadas, tendo desempenhado papel decisivo nos episódios que levaram ao suicídio de Getúlio Vargas.

Com a inauguração de Brasília, dois anos antes, a Guanabara e sua capital, a cidade do Rio de Janeiro – posteriormente o estado se fundiu com o do Rio de Janeiro, cuja capital era Niterói –, passaram a enfrentar sérios problemas de infraestrutura. A transferência dos órgãos federais, seus servidores e suas verbas para o Planalto Central depauperara os cofres do estado e criara dificuldades para seu desenvolvimento. A necessidade de verbas era urgente.

Foi por isso que, mesmo conhecendo a incontornável rivalidade entre Jango e Lacerda, Guilherme Júlio Borgoff, presidente da Companhia Progresso da Guanabara (Copeg), e Enaldo Cravo Peixoto, da Superintendência de Urbanização e Saneamento (Sursan), tomaram a iniciativa de procurar o presidente da Caixa para pedir dinheiro, muito dinheiro. A Copeg precisava de Cr\$ 1.150.950.000 (um bilhão, 150 milhões e 950 mil cruzeiros), enquanto a Sursan reivindicava 602 milhões de cruzeiros. Castilho informou aos emissários de Lacerda que quantias

tão elevadas só podiam ser liberadas mediante autorização expressa de João Goulart. Para isso, Lacerda teria de enviar um despacho assinado por ele mesmo com a exposição dos motivos.

Lacerda enviou o documento a Castilho, que o levou a Jango. Depois de se certificar de que a Caixa tinha condições de bancar a operação, o presidente a autorizou em um despacho curto, de próprio punho, no qual pedia até mesmo que fosse dada prioridade ao pedido de Lacerda. Estava tudo pronto para ser assinado quando a secretária informou a Castilho que o presidente estava ao telefone. Jango mandou arquivar os pedidos porque Lacerda acabara de desferir um violento ataque pelo rádio contra o governo federal. Castilho lamentou, mas entendeu as razões do presidente.

Castilho entenderia com ainda mais clareza os motivos do presidente dois anos depois, quando Lacerda se converteu em um dos principais artífices civis do golpe que derrubou Jango e instaurou uma ditadura militar. Mais: Castilho sentiria na própria pele os efeitos da queda do presidente, como ele próprio narrou em seu *Coisas da Velha Caixa*:

*"Chovia torrencialmente naquela noite de sexta-feira, 2 de abril de 1964, e eu me encontrava em casa, à rua Corcovado, nº 65, em companhia de parentes e amigos, quando parou em nossa porta um cortejo de automóveis. Eram aproximadamente 22 horas quando foi tocada a campainha. Corri, curioso, para abrir a porta aos misteriosos visitantes que chegavam àquela hora, debaixo de tanta chuva, um verdadeiro temporal.*

*"Os visitantes eram meus colegas da Caixa Econômica, Oswaldo Rezende Machado e João Vaz, o coronel do Exército Elton de Carvalho, os capitães Isaac de Sá Earp e André Prel Werneck de Carvalho,*

*da Polícia Militar do estado da Guanabara, e o doutor Sylvio Viotti Teixeira de Vasconcelos.*

*"Havia, ainda, outras pessoas que não se aventuraram a enfrentar o temporal e ficaram em seus carros. Vinham me convidar para ir à sede da Caixa, à avenida 13 de Maio, nº 33/35, a fim de passar o cargo de presidente da Caixa Econômica do Rio de Janeiro ao colega Oswaldo Rezende Machado na qualidade de interventor, conforme ordem do senhor general Sizeno Sarmento, chefe do gabinete do senhor ministro da Guerra, general Arthur da Costa e Silva.*

*"Surpreso com o convite, ponderei que, sendo sábado e domingo os dias seguintes, em que a Caixa se achava fechada, aquela providência poderia ser executada na segunda-feira, antes de começar o expediente.*

*"Minha ponderação não foi aceita e segui para a sede da Caixa Econômica..."*

Depois de passar o cargo e esvaziar as gavetas, Castilho enviou um telegrama ao presidente interino da República, o economista Paschoal Ranieri Mazzilli – civil que declarara vago o cargo de Jango, possibilitando o golpe, e que cederia imediatamente o poder aos militares –, e outro ao ministro da Fazenda, Octávio Gouvêa de Bulhões, nos quais comunicava as circunstâncias de sua saída e se isentava de responsabilidade pelo que ocorresse na Caixa diante. No domingo 4 de abril, o general André Fernandes, chefe do Gabinete Militar da Presidência, determinou que Castilho voltasse ao cargo, do qual havia sido afastado por “lamentável equívoco” dois dias antes, mas de onde seria catapultado de vez ao final daquela semana.

O calvário de Castilho estava só começando. Réu em um Inquérito Policial Militar (IPM) –



JERÔNIMO PINHEIRO DE CASTILHO  
Retrato do presidente da Caixa Econômica do Rio, 1956.  
Acervo Caixa, Rio de Janeiro

expediente utilizado pelo regime golpista para perseguir quem bem entendesse –, ele ficou preso incomunicável por quase dois meses no quartel do 1º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos, nos fundos da Quinta da Boa Vista. Jamais esqueceria o dia em que foi levado de madrugada do cárcere para o prédio da Caixa, onde o mandaram sentar em uma cadeira de espaldar alto e lhe colocaram um número no peito a fim de produzir a foto oficial do criminoso que ele sabia que não era.

Por causa do IPM, os salários de Castilho foram bloqueados e o pedido de aposentadoria que havia solicitado era examinado sem pressa alguma. A direção do serviço de aposentadorias, o Sasse, chegou a consultar o ministro da Fazenda, Geraldo Bulhões, sobre a justiça de conceder o

benefício a um associado “punido pela revolução”. Em sua resposta, Bulhões aprovou a concessão da aposentadoria e ainda deu uma enquadrada nos tais diretores: “...ao demais, o ministro da Fazenda não é órgão de consulta do Sasse”.

Enquanto corriam os processos, e após se dedicar à instituição ao longo de toda a vida, Castilho, que mais tarde seria absolvido, estava completamente sem dinheiro. Recorreu então a um empréstimo de dez mil cruzeiros na agência Cinelândia do Banco do Brasil, cancelado à última hora porque ele respondia a processo criminal. Por pressões do regime, também foi demitido do cargo de assessor da diretoria do Banco Nobre, onde começara a trabalhar. Para sobreviver, foi obrigado a protagonizar uma tremenda ironia, numa metáfora de um Brasil inverossímil. O homem que devolvera brinquedos a crianças e alianças a noivos quando era presidente da Caixa, tinha agora de recorrer ao mesmo serviço de penhores para poder comer. As joias da mulher, as pratarias da casa e até um violino foram parar nos cofres da Caixa em troca de um pouco de dinheiro para garantir a sobrevivência de seu ex-homem forte.

Castilho e a mulher, Nair, resolveram transformar a sauna doméstica em negócio, o “Balneário JC”, no qual o casal atendia a recepção e alcançava as toalhas aos clientes. O empreendimento funcionava no pátio da mesma casa cujas reformas ele foi acusado de fazer de forma indevida com dinheiro da Caixa, em um dos tantos processos a que teve de responder. Da mesma casa ele saíra, 31 anos antes, para salvar a Caixa do saque de depositantes temerosos durante o golpe de 1930. Nela vivia agora dias de incerteza provocados por outro golpe.

## O golpe militar 1964

**F**oi um golpe premeditado. Os tambores da conspiração já haviam rufado, ruidosos, em 1954. O tiro que rebentou o coração de Getúlio Vargas os abafou. Os rumores da intriga voltaram a ecoar em 1955 e em 1961. Mas só uma década depois do suicídio do homem que vislumbrava o populismo como o caminho para a reforma social no Brasil é que seus inimigos enfim conseguiram tomar o poder, derrubando João Goulart e Leonel Brizola, herdeiros à esquerda de Vargas. O motivo oficial para o desfecho do golpe de 1964 foi o espectro do comunismo. Nas Forças Armadas, esse era um sentimento genuíno. Mas não foi apenas isso – alimentado pelos delírios estatizantes do governo Goulart – que moveu golpistas militares e civis.

O que se travou no Brasil, da posse (em setembro de 1961) à queda (em abril de 1964) de Goulart, foi um confronto entre duas visões conflitantes da política e, especialmente, da economia. Em vez das reformas de base propostas por Jango, entrava em cena o binômio segurança e desenvolvimento sugerido pelos teóricos da Escola Superior de Guerra (ESG). Em lugar da república sindicalista vinham a concentração de renda, o arrocho salarial e o alinhamento subserviente ao grande capital internacional. No choque entre dois modelos desenvolvimentistas distintos, venceu a modernização conservadora proposta pela ESG, com o apoio dos Estados Unidos. Para concretizá-la, foi preciso romper o jogo democrático e promover o fechamento político – e assim se fez. Chamado de revolução durante anos – e festejado como tal nos quartéis até 1997 –, o movimento político-militar deflagrado em 31 de março de 1964 foi, na verdade, um golpe de Estado. Mas não apenas um

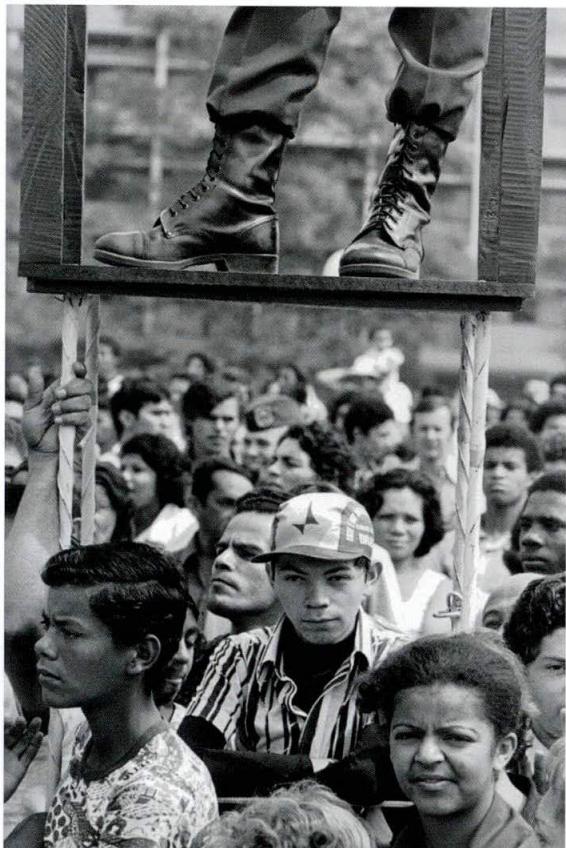
golpe militar, como se supõe: a sociedade civil e o Congresso tiveram participação decisiva nele.

A conspiração de 1964, que teve apoio financeiro, logístico e militar dos Estados Unidos, nasceu como um movimento político-militar cujos objetivos iniciais (e supostamente os únicos) eram derrubar o governo João Goulart e restabelecer a hierarquia vertical no Exército, abalada pelo provocativo apoio que o presidente dava à luta emancipatória dos marinheiros e sargentos, que queriam obter o direito de candidatar-se a cargos públicos. Em tese, a Constituição, as eleições e a normalidade democrática seriam preservadas. Militarmente, o movimento de março de 1964 foi – como já o fora a própria proclamação da República – pouco mais do que um desfile de tropas rebeldes, que partiram de Minas Gerais até o Rio de Janeiro, sendo saudadas pelas classes média e alta.

No dia 27 de outubro de 1965, porém, o primeiro general presidente, Humberto Castelo Branco, coordenador da ação militar que depôs Jango, baixou o Ato Institucional nº 2 (AI-2), suspendendo a Constituição e mergulhando o país numa genuína ditadura militar. O regime de exceção perduraria por 20 anos, e só dali a 21 anos um civil voltaria à Presidência da República. Embora firmemente estabelecidos no poder, os militares não estavam unidos. Em fins de abril de 1964, ao visitar Porto Alegre – de onde Jango e Brizola haviam partido para o exílio no Uruguai –, Castelo Branco estava dividido entre a linha dura, cujo porta-voz, naquele instante, era o general Arthur da Costa e Silva, e o grupo da Sorbonne, vindo da ESG, do qual fazia parte o general Orlando Geisel. O AI-2 e a posse de Costa e Silva dali a três anos revelariam para que lado Castelo Branco se inclinara.



## A Caixa enfim unificada



O PESO DOS COTURNOS  
Desfile militar em Brasília, 7 de setembro de 1971.  
Foto Orlando Brito

Ao elaborar o novo regulamento das Caixas Econômicas, oficializado pela Lei nº 24.426, de 1934, o então presidente da Caixa carioca, Ricardo Xavier da Silveira, propôs a unificação das Caixas de todo o Brasil, por considerar fundamental para o crescimento da instituição a unidade administrativa e a uniformização dos serviços financeiros oferecidos ao mercado. A própria orientação do governo sobre os procedimentos das Caixas era dificultada pela diversidade de características em cada estado e pela ausência de um comando único e autônomo. Segundo Xavier da Silveira, a criação de um Conselho Superior não resolveria o problema. O presidente da Caixa explicou suas razões em uma bem fundamentada exposição:

*“A existência do Conselho Superior em nada modificou esse estado de coisas. Esse órgão, pela sua concepção e organização, não passará, jamais, de mero conselho doutrinário, sem suficiente autoridade de penetração na vida íntima das Caixas Econômicas. As engrenagens burocráticas e as distâncias estabelecem a impossibilidade de exercer, de fato, as funções que lhe foram impostas, no sentido de orientar todas as Caixas, de conformidade com um plano central e irradiante de administração. O Conselho Superior desconhece a vida íntima dos negócios das Caixas Econômicas (exceto da do Rio de Janeiro), bem como a natureza das suas inversões.”*

Ao utilizar a expressão “sem suficiente autoridade”, Xavier da Silveira tocava, talvez involuntariamente, no principal problema para que sua proposta fosse aceita. Não era só o Conselho Superior das Caixas Econômicas que não tinha suficiente autoridade para comandar a instituição; o próprio governo, naquele momento sob breve inspiração democrática,

tampouco possuía autoridade bastante para fazer aprovar uma lei nesse sentido. Havia muitos interesses em jogo. Dificilmente teria êxito uma tentativa de submeter as questões regionais de cada Caixa a um comando único. Somente um governo municiado de mecanismos excepcionais poderia promover a unificação.

Por uma coincidência numerológica, a proposta de 1934 se tornaria viável 34 anos depois, com a edição do mais autoritário decreto da história da República. A 13 de dezembro de 1968, a Câmara dos Deputados rejeitou um pedido de autorização para o governo processar o deputado Márcio Moreira Alves. A negativa deixou as Forças Armadas e a Polícia Federal de prontidão. A Censura proibiu a divulgação de qualquer notícia sobre o episódio no rádio e na televisão. O regime militar aproveitaria o pretexto para editar o Ato Institucional nº 5, o famigerado AI-5, que lhe concederia poderes totais sobre o país e seus cidadãos.

O ano de 1969 seria invulgar, com a promulgação do AI-7, que suspendeu as eleições parciais em todo o território nacional; um comando guerrilheiro, do qual fazia parte Fernando Gabeira, sequestra o norte-embaixador americano, Charles Elbrick, trocado por 15 presos políticos, que são libertados e banidos do país; é aprovada a pena de morte para subversivos; o presidente Costa e Silva entra em coma depois de uma trombose e é substituído por Emílio Garrastazu Médici no rodízio de generais; o líder guerrilheiro e ex-deputado Carlos Marighela é morto pela polícia em São Paulo.

Em meio a tantos acontecimentos explosivos, o governo, utilizando os poderes ilimitados que se autoconcedera com a edição

do AI-5, decreta a unificação das Caixas Econômicas. Como no ditado “há males que vêm para o bem”, mesmo sendo fruto de uma lei autoritária e tendo sido imposta sem consulta às Caixas regionais, a unificação revelou-se fundamental para torná-las uma gigantesca e eficiente rede de prestação de serviços à população brasileira. Além disso, o Decreto nº 759 foi elaborado de forma clara e direta, o que facilitou a tarefa de colocá-lo em prática, como se vê nos trechos reproduzidos a seguir:

*“Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a constituir a Caixa Econômica Federal – CEF, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Fazenda.”*

O Artigo 2º estabeleceu as atividades da Caixa dali por diante. Todas as prerrogativas da instituição foram mantidas, algumas acrescentadas e outras apenas definidas com maior clareza:

*“a) receber em depósito, sob a garantia da União, economias populares, incentivando os hábitos de poupança;*  
*“b) conceder empréstimos e financiamentos de natureza assistencial, cooperando com as entidades de direito público e privado na solução dos problemas sociais e econômicos;*  
*“c) operar no setor habitacional como sociedade de crédito imobiliário e principal agente do Banco Nacional da Habitação, com o objetivo de facilitar e promover a aquisição de casa própria especialmente pelas classes de menor renda da população;*  
*“d) explorar, com exclusividade, os serviços da Loteria Federal do Brasil e da Loteria Esportiva Federal nos termos da legislação pertinente;*  
*“e) exercer o monopólio das operações sobre penhores*

*civis, com caráter permanente e de continuidade; f) prestar serviços que se adaptem à sua estrutura de natureza financeira, delegados pelo governo federal ou por convênio com outras entidades ou empresas.”*

O parágrafo “f” abriu as portas da Caixa a várias modalidades de serviços de interesse público a ela delegados pelo governo nos anos seguintes, tornando-a, mais de um século depois da fundação, o “cofre seguro do povo” em todos os sentidos. O parágrafo “c”, que transformou a instituição no “principal agente” do BNH, e o “d”, que lhe concedia a exclusividade na exploração da Loteria Federal e da Loteria Esportiva, serão analisados respectivamente nos capítulos *Casa Própria e Loterias*, na Parte II deste livro.

A unificação das Caixas Econômicas Federais foi decretada em 12 de agosto de 1969, em meio a um dos períodos mais turbulentos da história do Brasil. Dezenove dias depois de assinar o decreto, o general Arthur da Costa e Silva (1902-1969) deixa a Presidência, vítima de uma trombose, mas em vez do vice, Pedro Aleixo, quem assume o poder é uma junta militar. No dia 18 de setembro, a junta assina a nova Lei de Segurança Nacional. Em 30 de outubro, toma posse o terceiro general presidente, Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) – um genuíno representante da linha dura.

No dia 10 de dezembro de 1969, a unificação das Caixas começa a sair do papel com a formação de um grupo de trabalho encarregado de elaborar o projeto da nova empresa. Oficializado a 31 de dezembro, sob o nome de Fundo de Instalação da Caixa Econômica Federal (Ficef), o grupo era integrado por Sebastião França dos Anjos, Cláudio Alberto Leão de Medeiros e Giampaolo Marcello Falco, presidente da

Caixa de São Paulo. Ao apresentar o relatório anual, em fins de 1969, e ainda sem saber que seria o primeiro presidente da Caixa unificada, Falco fez uma análise otimista da situação:

*“A fusão das diversas Caixas Econômicas que operam nos estados da federação, sob a forma de organismo único de âmbito nacional, permitirá que nossa centenária Caixa de São Paulo atue, na área hoje sob sua jurisdição, melhor estruturada, fortalecida e com amplas possibilidades de participar eficientemente nos programas que lhe serão designados pelo governo federal.”*

Não é de surpreender que a Caixa paulista tenha feito o primeiro presidente da era da unificação. Afinal, ela refletia a pujança econômica do mais rico estado da federação. Mas antes disso, em 1964, logo após a queda de Jango, a Caixa de São Paulo estivera na mira do novo regime. Na ocasião, foi instalado um Inquérito Policial Militar cuja principal atribuição era investigar as atividades da associação dos funcionários. O IPM talvez tenha satisfeito a teoria conspiratória dos militares, mas não achou nenhuma irregularidade.

No ano seguinte, num ato de bravura em tempos tão perigosos, os economistas paulistas promoveram um movimento por melhores salários que renderia frutos em 1966, com o reexame dos cargos e salários e, em 1967, com o enquadramento dos empregados da Caixa na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em 11 de maio do mesmo ano, por indicação do então ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto (que tomara posse dois meses antes), foi nomeado presidente da Caixa paulista o empresário Paulo Salim Maluf, que (como o próprio Delfim) exibia a cara civil do regime militar. Maluf se manteve no cargo até março de 1969. Em julho de 1970,



#### O ROSTO CIVIL DO REGIME MILITAR

*Retrato a óleo de Paulo Maluf, presidente da Caixa de São Paulo entre 1967 e 1969. Galeria dos presidentes da instituição em exposição na agência da Sé.*  
Museu da Caixa, São Paulo

Falco, que estava à frente da Caixa de São Paulo desde setembro de 1969, chegava à condição de primeiro presidente da Caixa unificada.

Naqueles anos de “milagre econômico”, tempos de “Brasil Grande”, a Caixa ampliaria enormemente sua atuação. Para isso, ancorava-se nas novas fontes de receita, determinadas, em boa parte, pelos programas sociais criados pelo governo militar e na administração de recursos de grande monta, como os do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Criado pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, o FGTS é formado por depósitos mensais, efetuados pelas empresas em nome de seus empregados, no valor equivalente a 8% dos salários. Trata-se de uma espécie de pecúlio disponibilizado por ocasião da

aposentadoria ou morte do trabalhador e representa uma garantia em caso de demissão sem justa causa, quando não há pagamento de multa. Para o governo, o FGTS possibilitou a formação de um fundo para o financiamento da construção e comercialização de casas, além de investimentos em saneamento básico e infraestrutura urbana. Sem personalidade jurídica própria, o fundo é administrado pela Caixa.

A Caixa herdaria ainda parte do espólio e das atribuições do Banco Nacional da Habitação, o BNH, criado em 1964 e extinto em 1986. Com isso, a Caixa assumiu de vez a condição de maior agente nacional de financiamento da casa própria. Também está a cargo da Caixa o Programa de Integração Social (PIS), criado em 1970, juntamente com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), este gerido pelo Banco do Brasil. Unificados sob a sigla PIS/Pasep em 1975, ambos os programas constituem um fundo criado para conceder abonos anuais aos trabalhadores públicos e privados de baixa renda.

A experiência em programas sociais levou a Caixa a agir no setor da educação, com a criação, em 1976, do Crédito Educativo Universitário, destinado a estudantes carentes que não haviam obtido vaga em universidades públicas e não conseguiam arcar com os custos de uma particular. Só no primeiro ano houve 55 mil inscritos. O êxito imediato se justificava: o empréstimo só começaria a ser pago dois anos depois da formatura, a juros abaixo das taxas praticadas pelo mercado.

A importância de disponibilizar financiamentos a juros compatíveis com o poder aquisitivo de trabalhadores e estudantes, uma das vocações da Caixa, tornou-se ainda maior a partir da década de 1960 devido ao crescente descontrole da inflação e da correção monetária, implantada em 1964. “Invenção” genuinamente brasileira, a correção monetária é na verdade um juro aplicado sobre os juros convencionais. Na impossibilidade de controlar a inflação, o governo militar optou por corrigir todos os contratos mensalmente, na expectativa de que não se depreciassem diante do aumento constante de preços. O objetivo inicial era alongar o prazo de pagamento da dívida pública e ao mesmo tempo garantir aos investidores a indexação dos valores por eles emprestados. Mas, a exemplo da inflação, a correção monetária também fugiu ao controle e contaminou toda a economia, convertendo-se numa fonte alimentadora da inflação, que alimentava a correção...

A atribuição da Caixa Econômica como agente financeiro do governo no setor social seria de certa forma oficializada em 1975 com o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), programa criado com base no ótimo desempenho da Caixa. No ano anterior, haviam ingressado 18 bilhões de cruzeiros em depósitos na instituição. Em contrapartida, os empréstimos e financiamentos atingiram 21 bilhões de cruzeiros. Utilizando recursos das loterias Federal e Esportiva, o FAS distribuiu, somente no primeiro ano, em torno de 3,5 bilhões de cruzeiros.

## *Os presidentes da unificação*

Além de Giampaolo Marcello Falco, que dirigiu a Caixa Econômica Federal durante os quatro anos do governo Médici, a Caixa teria outros cinco presidentes durante a época de grande crescimento econômico e enorme concentração de renda do regime militar. Foram eles: Karlos Rischbieter, Cláudio Alberto Leão de Medeiros, Humberto Esmeraldo Barreto, Arioporto de Almeida Rego e Gil Gouveia Macieira. O engenheiro catarinense Karlos Rischbieter sucedeu a Falco em 15 de março de 1974, tomando posse como presidente da Caixa no mesmo dia em que o general Ernesto Geisel (1908-1996) assumia a Presidência da nação. Rischbieter ingressara no serviço público mediante concurso em 1962. A partir daí, com breves intervalos, sempre ocupou cargos importantes em empresas oficiais. Ele assumiu o comando da Caixa por indicação do ministro da Educação, Nei Braga. Em sua gestão, a Caixa registrou um crescimento de 120% no volume de depósitos. Rischbieter ficou três anos no cargo, sendo depois presidente do Banco do Brasil de 1977 a 1979, quando então se tornou ministro da Fazenda no governo do general João Batista Figueiredo.

Com a transferência de Rischbieter para o Banco do Brasil, em janeiro de 1977, assumiu a presidência da Caixa Cláudio Alberto Leão de Medeiros, que já fizera parte do Fundo de Instalação da CEF (Ficef) em 1969-1970. Mas Medeiros ficou apenas dois meses no cargo, sendo substituído em março de 1977 por Humberto

Esmeraldo Barreto, que também permaneceu menos de um ano no comando da Caixa, deixando a presidência em fevereiro de 1978.

Barreto cedeu o lugar a Arioporto de Almeida Rego, cujo pai (e homônimo) dedicara mais de três décadas de trabalho à Caixa nos primeiros anos do século 20, escrevendo o livro *Resumo Histórico da Caixa Econômica e Monte de Socorro* a pedido do então presidente Inglês de Souza. Seguindo a carreira paterna, Arioporto entrara na Caixa em 1922, com apenas 14 anos, como escrivário. Depois de 44 anos de serviço e de presidir a Caixa do Rio de Janeiro, ele deixou a instituição, assumindo a direção financeira da Petrobras Distribuidora e a vice-presidência do Conselho Nacional de Desportos, até ser convidado para ocupar a presidência da Caixa, na qual tomou posse no dia 14 de fevereiro de 1978. Arioporto de Almeida Rego se manteve no cargo por 13 meses, substituído em 15 de março de 1979, quando, no dia da posse de João Figueiredo (1918-1999), quinto e último general presidente, assumiu o comando da Caixa Econômica Federal Gil Gouveia Macieira, que permaneceria no posto durante os quatro anos do governo Figueiredo. Curiosamente, ou nem tanto, ele era primo de Marly Macieira Sarney, esposa de José Sarney, que, por um desvão da história, viria a suceder Figueiredo na Presidência da República. Primeiro civil a ocupar o cargo depois do regime militar, Sarney já exibia grande influência junto ao governo fardado.



Em 1970, a Caixa unificou o trabalho de todas as suas filiadas para se tornar o grande banco social brasileiro. Hoje, são 13 anos de unificação, 5 anos de expansão.

### NÚMERO EMBLEMÁTICO

Cartaz em celebração aos 13 anos na unificação da Caixa fez analogia com os 13 pontos da Loteca, na época a principal loteria da instituição.

Museu da Caixa, São Paulo

## A Caixa e o ouro



### O DISCURSO

*Gil Gouveia Macieira faz uso da palavra ao lado de Marco Maciel, nome de grande influência na Caixa.*  
Museu da Caixa, Brasília

### P. 165 – FORMIGUEIRO

*Os sonhos de fortuna levaram milhares a Serra Pelada no final dos anos 1970, formando o maior garimpo a céu aberto do mundo.*

Foto Claus Meyer, agência Tyba

A história de Serra Pelada, o maior garimpo a céu aberto do mundo, iniciou-se no final da década de 1970 a partir de um núcleo populacional instalado às margens da rodovia PA-275. Operários de vários estados nordestinos haviam chegado ao local para trabalhar na pavimentação de outra estrada, a PA-150, na construção da estrada de ferro de Carajás e em garimpos da região. A descoberta de ouro na fazenda Três Barras deflagrou a corrida.

Em poucos dias, milhares de pessoas do país inteiro chegavam ao local, alimentadas por sonhos de fortuna instantânea. O núcleo tornou-se a cidade de Curionópolis, nome dado em homenagem ao militar e ex-deputado federal Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como Curió. O ex-agente do famigerado Serviço Nacional de Informações (SNI) comandou Serra Pelada com mão de ferro como interventor federal, a partir de 1981 – depois se elegeria prefeito da cidade que leva seu nome.

Com a intervenção, as lavras e os garimpeiros foram cadastrados pela Receita Federal, enquanto todo o ouro encontrado na região teria de ser vendido à Caixa em operações diárias. As pepitas e pedras em estado bruto eram comercializadas no posto avançado montado pela instituição em Serra Pelada, o que eliminou os intermediários, conferindo maior credibilidade e segurança às transações. Além do mais, os garimpeiros tinham a garantia de que não seriam mais explorados, pois receberiam valores compatíveis com os do mercado internacional do metal.

Em 1983, no auge do garimpo, foram extraídas 14 toneladas de ouro. De Serra Pelada saiu a pepita Canaã, que mede pouco mais de dois palmos de comprimento, mas pesa 60 quilos, dos

quais 54 de ouro puro. A Canaã, maior pepita encontrada no Brasil em toda a história, e uma das maiores do mundo, está guardada no Museu de Valores do Banco Central, em Brasília, dentro de um cofre que lembra uma mina. Apesar do forte esquema de segurança, pode ser visitada pelo público. A palavra Canaã significa terra prometida.

Durante o governo Collor, Paulo César Farias teria tentado assumir o controle do garimpo, conforme denúncia do major Curió. Em dezembro de 1990, quando a Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada (Coomigasp) ia assinar um contrato com a empresa Servaz para exploração do ouro, PC, segundo Curió, teria ordenado que o negócio fosse desfeito e repassado à empresa de um amigo dele. “A Servaz tinha dinheiro para receber da Caixa Econômica em Manaus, e, se o contrato não fosse cancelado, ele bloquearia esse crédito”, afirmou Curió. Na época, a Caixa era presidida por Lafayette Coutinho, amigo de PC.

A Servaz, de propriedade de Onofre Américo Vaz, foi criada durante o regime militar e chegou a empregar três mil funcionários, tendo vivido seu auge nos governos de João Figueiredo e José Sarney, dos quais o empresário era amigo. Entrou em declínio quando, segundo Vaz, houve a tentativa de extorsão por parte de PC. Depois de ter sido útil ao regime militar como forma de aliviar a pressão no Pará, foco constante de conflitos pela terra, o garimpo de Serra Pelada foi fechado por Figueiredo, o último dos generais presidentes.

Dos tempos áureos de sonhos e esperanças, quando os milhares de garimpeiros a percorrer as encostas da cava de Serra Pelada lembravam um imenso formigueiro, restaram frustrações,



doenças e miséria. Mais uma vez liderados por Curió, os garimpeiros reivindicavam à Caixa o pagamento de uma diferença referente à venda de ouro e paládio nos velhos tempos. Por meio de associações e cooperativas, também lutaram para recuperar a área em poder da Vale.

Duas décadas depois, em 2007, convencida pelo governo federal, a Vale cedeu os direitos de exploração do local à Coomigasp, à qual, posteriormente, repassou mais uma área de 700 hectares. A Coomigasp, em operação articulada

pelo Ministério de Minas e Energia – na gestão do ministro Édison Lobão –, associou-se à Colossus, empresa com sede em Toronto, no Canadá, mas controlada por brasileiros, e formou a Companhia de Desenvolvimento Mineral de Serra Pelada. Em princípio, a Colossus ficaria com 51% do bolo, mas, em 2009, esse índice subiu para 75%.

Pesquisas sinalizam a existência de 150 toneladas de ouro no local. Ao longo do processo de retomada do controle pela cooperativa e de formação da sociedade, ocorreram episódios

violentos, inclusive com quatro mortes. De todo modo, em 7 de maio de 2010 foi assinada em Curionópolis pelo ministro de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, a portaria de concessão de lavra que permite a mineração mecanizada do garimpo de Serra Pelada. O Ministério Público Federal do Pará, no entanto, seguiu pedindo a suspensão da exploração alegando irregularidades no contrato da Coomigasp com a Colossus. Ao encerrar-se o ano de 2010, a questão segue em aberto – e o garimpo também.



BRASIL

# CAIXA NA REDEMOCRATIZAÇÃO

---

## 1985 • 2002

D

epois de duas décadas de regime militar, o reencontro do Brasil com a democracia, ansiosamente aguardado pela sociedade civil, não saiu conforme o desejo daqueles que foram às ruas e subiram aos palanques para entoar o coro das “Diretas Já”. Em 15 de janeiro de 1985, a farda cedia lugar ao terno e gravata no figurino político nacional, mas não por meio das urnas, e sim de um colégio eleitoral, no qual Tancredo Neves, concorrendo pelo PMDB, venceu Paulo Maluf, então no PDS. O avanço, de qualquer modo, foi expressivo.

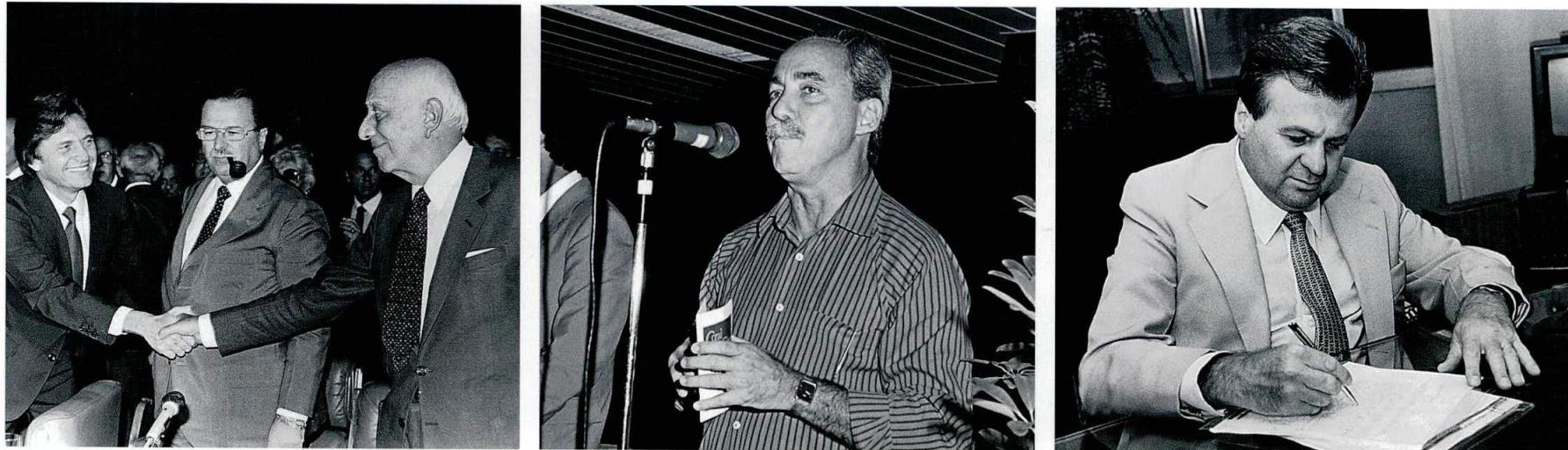
Legítimo representante da linhagem de políticos de Minas Gerais que já legara ao país Juscelino Kubitschek, Tancredo revelava comportamento bem diferente do fulgurante JK, embora exibisse o mesmo jogo de cintura, fundamental para colocar o país com segurança nos trilhos da transição. Mas a questão é que Tancredo adoeceu um dia antes de tomar posse e, após lenta agonia, morreu em 21 de abril de 1985, sem ter assumido a Presidência. O cargo já estava sendo exercido interinamente por seu vice, José Sarney, desde o dia 15 de março.

De qualquer sorte, os cinco anos de Sarney foram de intensa movimentação na Caixa

Econômica Federal. O primeiro presidente da instituição no novo governo foi Marcos Freire (1981-1987), um dos principais líderes políticos de Pernambuco. Ele havia sido escolhido por Tancredo Neves, pelo qual fora encarregado da missão de dar especial atenção ao desenvolvimento do Nordeste, mas acabou sendo mantido por Sarney. Freire permaneceu no cargo por pouco mais de três anos, de 15 de março de 1985 a 3 de junho de 1987.

Foi durante a gestão de Freire que a Caixa teve um significativo avanço na questão da casa própria ao absorver as funções e os empregados do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), no desfecho de um processo longo e complexo. Marcos Freire saiu da instituição para assumir o recém-criado Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, mas morreu em seguida, quando o jatinho em que viajava explodiu logo depois da decolagem, no Pará, em 8 de setembro de 1987, três dias após completar 56 anos.

Freire foi substituído por Maurício Viotti. Economiário desde 1957, ele havia sido superintendente de Operações Diversas da Caixa durante o governo de João Figueiredo, tendo depois se transferido para a Fundação dos Economiários. Viotti comandou a Caixa de junho de 1987 a janeiro de 1989.



#### QUATRO PRESIDENTES DA CAIXA

*Marcos Freire e Gil Gouveia Macieira com Ulisses Guimarães (à esquerda), Paulo Mandarino (no centro) e Lafayette Coutinho (à direita).*

Museu da Caixa, Brasília

Apesar de o Decreto-Lei nº 95.682, emitido em 1988, proibir contratações em todas as empresas da administração direta do governo, a Caixa foi autorizada a empregar 10.700 novos servidores na gestão Viotti, que acabaria sendo afastado do cargo por pressões de seu desafeto Prisco Vianna, amigo de longa data de Sarney e seu ministro da Habitação e do Bem-Estar Social. Seu substituto, Paulo Mandarino, assumiu a presidência da Caixa em janeiro de 1989, e nela permaneceu por apenas um mês, às vésperas da posse de Fernando Collor.

Alçado à Presidência da República com impressionante apoio popular em novembro de 1989 e extirpado do poder com impressionante clamor popular três anos mais tarde, em dezembro de 1992, Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente do país eleito pelo voto direto desde Jânio Quadros, em 1960. Foi também o primeiro a sofrer *impeachment* na história do Brasil. Ex-tesoureiro

de campanha e personagem fundamental do governo Collor durante o curto reinado da chamada “República de Alagoas”, Paulo César Farias conseguiu, naquele breve período, entre outras façanhas, indicar dois amigos para a presidência da Caixa: Lafayette Coutinho e Álvaro Mendonça.

Lafayette Coutinho ficou pouco mais de um ano no cargo: assumiu em 20 de março de 1990 (cinco dias depois de todas as poupanças terem sido confiscadas pelo Plano Collor, como se verá no capítulo *Poupança*, na Parte II deste livro) e saiu em 14 de maio de 1991. Ao deixar o cargo, foi direto para a presidência do Banco do Brasil, passando o bastão para o amigo Álvaro Mendonça. Dali a poucos meses, quando Mendonça já deixara a Caixa, ambos integrariam a “tropa de choque” de Collor, lutando contra o processo de *impeachment*.

De todo modo, um outro Brasil estava nascendo – e, com ele, uma nova moeda.

## O Ressurgimento do Real 1994

Entre a moeda brasileira de hoje, o real, e a primeira moeda brasileira, o real, o país teve várias outras. O real original, celebrizado como mil-réis, vigorou, em diferentes situações, desde o período colonial até meados do século 20. O atual foi implantado em 1994, depois de uma sucessão de planos econômicos fracassados e em meio ao total descontrole da inflação. Entre ambos, a população brasileira conviveu com o cruzeiro (1942), o cruzeiro novo (1964), outra vez o cruzeiro (1970), o cruzado (1986), o cruzado novo (1989), o cruzeiro novamente (1990) e o cruzeiro real (1993) – todos eles citados ao longo das páginas deste livro.

A história do dinheiro no Brasil demorou a se iniciar de fato. Nos anos subsequentes ao descobrimento, a maioria dos negócios era feita na base da troca. Os poucos comerciantes que preferiam dinheiro vivo valiam-se do real português.

A primeira moeda brasileira oficial foi o açúcar, por determinação do governador-geral Constantino Menelau em 1614. Uma arroba (15 quilos) de açúcar branco equivalia a mil reais, ou “mil-réis”, como ficou conhecido. Moedas transitórias foram lançadas por ocasião do domínio espanhol e da invasão holandesa. Somente em 1694 foi criada a Casa da Moeda do Brasil e surgiram as primeiras moedas nacionais, cunhadas em ouro e prata.

Foi durante o Estado Novo, a ditadura de Getúlio Vargas, que surgiu o cruzeiro, cuja vigência se prolongou por 22 anos, de 1942 até 1964, quando outra ditadura, recém-instalada, incluiu a moeda em suas primeiras reformas. À exceção do mil-réis, o cruzeiro, em sua forma original, é a moeda brasileira de maior longevidade até agora. Mas, de 1964 até 1994, num período de apenas 30

anos, além do cruzeiro o país utilizou outras seis moedas. A constante troca devia-se à instabilidade econômica do país e à inflação galopante. Nada menos do que 13 planos econômicos implantados ao longo de duas décadas fracassaram, e a inflação tornou-se uma das maiores do mundo.

Em 1993, quando a moeda em vigor era, pela terceira vez, o cruzeiro, a inflação anual ultrapassou os 2.700%. Em maio daquele ano, cinco meses depois de Itamar Franco assumir a Presidência da República devido ao *impeachment* de Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso tomou posse como ministro da Fazenda (o terceiro da Era Itamar). Após promover alguns ajustes nas contas públicas, o novo ministro implantou a URV, Unidade Real de Valor, em fevereiro de 1994. A URV destinava-se a indexar temporariamente os preços a fim de fixá-los em patamares considerados razoáveis pelos vários segmentos da economia. Com isso, seria possível lançar uma nova moeda sem o risco de que ela se desvalorizasse rapidamente, como ocorreu com suas antecessoras.

O real foi lançado em 1º de julho de 1994, quando Fernando Henrique já deixara a Fazenda para concorrer à Presidência da República. Devido ao êxito do plano, ele se elegeu com facilidade. A inflação de 1994, ano da transição da moeda, ficou em torno dos 1.000%. No ano seguinte, já totalmente sob o Plano Real, o índice não chegou a 15%. Graças à estabilidade, e a despeito de alguns efeitos colaterais, como recessão e desemprego, Fernando Henrique se reelegeu em 1998. Em janeiro de 2003, FH entregou a faixa presidencial a seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em outubro de 2002.



P. 166 E ACIMA – CARA E COROA  
Moeda de R\$ 1,00 cunhada pela Casa da Moeda do Brasil em julho de 1998.  
Museu de Valores do Banco Central do Brasil

Ao assumir a presidência da Caixa em 19 de outubro de 1992, depois de 20 dias de interinidade de Milton Luiz dos Santos, o economista Danilo de Castro encontrou a instituição em delicada situação financeira. Segundo suas declarações, dadas aos principais jornais brasileiros, a Caixa vivia “a pior situação de toda a sua existência”. A avaliação partia de um homem com 25 anos de serviços prestados à instituição.

Nascido em Viçosa, Minas Gerais, a 5 de março de 1945, Danilo de Castro formou-se técnico em contabilidade aos 20 anos de idade. Dois anos depois, em 1967, iniciou a carreira na Caixa como escrivário na agência de sua terra natal. Foi gerente comercial entre 1981 e 1983 e depois gerente de administração de recursos humanos, cargo no qual permaneceu até 1985, quando assumiu a superintendência da Caixa em São Luís, Maranhão, no período em que o presidente da República era o maranhense José Sarney. Quatro anos depois, ocupou a mesma função em Belo Horizonte, Minas Gerais, tendo se mantido no cargo durante as gestões de Coutinho e Mendonça.

Castro foi ainda diretor do Banco Interamericano de Poupança e Crédito, com sede em Caracas, Venezuela, membro do Conselho Curador do FGTS e do Fundo de Desenvolvimento Social, conselheiro do Serviço de Assistência e Seguridade Social dos Economiários e do Conselho Monetário Nacional. Quando chegou à presidência da instituição à qual dedicara sua vida profissional, Danilo de Castro obteve para a Caixa empréstimo de Cr\$ 4,4 trilhões junto ao Banco Central.

Ao deixar o cargo em 29 de março de 1994, Castro foi substituído por José Fernando de Almeida, também economista de carreira, que ficou menos de um ano no comando da Caixa: em 21 de fevereiro de 1995, cerca de dois meses após a posse de Fernando Henrique



Cardoso na Presidência da República, foi substituído por Sérgio Cutolo (foto acima).

As transformações na Caixa tiveram continuidade com a posse de Sérgio Cutolo na presidência da instituição. De certo modo, a modernização imposta por ele pode ser comparada às mudanças ocorridas no início da Era Vargas. Sessenta anos depois da gestão reformadora de Solano Carneiro da Cunha, Sérgio Cutolo desempenharia papel semelhante ao do homem escolhido por Vargas para remodelar a Caixa a partir de 1930. Entre ambos existe, porém, uma diferença fundamental: enquanto Carneiro da Cunha era um político astucioso, Cutolo era economista com larga experiência em cargos públicos.

Antes de assumir a presidência da Caixa, em 21 de fevereiro de 1995, Cutolo já estivera presente em todos os governos desde o fim do regime militar, em 1985. No período de José Sarney, foi secretário de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho. Durante a Era Collor, ocupou cargos nos ministérios do Trabalho, da Economia, da Fazenda e do Planejamento, no qual foi secretário-adjunto de Política Econômica. Com a posse de Itamar Franco, tornou-se ministro da Previdência e Assistência Social, desempenhando

papel-chave na implantação do Plano Real. Junto com uma diretoria colegiada – da qual fazia parte o futuro presidente da Caixa, Valdery Albuquerque –, Cutolo estudou a estrutura da empresa e chegou a conclusões surpreendentes: “*Embora a Caixa estivesse unificada desde 1969, tal unificação era apenas aparente. As superintendências regionais dispunham de enorme autonomia e as nomeações para seus cargos eram eminentemente políticas. A Caixa, também por isso, revelava grande ineficiência financeira e comercial*”. Baseados em uma matriz aplicada pelo grupo General Electric, Cutolo e seu grupo de trabalho desenvolveram o Programa de Racionalização e Competitividade (PRC). Um dos principais pontos da reestruturação previa a extinção das 31 superintendências regionais da Caixa instaladas pelo país e a criação, em seu lugar, de apenas seis coordenadorias.

Após articulação no Palácio do Planalto, as superintendências foram substituídas por 84 escritórios de negócios. A economia com pessoal foi enorme. Cutolo também deu início a uma nova era na área de financiamentos habitacionais, abrindo crédito direto ao mutuário, sem a intermediação de bancos ou instituições financeiras. Também modernizou a forma de pagamento do FGTS e do seguro-desemprego, diminuindo as imensas filas, cuja existência havia presenciado em visitas de surpresa, às vezes de madrugada, a várias agências da Caixa espalhadas pelo país.

Depois de permanecer no cargo durante os quatro anos do primeiro mandato de Fernando Henrique, Cutolo despediu-se da presidência da Caixa em 20 de janeiro de 1999, assumindo, no dia seguinte, a coordenação da recém-criada Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Sua passagem pela Caixa deixou uma marca – literalmente, como se verá.



PRIMEIRA MARCA  
*Logotipo da Caixa no Império (1861-1889).*



NOVO REGIME  
*Logotipo da Caixa na República Velha (1889-1934).*



DA ERA VARGAS À UNIFICAÇÃO  
*Logotipo usado desde a criação do Conselho Superior das Caixas Econômicas Estaduais até a unificação (1934-1970).*



CAIXA INFORMATIZADA  
*Logotipo usado a partir do convênio com o Serpro para a informatização da empresa (1970-1976).*

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**



DOS MILITARES À REDEMOCRATIZAÇÃO  
*Versões horizontal e vertical do logotipo concebido por Aluísio Magalhães (1976-1987).*

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**



RELEITURA  
*Atualização dos logotipos de Aluísio Magalhães, realizada pelo Departamento de Comunicação Social da Caixa (1987-1997).*



A NOVA MARCA  
*Logotipo privilegiando o X, projetado pela NCS Design (1997).*

A gestão de Sérgio Cutolo na presidência da Caixa Econômica Federal caracterizou-se não apenas por reformas estruturais, como o enxugamento dos quadros de pessoal, ou pelas quedas de braço políticas que teve de travar em decorrência dessa mesma medida, como também por uma bem-sucedida mudança de imagem. Em 1º de outubro de 1997, a centenária instituição renovou-se mais uma vez, mudando de roupagem para ganhar oficialmente ares de modernidade. Em lugar da fria sigla CEF, a empresa assumiu a palavra Caixa, forma pela qual sempre fora chamada tanto por seus dirigentes quanto por seus milhões de clientes.

As cores laranja e azul receberam destaque, e o novo logotipo passou a ser um simples, mas simbólico “X”. “A Caixa mudou de ritmo e mudou a letra”, anunciava o slogan publicitário. A letra X representa, antes de tudo, uma escolha; no caso, a escolha da população, que desde 1861 confia suas economias à Caixa. Mas é também o X da multiplicação, do dinheiro que cresce na poupança, e o X das opções dos apostadores da Loteria Esportiva e das loterias de números, como a Loto, a Sena e a Mega Sena.

A campanha de lançamento da nova marca foi acompanhada de um esforço em mostrar que não se tratava apenas de uma mudança visual e estética. De fato, Cutolo promovera alterações

destinadas a tornar a instituição mais ágil em suas operações. O “cofre seguro das classes menos favorecidas” tinha de se mostrar como tal – e não apenas seguro, mas acessível a todos. A logomarca era o símbolo de uma nova mentalidade, ajustada aos tempos do real, lançado havia três anos. Embora a inflação baixa fosse um inegável benefício, paradoxalmente, ela muitas vezes desiludia os poupadões, que estavam acostumados a rendimentos aparentemente altos, que no fundo não passavam de números vultosos imediatamente fulminados pela inflação. Esse era o X da questão.

Mudar a marca em si não era complicado, embora fosse caro – no caso, não menos do que R\$ 1,5 milhão somente no cachê da agência de publicidade encarregada da operação. O passo mais complexo era alterar o visual de todas as 1.807 agências da Caixa em operação naquele momento, não só as fachadas como também as placas de sinalização e todos os outros locais internos em que aparecia o antigo logotipo. Depois foi a vez do material de escritório, cartões de visita, crachás, cartões magnéticos e cadernetas de poupança, material de divulgação, enfim, um trabalho de enormes dimensões, cujo custo foi calculado, por baixo, entre R\$ 3 milhões e R\$ 5 milhões, mas concluído com êxito em pouco mais de um ano.

A internet, uma ferramenta ainda de uso restrito naquele instante, recebeu especial atenção da Caixa durante a reformulação. O novo site teria de ser facilmente utilizado por qualquer pessoa conectada à internet e oferecer serviços e produtos da Caixa numa verdadeira agência virtual, medida que os maiores bancos do Brasil e do mundo já sabiam ser essencial aos novos tempos. Deu certo. O site da Caixa passou a exibir a praticidade e a diversidade de opções dos bancos privados, com a garantia e a segurança tradicionais da instituição. A mudança da imagem e a aposta na internet tinham em comum a necessidade de preparar a Caixa para os desafios do século 21.



O X DA CAIXA

*A nova logomarca, usada a partir de outubro de 1997.*

As transformações que remodelaram a Caixa durante a gestão de Sérgio Cutolo tiveram continuidade e, em certos setores, foram ampliadas com a posse de Emílio Carazzai na presidência da instituição. Indicado para o cargo pelo vice-presidente da República, Marco Maciel, Carazzai só aceitou o convite após longa conversa com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, na qual foram ajustados os conceitos que iriam pautar sua atuação. Sua escolha, com a aprovação pessoal do ministro da Fazenda, confirmou a determinação do governo de entregar a Caixa, bem como os demais bancos oficiais, a administradores com perfil técnico.

Três semanas antes da posse, Emílio Carazzai já estava instalado no edifício-sede da Caixa, em Brasília, preparando a transição entre sua administração e a de seu antecessor. "O processo se deu de forma natural, sem episódios traumáticos", avaliou Carazzai. "Tanto é que a diretoria anterior foi mantida. As mudanças vieram mais tarde, em função de conveniências e opções pessoais, ou pela percepção de que a Caixa estava sob um novo modelo de gestão." Carazzai manteve na Caixa o estilo imperioso que já revelara no exercício de outros cargos de chefia.

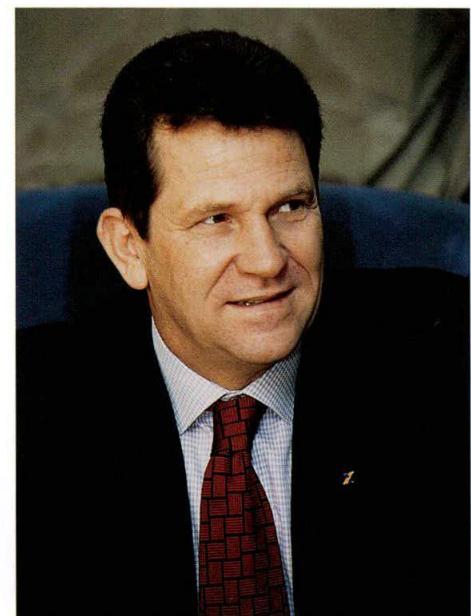
Nascido no Paraná, Emílio Carazzai mudou-se para Pernambuco aos 20 anos de idade e desde então mantém vínculos estreitos com o estado. Administrador de empresas, com mestrado na Manchester Business School da Inglaterra, iniciou sua vida profissional numa firma de consultoria de engenharia ambiental, a AcquaPlan. Aos 26 anos, foi convidado para assumir posto de direção na Secretaria de Planejamento de seu estado adotivo. Um ano depois, assumiu a superintendência da agência estadual de planejamento, o Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (Condepe). Foi secretário de Estado no governo de Marco Maciel, quando estabeleceu os laços que o uniram ao futuro vice-presidente da República. Na área

federal, ocupou funções executivas nos ministérios da Agricultura e da Fazenda e integrou os conselhos da alta administração federal. Carazzai também exerceu atividades executivas em várias empresas do setor privado. Foi diretor do Banco Banorte por dez anos, consultor da Booz-Allen & Hamilton por quatro anos e, ao ser indicado para a Caixa, era diretor de planejamento corporativo da holding do Bompreço Supermercados, a terceira maior rede de varejo do país.

Talvez pela experiência na gestão de empresas e de bancos, Carazzai tinha sua própria visão do papel reservado à Caixa na economia brasileira, inclusive suas diferenças básicas em relação à outra grande instituição financeira do governo, o Banco do Brasil, conforme revelou em entrevistas: "A sobreposição entre Caixa e Banco do Brasil existe no acessório, não no principal. A Caixa não financia crédito rural nem crédito para exportação. O BB não faz crédito habitacional, nem tem o capital intelectual da engenharia da Caixa em desenvolvimento urbano. A superposição é marginal, tolerável e, em alguns casos, até desejável. Alguma competição no setor público não é de todo mau".

A questão habitacional ganhou ênfase na gestão de Carazzai. Os financiamentos foram ampliados e readequados – ação que teria continuidade na gestão de Valdery Albuquerque. Sua principal contribuição, fundamental para restaurar o equilíbrio financeiro-operacional da empresa, que continuava seriamente abalado, foi a reestruturação patrimonial – uma das maiores operações de reengenharia financeira da história do Brasil e a mais vultosa operação de saneamento financeiro da história da Caixa.

Seis anos depois do sopro de renovação trazido pelo Programa de Racionalização e Competitividade, a Caixa passaria por transformações ainda maiores graças ao Plano



#### GESTOR

*Emílio Carazzai, presidente da Caixa de janeiro de 1999 a março de 2002.*  
Museu da Caixa, Brasília



O MAIS JOVEM PRESIDENTE DA CAIXA  
*Valdery Albuquerque, que assumiu o comando da empresa em março de 2002.*

P. 175 – A VILA SOLIDÁRIA  
*A cidade de Solidão no agreste de Pernambuco, onde foi lançado o programa Caixa Aqui.*



de Reestruturação Patrimonial. Em 29 de junho de 2001, cinco meses antes de completar 140 anos, a instituição recebeu uma injeção de R\$ 9,3 bilhões concedidos pelo governo federal – o maior aporte de capital de sua história. Foi o início de um amplo projeto de saneamento financeiro que, segundo Emílio Carazzai, não só assegurou a sobrevivência da Caixa, enquadrando-a nos chamados “requerimentos prudenciais” do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central, como lhe permitiu ampliar a atuação nos programas da Rede de Proteção Social do governo.

O Plano de Reestruturação Patrimonial dividiu-se em quatro tópicos. O primeiro foi o repasse de R\$ 26,7 bilhões em ativos desequilibrados, oriundos de financiamentos imobiliários, para a Empresa Gestora de Ativos (Emgea), instituição não financeira criada pelo Tesouro Nacional para gerir ativos cujas prestações não cobrem a remuneração dos passivos. O segundo, um ajuste de contas entre a Caixa e o FGTS, com a amortização da dívida antecipada da Caixa junto ao Fundo, utilizando como moeda de pagamento títulos CVS. O terceiro constituiu a modernização dos processos de crédito imobiliário para reduzir custos, aumentar rentabilidade e diminuir riscos. Por fim, foi definido um novo modelo de gestão com pressuposto de retorno mínimo sobre o patrimônio líquido, ajustando a Caixa às regras de conformidade (compliance) e garantindo que a empresa não viesse a gerar novos passivos contingentes (os chamados “esqueletos”).

“A magnitude, complexidade e volume de capital envolvidos na reestruturação patrimonial, em torno de US\$ 25 bilhões, a transformam naquela que talvez tenha sido a maior operação financeira da história econômica do Brasil”, assegura Carazzai. “Acredito que, sem ela, a Caixa dificilmente sobreviveria por mais uma década.” Carazzai também foi responsável pela criação do programa Caixa Aqui.

Menos de um ano após a reestruturação, Carazzai deixou a Caixa. Sua saída se deu em meio ao conflito entre o PSDB, partido do presidente Fernando Henrique Cardoso, e o PFL, do vice-presidente Marco Maciel. Ao se afastar do governo, os líderes do PFL exigiram que todos os executivos indicados pelo partido entregassem seus cargos. Como tinha sido convidado por Maciel para presidir a Caixa, Carazzai, em tese, enquadrava-se naquele caso. Estivesse ou não decidido a sair da Caixa, refutava a ideia de que sua presença lá fosse por mera indicação do PFL, e também que tenha caído por causa do partido, ao qual nunca fora filiado (bem como a nenhum outro):

“Não associo minha saída às pressões feitas pelo PFL. Saí por lealdade pessoal ao vice-presidente. E, além de considerar aquele um momento oportuno para retornar à iniciativa privada, o ministro Malan ainda teve a elegância de me conceder a possibilidade de indicar meu sucessor.”

De fato, Carazzai voltou a atuar na iniciativa privada. E, com efeito, quando o ministro Pedro Malan – que, como o próprio presidente da República, era favorável à permanência de Carazzai na Caixa – perguntou ao demissionário se ele tinha um sucessor natural, Carazzai indicou Valdery Albuquerque, seu diretor de Finanças e Controladoria.

E assim, ao assumir a instituição aos 38 anos de idade, o cearense Valdery Frota de Albuquerque tornou-se, em abril de 2002, o mais jovem presidente da Caixa. Albuquerque já possuía relação com a instituição, da qual era, como já foi dito, diretor de Finanças e Controladoria. Formado em economia, com pós-graduação em Política Econômica pela Universidade de Brasília, iniciara sua vida profissional em 1988, como assessor do ministro da Secretaria de Planejamento e Coordenação (Seplan). Depois, ocupou o cargo de diretor adjunto na Coordenadoria Macroeconômica,

na Secretaria Geral da Presidência da República. De 1991 a 1995, atuou na Secretaria do Tesouro Nacional como coordenador-geral da Administração da Dívida Pública, quando participou da primeira capitalização da Caixa naquela década.

Em 1995, assumiu a Diretoria Comercial da Caixa, a convite do recém-empossado presidente Sérgio Cutolo, ficando responsável pela gestão da área bancária e pelas operações comerciais da instituição, bem como pelos serviços de loterias federais, cartões de crédito e meios de pagamento eletrônico e relacionamento com governos estaduais. Também dedicou boa parte de seu tempo à estruturação do Programa de Racionalização e Competitividade (PRC), que deu início à remodelação da empresa. Em 1996, passou a ocupar a Diretoria de Planejamento e Produtos Complementares da Sasse Seguros, período no qual participou do lançamento de novos produtos, como Previdência Privada, Previdência Pública e Capitalização, tendo, neste último caso, coordenado a equipe de implantação da nova empresa: a Federal

Capitalização. No ano seguinte, a Sasse foi eleita pela Academia Nacional de Seguros e Previdência uma das dez empresas mais importantes do setor. Em 1998, a Sasse Seguros passou a assinar Caixa Seguros.

Albuquerque retornou à Caixa em 1999 como diretor de Finanças e Controle, tendo ainda coordenado o processo de reestruturação patrimonial e operacional, ajudado a atualizar o estatuto da instituição e participado da venda da maioria das ações da Caixa Seguros para a francesa CNP Assurances. Quando assumiu a presidência, em 2002, para ali permanecer por menos de um ano, afirmou em seu discurso de posse:

“O desafio da Caixa pós-reestruturação é desenvolver ações estratégicas visando ao equilíbrio econômico-operacional de longo prazo, evitando a geração de novos passivos contingentes, os chamados ‘esqueletos’. A explicitação de riscos e subsídios de programas públicos e a atuação competitiva no mercado são a tônica operacional. Transparéncia, prudência, controle, governança, gestão de risco e eficiência são pré-requisitos

conquistados e que defenderei com obstinação, pois contribuirão para que a Caixa mantenha-se forte para servir aos brasileiros sempre com efetividade”.

O balanço do primeiro semestre daquele ano, divulgado em 17 de setembro, mostrava números auspiciosos: lucro de R\$ 564,4 milhões (com recolhimento de R\$ 129 milhões em dividendos ao Tesouro Nacional); captação líquida da caderneta de poupança de R\$ 2,8 bilhões, por meio de 23 milhões de contas; patrimônio líquido de R\$ 4,3 bilhões. Albuquerque apresentou, pela primeira vez, os números da Caixa à Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais (Abamec), causando repercussão bastante positiva no mercado. Basicamente, sua gestão deu andamento aos projetos e às políticas que haviam sido adotadas por Carazzai. Ao deixar a presidência da Caixa, ao final do governo Fernando Henrique, Albuquerque assumiu a presidência da Nossa Caixa, de São Paulo, em fevereiro de 2003, tendo posteriormente ocupado cargo diretivo no Unibanco, que mais tarde se fundiria ao banco Itaú.





# CAIXA NO SÉCULO 21

---

**E**m 27 de outubro de 2002, no mesmo dia em que completava 57 anos, o ex-torneiro mecânico e líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva elegeu-se, com quase 53 milhões de votos, o trigésimo quinto presidente do Brasil. A chegada ao poder do primeiro chefe da nação oriundo das camadas populares veio romper com um ciclo de elitismo político iniciado, grosso modo, quase cinco séculos antes, quando o fidalgo Tomé de Sousa assinou, em dezembro de 1548, o diploma real que fez dele o primeiro governador-geral do Brasil.

No dia 1º de janeiro de 2003 – exatos dois anos após o início do terceiro milênio –, Lula tomou posse em Brasília em meio a grande comoção popular, recebendo a faixa presidencial das mãos de um antigo companheiro de militância e, naquele instante, seu rival político, Fernando Henrique Cardoso. Foi, outra vez, momento de inegável impacto histórico e ressonância social.

Lula tomou posse sem sobressaltos ou rumores golpistas também em função do fato de o Plano Real (articulado por seu antecessor, FHC,

quando ainda era ministro do governo Itamar Franco) ter-se revelado não apenas um plano de estabilização econômica, mas de estabilização política. E o Brasil pôde apresentar ao mundo um exemplo de maturidade democrática. Embora Lula logo fosse emitir sinais de que pretendia dar continuidade à política econômica de FHC – promovendo alguns ajustes –, a verdade é que a nação ingressava no 114º ano de sua vida republicana e no 503º ano de sua história consideravelmente modificada.

Depois de oito anos no governo, Lula se impôs como símbolo de um Brasil possível, o representante genuíno de um país plenamente viável, e também reconhecido internacionalmente, inclusive pela revista Time, como um líder influente no planeta. Sob seu governo, a Caixa continuou avançando a passos largos no século 21, o século da tecnologia, ampliando a oferta de produtos e serviços e se aproximando cada vez mais dos brasileiros, tanto nas agências espalhadas por cada canto do país quanto por meio da internet, encaminhando-se célebre para seu sesquicentenário, maior e mais dinâmica do que nunca.



Quinze dias após a posse de Lula no Palácio do Planalto, Jorge Eduardo Levi Mattoso assumiu a presidência da Caixa. Era 16 de janeiro de 2003. Professor doutor pela Unicamp, secretário de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo de 2001 a 2003, Mattoso deu início à implementação dos ajustes necessários ao alinhamento da instituição às políticas do governo federal em setores-chave como habitação e poupança, conduziu o processo de internalização das loterias, criou uma série de novos produtos e lançou as bases dos avanços tecnológicos que viriam a dotar a Caixa com um dos mais modernos instrumentos de gestão e atendimento.

O início do mandato de Mattoso coincidiu com o encerramento do contrato da Caixa com a Getec, empresa que desde 1997 administrava as loterias, sendo responsável por todo o processo, da captação de apostas aos sorteios, gestão de pessoal e fornecimento de equipamentos. Embora a participação da Getec tenha sido fundamental na modernização das loterias (conforme será narrado na Parte II deste livro), o fato é que a Caixa tornara-se dependente dela, uma vez que, ao contrário do que rezava o acerto, não ocorreria a transferência de tecnologia e, ainda por cima, havia questionamentos do TCU em relação ao contrato.

Quando Mattoso assumiu a presidência encontrou esta situação, e o jeito foi prorrogar o contrato até agosto de 2005, enquanto eram estudadas alternativas. A despeito das dificuldades de toda ordem e do gigantismo da operação, em 2004 a Caixa decidiu bancar o jogo. Naquele mesmo ano foram lançados os editais e, em meados de 2005, foi inaugurado o primeiro terminal próprio, numa operação que se encerraria um ano depois, quando Mattoso já não ocupava a presidência da Caixa.

O caso das loterias foi o maior desafio da gestão de Mattoso, mas as turbulências

encontradas ao longo desse caminho seriam amplamente recompensadas pela independência que o processo proporcionou à Caixa. Mais do que isso, representou um aporte de tecnologia fundamental para uma instituição cujas operações exigem constante aperfeiçoamento de métodos e ferramentas.

Na parte mais visível ao público do trabalho da Caixa, o Feirão da Casa Própria (também descrito em detalhes na *Parte II*) foi outra novidade importante da gestão de Mattoso. A primeira edição, realizada de 15 de setembro a 30 de outubro de 2005 em 14 cidades brasileiras, atraiu 358 mil pessoas, proporcionou a assinatura de 4.363 contratos, num montante de R\$ 261 milhões, e o encaminhamento de 22.082 propostas de financiamento às agências, num total de R\$ 1,41 bilhão. Desde então, o número de cidades envolvidas, visitantes e contratos firmados tem crescido a cada ano.

Instrumento de alcance popular criado na gestão de Mattoso, a Conta Caixa Fácil tornou-se a primeira conta bancária realmente simplificada do mercado brasileiro, criada para atender a uma enorme fatia da população que, até então, não possuía vínculos bancários, fosse por falta de recursos, fosse por exigências que essas pessoas não tinham condições de atender. Para abrir uma conta fácil não era necessário apresentar comprovante de renda, e tampouco efetuar um depósito mínimo. A movimentação se daria unicamente por meio do cartão magnético em qualquer agência, posto, caixa eletrônico ou agente Caixa. Para se ter uma ideia do sucesso da nova modalidade, a Conta Fácil, lançada no primeiro semestre de 2003, no final daquele ano já atingira o volume de 1,1 milhão de contas ativas, tendo crescido em média mais de 50% nos anos seguintes.

Jorge Mattoso deixou a presidência da Caixa em 28 de março de 2006.



O PRIMEIRO PRESIDENTE DA CAIXA NA ERA LULA  
Jorge Eduardo Levi Mattoso, que assumiu a presidência da instituição em janeiro de 2003.  
Acervo Caixa

P. 178 – RITO DE PASSAGEM  
*FHC, primeiro presidente eleito do Brasil a cumprir dois mandatos, transmite o cargo para Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro presidente oriundo da classe operária e que também iria cumprir dois mandatos.*  
Alan Marques, Folha Imagem

## *As mulheres chegam ao poder*



PRIMEIRA MULHER A PRESIDIR A CAIXA  
*Maria Fernanda Ramos Coelho, que tomou posse no cargo em março de 2006.*

Acervo Caixa

O dia 30 de março de 2006 ficará marcado para sempre na história da Caixa. Foi quando Maria Fernanda Ramos Coelho se tornou a primeira mulher a assumir a presidência da instituição, quase 145 anos depois de sua fundação. Embora de certo modo surpreendente, a decisão foi de todo coerente com a trajetória de um banco social que não apenas é o único a ser designado com artigo feminino como também foi um dos primeiros a aceitar a abertura de contas de mulheres, além de ter sido também um dos pioneiros na sua contratação, e isso desde o início do século 20. Por ocasião da posse de Maria Fernanda, havia anos as mulheres já representavam praticamente a metade dos quadros funcionais da instituição, além de ocuparem cerca de 40% de seus cargos de chefia.

Nascida no Recife (PE) em 6 de outubro de 1961, formada em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco, com especializações em Finanças Empresariais e Gestão Pública pelo IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais), em Administração, Métodos e Técnicas pela Universidade de Pernambuco (UPE) e em Excelência Humana pela UNIPAZ/DF (Universidade Internacional da Paz), Maria Fernanda começou a trabalhar na Caixa em 1984, com apenas 23 anos de idade. Nas mais de duas décadas a serviço da instituição, passou por diversas áreas da empresa, tendo sido gerente geral de agências no Recife e gerente regional de apoio ao desenvolvimento urbano.

Em Brasília, onde chegou em 2003, no mesmo ano em que Lula iniciou seu primeiro mandato, Maria Fernanda comandou as superintendências nacionais de desenvolvimento econômico e social e de estratégias e desenvolvimento empresarial. Ao assumir a presidência da Caixa, revelou especial

preocupação em ampliar o atendimento às camadas de baixa renda, a fim de tornar a instituição, cada vez mais, e conforme estava escrito em sua origem, “o cofre seguro das classes menos favorecidas”.

Maria Fernanda nunca esqueceu, afinal, das cenas a que tantas vezes assistira no Recife, quando era gerente justamente de pessoas de baixa renda, em geral aposentados. Muitos deles eram acompanhados até a boca do caixa por um agiota decidido a garantir que receberia seu pagamento. Além de ter de encarar juros abusivos e correr os riscos inerentes ao envolvimento com uma atividade ilegal, essas pessoas ainda tinham de enfrentar o enorme constrangimento público provocado pela situação. Somente em 2006, ano em que Maria Fernanda assumiu a presidência, a Caixa reservou R\$ 52 bilhões para empréstimos aos menos favorecidos.

Os programas do governo na área habitacional, nos quais a participação da Caixa é fundamental não apenas pelos recursos que possui para aplicar no segmento, mas também pela experiência e pela credibilidade da instituição, determinaram grande expansão do fornecimento de crédito num setor que, de modo geral, não está no foco de negócios dos bancos particulares. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa, Minha Vida, elevaram as operações de crédito imobiliário a patamares jamais vistos.

Em 2010, com recursos advindos da poupança, do FGTS e de outras fontes secundárias, tais operações atingiram o valor recorde de cerca de R\$ 70 bilhões. É justamente em relação à casa própria que o papel da Caixa como agente fomentador de políticas públicas se torna mais claro. Trata-se de oferecer a toda a população, em especial à de baixa renda, produtos e serviços

poucas vezes ofertados pelas instituições privadas.

Além de presidente da Caixa, Maria Fernanda tornou-se vice-presidente de seu Conselho de Administração, presidente do Conselho de Administração da Caixa Participação (Caixapar), diretora do World Savings Banks Institute (WSBI) para as Américas e membro do Conselho de Administração do grupo Caixa Seguros e do Conselho Diretor da Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

A gestão de Maria Fernanda Ramos Coelho caracterizou-se também pelo planejamento de longo prazo, condição necessária para a contínua melhoria dos serviços e do atendimento prestados à população, bem como para o fortalecimento do papel da Caixa como instituição voltada ao desenvolvimento econômico e social do país.

Na presidência de Maria Fernanda foi elaborado ainda o Plano Estratégico (PE) 2009-2015, durante o qual foram ouvidos 20 mil economistas em todo o Brasil. Concluído em agosto de 2009, o trabalho tem por objetivo tornar a gestão da instituição mais eficiente graças ao foco em metas e à otimização de iniciativas. Todos os setores da Caixa passaram a seguir de imediato as diretrizes do plano, cujas prioridades incluem a oferta de crédito como instrumento de políticas públicas, a melhoria no atendimento ao cliente, a criação de novos canais de acesso aos serviços e a promoção de ações de sustentabilidade.

O primeiro PE da história da Caixa contemplou o período 2003-2007, revisado em 2004 e seguido do PE 2005-2015, com sete desafios estratégicos e 28 ações estruturantes. A versão 2009-2015 promoveu aperfeiçoamentos e serviu para alinhar as metas da Caixa aos ciclos dos planos plurianuais do governo federal. A elaboração levou

seis meses e incluiu consultas individuais a todos os empregados, promoção de oficinas regionais e de oficina nacional, consultas aos representantes dos controladores e a órgãos do governo que se relacionam com a instituição e oficinas para a homologação do plano com os Conselhos Diretor e de Administração. Foram reafirmados a missão, a visão de futuro e os valores da Caixa, e definidos os novos desafios estratégicos para o período.

#### MISSÃO DA CAIXA:

“Atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do país como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do estado brasileiro.”

#### VISÃO DE FUTURO:

“A Caixa será referência mundial como banco público integrado, rentável, socialmente responsável, eficiente, ágil, com permanente capacidade de renovação, e consolidará sua posição como o banco da maioria da população brasileira.”

#### VALORES DA CAIXA:

- Sustentabilidade econômica, financeira e socioambiental.
- Valorização do ser humano.
- Respeito à diversidade.
- Transparéncia e ética com o cliente.
- Reconhecimento e valorização das pessoas que fazem a Caixa.
- Eficiência e inovação nos serviços, produtos e processos.

#### DESAFIOS ESTRATÉGICOS:

- Ampliar a participação no mercado de crédito.
- Ampliar a participação de mercado na captação de recursos.
- Ser referencial de excelência no atendimento e ampliar a capacidade e as alternativas de distribuição.
- Ser reconhecida como uma das melhores empresas para se trabalhar.
- Adequar e racionalizar processos e integrar áreas da empresa.
- Implementar soluções integradas de tecnologia da informação.
- Focar na Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e apoiar o desenvolvimento regional sustentável.

Com esse perfil, a Caixa chegou ao final da primeira década do século 21 sob o comando de Maria Fernanda Ramos Coelho, a primeira mulher a presidir a instituição. São, definitivamente, novos tempos – tempos ainda mais femininos para uma instituição que, desde o início, sempre esteve do lado delas.

## A tecnologia do novo milênio

**Q**uanto o escriturário Jeronymo Pinheiro de Castilhos comprou, do próprio bolso, uma máquina de escrever Remington e se tornou o primeiro datilógrafo da história da Caixa, dando início à aposentadoria das legendárias penas Malat 12 e dos tinteiros, que haviam pontificado até a década de 1920, estava protagonizando uma verdadeira revolução tecnológica na instituição, embora provavelmente tenha enfrentado

resistências, não somente aquelas advindas de qualquer inovação, mas porque seus colegas perderiam a chamada “gratificação das penas”, criada pela subsidiar a compra do material. Dali até a adoção das máquinas elétricas e, depois, dos computadores, se passariam muitas décadas.

Na apuração das loterias, a Caixa sempre contou com a melhor tecnologia disponível, no caso dois globos transparentes, 40 mil esferas de madeira e um imenso armário para acomodá-las. A cada extração, um exército de funcionários tinha de contá-las uma a uma. Embora hoje seja absurdamente arcaico, o sistema vigorou até o início da década de 1970, quando o sistema enfim começou a ser aperfeiçoado. No atual formato, são 60 bolas para a Mega Sena e a Dupla Sena, 25 para a Lotofácil, 80 para a Quina e a Timemania e 100 para a Lotomania.

Em ambos os casos, a evolução tecnológica acompanhou o ritmo de seu tempo. Tanto no atendimento ao público quanto nos serviços internos, tal ritmo tornou-se acelerado com o uso em larga escala do computador, acelerou-se de vez com o advento da internet, mais ainda com o celular, um outro tanto com a comunicação sem fio e hoje é cada vez mais vertiginoso. A Caixa tem não somente acompanhado o ritmo de seu tempo, como, em muitos casos, assumido uma condição de pioneirismo.

Primeira instituição do setor a ingressar de modo efetivo no mundo digital, a Caixa foi o primeiro banco do país a possuir um site. Mesmo quando apenas um punhado de brasileiros dispunha de um computador em casa, a Caixa já havia desenvolvido tecnologia suficiente para possibilitar transações remotas, ou “online”, como viriam a ser definidas as operações

CÉREBRO ELETRÔNICO  
CPU da Caixa é a maior da América Latina.



realizadas por meio de um computador.

A caixa foi também o primeiro banco do Brasil a oferecer seus produtos e serviços no modo WAP (do inglês Wireless Application Protocol – Protocolo para Aplicações sem Fio). Presente nos portais de todas as grandes operadoras de telefonia celular, por meio do site da Caixa, o sistema permite não apenas consultar saldos, extratos e lançamentos futuros na conta-corrente e na poupança, como obter informações sobre serviços como saldo do FGTS, resultados das loterias e até o calendário de repasses do Bolsa-Família. Quem possui *smartphone* pode ainda efetuar pagamentos de boletos e da prestação da casa própria, fazer aplicações e desbloquear talão de cheques, entre outras comodidades.

Tendo saído à frente em praticamente todas as tecnologias, a Caixa tornou-se também, em dezembro de 2007, a primeira empresa brasileira a veicular um comercial interativo, por ocasião do lançamento da TV digital. O anúncio pioneiro proporcionou ao telespectador, por meio do controle remoto, visitar páginas de temas como a compra da casa própria, com informações sobre prazos, documentação necessária e simulação de financiamento, tendo sido o material produzido especialmente para a nova plataforma. Depois de dar a arrancada neste novo meio, a Caixa desenvolveu um aplicativo para TV digital com informações sobre o FGTS e o programa Minha Casa, Minha Vida, solicitação de crédito imobiliário e resultados dos sorteios das loterias, entre outros.

A telefonia celular e a TV digital são canais tecnológicos nos quais a Caixa apostou muito, não apenas pelo viés óbvio da inovação, mas pelo fato

de ser a principal financiadora e operadora das políticas sociais do governo federal. Isso significa que, embora tenha em sua carteira de clientes pessoas de todas as faixas socioeconômicas, precisa dar especial atenção às camadas mais baixas, beneficiárias prioritárias de programas como o Minha Casa, Minha Vida ou o Bolsa-Família. Ocorre que o acesso à internet por meio de computador, em especial com banda larga – sem a qual muitas operações se tornam inviáveis –, ainda não está disseminado de forma desejável, sendo inacessível a mais da metade da população.

O celular, por outro lado, atinge um número muito maior de pessoas. O Brasil tem hoje mais de 190 milhões de linhas ativas de telefone celular, praticamente uma para cada habitante, embora a distribuição não seja equitativa – no Centro-Oeste, por exemplo, há mais celulares do que pessoas, numa relação de 118 linhas para cada 100 habitantes. Já a TV digital, espera-se, deverá atingir todos os brasileiros até 2016, quando, em princípio, o sinal analógico deverá ser cortado. Assim, o celular e a TV digital são hoje duas das melhores opções para se alcançar o maior número possível de pessoas. Depois de consolidar o internet banking, a Caixa, que por meio de programas sociais e produtos como a Conta Fácil promoveu a inclusão bancária de mais de cinco milhões de brasileiros na última década, investe agora numa espécie de TV banking. Como, por enquanto, o uso da TV digital ainda exige a compra de aparelhos de última geração ou de conversores, todos os produtos Caixa para este novo meio aplicam-se também ao celular, otimizando a operação.

O universo digital tem permitido às empresas se comunicar com clientes no mundo todo em

tempo real e, muitas vezes, de modo diferenciado. A Caixa Internacional, mais um pioneirismo da instituição, é uma importante ferramenta para os brasileiros que vivem no exterior. A página na internet oferece serviços como o envio de dinheiro para o Brasil, opções de financiamento habitacional para quem se encontra fora do país, e até mesmo a montagem do próprio negócio por meio do programa Remessas e Capacitação para Emigrantes Brasileiros e seus Beneficiários no Brasil, que oferece educação financeira para emigrantes residentes na região de Massachusetts, nos Estados Unidos, e para seus parentes na mineira Governador Valadares, proporcionalmente a cidade brasileira com maior número de cidadãos morando nos EUA.

Uma parceria com o Citibank concede aos brasileiros residentes naquele país as facilidades de uma rede de mais de oito mil pontos de remessa de dinheiro espalhados pelo território norte-americano. A Caixa Internacional oferece ainda sites customizados para brasileiros que vivem no EUA, no Japão e em Portugal, os quais contêm, além dos produtos e serviços Caixa, uma série de informações úteis como a legislação trabalhista de cada país, visto e passaporte, clima, natureza, oportunidades de trabalho e formas de contato com outros brasileiros que vivem na região.

Desde que Jeronymo Pinheiro de Castilhos causou espécie ao adentrar a repartição carregando uma Remington, até os clientes poderem acessar qualquer produto ou serviço Caixa por incontáveis meios e de quaisquer distâncias, a instituição tem empreendido constantes esforços para se manter à frente, e tem conseguido isso aliando alta tecnologia a uma tradição de 150 anos.

## A Caixa da sustentabilidade

O traçado de Brasília, em formato semelhante ao de um avião – ou de um pássaro, como preferem os mais lúdicos –, consiste basicamente de dois grandes eixos: o Monumental (a cabine), ao longo do qual pontificam instalações do governo e demais órgãos públicos, estatais, autarquias, além dos principais monumentos; e o Rodoviário (as asas), em cujas margens estão instalados os prédios de apartamentos – e além dele a região dos lagos Norte e Sul, onde se situam as casas. Assim sendo, em Brasília, mais do que em qualquer outra grande cidade brasileira, as pessoas, ao se dirigirem ao trabalho, ou dele de volta para casa, partem basicamente de duas direções. Dar ou receber carona, portanto, faz mais sentido ali, conforme têm constatado os economiários que exercem suas funções no prédio-sede da Caixa, graças a um programa de carona solidária destinado a conscientizar sobre a importância do transporte compartilhado como forma de reduzir o tráfego urbano e a poluição causada pelo excesso de veículos.

Trata-se de um entre vários exemplos dados pela instituição – responsável pelo financiamento e pela condução de incontáveis políticas públicas – de que a sustentabilidade começa em casa, assim como a diversidade e a inclusão. Aliás, uma coisa depende das outras, pois participar de ações sustentáveis com os colegas é um passo adiante e natural num ambiente em que sempre se buscou incluir e contemplar as diversidades étnicas e culturais do povo brasileiro. Neste sentido, a Caixa tem adotado uma série de medidas, entre as quais se destacam:

- Instituição de Comitês (nacional e regionais) para discussão e proposição de condições de igualdade e oportunidade para mulheres;
- pesquisa exploratória para a identificação do

perfil da diversidade na organização e expectativas dos empregados com relação ao tema;

- participação em fóruns relacionados ao trato das questões da diversidade nas organizações;
- instituição de comitê nacional para questões ligadas a pessoas com deficiências;
- inclusão da temática em treinamentos gerenciais e na integração de novos empregados;
- treinamento para questões de equidade de gênero e a pessoas com deficiências;
- treinamento em linguagem de sinais;
- adaptação de instalações e equipamentos para o uso por pessoas com deficiências;
- pesquisa sobre as necessidades da pessoa com deficiência em relação a produtos bancários;
- estabelecimento de metas para a ocupação de cargos de gestão por mulheres;
- estabelecimento de metas para a ocupação de cargos de gestão por negros (pretos e pardos);
- patrocínio ao Comitê Paraolímpico Brasileiro;
- adoção de parâmetros de diversidade em marketing externo e endomarketing;
- emissão de CPF gratuito para mulheres trabalhadoras rurais;
- patrocínio para projetos voltados para pessoas com deficiência;
- convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

A conscientização dos economiários é fundamental, e seu engajamento, decisivo nesse processo. A Agenda Caixa para Sustentabilidade, inspirada na Agenda 21 – um dos principais resultados da Conferência Rio-92 –, visa a promover uma profunda e permanente reflexão sobre o desempenho econômico, ambiental e social da instituição, fazendo com que todos os

funcionários passem a enxergar suas práticas sob outra ótica, a da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável. Trata-se de aprimorar a cultura da organização e ajustá-la ao ambiente global com foco na sustentabilidade.

Os princípios básicos da Agência Caixa, construídos a partir de debates e reuniões entre as equipes – e com eventuais cursos na Universidade Caixa –, são: estimular iniciativas socioambientais dentro da empresa, ampliar a percepção das equipes sobre a influência das práticas sustentáveis no relacionamento com os *stakeholders* (partes interessadas) de seus negócios, esclarecer os servidores sobre o impacto de suas atividades na sustentabilidade de seus negócios e identificar aspectos a serem desenvolvidos na busca de ações sustentáveis.

A partir da Agenda e da conscientização das equipes, a Caixa parte para iniciativas de ordem bem prática em relação aos parceiros e fornecedores. Um bom exemplo disso é a ação Madeira Legal, segundo a qual todas as construtoras envolvidas em qualquer negócio com a Caixa são obrigadas a apresentar documentação comprovando que trabalham somente com madeira certificada. Muitos financiamentos já foram recusados pela instituição em função dessa exigência. Empresas de máquinas e equipamentos que agreguem valor ambiental em suas atividades podem receber incentivos como taxas de juros mais baixos, prazos maiores, período de carência, entre outras vantagens financeiras. A Caixa também exige licença ambiental para a concessão de crédito. Além de exigir, a instituição estimula parceiros e fornecedores a adotarem práticas sustentáveis e o desenvolvimento de produtos e serviços que ajudem a preservar os recursos naturais, entre outras medidas.



Os caminhos trilhados pela Caixa neste aspecto, bem como os objetivos primordiais da Agenda Caixa, estão em consonância com projetos e cartas de princípios nacionais e internacionais das quais a instituição é signatária. Em agosto de 2008, por exemplo, a Caixa assinou, a exemplo dos demais bancos públicos, o Protocolo de Intenções dos Bancos pela Responsabilidade Socioambiental, cujo escopo prevê basicamente a observação de exigências ambientais para a concessão de crédito. Já em novembro de 2009 foi a vez de a instituição

aderir aos Princípios do Equador, cujas diretrizes, semelhantes às do Protocolo, foram inspiradas em padrões socioambientais da International Finance Corporation (IFC), ligada ao Banco Mundial. A Caixa também se tornou a primeira empresa da área financeira das Américas a assinar a Business and Biodiversity Initiative, cuja meta é alcançar os objetivos propostos pela Convenção sobre Diversidade Biológica. A Caixa segue em perfeita sintonia com seu tempo e pronta para uma atuação sustentável nos próximos 150 anos.

#### AGÊNCIA DA RUA DAS FLORES

*Localizada no centro de Curitiba, é tida como a mais atraente das agências da Caixa no país.*

Caixa a Diversos  
Emprestimos sobre Hoje  
resgatados 27

41 Caixa a Diversos  
Emprestimos sobre Senhores:  
Pelas seguintes quantias hoje recibidas  
Emprestimos sobre Senhores:  
Senhores hoje resgatados

Emprestimos sobre Senhores:  
Senhores hoje resgatados

*Parte II*

# OS SERVIÇOS

Maibado

que é uma grande soma de  
aprovada pela Fabrilian  
de Boston, e que é motivo  
universal herdeira a

tare que lhe permita  
mes da dívida no  
conto de seis contas  
5% ao anno.

11529, 284 164 167  
289623, 29 299 333

se acham depositadas  
arilian Bank, Limited.

algunha sua dívida  
conta corrente no  
mesmo banco e ~~outros~~  
a Caixa Económica em cades;

14304 (2ª serie).

As propriedade  
das dore apólices citadas, dos dia de m<sup>o</sup> stra hte.  
recothidos a Caixa Económica varia vertente as  
depositados no London and Brasi-  
ank, Limited, dos meus moveis  
e demais objectos a mim perten-  
cencia herdeira a menina  
do minha

# POUPANÇA

---

A palavra “poupança” é de origem latina. Surgiu da junção do verbo “poupar” com o sufixo “ança” (acrescentado ao final de um verbo para criar um substantivo abstrato, dando ideia de uma ação). “Poupar” provém de “palpo”, cujo significado mais imediato é “tocar levemente com a mão, afagar, acariciar”. De acordo com o respeitado filólogo Antenor Nascentes (1886-1972), o conceito de “gastar moderadamente” – associado desde pelo menos 1815 com a palavra poupança – remete às “cautelas de quem apalpa, abranda ou acalma”. Embora a palavra seja latina e o conceito que ela implica, bastante recente, o hábito de poupar é tão antigo quanto as primeiras civilizações. Escavações realizadas na Grécia revelaram a existência, vários séculos antes de Cristo, de artefatos utilizados como cofres particulares – precursores dos porquinhos e latinhas descartáveis e mesmo dos “Poupançudos”. Na Roma imperial, chegou a existir um fundo destinado a estimular a poupança dos soldos dos legionários. Em Veneza, no século 12, teria surgido o primeiro banco a receber dinheiro em depósito. Mas a expansão do sistema bancário na Europa foi lenta, por razões de fundo religioso: a Igreja ameaçava com excomunhão quem emprestasse dinheiro a juros, embora a prática já tivesse sido mencionada elogiosamente na

“Devias logo dar o meu dinheiro aos banqueiros e, vindo eu, teria recebido certamente com juro o que era meu.”

São Mateus, XXV, versículo 27

Bíblia, conforme a epígrafe reproduzida acima.

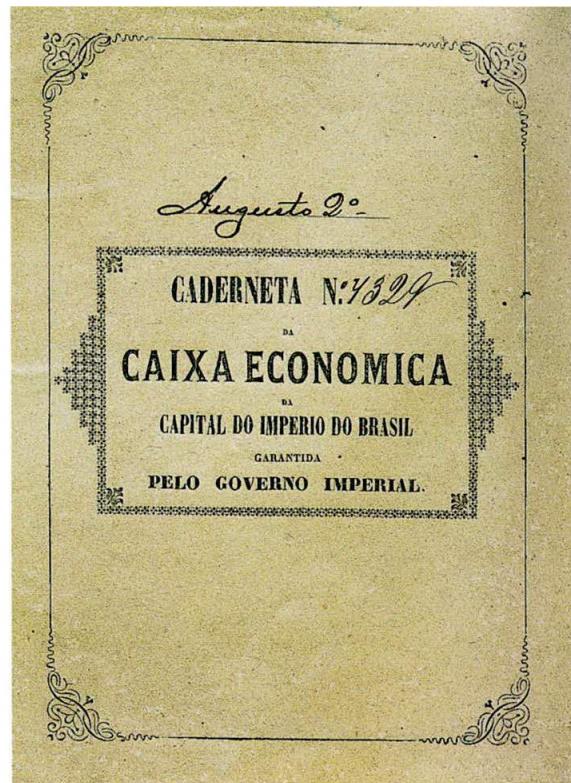
Paradoxalmente, a primeira rede bancária de âmbito internacional esteve ligada à expansão do cristianismo. Em 1119, foi criada a Ordem dos Cavaleiros Templários, de cunho religioso e militar. Seu objetivo era proteger os cristãos que se dirigiam a Jerusalém dos ataques de muçulmanos e salteadores de estradas. Com o passar dos anos, os templários passaram a se dedicar também aos negócios. Em seus cofres jaziam enormes quantidades de ouro e outros bens, frutos de doações, heranças e penhores. Os templários fundaram uma espécie de banco mundial, com postos em diversas nações.

Já as caixas econômicas começaram a surgir mais efetivamente a partir da França, em 1611, quando Hugo Delestre publicou o ensaio chamado *Plano de uma Caixa em que Qualquer Servidor e Toda Pessoa Salariada Poderá Depositar Seu Dinheiro, para que lhe Seja Devolvido Quando dele Necessite*. Os historiadores divergem sobre qual teria sido a primeira caixa a seguir padrão semelhante ao das atuais: se uma daquelas que surgiram na Alemanha – em Brunswick, em 1765, e em Hamburgo, em 1778 –, ou se o Banco de Caridade, criado pelo reverendo Joseph Smith, em Tottenham, na Inglaterra, em 1798, cujos aspectos jurídicos e administrativos de fato eram similares aos das futuras caixas econômicas.

Em 1787, surgiu em Berna, na Suíça, a Caixa dos Criados, destinada à poupança das classes mais baixas, formadas por empregados domésticos, que não teriam acesso a outro tipo de instituição financeira. Em 1816, as caixas romperam as fronteiras da Europa e chegaram à América. Os Estados Unidos foram os pioneiros no continente. Sete anos depois, a Argentina também aderiu a essa forma de instituição, mediante um decreto emitido em 5 de março de 1823.

Os europeus saíram na frente porque sempre tiveram especial preocupação com a poupança. Para eles, os “tempos difíceis” ocorriam com invulgar frequência. Invernos rigorosos, guerras e pestes tornavam vital guardar dinheiro. Na inexistência de bancos, tudo que conseguiam economizar era colocado dentro de uma meia. De tal costume surgiu a expressão “fazer um pé-de-meia”, em uso até hoje.

No Brasil, a história das caixas começou a ser escrita em 31 de julho de 1831, com a fundação da primeira caixa por José Florindo de Figueiredo Rocha. De cunho particular e sediada no Rio de Janeiro, a instituição sobreviveu por 28 anos, depois dos quais foi à falência, lesando inúmeros depositantes. Ainda no período anterior à década de 1860, outras caixas particulares criadas em Alagoas e Minas também fracassaram. Mais um passo importante foi dado em 1849, quando o Decreto nº 575 instituiu regras básicas para o funcionamento dos estabelecimentos de poupança. Nos anos seguintes, ainda pelas mãos de empreendedores privados, surgiram as caixas de Ouro Preto, em Minas Gerais, em 1838; de Valença, na Bahia, em 1852; da capital da província de Santa Catarina, em 1854; de Santos, em São Paulo, em 1857; de Campos, no Rio de Janeiro, também em 1857; e de Salvador, na Bahia, em 1860.



A CADERNETA DA CORTE  
Poupança aberta no Rio de Janeiro, nos primeiros anos de funcionamento da Caixa Econômica.  
Museu da Caixa, Brasília

ACIMA, À DIREITA – MÃO QUE POUPA É MÃO QUE NÃO PEDE  
Cartaz publicitário lançado na década de 1940 pela Caixa Econômica do Rio de Janeiro.  
Museu da Caixa, Brasília

P. 188 – O LEGADO DO BRUXO  
Montagem fotográfica com a reprodução do testamento de Machado de Assis.



A Lei dos Entraves, de agosto de 1860, gerou o embrião da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte, concedendo ao governo imperial o virtual monopólio sobre esse tipo de instituição. De acordo com seu fundador, o imperador D. Pedro II, a Caixa nascia para ser “o banco dos pobres”. Sua função primordial era incentivar o hábito da poupança em um povo tido como imprevidente. Sendo ou não negligentes com seus parcos salários, o fato é que os brasileiros transformaram a Caixa Econômica em um longevo caso de sucesso: ao completar 150 anos, a instituição conta com 40 milhões de contas-poupança ativas e a cada mês 340 mil novas contas são abertas em média. Apenas nos primeiros nove meses de 2010, foram mais de três milhões de novas poupanças. Atualmente, um em cada dez brasileiros “apalpa” seus rendimentos – seguindo o exemplo dado há mais de um século pelo maior escritor da história do país, Machado de Assis.

## Um conto perdido e três poupadados

**P**ara quem gosta de garimpar paradoxos, Machado de Assis é terreno fértil. Menino pobre, nascido no Morro do Livramento, no Rio, numa situação social que nada prometia a não ser uma vida de privações, ele galgou todos os degraus necessários da ascensão social. Arrumou um emprego público – por méritos próprios. Nunca ganhou muito, mas sempre “afagou” seus rendimentos, depositando-os com fervor numa poupança da Caixa Econômica. Terminou por adquirir confortável situação financeira (sem nunca ter sujado as mãos em negócio escuso), vindo a falecer em excepcional condição social: nada menos que

o mais importante dos escritores de sua época, consagrado com a eleição para a presidência da Academia Brasileira de Letras. Num país que foi escravista até quando essa opção nem sequer era rentável, e em se tratando de um mulato, Machado de Assis (1839-1908) não é apenas uma exceção: é a mais clara das exceções concebíveis.

Essa existência balizada por antagonismos refletiu-se em uma obra também condimentada por contradições, confrontos e paradoxos. E, embora não se possa afirmar que Machado tenha tomado conhecimento das ideias do conselheiro Antonio Nicolau Tolentino (1810-1888), de acordo com as quais havia evidente “antinomia”

entre a segurança da poupança e o risco inerente às loterias, o fato é que o maior escritor brasileiro e o brilhante burocrata do Segundo Reinado foram contemporâneos – e possivelmente sabiam da existência um do outro. De todo modo, conhecendo ou não a posição defendida por Tolentino, Machado não deixou de perceber que a tensão entre a solidez da poupança e a evasiva miragem lotérica se apresentava como tema para um amante dos extremos. Tanto é que, em 1886, escreveu um belo conto sobre o assunto. Intitulado *Terpsícore*, tal conto ficou perdido por quase cem anos, como mostra o texto de Luís Augusto Fischer.

Br. Joaquim Maria Machado de Assis, morador a rua do Correio Velho n.º 18, querendo fazer o meu testamento, efectivamente o faço, para que se cumpra e guarde como expressão da minha liberdade vontade, nos termos seguintes:  
 mil reis cada uma da quantia de  
 trés contos e setenta e nove mil seiscentos e sessenta e três reis que tenho de-  
 positiada na Caixa Econômica, em cadu-  
 nota n.º 14.304, (2ª serie), e que de todos  
 esses títulos e quantias, bem como da  
 propriedade das minhas obras giubili-

TRÊS CONTOS POUPADOS

Reprodução do testamento de Machado de Assis.  
 Publicado pelo Jornal da Caixa, edição nº 1, janeiro de 1975

Joaquim Maria Machado de Assis nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1839, filho de um mulato pintor de paredes e de uma portuguesa açoriana “do lar”, os três vivendo sob a proteção de uma família proprietária. Estudou pouco em escolas formais, mas aprendeu o suficiente para continuar vivendo e aprendendo, o que incluiu o português, algum latim e o francês (mais adiante dominará o inglês também). Segundo alguns de seus biógrafos, teria sido sacristão – o que em seu tempo era, mais que prova de fé, um emprego para gente humilde. O certo é que já na adolescência começou a publicar, primeiro poemas (e que letrado não queria ser poeta em 1850?), depois crítica literária e teatral.

Em toda a sua obra inicial se percebe já o metódico de sua atuação: Machado dá sempre a impressão de compensar com denodo e organização o arbitrário da vida, de sua vida muito particularmente, porque para driblar o destino reservado a um sujeito como ele era necessário muito talento e muito método. Antes dos 18 anos já está trabalhando no serviço público, primeiro na então Tipografia Nacional (seu primeiro chefe foi ninguém menos que o romancista Manuel Antônio de Almeida, o autor das saborosas Memórias de um Sargento de Milícias, espécie de crônica da vida real do Rio de Janeiro popular). Depois vamos encontrá-lo, ainda metido nos misteres letRADOS, atuando como revisor de editora e de jornal.

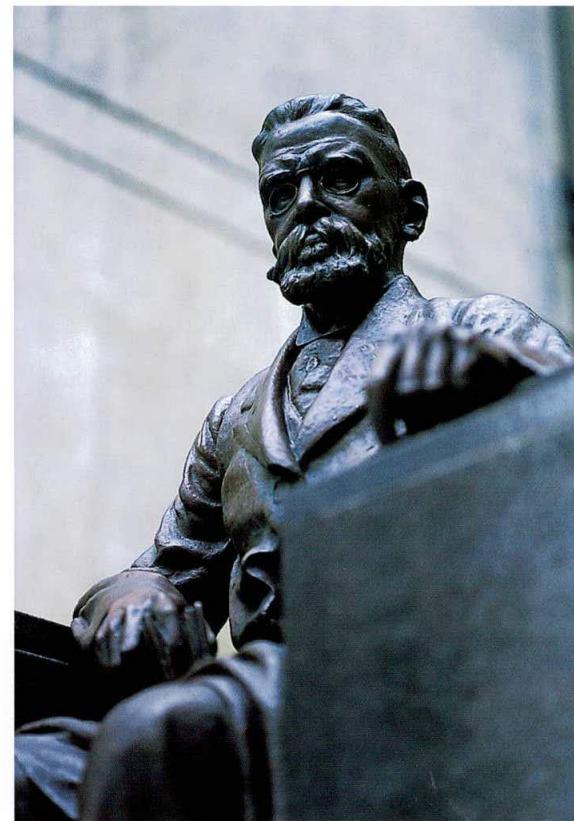
Não é de estranhar que o jovem Joaquim Maria viva nas duas pontas do processo intelectual, como funcionário técnico e como autor. Nem poderia ser diferente, em seu caso social, quase oposto ao de José de Alencar, nascido em família proprietária no Ceará, filho de um sujeito que desfrutava da intimidade do poder, e que por isso mesmo podia ser apenas escritor. Nossos subúrbanos mulatos nem poderia pensar em folgas. Aliás, é fama que quase nunca tirava férias. O período mais longo de repouso aconteceu por força de

doença: na altura de seus 40 anos, manifestou-se duramente a epilepsia, e Machado teve medo da morte, quem sabe pela primeira vez.

Nessa época já estava casado com Carolina Xavier de Novais, que seria sua companhia até o fim da vida (ela morreu em 1904, o escritor, quatro anos depois). Foi a ela que ditou os primeiros capítulos da obra que marcaria uma decisiva e irreversível reviravolta em sua escritura: as Memórias Póstumas de Brás Cubas, publicadas em 1881. Não seria acaso, assim, a radicalidade com que Machado forçou os limites da forma narrativa que até então praticara, para dar lugar a uma estratégia de grande inventividade e incrível força crítica: um morto, Brás Cubas, resolve contar coisas sobre sua vida; como está morto, não precisa preservar nada nem ninguém.

Em 1869, mesmo ano em que conheceu Carolina, entrou mais uma vez, e agora para sempre, no serviço público, ainda no mundo do jornalismo, no Diário Oficial. Algum tempo depois, o que o aguarda é a burocracia mesmo, não mais nas tarefas relativamente amenas do mundo letrado: ingressa no Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas em 1880, na posição de primeiro oficial, galgando todos os degraus até culminar sua vida funcional na condição de diretor-geral de contabilidade.

E, assim como não tira férias largas, não para de trabalhar, não se aposenta. No ano de 1908, que marcará a edição de seu último e magnífico romance, Memorial de Aires, poucos meses antes de sua própria morte, Machado licencia-se para tratar da saúde, que já andava precária. Tinha 69 anos, uma imensa obra e uma carreira exemplarmente convencional na burocracia do serviço público. Tinha também 3 contos e 79.663 réis depositados na caderneta número 14.304 (2ª série) da Caixa Econômica – poupança que ele abrira 34 anos antes, em 1875, quando morava na rua da Lapa, e na qual jamais deixara de depositar.



O MESTRE DOS PARADOXOS  
Estátua de bronze de Machado de Assis, erguida em frente à Academia Brasileira de Letras, no Rio.

Quase não dá para imaginar uma conciliação entre essa serena e metódica figura com o criativo e ousado escritor, que sacudiu a serenidade do romance de amor em Dom Casmurro (1900), ao inscrever nas entrelinhas o vírus letal da dúvida. De toda forma, Machado foi um elegante. De tudo que dele se sabe, nunca recorreu a expedientes escusos para encontrar lugar na sociedade ou na literatura de seu país. Não teve padrinhos a quem recorresse para encobrir falhas no trabalho ou para subir posições; não praticou as mesquinharias tão comuns no mundo artístico como plataforma para firmar-se na opinião pública. Disso há eloquentes depoimentos, a começar por sua própria obra: quando se lê a obra crítica do jovem Joaquim Maria, toda cheia de ímpetos iluministas, toda a favor do

esclarecimento das gentes, toda pensada em apoio aos jovens e ousados, se está diante de um sujeito íntegro, que não transigiu em seus princípios.

Naturalmente, ele foi mudando ao longo do tempo. Dá a impressão de que foi afinando seus instrumentos de análise da sociedade brasileira, o que lhe permite partir de uma visão relativamente ingênua (em textos de 1859, início da publicação sistemática de seus artigos, lê-se um ataque quase desmedido contra os funcionários públicos velhos e reacionários, como se fossem eles intransponível entrave ao desenvolvimento do país!) e atingir uma condição superiormente irônica, ao mesmo tempo crítica, cética e radicalmente humana.

É na década de 1880 que sua obra atinge a maturidade. Para ficar em apenas um aspecto – bem a propósito, o tema dos testamentos, das heranças –, veja-se que já em 1881 vem à luz a forma revista das Memórias Póstumas de Brás Cubas, romance de alta inventividade em que se inscrevem pelo menos duas trajetórias exemplares a respeito do tema. Uma é a do próprio Brás, o protagonista, o “defunto autor” que rejeitava ser visto como “autor defunto”, bem outra coisa.

Ficamos sabendo que este narrador viveu à larga, sem nunca trabalhar – “Coube-me a boa fortuna de não comprar o pão com o suor do meu rosto”, diz ele mesmo –, vivendo do bom e do melhor, usufruindo da condição social elevada em que nascera. E vivendo sem sequer criar família. No proverbialmente famoso último capítulo, ao promover um balanço de sua parasitária existência, porá o seguinte arremate às memórias: “Ao chegar a este outro lado do mistério, achei-me com um pequeno saldo, que é a derradeira negativa destes capítulos de negativas: – Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria”.

É de contabilidade que se compõe, assim, esta enviesada mas efetiva interpretação das elites

nacionais, representadas na pessoa de Brás. Com ele contracena uma figura ao início apenas curiosa, depois um tanto cômica, a seguir assustadora e finalmente superior: um certo Joaquim Borba dos Santos, que na escola que compartilhou com o menino Brás já era conhecido como Quincas, que desaparece da vida do memorialista até a idade adulta, quando então reaparece como mendigo metido a filósofo, depois como o sujeito que lhe roubou um relógio e, finalmente, como um afortunado herdeiro de alguns contos de réis, obtidos de parentes obscuros no interior de Minas Gerais.

Quincas voltará como semiprotagonista do romance que leva seu nome. O herdeiro Quincas lá está, dispendendo favores que só o dinheiro oferece – especialmente o dinheiro que vem do Acaso, este outro nome da Vida –, mas ocupa apenas a parte inicial do romance. Ele logo morrerá e, girando a roda da Fortuna, legará imenso patrimônio ao quase estúpido Rubião, um interiorano sem maldade e, portanto, uma presa fácil para os espertalhões de seu tempo, e de todos os tempos.

Não é preciso fazer muita força para perceber que nas dobras desse enredo está cifrado um terrível comentário sobre os azares do destino, muito especialmente para aqueles que dele dependem, naturalmente. Não era este o caso do cidadão Joaquim Maria, que como vimos fez tudo o que estava a seu alcance para obter condições de fugir àqueles azares. Trabalhou, poupar, fez sua obra e seu nome; morreu praticamente trabalhando, previdentemente, metodicamente. E, se não teve filhos, ao menos deixou legados – entre eles aquele que lograra amealhar em um pé-de-meia confiado à Caixa.

Seu principal biógrafo, Raimundo Magalhães Júnior, aponta mesmo uma história que depõe eloquientemente sobre o tema da previdência, do método e da herança. Diz ele que, nos últimos meses de vida, Machado confidenciou ao amigo Bernardo

de Oliveira o desejo de casar “em branco” com moça pobre da vizinhança, que havia sido exemplar no trato de sua falecida Carolina e que, por isso, havia conquistado a gratidão eterna do viúvo. A ideia era casar com ela no papel, apenas, como forma de fazê-la herdeira dos benefícios do montepio para o qual contribuía compulsoriamente no ministério e que só passava por herança para esposa ou filhos.

Tudo somado, só pode chamar a atenção de seus leitores um conto como *Terpsícore*. Trata-se de um texto que até pouco tempo atrás estava esquecido, porque só havia sido publicado em jornal (a 25 de março de 1886) e jamais recolhido em livro. Em 1991, sumido havia mais de um século, *Terpsícore* veio à tona, mais uma vez em jornal, e finalmente ganhou o estatuto mais duradouro do livro em 1996.

Invocando a musa grega da dança já no título, o conto naturalmente faz esperar alguma espécie de bailado; e não nos engana. A boa Glória e o carpinteiro Porfírio de fato se conheceram quando ela não apenas dançava, mas encantava a todos com sua destreza; ele tanto a quis que aprendeu a dançar em um curso, até criar coragem e ganhar desembaraço para convidá-la a rodopiar pelo salão e, depois, compartilhar a dança mais prosaica da vida. Ambos trabalhadores e corretos, ostentam um traço relativamente inusitado para a ficção machadiana e, talvez, para a realidade carioca e brasileira que o conto enfoca: são felizes. Suburbanos, apenas remediados, mas felizes.

Não sempre, é claro. Tanto que a abertura do conto vai flagrá-los em momento crítico: a casa que alugaram custa muito, Glória mesmo já havia advertido seu marido sobre isso, mas ele não se conformava com menos – a chava que ela e ele mereciam casa que fosse mais do que apenas decente. Queria a beleza, o prazer da beleza, e por isso mesmo havia casado com certo fausto, considerados os padrões de gente de sua condição social. Mas os prazos apertam, eles não têm



#### MACHADO E OS CRUZADOS

Anverso da nota de mil cruzados, emitida em 1987 e que circulou até 1990.  
Museu de Valores do Banco Central do Brasil

*muitos recursos, um padrinho rejeita um novo empréstimo, estão em vias de sair despejados.*

Tudo, assim, vai ganhando contornos tristes e mesmo dramáticos, porque não parece haver saída a não ser a admissão do fracasso, a submissão do casal ao destino habitual dos pobres, a resignação à carência (e à falta de beleza). No momento crucial da história, vamos encontrar Porfírio com uns trocados no bolso; com eles podia comprar coisas, mas também podia – “A esperança é a apólice do pobre”, diz o narrador, entre irônico e compassivo – comprar bilhetes de loteria que se ofereceram à vista quando andava procurando casa mais modesta.

Comprou-os, mas silenciou em casa. Queria, talvez, poupar a amada esposa do quase certo desgosto que decorreria de não ser sorteado. Mas não abandonou o gosto pela vida bonita, pelo quase luxo que queria oferecer à mulher; tanto assim que, chegando à casa, pergunta a ela o que lhe daria caso ele trouxesse de presente um vestido de seda. Ela rejeitou até pensar sobre isso; mas ele insistiu

*e perguntava se por acaso os pobres não tinham o direito à seda, ainda mais com um corpo tão lindo como o dela. Tão lindo que ele a tomou nos braços, e os dois dançaram como sempre haviam feito.*

Contrariando o que seria esperável em um escritor de corte crítico – e em um homem tão metódico e realista –, a musa Terpsícore baila a favor do casal. E os bilhetes saem premiados! Quinhentos mil-reis significavam um belo dinheiro, naturalmente; liquidariam as dívidas, e 200 mil sobrariam ainda. Glória, como que dizendo as palavras que a voz medianamente burguesa diria naquela hora, sugere que os 200 mil-reis sejam depositados na Caixa Econômica. Não quer o vestido de seda, não quer nada. Mas o marido insiste, lembra que ela nunca tinha tido um vestido feito por modista; ela tenta endurecer na defesa da racionalidade burguesa, quer convencer o bom e trabalhador marido a poupar – como fazia o cidadão Joaquim Maria Machado de Assis, autor da trama.

*Mas nada adianta. Porfírio não se contenta nem mesmo com a hipótese de um passeio, espécie de compensação que ela imagina para a poupança: “Se passear bastasse, cachorro não morria de lepra”, ele diz. E se prepara para o que considera a comemoração digna daqueles 200 mil: uma festa, uma imensa e inesquecível festa, que ele planeja com rigor, minuciosamente, já contando com o apoio entusiasmado da querida esposa. E se divertem os dois, e se diverte a família, e também a vizinhança. Glória dança com todo encanto, e naturalmente com vestido de seda.*

*Se não fosse tão trivial tomar a obra como um reflexo imediato da biografia, seria irresistível afirmar que Machado compensou em Terpsícore a dureza da vida, fazendo seu Porfírio viver à larga, ainda que por breves momentos. Naturalmente não é tão simples assim, muito menos em um autor sofisticado como o inigualável Machado de Assis.*

*De todo modo, para um homem que não teve filhos, como ele, que calhou de ser um escritor que muitas vezes fez seus personagens padecerem a carência de descendentes – quem pode esquecer o mencionado desfecho das Memórias Póstumas? Quem pode esquecer os dilemas de Bento Santiago, o casmurro memorialista que teve e não teve filho? –, é impossível deixar de ver algum cruzamento entre a metódica paciência do trabalhador e econômico Machado, que lega seus três contos poupadados à menina Laura, em um testamento redigido com letra firme e miúda, e a também metódica preparação do trabalhador e não poupadour Porfírio, que resolve viver breve mas intensamente daquele dinheiro oferecido pelo Acaso. Cruzamento negativo, é certo; mas não era ele mesmo o mestre das negações e dos paradoxos, o autor que os contemporâneos chamavam de “Bruxo”?*

## A Caixa e os imortais

**E**xiste uma antiga e estreita relação entre a Caixa Econômica e os imortais da Academia Brasileira de Letras. Fundada pelo grande Machado de Assis em 1896 (21 anos depois de ele ter aberto sua caderneta de poupança na Caixa), a ABL se constitui, há mais de um século, no maior sonho de qualquer escritor brasileiro: a eleição para uma de suas 40 cobiçadas cadeiras assegura a consagração definitiva. Os vínculos entre a Caixa e a ABL não se limitam, porém, ao fato de a instituição ter sido criada e presidida por um fiel poupadão: é preciso lembrar ainda que o redator dos estatutos originais da Academia, o escritor Inglês de Souza, foi não apenas seu primeiro tesoureiro, mas também presidente da Caixa Econômica do Rio de Janeiro.

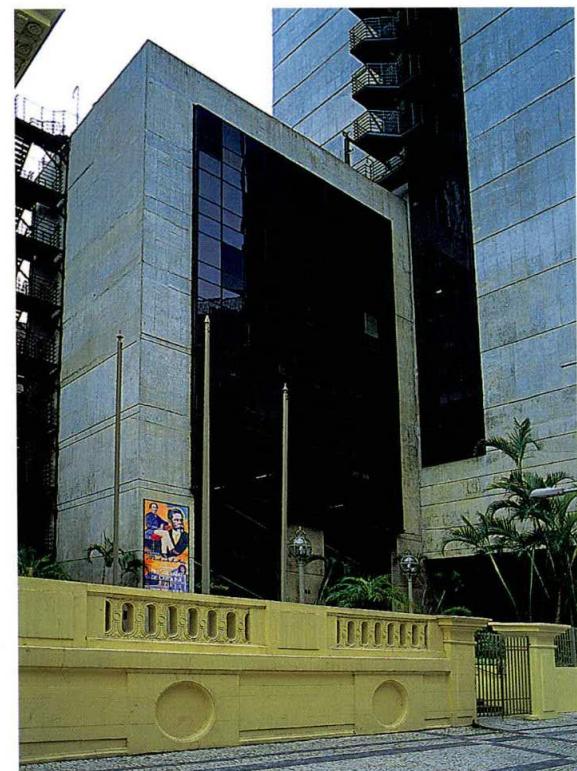
Mas foi na década de 1970 que a ligação entre a Caixa e a ABL se tornou ainda mais sólida, graças ao papel desempenhado por Austregésilo de Athayde. Nascido Belarmino Maria Austregésilo Augusto de Ataíde em Caruaru, Pernambuco, a 25 de setembro de 1898, o homem que presidiria a ABL por 35 anos se mudou para o Rio em 1918. Em 1924, conheceu aquele que seria seu patrônio por quatro décadas: o polêmico magnata das comunicações Assis Chateaubriand. Tornando-se o homem de confiança de Chatô, Austregésilo foi alçado ao cargo de diretor de *O Jornal*, embrião dos poderosos *Diários Associados*. Em 1948, como delegado do Brasil na 3ª Assembleia Geral da ONU, realizada em Paris, redigiu a *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, o que lhe assegurou projeção internacional.

Mas a biografia de Austregésilo de Athayde é marcada, sobretudo, por sua atuação à frente da ABL, da qual assumiu a presidência em 1959. Em 1975, aos 77 anos de idade, Austregésilo revelou, em entrevista ao *Jornal da Caixa*,

como seu bom trânsito junto ao regime militar tornara possível o sonho de erguer a nova sede da Academia: “*A doação do terreno onde antigamente funcionava o Tribunal Federal de Recursos, à época da capital federal no Rio de Janeiro, foi feita pelo então presidente Castelo Branco, em 1967. O presidente Médici ampliou os poderes e os direitos da Academia sobre o terreno recebido em doação com cláusulas especiais. Agora, com o beneplácito do presidente Ernesto Geisel, conseguimos o empréstimo da Caixa Econômica*”.

A operação triangular deu-se da seguinte forma: a Caixa concedeu financiamento de 198 milhões de cruzeiros à empreiteira Ecisa para a construção de um centro cultural e comercial na avenida Presidente Wilson, 231, no Rio. O centro comercial, de 30 andares, seria arrendado à incorporadora durante 20 anos, ao fim dos quais a ABL receberia os prédios em definitivo. Austregésilo tinha uma versão bem-humorada para a liberação do dinheiro. “*Se não me derem o empréstimo, tiro todos os meus contos daqui e quebro a Caixa*”, disse ele ao gerente.

Talvez a poupança do escritor não fosse tão volumosa a ponto de falir a instituição, mas sem dúvida era digna de respeito. Tratava-se, afinal, da mais antiga conta ainda em movimentação. Sob o número 84.3.9877, fora aberta com a quantia de dez mil-réis em 10 de setembro de 1918, dois meses depois de ele ter desembarcado no Rio, e nunca deixara de ser abastecida. Por ocasião da entrevista, com quase 80 anos, Austregésilo continuava apostando na poupança. “*Quando cheguei ao Rio, minha avó aconselhou: ‘Não gaste o seu dinheiro, meu filho. Bote na Caixa Econômica’. E eu obedeci*.” Tornou-se, assim, um cliente tão devotado quanto o próprio Machado de Assis.



ACIMA – CENTRO COMERCIAL DA ABL  
Prédio construído com financiamento da Caixa.

ABAIXO – CENÁRIO DO CHÁ DAS CINCO  
*O Petit Trianon*, sede da ABL e local onde os acadêmicos se reúnem todas as quintas-feiras.



## A crônica da indignação

**R**aros aspectos podem ser mais reveladores da espoliação a que os brasileiros foram submetidos com a implantação do Plano Collor, em 16 de março de 1990, do que o confisco da mais antiga caderneta ativa da Caixa Econômica Federal. Como tal caderneta pertencia a um literato, a indignação popular ganhou voz na contundente crônica que Austregésilo de Athayde fez publicar no *Correio Braziliense*, em 20 de março de 1990. Muito propriamente, ele o fez citando o poupadão Machado de Assis.

*“Como no D. Casmurro depois do afogamento, a confusão era geral. Homens e mulheres em lágrimas, e em murmurações de desespero, comuns nas horas aziagas. Depois tudo foi serenando, à medida que o homem se acostuma com a desgraça e o tempo faz esquecer. Estamos num tempo de crise. Crise à brasileira, bem diferente das crises que afetam outros povos vizinhos e em outras regiões do mundo. Uma crise brasileira define-se principalmente pela sua temporalidade. Como as tempestades de fogo no céu, raios e coriscos, chuvas e ventanias, a princípio parece que leva tudo raso. Mas passa o sibilante vento, e aquele toque de acomodação, que é também o toque da lídima brasiliade, vai amainando as almas em desespero e de súbito, por força de uma magia autóctone e específica de que somos donos exclusivos na face deste planeta, o dito fica como o não dito, e o ‘deixa pra lá’ alivia o peso dos ombros. E o Brasil continua impávido, crescendo, projetando-se, abrindo caminhos para ser, o que nenhuma força humana impedirá, uma das grandes potências do século vindouro.*

*“A especulosidade é o pábulo dos governos que começam, mas logo os atores cansam e eles próprios recaem nos vícios antigos, como aconteceu depois do dilúvio que um deus vingativo desencadeou, salvando apenas Noé e sua família, além de um representante*

*de cada animal da Terra. Que imensa arca, quando se pensa nos sáurios mastodônticos. Dizem as sagradas escrituras que o castigo não afastou o homem de seus vícios. E todos os crimes voltaram, por ser isso da natureza humana, de errar sempre, e mais grave ainda de persistir diabolicamente no erro. Amanhã é outro dia, acabadas as noturnas sombras, que no Brasil ninguém é de aço, mas sim feito de barro da terra, desde que Deus infundiu na narina de Adão o fôlego da vida. Quanto ao confisco, ao calote, à intemperança nas objurgatórias contra aqueles cujo delito foi acreditar na palavra dos poderosos, juntando penosamente as suas economias, e são chamados brutalmente a pagar a conta, esperam a nova onda de marajás, uma estirpe jamais em extinção e sempre vigorosa nos quatro cantos do planeta.*

*“Sou o mais antigo depositante da Caixa Econômica. Com uma conta aberta a 10 de setembro de 1918, quando conheci o meu mestre de jornalismo, por tantos títulos benemérito do Brasil, Lindolfo Collor, com quem comecei a vida de jornalista. Arnon de Mello, quase menino, ingressou na grei ‘associada’ e muito aprendeu conosco, Assis Chateaubriand e eu, as duras tramas da vida. A minha primeira carteira da Caixa faz hoje parte do museu da instituição. Tudo quanto ali depositei em 72 anos foi fruto do trabalho e da cautela, que é preciso ter à mão uma reserva para as emergências inesperadas e insídias do mundo. Vítima do confisco, depois de ter sido o principal coautor da Declaração Universal dos Direitos Humanos e já adiantado na década que leva ao centenário, vou lutar sem trégua pelo meu direito, pois a Lei não socorre aos que dormem. E quanto a dormir, nem pensar.”*

Austregésilo de Athayde



### O MAIS FIEL DOS POUPADORES

*Austregésilo de Athayde, dono da caderneta de poupança que se manteve ativa por quase oito décadas e foi a mais longevidade da história da Caixa.*

Foto AJB

## A Caixa das mulheres e das crianças

**E**mbora a Caixa Econômica Federal tenha nascido para ser o “banco dos pobres” – ou, nas palavras do visconde do Rio Branco, o “cofre seguro das classes menos favorecidas” –, o fato é que, desde o primeiro dia, recebeu muitos depósitos feitos em nome de mulheres e crianças. Embora as quantias creditadas não tenham sido altas, nada permite afirmar que tais crianças e mulheres – cujas cadernetas foram abertas por seus pais, maridos ou avós – integrassem as “classes menos favorecidas”.

As listas dos primeiros depositantes da história das Caixas do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Rio Grande do Sul e da Bahia fornecem dados reveladores. Entre os 50 clientes iniciais da Caixa da Corte, contam-se cinco mulheres e cinco crianças. Em Porto Alegre, dos 20 primeiros depositantes da Caixa, oito eram crianças e cinco, mulheres. O caso mais tocante é o da “liberta” Josefa, de nove anos, “filha da crioula Margarida, escrava de José Antonio Coelho Jr.”. Na Bahia, o primeiro depositante favoreceu seus dois filhos, e, no Paraná, oito mulheres e duas crianças ganharam suas cadernetas no dia em que a instituição abriu as portas.

No dia 1º de setembro de 1875, tão logo a Caixa de São Paulo começou a funcionar, a primeira operação registrada foi um depósito de cinco milréis (5\$000) feito em nome de Florisbela Maria de Araújo Rodrigues, moradora da rua Direita. Embora a Direita ficasse junto ao Pátio do Colégio – onde a Caixa estava instalada –, Florisbela não foi até lá: não era de bom-tom que mulheres saíssem de casa. Mas a primeira cliente manteve-se fiel à instituição por vários anos. Tanto que, tempos depois, o Conselho da Caixa mandou fazer um retrato dela.

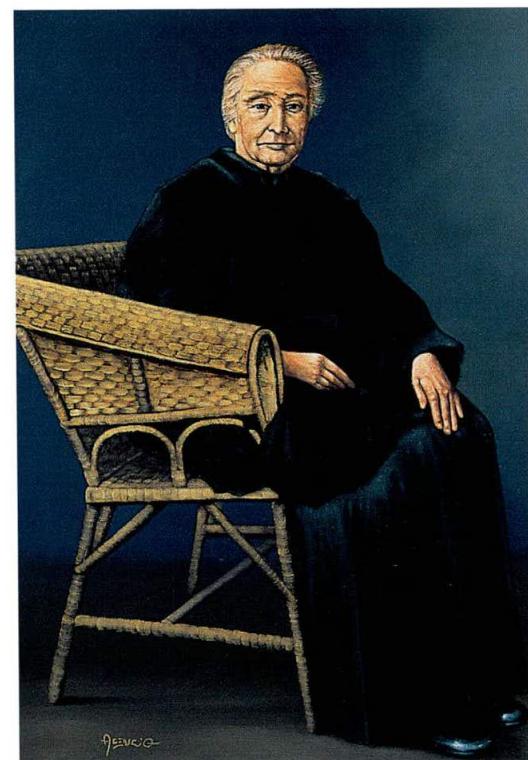
A livre circulação não era o único obstáculo que as brasileiras enfrentavam no século 19. As normas da Caixa refletiam as tendências

restrictivas. O artigo 9º do Decreto nº 2.723, de 12 de janeiro de 1861 (que criou a instituição), estabelecia que não seriam “admitidos como depositantes e abonadores os menores, escravos e mais indivíduos que não tiverem a livre administração de sua pessoa e bens”. Ora, o Código Civil em vigência raramente concedia às mulheres casadas “a livre administração de seus bens”, o que significa dizer que boa parte das clientes da Caixa só podia abrir e movimentar suas poupanças com o prévio consentimento de seus maridos. Mas o que já era ruim ficaria pior.

No dia 16 de agosto de 1878, o ministro da Fazenda, Gaspar Silveira Martins, decidiu que “as mulheres casadas e os menores não podem, como pessoas incapazes, nos termos da Ordenação, livro 3º, artigo 47, efetuar depósitos e menos ainda levantá-los”. Tal estado de coisas se manteria virtualmente inalterado durante o restante do período imperial e ao longo das primeiras décadas republicanas – houve modificações favoráveis apenas às crianças.

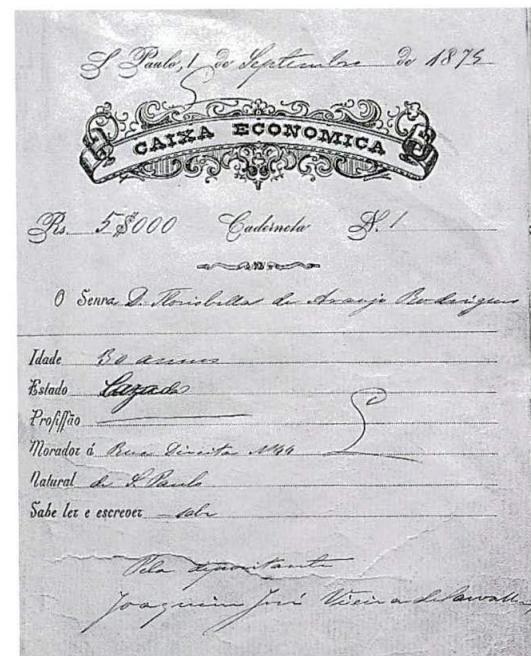
Somente o Regulamento de 1915, redigido na gestão de Inglês de Souza e assinado pelo ministro João Pandiá Calógeras, modificaria o *status* das mulheres junto à Caixa, e ainda assim com moderação. O artigo 9º do Decreto nº 11.820 tratava da “caderneta da mulher casada”, estabelecendo que “a mulher casada, sob qualquer regime, pode livremente instituir e retirar depósito em seu nome, *salvo expressa oposição, por escrito, do marido*, o qual não poderá retirar tais depósitos sem prévia autorização ou suprimento judicial”.

O início da Era Vargas e o Regulamento de 1934 trouxeram renovações – mas as amarras ainda se mantiveram. Eis as novas determinações,



ACIMA – A VELHA SENHORA  
Óleo retratando Florisbela Maria de Araújo Rodrigues,  
primeira cliente da Caixa Econômica de São Paulo.  
Museu da Caixa, São Paulo

ABAIXO – A PRIMEIRA POUPANÇA DE SÃO PAULO  
Caderneta inaugural da Caixa paulista, aberta em  
nome de Florisbela Maria de Araújo Rodrigues.  
Museu da Caixa, São Paulo





NO ALTO – DESCERRANDO A FITA

*Criança inaugura agência da Caixa nos anos de 1960.*  
Museu da Caixa, Brasília

ACIMA – NOVO HAMBURGO, 1940

*Avô observa criança abrindo uma caderneta de poupança.*  
Reprodução do livro *A Caixa Econômica do Rio Grande do Sul em seu Jubileu de Diamante*, Acervo da Caixa, Rio Grande do Sul

comentadas por De Plácido e Silva: “*Permitindo-se que as mulheres casadas façam depósitos em seu nome, claro está que estes depósitos serão por elas movimentados sem intervenção marital. No entanto, se houver oposição dos maridos na abertura de depósitos dessa natureza, serão os existentes encerrados e anotados em nome do marido, e somente eles os poderão movimentar. Nos depósitos da mulher casada feitos sem oposição do marido, este somente poderá participar do movimento do depósito com autorização expressa da mulher.* (...) *No entanto, quando as mulheres casadas forem comerciantes, e como por exigência legal para exercício da profissão já estejam devidamente autorizadas por seus maridos, os depósitos que instituírem serão, em virtude da qualidade que lhes é atribuída, movimentados livremente por elas sem qualquer intervenção do marido.*”

As restrições impostas às mulheres não podem ser atribuídas a preconceitos da Caixa Econômica – elas tão-somente eram um reflexo do Código Civil. Tanto que a empresa foi uma das primeiras a contratar mulheres, embora a prática tenha se iniciado só em pleno século 20.

Em São Paulo, as primeiras mulheres entraram para a Caixa em setembro de 1921. Foram elas Thereza Ciccaio e Aurora Gouveia, ambas escriturárias. Após a inauguração da agência da Sé, que coincidiu com a realização dos primeiros concursos públicos, o número de mulheres empregadas pela Caixa de São Paulo cresceu muito. Em um daqueles concursos, foram aprovadas mais mulheres do que homens. E a diferença em favor das mulheres foi tão alta que o concurso seguinte foi limitado aos homens.

A ascensão das mulheres nas Caixas coincidiu com o avanço das questões feministas em todo o Brasil. Foi em fevereiro de 1932 que Getúlio Vargas decretou a nova lei eleitoral, estendendo o direito de voto às mulheres. Ainda em 1932, a

jornada de trabalho das mulheres foi limitada a oito horas, sendo-lhes concedida também a licença-maternidade por dois meses. No ano seguinte, a paulista Carlota Pereira de Queiroz tornava-se a primeira mulher eleita para um cargo público no Brasil (deputada federal).

No ano em que as mulheres começaram a firmar sua posição no mercado de trabalho e na política brasileira, as Caixas Econômicas voltaram sua atenção também para as crianças. Os depósitos favorecendo menores haviam crescido em ritmo tão acelerado desde a inauguração da Caixa que seus dirigentes já tinham tratado de modificar as restrições impostas por Gaspar Silveira Martins em agosto de 1878 – e o haviam feito já em 1879, mas só em relação às crianças. Em 6 de maio daquele ano – apenas oito meses depois do decreto de Silveira Martins –, o novo ministro da Fazenda, Afonso Celso de Assis Figueiredo, decidiu que as Caixas podiam “receber quantias em favor de menores, não sendo preciso a intervenção dos pais, tutores ou do Juízo senão para o seu levantamento”.

Mas seria a partir de maio de 1933 que a Caixa Econômica do Rio de Janeiro de fato deflagraria grande campanha para promover a abertura de cadernetas entre as crianças. A iniciativa partiu, como tantas, de Francisco Solano da Cunha, presidente da Caixa carioca, e de seu assessor Jeronymo de Castilho.

Foram eles os idealizadores da “Semana do Pé-de-Meia”. A campanha, realizada de 17 a 24 de junho de 1933, foi um sucesso estrondoso. Ao longo daqueles dias, a agência central, na rua D. Manoel, a agência do Meyer e as filiais de Petrópolis, Niterói e Madureira ficaram abertas até as 19 horas, inclusive no domingo, dia 18. Foram feitas várias promoções, entre elas a entrega de cem “cadernetas condicionais”, com depósitos de 50 mil-réis cada. Tais cadernetas

só começariam a render juros quando a soma dos depósitos chegasse a cem mil-réis e não poderiam ser liquidadas nem sofrer retiradas até que seus titulares atingissem a maioridade.

Mas o ponto alto da campanha foi a distribuição de dez mil cofrinhos no sábado, dia 17 de junho. Cerca de 25 mil pessoas se aglomeraram na frente do prédio da rua D. Manoel, interrompendo o trânsito e atraindo a presença da polícia – numa versão festiva de outras aglomerações que, poucos anos antes, tinham ocorrido naquele mesmo local. Os cofrinhos, em vários modelos, foram distribuídos pela Caixa até os anos de 1960 e fazem parte da lembrança de brasileiros que, como a instituição, cresceram durante aquelas três movimentadas décadas e tiveram a sorte de receber de presente uma caderneta de poupança.



ACIMA – OS LENDÁRIOS COFRINHOS “Mealheiros” distribuídos pela Caixa ao longo de diferentes décadas.  
Museu da Caixa, Brasília

AO LADO – DINHEIRO EU TENHO...  
Propaganda da Caixa nos anos 1950, com ares norte-americanos, buscava atingir o público infantil.  
Museu da Caixa, Brasília



## *Lições de economia para os perdulários*



MÃO QUE ECONOMIZA É MÃO QUE NÃO PEDE  
Anúncios da Caixa veiculados em 1956.  
Museu da Caixa, Brasília

Embora a Caixa só tenha começado a investir mais intensamente em publicidade e propaganda a partir da década de 1950, isso não significa que a instituição tenha deixado de divulgar sua marca e seus produtos (especialmente as cadernetas de poupança) ao longo dos primeiros 90 anos de atividade. De certo modo, talvez fosse exatamente isso que D. Pedro II tivesse em mente quando, de acordo com certos comentaristas, chegou a propor que as moedas do Império fossem cunhadas com a inscrição “Vintém poupado, vintém ganho”. Segundo Jeronymo de Castilho, caso o projeto tivesse vingado, toda vez que “puxassem a moeda do bolso para esbanjá-la”, os súditos do imperador deparariam com “uma lição de economia, feita para educar os mais perdulários”.

Desde sua fundação, a Caixa Econômica foi considerada fundamental para “moralizar os hábitos e regenerar o caráter” supostamente esbanjador dos brasileiros. Embora estivesse disposta a vender um produto – a caderneta de poupança –, a Caixa centrou suas campanhas em *slogans* cujo foco era sempre o mesmo: ressaltar a virtude da moderação, inerente ao saudável hábito de poupar.

O mais famoso desses *slogans* talvez tenha sido aquele lançado pela Caixa de São Paulo durante a gestão de Samuel Ribeiro, na década de 1940: “De cruzeiro em cruzeiro, se faz o milheiro”. Mas os ditados já vinham desde o Império, como “Se queres servir à nação, vai poupanço o teu

tostão”. A proclamação da República não alterou o tom doutrinário dos *slogans*, entre os quais ficaram conhecidos: “Terás sempre o preciso, se poupar com juízo” e “Mão que poupa é mão que não pede”. Dois outros lemas amplamente divulgados na época sugeriam que poupança era um hábito que deveria iniciar-se na infância: “Se queres uma bela velhice, aprende a poupar na meninice” e “Se queres ser útil ao povo, aprende a poupar desde novo”. Mas o ciclo se fechava com uma sugestão de deleite (neste caso, um tanto incoerente): “A poupança leva à gastança”.

Da abertura de suas portas, em janeiro de 1861, a dezembro de 1912, a Caixa do Rio realizou quase quatro milhões de operações (foram exatamente 3.910.419), movimentando um total de 672.028 contos e 981.730 réis (672.028:981\$730). As cadernetas de poupança pagaram 58.791 contos e 874.509 réis (58.791:874\$509) de juros aos depositantes.

Quase meio século depois, em 1955, mulheres e crianças continuavam sendo os principais clientes das cadernetas. No balanço fiscal daquele ano, apenas na Caixa de São Paulo, dentre as mais de cem mil novas contas, 28.184 eram de menores e 14.532, de “prendas domésticas”. Em 31 de dezembro de 1955, havia mais de um milhão de cadernetas em São Paulo (1.040.443, para ser exato), o que significa dizer que um em cada nove habitantes do estado tinha conta na Caixa paulista.

## Tudo azul: a nova era da poupança

A história da poupança no Brasil deu uma guinada radical em 1964, quando, por meio da Lei nº 4.380, de 17 de julho, foi instituída a correção monetária para os depósitos feitos nas cadernetas. Dessa forma, além da remuneração anual de 6% (0,5% ao mês) – espantosamente, o mesmo índice praticado desde a fundação da Caixa, mais de cem anos antes –, os valores depositados nas cadernetas passaram a ser mensalmente atualizados pela correção monetária, conforme percentual definido pelo Banco Central.

A partir de então, embora a Caixa desenvolvesse uma série de modalidades de depósitos para pessoas físicas e jurídicas, de rendimento mensal ou trimestral, muitas vezes vinculadas à aquisição da casa própria, o fato é que a base para a remuneração e atualização dos montantes continuou sendo sempre a mesma. O sistema de correção perdurou até 1994, ano em que foi instituído o Plano Real.

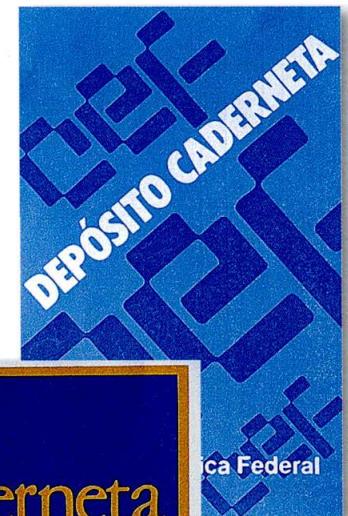
Na década de 1960, a poupança acabaria se tornando um vigoroso instrumento de capitalização e obtenção de recursos internos para a aplicação no sistema de habitação. O crescimento manteve-se ao longo dos anos 1970. Em 1984, os depósitos na poupança atingiram a impressionante marca de 10,2% do PIB, com a Caixa respondendo por cerca de 30% do total de cadernetas.

Os novos produtos ajudavam a impulsionar o crescimento, entre os quais a Poupança Azul – havia também a Conta Azul Remunerada –,

que admitia depósitos em qualquer dia do mês sem perda dos dividendos. Além disso, a nova modalidade inovou ao fornecer ao poupadão um cartão magnético com o qual era possível movimentar a caderneta e fazer outras transações. Os comerciais da Poupança Azul ficaram na cabeça dos brasileiros, sendo que um deles virou ícone *vintage* da propaganda na TV.

Mas, apesar das novidades, depois a tendência de crescimento foi perdendo o ímpeto, a tal ponto que, em janeiro de 1990, a poupança representava 6% do PIB, caindo para 3,3% em dezembro daquele ano.

No alvorecer do século 21, a direção da Caixa, preocupada com a captação líquida negativa em relação à base de financiamento habitacional – e também um tanto incomodada por uma série de reportagens publicadas na mídia nacional que definiam a poupança como a mais desvantajosa das aplicações financeiras –, decidiu reagir lançando uma vigorosa campanha de estímulo à poupança, “com a cara e o tamanho da Caixa”. O plano se baseou na distribuição de prêmios, muitos prêmios – até cem milhões de reais em um ano. Além disso, campanhas publicitárias, novos produtos e serviços (como a possibilidade de fazer depósitos nas cadernetas a partir das agências lotéricas) e novos benefícios (como juros mais baixos no cheque especial para os clientes que mantinham também uma caderneta de poupança) apresentaram resultados rápidos e definitivamente espantosos.



**TUDO AZUL**  
*Cadernetas de poupança da década de 1980.*  
Museu da Caixa, Brasília

**NA PONTA DO LÁPISE**  
*Brinde dado pela Caixa na década de 1980.*  
Museu da Caixa, Brasília

**CONCURSO  
FORÇA X  
de  
TALENTOS**

Escreva uma redação ou faça um desenho para concorrer a uma poupança de até R\$ 30 mil e mais um montão de prêmios. Kit Força X, Skate, Bicicleta, Camiseta, Boné, Mochila, Caderno e Estojo.

A sua escola também pode ganhar:  
 • Uma poupança de R\$ 10.000  
 • 03 computadores.

Consulte o regulamento em [www.forcax.com.br](http://www.forcax.com.br)

**POUPANÇA DA CAIXA.** E um rendimento 100% seguro. **CAIXA** Para você. Para todos os brasileiros. **BRAZIL** UM PAÍS DE TODOS

**APELO INFANTIL**

A Força X era integrada por heróis mirins que combatiam o desperdício e protegiam a natureza, atraindo para a Poupança da Caixa o público infantil.

**P. 203 – A FORÇA DA MÔNICA**

A personagem mais famosa de Maurício de Sousa dá o exemplo depositando as economias de sua turma na poupança da Caixa.

Revista Gente da Caixa, nº 15 (maio/junho 2007)

Uma campanha institucional iniciada em 2004 lançou as bases de uma nova expansão da Poupança da Caixa, assim mesmo, com P maiúsculo, uma vez que a caderneta da Caixa sempre foi a única a exibir nome e sobrenome. Embora qualquer instituição financeira possa oferecer essa modalidade de aplicação, nenhuma outra jamais logrou atingir, como a Caixa, um conceito alicerçado no tripé segurança, tradição e confiança. Muitas dessas instituições, na luta por novos clientes, colocaram no mercado produtos com nomes superlativos, tais como "Super Poupança" ou "Poupança Plus", mas não se tratava de cadernetas convencionais, e sim de outras formas de aplicação, de maior rentabilidade, mas também de maiores riscos. Nesse caso, a palavra "poupança" era usada somente para passar uma ideia de segurança que o investimento na verdade não oferecia.

Embora jamais tenha deixado sua posição de liderança, a Poupança da Caixa havia perdido um pouco do velho fôlego em função da enorme concorrência com outros bancos, e mesmo devido a outras opções com rentabilidade superior que ela própria oferecia. Como sempre aconteceu na história da Caixa em relação a suas variadas operações – loterias, habitação, entre outras –, também no caso da poupança a instituição voltaria a se valer do enorme prestígio para se reinventar no setor. No fundo, era apenas uma questão de retomar algumas tradições, mas com a modernização da "cara" do produto e a utilização das ferramentas mais modernas de comunicação.

Desde a fundação da Caixa, um século e meio atrás, boa parte das cadernetas sempre foi aberta em nome dos filhos por pais preocupados em lhes garantir os estudos, a formação e um futuro mais tranquilo. As crianças, portanto, deveriam ser o centro da campanha de revitalização da Poupança da Caixa. Um passo decisivo neste sentido, dado em 2004, foi o lançamento da Força X, um grupo de

heróis mirins com a missão de lutar contra o mal do desperdício e ajudar a proteger a natureza.

A turma era formada por Tico, o Garoto X; Edu, o Super H<sub>2</sub>O; Lê, o Mochila Boy; e Bia, a Pequena X, todos com *alter egos*, como convém a super-heróis. Não poderiam faltar, é claro, um mascote, o cãozinho Rex e, sobretudo, um vilão a ser combatido, o Capitão Esbanjão. O grupo realçava a importância de pequenas ações que qualquer criança poderia compreender e adotar, como não pisar na grama, nem arrancar flores e galhos de árvores. Os jovens poupadoreiros eram convidados a entrar para a Força X, “virar um herói”. Além disso, ganhavam, entre outros brindes, um álbum ilustrado e, a cada depósito, dez pacotes de figurinhas. Apoava a campanha um *hotsite* da Força X, com jogos, passatempos e papéis de parede para o computador.

Num primeiro momento, a campanha visava a conscientizar sobre a necessidade de se poupar os recursos naturais, não desperdiçando água e energia, por exemplo, pois isso, além de ajudar a preservar o planeta, representaria uma boa economia nas finanças familiares. Sob a chancela da Caixa, os jovens passaram a receber dicas e orientações por meio das diversas mídias. Em seguida, a campanha deixou de ser apenas institucional para embutir também um apelo comercial. A ideia era simples, mas eficiente: agora era hora de os brasileiros depositarem na caderneta da Caixa tudo que haviam conseguido economizar graças aos pequenos gestos cotidianos recomendados pela instituição.

A estratégia de focar as ações nas crianças reafirmou sua eficácia. A Caixa aproveitou a notoriedade do comercial de uma outra organização para fazer uma releitura correta e bem-humorada. Ocorre que as Casas Bahia, uma popular rede de varejo, havia veiculado anúncios nos quais um casal de atores perguntava: “Quer pagar quanto?” A divulgação da equivocada peça publicitária, de

larga repercussão, teve de ser alterada em seguida em função da iminência de volumosos processos, uma vez que, obviamente, o cliente não tinha a prerrogativa de escolher, literalmente, quanto queria pagar, configurando-se num clássico da propaganda enganosa. A Caixa parodiou o *slogan* de modo inteligente: “Quer poupar quanto?”, indagação feita também por um casal, mas de crianças.

O foco nos pequenos poupadoreiros é antigo, tanto por parte da Caixa quanto de outras instituições. O nome caderneta, como sabemos, advém do fato de os depósitos serem registrados em um pequeno caderno. As cadernetas em papel acabariam por se extinguir, mas durante muito

tempo serviram como mecanismo de controle e comprovante de que o poupadão deixara seus tostões sob a guarda do banco. A fim de seduzir o público infantil, muitas delas passaram a ser impressas em cores vibrantes, por vezes com a figura de uma criança na capa. Um atrativo maior, no entanto, eram os “cofrinhos” distribuídos pelas instituições. A versão mais popular e longevo foi provavelmente a latinha-cofre, feita de papelão com fundo de alumínio, politicamente incorreta porque não permitia o reaproveitamento, uma vez que o dinheiro, introduzido por uma fenda na parte superior, só podia ser retirado dali mediante o uso de um abridor de latas, inutilizando-a.





#### IMAGEM RENOVADA

*Simpáticos, divertidos e multicoloridos, os Poupançudos concederam novo impulso à Poupança da Caixa e se tornaram itens de colecionador.*

Acervo Caixa

As latinhas abrigavam, sobretudo, moedas.

Por muito tempo, guardar moedas para colocar na poupança foi um costume arraigado entre os brasileiros, em especial as crianças. O longo período de descontrole da inflação, no qual as moedas – e mesmo as cédulas – valiam pouco, e a cada dia menos, fez arrefecer esse hábito. Com a estabilização econômica estabelecida a partir do Plano Real, em 1994, o dinheiro brasileiro parou de se desvalorizar daquele modo e as moedas voltaram a ter importância. Contudo, o hábito de guardá-las para depositar nas cadernetas não retornou com o mesmo ímpeto. Muita gente simplesmente ainda desprezava as moedas, deixando-as jogadas a um canto, perdidas numa gaveta e, em muitos casos, pequenos trocos nem eram exigidos, ainda sob a ótica de que “moeda não vale nada”, embora agora isso já não fosse verdade.

Além de causar evidentes perdas aos seus negligentes detentores, o abandono das moedas causava transtornos no comércio, pela frequente

falta de troco, e grandes prejuízos ao país, pois o Banco Central via-se na constante necessidade de cunhar novas moedas, a custos elevados. Segundo estimativas, 70% da população brasileira não aproveitava adequadamente as moedas. A Caixa percebeu que o relançamento dos cofrinhos seria uma boa ferramenta para a retomada do hábito. Com isso, ampliaria seus negócios e, de quebra, ajudaria a atenuar o problema provocado pelo desprezo às moedas. Era necessário, entretanto, encontrar um novo formato, capaz de substituir com vantagens as antiquadas, antiecológicas e pouco atraentes latinhas.

A revitalização da Poupança da Caixa, que se iniciara com a ação dos super-heróis da Força X, ganhou em 2006 o reforço de uma turma de peso: os Poupançudos. Pelas mãos da agência Fisher + Fala! surgiram Badu, Ico, Balum, Zoio, Jijo, Babu, Barrico e Neo, personagens simpáticos, brincalhões, multicoloridos e com uma parte da anatomia avantajada a fim de aproveitar o jogo de palavras, uma vez que poupança, em linguagem popular,

SAC CAIXA - 0800 726 0101  
Informações, reclamações, sugestões e elogios.  
0800 736 9497 - Atendimento a diferentes auditivos  
0800 725 7474 - Ordemfones

**CHEGOU A SELEÇÃO DOS POUPANÇUDOS.**

ABRA UMA POUPANÇA NA CAIXA,  
FAÇA UM DEPÓSITO A PARTIR  
DE 100 REAIS E GANHE O SEU.

Poupar ficou ainda mais divertido. Agora, você faz um depósito a partir de 100 reais na Poupança da CAIXA e ganha um dos novos Poupançudos. Vem pra CAIXA você também, vem.

\*Promoção válida enquanto durar o estoque.

caixa.gov.br

**CAIXA**

**POUPAR SEMPRE FOI DUREZA? AGORA VAI SER UMA FOFURA.  
CHEGARAM OS POUPANÇUDOS DA CAIXA.**

**OS POUPANÇUDOS**

Pense no futuro dos seus filhos: abra uma Poupança da CAIXA. Eles ganham um cofrinho Poupançudo a cada depósito e você ganha na rentabilidade e na segurança. Vem pra CAIXA você também, vem.

**CAIXA**

é utilizada também para ser referir à tal parte do corpo humano. O sucesso foi imediato e estrondoso, encantando a crianças e adultos. Além dos bonecos-cofre – ganhos mediante depósitos a partir de R\$ 100,00 –, os Poupançudos viraram ainda álbum de figurinhas, *ringtone*, entre outros produtos, além de ganhar *hotsite* com brincadeiras e dar origem a uma série de comunidades nas redes sociais. Seus vídeos são muito acessados também no YouTube.

Em 2010, os Poupançudos ganharam uma versão especial em celebração à Copa do Mundo da África do Sul, quando vestiram a camisa da

seleção brasileira, o que ajudou a revigorar uma campanha de grande êxito, mesmo passados quatro anos de seu lançamento, fato raro no mercado publicitário nacional. Num comercial de televisão, eles apareceram chegando de carro-forte a um estádio lotado no qual se exibiram com dribles, embaixadinhas e outras firulas, mostrando tudo que os brasileiros queriam ver de sua seleção – e não veriam – na Copa. Os Poupançudos temáticos provocaram nova corrida dos depositantes às agências da Caixa a fim de garantir um exemplar da série limitada.

Os personagens contribuíram de modo decisivo para aumentar de 30% para 35% o *market share* da Caixa – expressão utilizada para definir a fatia de mercado que cabe a cada um dentro de determinado nicho. Não é pouca coisa no competitivo segmento das cadernetas de poupança. Embora ainda tenham muito fôlego, os Poupançudos já viraram disputadíssimo objeto de colecionador, sendo ofertados em inúmeros sites de compras. Graças a eles, a Poupança da Caixa, assim, com nome e sobrenome, completa 150 anos com a cara do século 21.



# PENHOR

---

**E**m meio às atribulações que o dinheiro sempre causou àqueles que não o têm – e a alguns que o possuem de sobra –, a operação hoje chamada de penhor nasceu como uma genuína manifestação de piedade. E tão explícita que, na Itália (onde teriam surgido os primeiros estabelecimentos dedicados ao ramo), tal sentimento estava presente no próprio nome pelo qual eles ficaram conhecidos: “montes de pietá”, termo que deu origem a “montepio”. Embora em português montepio cedo tenha adquirido outro significado, nem por isso o conceito original se perdeu, uma vez que tanto em Portugal quanto no Brasil as primeiras instituições de penhor foram batizadas de Montes de Socorro.

Piedade e socorro são, como poupança, palavras de origem latina ligadas a atos de compaixão. Piedade provém de “pius”, cujo significado é “de coração puro”, ao passo que socorro nasceu da expressão “suc-curriere”, que quer dizer “correr em auxílio”. Os primeiros montes de pietá de fato parecem ter sido fundados por homens de coração puro, e a eles acorreram, em busca de auxílio, milhares de necessitados. Mas, como benevolência e finanças em geral marcham em direções opostas, os montes de pietá originais tiveram um destino previsível: foram à falência, a começar pelo primeiro sobre

o qual se preservaram documentos, o montepio fundado em 1198, em Fresling, na Bavária.

Ainda assim, as primitivas instituições benemerentes apontaram a existência de um mercado promissor. E foi no rastro delas que surgiram as casas de penhor, cuja função era virtualmente a mesma que a dos montes de piedade: aceitar objetos, em geral joias e bens de valor, em troca de dinheiro vivo. Entre uns e outros havia, porém, uma diferença fundamental: as casas de penhor cobravam juros por seus empréstimos. E, embora o termo “penhor” (do francês “pignorem”) signifique “ato ou palavra que assegura o cumprimento de um compromisso”, tais juros eram, por via das dúvidas, cobrados antecipadamente, descontados do empréstimo original.

Mesmo com a instituição dos juros (e a consequente supressão da piedade), os penhores só fizeram crescer em todo o mundo. No Brasil, acabariam se vinculando umbilicalmente às Caixas Econômicas. Tanto que o Decreto nº 2.723, que, em 12 de janeiro de 1861, determinou a fundação da Caixa Econômica, criou, junto com ela, o primeiro Monte de Socorro da Corte. A ligação era tão congênita que a existência da Caixa estava diretamente ligada aos empréstimos feitos sob penhor, uma vez que a instituição era sustentada pelos juros obtidos a partir desses empréstimos.

Não chega a ser surpresa, portanto, que certos autores já tenham definido as Caixas e os Montes de Socorro como irmãos xifópagos. Tão correta estava a definição que, em outubro de 1886, quando o então ministro da Fazenda, Belizário de Sousa, assinou o criticado Decreto nº 3.313, que extinguiu a maioria das Caixas provinciais, os estabelecimentos atingidos pela medida foram justamente aqueles que não operavam em conjunto com seus irmãos gêmeos, os Montes de Socorro.

Não cessa aí a estreita ligação entre as duas instituições. Um dos principais motivos que teriam levado o imperador D. Pedro II a fundar a Caixa e o Monte de Socorro foi a existência – em todo Brasil, mas especialmente no Rio – de dezenas de “casas de prego”, ou “casas de macaco”, ou ainda “belchiores” (nomes com os quais o povo batizara as casas de penhor, acusadas de cobrarem juros escorchantes).

A conexão entre as casas de penhor e a cidade do Rio de Janeiro é tão direta que os termos “brechó” e “belchior”, ainda em uso, estão ligados ao primeiro estabelecimento desse tipo, fundado no Rio por um certo Belchior, comerciante de roupas usadas e de joias “postas no prego”.

O surgimento do Monte de Socorro da Corte evidentemente restringiu a atuação daqueles belchiores privados, uma vez que os juros cobrados pelo penhor oficial – 9% ao ano, segundo as determinações do decreto de 1861 – eram muito menores do que os escorchantes juros dos agiotas, que chegavam a 4% ao mês. Foi somente em 1934, com a assinatura do inovador Decreto nº 24.427, que os empréstimos sob penhor passaram a ser exclusividade da Caixa Econômica, já que aquela lei determinou a extinção das casas de prego operadas por particulares.

Por muitos anos, tanto o Monte de Socorro quanto os belchiores recebiam apenas joias, prata ou ouro como penhor. Nos anos subsequentes ao decreto de 1934, porém, a Caixa Econômica passou a aceitar quase qualquer objeto como garantia para pequenos empréstimos. Como as páginas seguintes demonstrarão, tal decisão iria desencadear inúmeras situações inusitadas, que seriam cômicas, não fossem trágicas.

Um século e meio depois de fundada, a Carteira de Penhores da Caixa Econômica Federal segue firme e forte, como também se verá a seguir. Isso porque o penhor continua sendo uma das formas mais rápidas e eficientes de obter empréstimos em casos emergenciais. E essa circunstância revela que, de certa forma, continuam sendo cumpridas as determinações do artigo 1º do decreto de 12 de janeiro de 1861, de acordo com o qual “o Monte de Socorro da Corte tem por fim emprestar por módico juro, e sob penhor, as somas necessárias para socorrer as urgentes necessidades das classes menos favorecidas da fortuna”.

P. 206 – JOIA RARA  
Fotomontagem com joias antigas.

PRONTO-SOCORRO  
Primeiro livro da carteira de penhores da Caixa da Corte.  
Museu da Caixa, Brasília



## Um país no prego

**O** Monte de Socorro da Corte, inaugurado simultaneamente à Caixa Econômica, no dia 4 de novembro de 1861, foi um sucesso instantâneo. E até maior que a própria Caixa. Se a poupança ainda não era um hábito enraizado entre os brasileiros em geral e os cariocas em particular, empréstimos sob penhor faziam parte do dia a dia de uma população acostumada a viver as angústias de uma economia instável e exclusivista. Além disso, os juros cobrados pelo Monte de Socorro da Corte, estabelecidos por lei em 9% ao ano, embora maiores do que os pagos pela Caixa para os depósitos em cadernetas de poupança (6% ao ano), eram muito inferiores aos cobrados pelos belchiores e casas de prego que infestavam o Rio de Janeiro.

Os empréstimos sob penhor, definidos pela mesma lei como “uma modalidade de assistência social discreta”, não visavam ao lucro. Os contratos eram válidos por quatro meses, podendo ser renovados por período de igual duração. Mas, se ao final de oito meses o cliente não saldasse a dívida, os objetos dados em garantia iam a leilão, como ocorre ainda hoje. O Monte de Socorro não podia aceitar “outros penhores que não os de ouro, prata ou diamantes”. De acordo com o artigo 3º da Lei nº 1.083, “a menor quantia emprestada sob penhor será de 5\$000 (cinco mil-réis) e haverá todo o cuidado em que os empréstimos superiores a 100\$000 (cem mil-réis) não absorvam os fundos necessários aos inferiores a esta soma, para os quais principalmente é criado este estabelecimento de benemerência”.

Os dados referentes aos empréstimos feitos pelo Monte de Socorro da Corte no primeiro ano de funcionamento não foram consultados, mas os números relativos ao funcionamento do Monte de Socorro da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, desde sua abertura (em 7 de maio de 1875)



até seu brusco encerramento (em 24 de janeiro de 1888), estavam disponíveis. E eles permitem vislumbrar o papel que os empréstimos sob penhor desempenharam na vida dos gaúchos.

No dia da abertura do Monte de Socorro de Porto Alegre, um Thomaz King compareceu ao balcão de penhor e lá entregou uma “série de objetos” avaliados em 150\$000 (150 mil-réis), saindo com 112\$000 (112 mil-réis) no bolso e a obrigação de depositar, dali a quatro meses, os mesmos 150 mil-réis caso quisesse resgatar seus bens. No dia seguinte, 8 de maio de 1875, foi a vez de Maria Emilia Alcântara Pinto dirigir-se à sede da Caixa e Monte de Socorro, localizada no número 279 da famosa rua da Praia, no centro de Porto Alegre, obtendo 400\$400 (400 mil e 400 réis) em troca da penhora dos seguintes objetos, avaliados em 440\$000 (440 mil-réis):

1 bule, 2 açucareiros, 1 tigela, 1 escarradeira, 1 leiteira e 3 colheres, tudo em prata (num total de 3,521kg) .....	280\$000
1 relógio de ouro com corrente .....	100\$000
1 relógio de ouro pequeno .....	60\$000
Total .....	440\$000

### CORTE E COSTURA

*Depósito da agência da praça da Sé (São Paulo), em 1939, repleto de máquinas de costura penhoradas.*

Reprodução do livro comemorativo da inauguração da agência da Sé

## Quem dá mais?



ACIMA – QUEM DÁ MAIS?

*Cartaz da Caixa de São Paulo anunciando leilão.*

Reprodução do livro comemorativo da inauguração da agência da Sé

ABAIXO – NA BATIDA DO MARTELLO

*Leilão de objetos de cozinha, no Rio, na década de 1960.*

Museu da Caixa, Brasília



No primeiro ano de funcionamento, o Monte de Socorro do Rio Grande do Sul realizou 145 empréstimos sob penhor, movimentando a quantia total de 16:822\$000 (16 contos e 822 mil-réis). Tais operações geraram juros de 104\$027 (104.027 réis). De 1875 até o fechamento do Monte de Socorro, determinado pelo então ministro da Fazenda, Belizário de Sousa, em janeiro de 1888, foram feitos 3.206 empréstimos (em média quase 300 operações por ano), num total de 192:129\$050 (192 contos e 129.050 réis), gerando juros equivalentes a 9:728\$076 (nove contos e 728.076 réis).

No Rio de Janeiro, os números eram muito superiores. Conforme dados coligidos por Ariovisto de Almeida Rego em seu inestimável *Resumo Histórico da Caixa Econômica e Monte de Socorro*, de 1914, o Monte de Socorro da Corte realizou, entre 1861 e 1913, mais de meio milhão de empréstimos (foram exatamente 583.224 operações, com média superior a cem empréstimos por mês), que movimentaram a vultosa quantia de 85.316:047\$220 (85.316 contos e 47.220 réis), gerando 4.939:388\$831 de juros (4.939 contos e 388.831 réis).

Cariocas e fluminenses eram – e continuam sendo – os campeões do prego no Brasil. As razões para tal fenômeno teriam raízes no fato de o Rio ter sido a primeira cidade do Brasil a contar com esse tipo de serviço, que já existia havia pelo menos um século quando a Caixa Econômica foi criada junto com o Monte de Socorro, em novembro de 1861. A partir de 1937, ocasião em que a Caixa passou a aceitar virtualmente

qualquer objeto (especialmente eletrodomésticos) como garantia dos empréstimos, atribuía-se ao carioca a prática de empenhar o chuveiro elétrico no verão e o ventilador no inverno.

Folclore ou não, o uso de tal expediente acabou em 1991, quando só joias voltaram a ser aceitas. “Não havia mais lugar para guardar tanto cacareco”, declarou o então gerente do setor de penhor da Caixa do Rio, Dênis Mariano. No início de 1992, a Caixa realizou um megaleilão a fim de se livrar do incômodo acervo. Foi um espetáculo tragicômico: entre milhares de artigos colocados à venda – enceradeiras, máquinas de costura, panelas, abajures, máquinas fotográficas, sapatos gastos, colchões de molas frouxas, roupas de cama, instrumentos musicais e até muletas, registro material de uma história de aflições –, havia três cuecas samba-canção de puro linho, empenhadas meio século antes, em 1942, e jamais resgatadas.

As cuecas até que combinavam com os oito ternos, também de linho, que a Caixa vinha guardando em seu cofre havia 30 anos. Se a história do cliente que penhorou as cuecas não pôde ser reconstituída, embora não seja difícil imaginar o ponto a que chegara o pobre homem, a trajetória dos ternos e sua incomum longevidade nos porões da Caixa tinha fácil explicação: eles haviam sido roubados pelo sujeito que os penhorara. O dono dos trajes entrou na Justiça na tentativa de reavê-los, mas o processo, aberto em 1962, só foi concluído três décadas depois, em 1992, quando o proprietário já estava morto.

Tanto os ternos quanto as cuecas foram arrematados por colecionadores.

## As alianças: “*algemas divinas*”



“A quela aliança você pode empenhar ou derreter”, cantou o poeta Chico Buarque de Holanda. Mas dezenas de milhares de brasileiros não precisaram viver as dores de amor profetizadas por Chico na canção “*Trocando em Miúdos*” para se ver na angustiante situação de colocar no prego o objeto que já houve quem tenha chamado de “algebra divina”. Afinal, se não lhes doía o coração (ou o cotovelo), doía-lhes o bolso.

Desde os tempos do Monte de Socorro, a Caixa Econômica tem recebido milhares de alianças de ouro como garantia de empréstimos sob penhor. Mas jamais essa situação havia ficado tão clara – e recebido tanta atenção da mídia – quanto no dia 31 de maio de 1982. Naquela segunda-feira, logo após o *Jornal Nacional*, exibido pela Rede Globo, a Caixa Econômica Federal veiculou um anúncio revelando que pretendia devolver gratuitamente 380 mil alianças de ouro em todo o país, como parte de uma campanha para humanizar suas operações. Aprovada pelo então presidente do Brasil, general João Batista Figueiredo, a iniciativa havia sido do presidente da Caixa, Gil Gouveia Macieira.

Embora a medida viesse a indignar o PMDB, então o partido de oposição ao governo (que estava

vinculado ao PDS), o plano foi estrondosamente bem-sucedido. De acordo com o jornal *O Globo* de 2 de junho de 1982, “alegria, choro e gestos de agradecimento marcaram o primeiro dia de devolução das alianças”. Na quarta-feira seguinte, apenas no Rio, oito mil alianças já estavam de volta aos dedos dos quais tinham sido subtraídas.

Naquele mesmo dia, o vice-líder do PMDB, Adhemar Santillo, definia a devolução das alianças como “uma medida demagógica e uma confissão da situação crítica pela qual passam os brasileiros”, além de acusar a Caixa de “atitude eleitoreira”, uma vez que dali a cinco meses haveria eleição para os governos estaduais. O presidente da Caixa reagiu às críticas, afirmado que, embora fosse preciso “muito amor para se fazer uma eleição”, a devolução das alianças era tão somente uma “homenagem aos namorados no mês dedicado a eles, além de parte da campanha para humanizar as operações da Caixa”.

Aquela não era a primeira vez que a Caixa devolvia alianças penhoradas. Em 1951, ao assumir a Carteira de Penhores da Caixa do Rio de Janeiro, Jeronymo de Castilho tomara a mesma atitude. Vários jornais cariocas o elogiaram, e alguns publicaram poemas (como o reproduzido na margem desta página), assinados pelo conhecido cronista Bastos Tigre e por Álvaro Armando (pseudônimo usado por Helena Ferraz, filha do próprio Bastos Tigre). Naquela ocasião, Castilho também não escapou das acusações de demagogia.

Mas, para milhares de casais que puderam reaver suas alianças, que diferença isso faz?

### A VOLTA DAS ALIANÇAS

Aliança! algebra divina,  
A mais doce das prisões:  
Uma prisão pequenina  
Que encerra dois corações.  
Modesta joia, em verdade,  
Porém que vale um tesouro:  
É toda a felicidade  
Dentro de um círculo de ouro.

*Bastos Tigre*

\* \* \*

A Carteira de Penhores,  
No dia da sua festa,  
Devolve sempre os valores  
Da “freguesia” modesta.  
Soube que o Dr. Castilho,  
Num gesto bonito, humano,  
Resolveu dar maior brilho  
À sua festa, este ano:  
Entre objetos devolvidos,  
Entre as mais caras lembranças  
Dos menos favorecidos,  
Houve também alianças.  
Desejo o maior sucesso  
Para os felizes casais.  
Que dos anéis o regresso  
Não seja tarde demais!  
Quando voltar, loura e linda,  
Aos velhos dedos cansados,  
A antiga aliança ainda  
Os encontre entrelaçados...

*Álvaro Armando*

*Correio da Manhã*  
9 de novembro de 1952

### LOURAS E LINDAS

*Alianças estão entre os objetos mais penhorados.*

## *E o trem partiu*

**E**m seu livro de reminiscências *Coisas da Velha Caixa*, o ex-diretor da Carteira de Penhores da Caixa Econômica do Rio de Janeiro Jeronymo de Castilho relata vários casos, que vão do pitoresco ao aflitivo, desenrolados no setor da instituição que concentra o maior número de histórias comoventes. É dele o relato que se segue:

*“As agências de penhor da Caixa Econômica não aceitam aparelhos elétricos em garantia de empréstimo sem prévia verificação do perfeito funcionamento.*

*“Certa ocasião, foi um chefe de família levar um trem elétrico para empenhar, mas nem ele nem o avaliador conseguiram fazê-lo funcionar. Esse fato obrigou o pobre necessitado a voltar no dia seguinte em companhia do filho, um garoto de uns oito anos, para fazer com que o trem andasse. O menino, após várias tentativas, fê-lo funcionar. O velho levou o dinheiro e o garoto, a tristeza de ficar sem seu brinquedo predileto.*

*“Por ocasião da devolução gratuita dos brinquedos (no Natal de 1961), voltou o pai com o menino, muito felizes para levarem o brinquedo. À vista da cautela, o funcionário entregou ao garoto um grande embrulho contendo a caixa do trem elétrico. Para surpresa geral, entretanto, o garoto exigiu que fosse verificado se o trem estava funcionando. Se para darem o empréstimo exigiram que ele estivesse andando, também para seu resgate o proprietário deveria ter o mesmo direito.*

*“Desembrulharam o pacote. Colocaram*

*no chão os trilhos, os túneis, os postes, as estações. Enfim, o brinquedo completo foi armado, sob os olhares curiosos dos funcionários e de grande número de clientes.*

*“O aparelho não quer andar! Há um suspense. O garoto se esforça, retira trilhos, aperta parafusos, troca lâmpadas e emenda fios. E nada! Todos se interessaram para que o trem partisse. Alguns mesmo colaboraram com o menino, que já começava a ficar aflito. Eis que mudaram a tomada, e, de repente, o trem começou a se movimentar. A princípio devagar, como querendo parar, mas engrenou e começou a correr velocemente, apitando nas curvas. As palmas estrugiram. A alegria geral contagiou até os infelizes que ali estavam aguardando pequenos empréstimos em troca de utilidades usadas.*

*“E o garoto, cumprimentado por todos, saiu duplamente feliz: por ter obtido a volta do seu brinquedo predileto e por ter se vingado da exigência que tinham feito ao pai de fazer o trem andar antes de lhe darem o empréstimo.”*



## O fiel da balança

**E**m julho de 1934, existiam no Rio de Janeiro, além da Caixa Econômica, 18 casas de prego. Esses estabelecimentos eram chamados assim porque expunham as jóias penhoradas em pregos, bem à vista do público. E por um motivo simples: as condições do empréstimo eram tão desvantajosas que dificilmente o cliente conseguia resgatá-las, o que, após alguns meses, facultava sua venda.

Foi o Decreto nº 24.427, assinado por Getúlio Vargas em 19 de julho de 1934, que tornou o penhor monopólio da Caixa Econômica. Ainda assim, algumas casas de prego sobreviveram até 1941, quando foram então fechadas pela polícia. Embora desde 1937 a Caixa tivesse passado a aceitar eletrodomésticos, instrumentos musicais e até brinquedos como objetos de penhor, as joias de ouro e prata continuaram sendo os itens mais penhorados. A instituição acabaria contratando vários avaliadores que estavam desempregados.

Fundamental no processo, o papel do avaliador de joias sempre foi tremendamente exigente, além de desgastante e polêmico. As meticulosas complexidades da avaliação de joias, pérolas e diamantes podem ser mais plenamente compreendidas por aqueles que visitam o museu que a Caixa mantém em funcionamento na antiga agência da praça da Sé, em São Paulo. A maior parte dos instrumentos de precisão pode ser vista lá: belas balanças, lupas, paquímetros (utilizados para medir o diâmetro das pérolas), pedras e escalas de toque, compassos de mó e livros de escalas de orifícios (utilizados para medir o diâmetro e o tamanho dos diamantes) estão organizados em um expositor.

O papel das joias no penhor também ficou evidente em 1991, quando a Caixa do Rio de Janeiro realizou, na agência Almirante Barroso, o

maior leilão promovido pela instituição desde que assumira o monopólio dos penhores, em 1934. Naquela ocasião, foram leiloados 15 mil lotes, num total de aproximadamente 50 mil peças, entre as quais um diamante de 15 quilates (avaliado em US\$ 45 mil); uma taça de vinho em estilo barroco com quase meio quilo de ouro 18 quilates; e uma borboleta cravejada de rubis, esmeraldas, safiras e cinco quilates de brilhantes.

O leilão foi tão bem-sucedido que a Caixa pôde resgatar a quase totalidade dos dois bilhões de cruzeiros acumulados pela inadimplência de seus devedores. No mês anterior, em outubro de 1991, a Caixa Econômica obtivera outros Cr\$ 300 milhões (cruzeiros) em um leilão similar em Curitiba, que, até a realização do leilão do Rio, fora o maior já feito pela Caixa.

A dificuldade dos clientes em resgatar seus preciosos objetos naquele período não é difícil de explicar ou de entender: os juros cobrados pela Caixa nos anos de inflação galopante variavam entre 35% e 40% ao mês. O mais espantoso era que estavam muito abaixo dos juros praticados pelo mercado em financiamentos de curto prazo, que chegavam aos 70% mensais.



### PENHOR E PRECISÃO

*Instrumentos utilizados para avaliar joias, metais e diamantes na antiga sede da Sé, em São Paulo.  
Museu da Caixa, São Paulo*



## O empenho do penhor

**E**m 1975, a Caixa emprestou, sob penhor, 598 milhões de cruzeiros para 507 mil pessoas. Em 1979, foram 635 mil os clientes. Em 1980, o valor dos empréstimos concedidos atingiu 11,5 bilhões de cruzeiros somente no Rio de Janeiro, com os 61 núcleos de penhor distribuídos por todo o país tendo atendido 1,4 milhão de pessoas. Naquele ano, foi feita uma média de 50 mil penhoras por mês só no Rio (o que representava 65% do total de operações no Brasil) e 22 mil em São Paulo (com 25% do total de operações). O limite máximo dos empréstimos, na época, era de 372 mil cruzeiros e o mínimo de Cr\$ 1 mil (então equivalentes a US\$ 20), com os juros variando entre 2% e 4% ao mês. Era um bom negócio.

Para evitar um estouro ainda maior do limite de dez bilhões de cruzeiros fixado em seu orçamento para aquele tipo de operação, a Caixa foi obrigada a tomar uma medida drástica, reduzindo, em dezembro de 1980, o teto para os empréstimos individuais. O limite baixou de 80% para apenas 50% do valor de avaliação do objetivo penhorado.

Em 1987, o penhor ficara ainda melhor, sendo considerado “um ótimo investimento” pela revista *Afinal* de março daquele ano. A reportagem exemplificava: “Por um empréstimo de Cz\$ 3 mil (cruzados), paga-se 1,35 mil cruzados de juros e se recebe 1,65 mil cruzados. Depositado por seis meses na poupança, esse valor rende, a juros médios de 20% ao mês, quase cinco mil cruzados. Dá para pagar os três mil do empréstimo e ainda sobram dois mil”. Isso explica por que, em dezembro de 1986, somente em São Paulo tinham sido feitos 54.929 empréstimos, num total de 161 milhões de

cruzados. Mas, em julho de 1989, a Caixa tornou a mudar as regras do penhor: em tempos de inflação galopante, a correção dos juros dos empréstimos deixou de ser feita com base na chamada OTN (Obrigação do Tesouro Nacional) e passou a ser calculada através da variação do BTN fiscal (Bônus do Tesouro Nacional). Penhorar, então, virou um mau negócio, devido aos altos juros.

Mas no século 21 o jogo tornou a virar, e o penhor firmou-se como uma ótima opção de empréstimo: tanto é que, em 2002, foi estabelecido o recorde de mais de nove milhões de operações e R\$ 485 milhões de reais de saldo de estoque. Cerca de 85% dos empréstimos são em valores inferiores a mil reais (52% estão abaixo de R\$ 350). A dobradinha mulheres-joias mantém-se imbatível também na Carteira de Penhores da Caixa: 92% dos objetos penhorados são joias, e 74% dos clientes são do sexo feminino. Os empréstimos sob penhor podem ser prolongados por tempo indeterminado, mas os juros devem ser pagos em prazos estipulados em 28, 56 ou 84 dias. Os empréstimos são renovados dez vezes em média, e 71% dos clientes se mostram satisfeitos com a Carteira de Penhores da Caixa.



O PESO DA DÍVIDA

Balanças de precisão da antiga agência da praça da Sé.  
Museu da Caixa, São Paulo

## A Caixa sabe

VOCÊ SABE  
O VALOR  
COMERCIAL  
DA SUA JÓIA ?

A CAIXA SABE !

PROCURE UMA AGÊNCIA DE PENHOR

CAIXA  
ESTADO FEDERATIVO

O apelo estampado no anúncio que ilustra esta página não se trata da mera retórica publicitária. Ao longo desses 150 anos, o setor de penhor da Caixa foi se notabilizando pela precisão de seus equipamentos e métodos de avaliação, bem como pela capacidade de seus bem treinados profissionais. Levar uma peça à Caixa significa ter a certeza de que ela será adequadamente avaliada, ainda que em alguns casos o dono da joia talvez nem queira penhorá-la naquele momento, mas somente saber quanto vale o que tem em mãos para o caso de precisar se desfazer dela um dia, ou ainda para enquadrá-la adequadamente em um processo de partilha de herança, por exemplo.

O caso mais emblemático, no entanto, é de outra ordem. Ocorre que é muito difícil vender uma

joia “usada” sem correr o risco de ser enganado num mercado volátil, incerto e formado por toda sorte de negociantes, muitos deles confiáveis e com tradição na área, outros nem tanto. O segmento contempla de casas que primam pela lisura a lojas escondidas em fundo de galerias, às quais os clientes costumam ser atraídos por “homens-sanduíche” com as tradicionais placas de “compro ouro”.

Em princípio, o penhor nada mais é do que um empréstimo fácil, sem burocracia e a juros menores do que os de outras operações congêneres. Para obtê-lo basta procurar uma agência da Caixa munido de documento de identidade, comprovante de residência na região da agência – para evitar que uma joia roubada em uma cidade possa ser penhorada em outra – e, claro, da peça a ser

entregue em garantia. Os empréstimos sob penhor têm prazo de 30, 60, 90 ou 120 dias, com ilimitadas prorrogações mediante o pagamento dos juros do período. Se, passados 30 dias do prazo final, o pagamento não for feito, a Caixa pode levar o objeto a leilão – no qual, caso o dono da joia faça o lance mínimo, recupera a peça de imediato. Mas, se for vendida a outra pessoa pela melhor oferta, a Caixa, depois de descontado o valor da dívida, repassa o saldo ao proprietário original.

Na maioria das vezes as peças saem por algo entre 20% e 30% abaixo do valor de mercado, mas é bastante comum que alcance um preço bem superior, proporcionando lucro ao inadimplente. Por conta disso, para escapar às possíveis armadilhas do mercado, ou de acabar vendendo por um preço muito inferior ao que o objeto realmente vale, muitos recorrem ao penhor da Caixa a fim de utilizar uma estratégia esperta, mas absolutamente legal. A tática consiste em empenhar a joia e depois simplesmente não resgatá-la dentro dos prazos previstos em lei, a fim de que a Caixa, cumprindo os trâmites normais, acabe a levando a leilão. Trata-se de uma forma indireta de vender bem e de modo seguro. Quase sempre dá certo.

Há, também, casos involuntários. Certa vez um cidadão descobriu que a filha tinha empenhado um anel de família, ficou furioso e foi reclamar na Caixa, embora não tivesse razão em fazê-lo, pois a operação fora absolutamente legal. Acalmou-se de imediato quando foi informado de que a venda da peça em leilão resultara num saldo de R\$ 60 mil, dez vezes o valor da avaliação inicial. Conta-se na Caixa que o tal cidadão chegou a oferecer um outro anel igual para penhora, já pensando no futuro leilão.

## O depositário mais que fiel

**Q**ualquer determinação, por mais justa e precisa que seja, sempre dará margem a algum tipo de manobra. Nas vezes em que a Caixa resolveu devolver as alianças empenhadas em celebração ao Dia dos Namorados, foram vários os casos de pessoas que, já no dia seguinte, apresentavam-se ao guichê de penhores para colocar de novo no prego o símbolo romântico recém-recuperado. Mas, de modo geral, o serviço de penhor sempre se prestou mais a histórias emocionantes, caso, por exemplo, das costureiras do Rio de Janeiro. Em meados da década de 1940, havia tantas máquinas de costura penhoradas que a Caixa decidiu instalá-las em um galpão, lado a lado e em perfeitas condições de uso, a fim de que as costureiras pudesse trabalhar ali todos os dias e, com o rendimento de tal labuta, pagar o empréstimo e levar sua máquina da volta para casa.

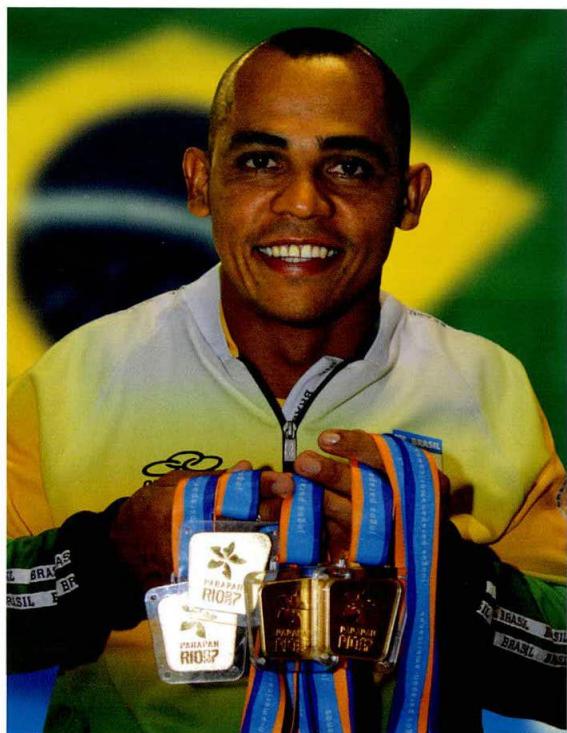
Casos curiosos, engraçados e comoventes não faltam na história do penhor da Caixa, conforme foi narrado ao longo deste capítulo. O setor – a exemplo das loterias, da habitação, da poupança, do FGTS e das demais operações – contribuiu largamente para conceder à Caixa a imagem de uma instituição humanizada. Tal imagem, tão enraizada na mente de milhões de brasileiros, não se construiu ao acaso. O penhor, em especial, sempre foi palco de cenas inesquecíveis, e reforçou, no imaginário dos brasileiros, a Caixa como uma instituição altamente confiável.

Tanto é que o setor de penhores muitas vezes foi utilizado como guardião de objetos importantes. Nesses casos não se tratava exatamente de penhora, e sim de custódia. Foi o que aconteceu, por exemplo, com as medalhas dos Jogos Pan-americanos

disputados no Rio em 2007, no qual 5.633 atletas de 42 países participaram de 332 disputas em 34 esportes – e 47 modalidades – ao longo de 17 dias, estabelecendo 95 recordes pan-americanos e ganhando um total de 2.196 medalhas, entre ouro, prata e bronze.

As mais de duas mil medalhas repousavam no cofre da Caixa até momentos antes da entrega, quando então eram levadas aos locais das premiações por integrantes da Guarda Nacional. O mesmo aconteceu, em certa ocasião, com a célebre “Taça das Bolinhas” do campeonato brasileiro de futebol, entre outros itens de grande valor não apenas monetário, mas emocional e, sobretudo, histórico. O mais incomum dos “objetos” colocados sob a guarda do setor de penhor da Caixa, foi sem dúvida, os restos mortais de Pedro Álvares Cabral, descobridor oficial do Brasil, durante reformas na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, no Rio. Trata-se de uma relíquia a respeito da qual há controvérsias (as quais são abordadas no texto da página ao lado).

Tais episódios são reveladores da confiança depositada na instituição pelos brasileiros, e por certo ajudam a impulsionar o penhor da Caixa que, curiosidades à parte, continua sendo uma boa opção de empréstimos, uma vez que, além de oferecer juros razoáveis, não exige comprovação de renda e tampouco fiador, pois a garantia é o próprio objeto penhorado. Em função disso, essa modalidade, das mais antigas no ramo bancário, não perde o fôlego nos tempos da nova economia. Somente em 2010, a Caixa alocou o montante de R\$ 7,8 bilhões para a concessão de empréstimos mediante penhor – para estimados 9,5 milhões de contratos –, mais de 40% do volume praticado em 2009, o que revela a confiança no presente e no futuro do penhor.



DA CAIXA PARA O PÓDIO  
O nadador Adriano Lima foi um dos recordistas em número de medalhas no Parapan 2007.  
Foto Dudu Contursi

## Restos mortais de Cabral sob a guarda da Caixa

**C**onforme registram os livros de história, a 22 de abril de 1.500 a armada comandada por Pedro Álvares Cabral, e tripulada por 1.350 homens, avistou terra firme depois de navegar por sete mil quilômetros, em extenuante e perigosa jornada de 44 dias nas águas revoltas do Atlântico. Embora Cabral seja oficialmente o descobridor do Brasil, o tema segue controverso, pois é legítimo especular que os portugueses – cujo objetivo naquela viagem era chegar às Índias – já soubessem da existência de terras por estas paragens desde as expedições de Vasco da Gama, ou mesmo antes. De todo modo, tal discussão não o atingiu em vida.

Quis o destino, contudo, que uma outra polêmica o alcançasse na morte e persistisse ainda hoje, cinco séculos depois. Cabral morreu em 1520 (mesmo em relação à data exata restam dúvidas) praticamente esquecido, pois naquele momento a colônia ultramarina de proporções continentais chamada originalmente de Ilha de Vera Cruz, depois Terra de Santa Cruz, seguia quase abandonada pelo império português. Sepultados na cidade de Santarém em um túmulo provisório, os restos mortais de Cabral foram acomodados em novas instalações na Igreja de Nossa Senhora da Graça, em 1526, agora ao lado da esposa, Isabel de Castro.

O assunto caiu no esquecimento durante três séculos. Com o crescente interesse pelo feito de Cabral, e estranhamente sendo a inscrição do túmulo uma homenagem muito mais a ela do que a ele, foi aberto um inquérito que levou a nova exumação, em 1882, e cuja descoberta ampliou o mistério: foram encontradas três

ossadas humanas e a de um carneiro. Mais: duas das ossadas eram de mulheres, sendo que ali deveriam estar os restos de Cabral, da esposa e do filho Antônio. A precariedade de recursos da época não permitiu uma identificação precisa. Havia a suspeita de que o jazigo tivesse sido violado por ocasião das Invasões Francesas (1807-1814).

No início do século 20, cogitou-se transferir os restos mortais de Cabral para o Mosteiro dos Jerônimos, em Lisboa, no qual já se encontravam sepultados o explorador Vasco da Gama e o poeta Luís de Camões, mas a ideia acabou não indo adiante. Em 1903, por conta de uma campanha nacionalista iniciada por D. Pedro II, havia mais de três décadas, parte da suposta ossada de Cabral veio parar no Brasil. Para aumentar a confusão, o túmulo da família Cabral em Santarém abrigava àquela altura restos mortais de cinco homens, uma mulher e duas crianças, e estava tudo meio misturado.

Assim, o que se supõe seja parte da ossada do descobridor recebeu repouso na capelamor da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, antiga Catedral do Rio, erguida em 1761. Foi a urna com esses ossos que ficou sob a guarda do penhor da Caixa durante o restauro da igreja, entre 2006 e 2008. Numa epopeia ultramarina que parece não ter fim, a partir de 1961 a Igreja de São Tiago de Belmonte, cidade natal de Cabral, passou a abrigar o que seria a “verdadeira” ossada do filho ilustre. Assim, os despojos do célebre viajante seguem navegando nas ondas do mistério que, por nunca ter sido esclarecido, permanece insepulto.



A FACE DO DESCOBRIMENTO  
Cédula com o retrato supostício de Pedro Álvares Cabral.  
Acervo Fernando Bueno



# CASA PRÓPRIA

---

**O**s primeiros brasileiros tinham casa. Embora não se saiba exatamente quem eram, de onde vieram nem quando chegaram ao território que hoje é o Brasil, o fato é que os caçadores-coletores nômades, em algum momento entre 50 mil e 15 mil anos atrás, instalaram-se nos vastos sertões da América do Sul e encontraram abrigo seguro em milhares de grutas e reentrâncias de rochas. Nada permite supor que tenham vivido em condições de indigência. Ao contrário: estudos revelam que o cotidiano dos humanos que se estabeleceram na Toca do Boqueirão, ao pé de um paredão rochoso de 150 metros de altura conhecido como Pedra Furada, em São Raimundo Nonato, no Piauí, exibia aspectos beirando o idílico.

Seu dia a dia, suas crenças, seus hábitos e, de certa forma, até suas esperanças ficaram registrados em milhares de pinturas rupestres que constituem não apenas um fabuloso legado artístico, como são o testemunho de uma existência digna. Formam também o mais antigo sinal da presença humana no Novo Mundo.

Os primitivos habitantes do solo brasileiro acalentavam o mesmo sonho dos primeiros homens a andar sobre o planeta. Desde a pré-história, tomar posse de uma caverna significava colocar-se a salvo das variações climáticas, dos ataques de animais selvagens e de grupos rivais. Milênios depois, o problema da casa própria continua longe de ser resolvido. Boa parte dos

brasileiros do século 21 ainda não tem casa.

O problema é tão complexo quanto antigo. O Brasil enfrentou sua primeira grande demanda habitacional com o fim da Guerra do Paraguai, em 1870. A retomada do processo de industrialização e o incentivo à imigração de trabalhadores europeus, substitutos da mão de obra escrava, provocaram uma necessidade de novas moradias em proporções jamais verificadas. De 1872 a 1890, a população cresceu 40%, passando de 9,9 milhões de habitantes para 14,3 milhões. Nos dez anos seguintes, ingressaram no país 1,4 milhão de imigrantes, o dobro do registrado nas oito décadas anteriores.

O período que antecedeu a proclamação da República foi particularmente turbulento. A guerra endividou o país e legou às cidades um exército de ex-combatentes, inclusive milhares de escravos alforriados como recompensa por terem participado do conflito. Tornou-se evidente a necessidade da intervenção do poder público na solução do problema. Em 9 de dezembro de 1882, o governo imperial emitiu o Decreto nº 3.151, concedendo generosos incentivos às construtoras de casas populares.

No início da República, as facilidades foram dirigidas a empresas criadas com este fim específico, como o Banco dos Operários, a Companhia Nacional de Construções e a Companhia Técnico-Construtora. Era o começo de uma política habitacional oficial. Lamentavelmente, ela coincidiu com o surgimento da primeira favela brasileira.

## A primeira favela

**T**odos os brasileiros sabem o que é uma favela, certo? Errado.

Se muitos só conhecem casa própria de ouvir falar, milhões vivem na prática os dissabores de habitar em uma favela, embora talvez nem imaginem a origem da palavra hoje utilizada para designar os conglomerados de casebres empoleirados em morros. Pois favela é uma árvore com três a cinco metros de altura, da família das euforbiáceas – cujo representante mais ilustre no Brasil é a seringueira. Possui flores alvas, tendo como fruto uma cápsula verrugosa, com sementes pardacentas e oleaginosas. Trata-se de uma espécie profusamente armada de espinhos cáusticos. As picadas dos espinhos da favela provocam inflamações dolorosas, demoradas e, se atingem uma articulação, podem até aleijar a parte afetada. Essa extrema virulência deve-se ao látex encontrado em toda a planta. Seco, o látex pode ser aproveitado para iluminação e como remédio balsâmico. As folhas maduras e a casca servem de forragem às cabras, jumentos e bovinos. As sementes engordam as galinhas, os porcos e os ovinos. A importância da favela está nas sementes, que concedem à planta uma posição destacada como produtora de óleo alimentício e de farinha rica em sais minerais e proteínas. É uma árvore comum nas regiões mais secas do Nordeste.

Apesar de o significado popular da palavra ter se consagrado a partir do movimento do Bota-Abaixo, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1904, a origem das favelas brasileiras remonta a 1897. Trata-se de um dos tantos desdobramentos perversos da mais

sangrenta guerra civil da história do país.

Depois de um ano de carnificina, 12 mil soldados (mais da metade de todo o efetivo do exército brasileiro), vindos de 17 estados e distribuídos em quatro expedições, haviam conseguido, finalmente, arrasar o arraial de Canudos, no sertão baiano. A cidade estava totalmente destruída, e seus 25 mil habitantes, mortos, entre eles o líder Antônio Conselheiro.

A parte da tropa de combatentes que retornou ao Rio de Janeiro foi alojada junto às docas, próximo do Ministério da Guerra. Abandonados à própria sorte, sem dinheiro, sem teto e cansados de esperar pela burocracia do governo que lhes havia prometido casas, os soldados invadiram o Morro da Providência, construindo barracos. Rebatizaram o lugar de Morro da Favela, nome do monte (coberto de favelas – no caso, as árvores) onde tinham acampado antes de lançar sua ofensiva contra os seguidores de Antônio Conselheiro.

Os ex-combatentes de Canudos chegaram ao Morro da Providência, logo rebatizado como Morro da Favela, com as mulheres que os acompanhavam desde a Bahia: eram as vivandeiras, que forneciam mantimentos para as tropas em marcha. Carregavam também um troféu de guerra: a imagem do Cristo de devoção de Antônio Conselheiro, tomada durante o ataque final ao arraial. Em 1901, a imagem foi entronizada em um oratório construído pelas vivandeiras no alto do morro. O monumento foi tombado pelo Patrimônio Histórico em 1986. Há indícios de que já havia

moradias no Morro da Favela, habitadas por antigos moradores de cortiços como o notório e famigerado Cabeça de Porco, no começo da década de 1890.

O Rio de Janeiro daquele início de século 20 tinha mais de meio milhão de habitantes (522.651 no censo de 1890). Alguns morros centrais da cidade já haviam sido ocupados desde os primeiros anos da fundação, tais como Castelo, São Bento, Santo Cristo, Conceição e, em parte, Livramento e Santa Teresa. A maior parte deles, porém, tanto na zona central como na periferia, mantinha-se completamente deserta. A ocupação mais intensa deu-se com os escravos libertos pela abolição de 13 de maio de 1888.

A descrição de Everardo Backheuser, produzida em 1906, evidencia, com realismo e pela primeira vez, a dualidade das comunidades dos morros cariocas, divididas entre trabalhadores excluídos das áreas centrais e bandidos à procura de esconderijos.

*“O Morro da Favela é íngreme e escarpado; as suas encostas e ribanceiras margeiam-se, porém, de pequenos casebres sem higiene, sem luz, sem nada. Para ali vão os mais pobres, os mais necessitados, aqueles que pagando alguns palmos de terreno adquirem o direito de escavar as encostas dos morros e fincar com quatro mourões os quatro pilares de seu palacete. Ali não moram apenas os desordeiros e os facínoras..., ali moram também operários laboriosos, que a falta ou carestia de cômodos atira para esses lugares altos, onde se goza de uma barateza relativa e de uma suave virada que sopra continuamente, dulcificando a dureza da habitação.”*



À BEIRA DO ABISMO

O Morro da Favela fotografado por Augusto Malta no dia 22 de agosto de 1920.  
Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

P. 218 – SOLIDEZ IMPERIAL  
Tijolo com o selo do Império, preservado no Museu da Caixa, em São Paulo.

A falta de planejamento urbano, o acelerado crescimento da capital do país, a carência de espaços em uma cidade espremida entre o mar e a montanha e os altos preços dos aluguéis incentivaram o aumento das favelas do Rio de Janeiro desde os primeiros anos do século 20. Só no Morro da Favela havia, em 1904, cerca de cem barracos. O censo de 1933 registraria a existência de 1.458 habitações.

A falta de casas, especialmente para os pobres, alimentava protestos de grupos de inspiração anarquista. Em 1892, a Sociedade União dos Proprietários e Arrendatários de Prédios atribuiu a crise à imigração. Em 1907, a Liga dos Inquilinos do Rio de Janeiro reivindicou a redução dos preços dos aluguéis e pregou uma greve dos inquilinos com o boicote ao pagamento. Em São Paulo, movimento semelhante formou-se a partir de 1912. Ilustrativo é o texto do manifesto da Liga dos Inquilinos paulistana, datado de 1920: “*Perante a exploração em que dia a dia nos vemos espoliados, perante o aumento assustador, sempre crescente, dos aluguéis das casas, pedimos ao povo e ao operariado em geral, como também a todos que pagam aluguel, a comparecer às reuniões que se estão realizando por toda a cidade, para discutirmos e orientarmos do melhor modo sobre o caminho que devemos trilhar perante a exploração de que somos vítimas*”.

Entre as tímidas providências oficiais tomadas no começo do século 20 está a decisão do município de Petrópolis, no Rio de Janeiro, por meio da Resolução nº 216, datada de 1º de dezembro de 1900. A medida fixava a isenção de impostos, pelo prazo de sete anos, “às casas de vilas operárias que se construírem nos subúrbios da cidade e cujo aluguel não exceder de 30\$000 (30 mil-réis) mensais”.

Por determinação da Prefeitura do Rio de Janeiro, foram construídas, entre 1918 e 1920, 120 unidades habitacionais de dois pavimentos independentes, destinadas a operários, agrupadas

em três conjuntos localizados na avenida Salvador de Sá e rua São Paulo Leopoldo. Durante a Presidência de Hermes da Fonseca (1910-1914), foi retomada a política de concessão de benefícios às construtoras. No governo seguinte, de Venceslau Brás (1914-1918), o Ministério da Fazenda decidiu financiar a construção de vilas operárias. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), travada na Europa, propiciou um impulso à industrialização de países periféricos com bom potencial de mercado, como o Brasil. Também nesse período iniciou-se a imigração japonesa.

Em 1920, o governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) adotou uma política oficial de construção de casas de aluguel para “operários e proletários”, e, em 1923, o governo de Arthur Bernardes (1922-1926) aprovou a criação de Caixas de Aposentadoria e Pensão para os funcionários de todas as estradas de ferro. O decreto que oficializou a medida é considerado o ponto de partida das organizações de seguro social no Brasil. Tais entidades assumiriam grandes responsabilidades na criação de habitações populares, com a implantação, a partir de 1930, das Carteiras Imobiliárias das Caixas de Aposentadorias e Pensões.

Apesar da gravidade da crise habitacional, pouco se fizera para equacionar o problema. Um documento divulgado em São Paulo na década de 1930, pelos mentores da política de industrialização do país, dá um quadro geral da situação:

*“Problemas de solução difícil por simples iniciativa privada, porque, em um país onde o capital é escasso e caro e onde o poder aquisitivo médio é tão baixo, não podemos esperar que a iniciativa privada venha em escala suficiente ao encontro das necessidades da grande massa, proporcionando-lhe habitações econômicas. O problema das moradias das grandes cidades*

#### P. 223 – TOMBA TUDO

Durante a gestão reformadora do prefeito Pereira Passos, no Rio, centenas de habitações antigas e precárias foram demolidas para dar espaço à larga e moderna avenida Central, hoje avenida Rio Branco. O Bota-abixo ajudou a modernizar a cidade, mas também impulsionou o crescimento das favelas.

Coleção Roberto Menezes de Moraes



*passa a ser questão de urbanismo, subordinado às necessidades de ordem individual, social, técnica, demográfica e econômica. Para sua integral solução, torna-se indispensável a intervenção decisiva do Estado”.*

A primeira intervenção efetiva do governo no setor habitacional ocorreu em 1937, com a regulamentação das Carteiras Prediais dos Institutos de Pensão e Previdência, órgãos públicos pioneiros no financiamento da casa própria para o trabalhador de baixa renda. No governo de Getúlio Vargas (1930-1945), os financiamentos imobiliários concedidos pelas

Caixas Econômicas exibiam um viés paternalista e concentrador. A aprovação dependia da autorização direta do presidente da República. Já as habitações construídas pelas Casas de Pensões e Institutos de Aposentadoria serviam apenas aos integrantes das categorias profissionais que representavam. Até 1937, haviam sido construídos por todas as caixas e institutos apenas 118 imóveis para residência de seus associados, com juros de 6% ao ano e prazo de 20 anos.

Os imóveis de aluguel só mereceram a atenção do governo em 1942. A Lei do Inquilinato determinava o congelamento dos aluguéis, a fim

de torná-los compatíveis com os vencimentos médios do trabalhador. As boas intenções não neutralizaram os efeitos negativos da lei. Com os aluguéis congelados, tornou-se desinteressante a construção de imóveis para esse fim, o que reduziu ainda mais o número de unidades disponíveis. Em 1920, somente 19,1% dos imóveis paulistanos eram de propriedade de seus moradores; em 1940, esse percentual ainda era de apenas 25%. Em 1945, enquanto o mundo celebrava o fim da Segunda Guerra Mundial (iniciada em 1939), a habitação e os transportes eram as maiores preocupações dos brasileiros, segundo jornais da época.

**Construa  
hoje o  
seu futuro**



**Tijolo apóis tijolo...  
cruzeiro apóis  
cruzeiro...  
Mão que  
economiza  
é mão que  
não pede**

**CAIXA ECONÔMICA**  
FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

CLARIM

**MATRIZ: HORÁRIO DAS 8 ÀS 17 HORAS**

**ININTERRUPTAMENTE**

**FILIAIS METROPOLITANAS:**

Azenha — Bom Fim — Moinhos de Vento —  
Navegantes — Passo da Areia — Passo da  
Mangueira — São João.

#### TIJOLO APÓS TIJOLO

Propaganda da Caixa publicada em 1956 incentiva o hábito da poupança para a construção da casa própria.

Acervo Caixa

A partir de 1940, a Prefeitura do Rio de Janeiro implantou um programa de erradicação de favelas, criando os Parques Proletários Provisórios. Em 1942, o programa transferiu parte da Favela da Praia do Pinto, às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, para o Parque Proletário nº 1, na Gávea, com 700 unidades. Também realocou os moradores da Favela do Livramento e do Morro do Pinto para o Parque Proletário nº 2, no Caju. Em 1944, foi entregue o Parque Proletário nº 3, no Leblon.

Embora não houvesse recursos financeiros suficientes para atender às necessidades, os Institutos de Aposentadoria e Pensões passaram a se preocupar com a qualidade dos prédios. Para isso, convocaram os mais destacados arquitetos do país, que construíram conjuntos habitacionais dentro dos novos conceitos arquitetônicos.

Exemplo dessas obras são os conjuntos do IAPI Vila do Carmo, em São Paulo, projeto de Atílio Corrêa Lima, e o Conjunto Residencial da Penha, dos irmãos Marcelo e Milton Roberto. Em 1950, havia um total de 36 conjuntos residenciais construídos no país.

*“Os governos populistas trataram a questão da moradia mais como instrumento para assegurar apoio eleitoral aos partidos governistas do que como política pública”*, analisa Nabil Bonduki, concluindo que a proliferação de órgãos públicos promotores de habitação social e a escassez de resultados geraram uma política miúda de clientela e uma visão pouco abrangente da questão habitacional.

Havia a necessidade de se contrapor ao avanço do Partido Comunista do Brasil nos grandes centros; o governo temia que a insatisfação gerada pela crise de habitação e de abastecimento em geral fomentasse rebeliões.

Uma das iniciativas neste sentido foi a criação da Fundação da Casa Popular, primeiro órgão de âmbito nacional destinado a equacionar de forma mais abrangente o problema da moradia popular,

uma vez que os IAPs (Institutos de Aposentadoria e Pensões) tinham área de atuação delimitada, prestando atendimento somente aos associados.

A Fundação Casa Popular contribuiu com pouco menos de 10% de moradias construídas pelos Institutos de Previdência. Apenas 900 moradias foram edificadas em média por ano. As principais razões de seu fraco desempenho foram, por um lado, o modelo clientelista característico da época e, por outro, o tipo de sistema instituído. A casa era totalmente subsidiada pelo governo, e as prestações, não tendo um mecanismo de correção que acompanhasse a inflação, não remuneravam os recursos aplicados. A casa era quase um prêmio aos “amigos” do governo. Em pouco tempo, as prestações tornavam-se irrisórias, não havia retorno e se tornava impossível ampliar o atendimento. A fundação desenvolveu seu trabalho até 1955, quando reduziu o ritmo de construções, tendo praticamente paralisado suas atividades no início dos anos 1960.

O golpe militar de 1964 extinguiu a Fundação Casa Popular e criou, em agosto daquele ano, o Banco Nacional da Habitação. O BNH passou a ser o órgão central dos Sistemas Financeiros da Habitação e do Saneamento, com a atribuição de orientar, disciplinar, controlar e promover a construção e a aquisição da casa própria, bem como promover o saneamento básico, especialmente para as classes de menor renda.

Havia ainda a razão oculta de revelar a pretensa sensibilidade do novo regime em relação às necessidades das massas despertadas politicamente no governo de João Goulart, deposto pelos militares. Reveladora dessa intenção é a carta da deputada Sandra Cavalcanti ao general Castelo Branco, primeiro presidente dos anos de chumbo, na qual foi encaminhada a proposta do plano de criação do BNH: “Aqui vai o trabalho...

*nós achamos que a revolução vai necessitar agir vigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que vamos ter de nos esforçar para devolver a elas uma certa alegria. Penso que a solução dos problemas de moradia, pelo menos nos grandes centros, atuará de forma amenizadora e balsâmica sobre suas feridas cívicas”.*

O então ministro Roberto Campos, um dos artífices do sistema, adotou uma abordagem menos cínica: “*A solução do problema pela casa própria tem esta particular atração de criar o estímulo de poupança que de outra forma não existiria, e contribuir muito mais para a estabilidade social do que o imóvel de aluguel. O proprietário da casa própria pensa duas vezes antes de se meter em arruaças e torna-se um aliado da ordem*”.

Os militares acreditavam que a produção de casas populares renderia os seguintes pontos positivos para o regime: simpatia por parte de largos setores das massas que constituíam o principal apoio social do governo popular anterior, além de efeitos benéficos na economia por meio do estímulo à poupança; absorção de um maior contingente de mão de obra não qualificada; desenvolvimento da indústria de material de construção; fortalecimento, expansão e diversificação das empresas de construção civil e das atividades associadas – empresas de incorporação, escritórios de arquitetura, agências imobiliárias etc.

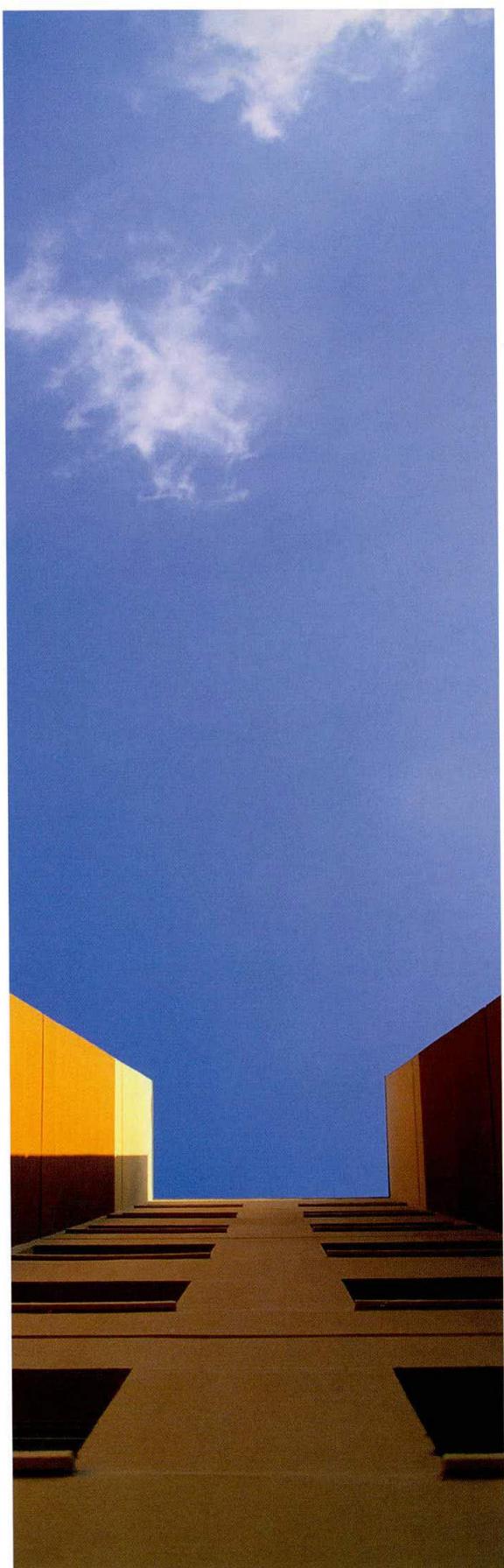
A criação do BNH, a extinção dos IAPs e o fim da Lei do Inquilinato mudaram o cenário da produção de casas populares. A fim de baratear o valor dos imóveis e torná-los acessíveis a uma faixa mais pobre da população, o governo decidiu reduzir a qualidade das construções e o tamanho das unidades, além de levá-las para locais cada vez mais distantes, ignorando as experiências de cooperativas e mutirões que apontavam soluções mais adequadas. Sobre os

terrenos, muitas vezes encostas de difícil acesso, eram reproduzidos prédios padronizados, desprovidos de conceitos arquitetônicos, na típica concepção de moradia dos regimes totalitários. Mesmo assim, tais moradias continuaram inacessíveis para boa parte da população.

Os recursos aplicados nos financiamentos, de acordo com a lei, viriam dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o FGTS, e da caderneta de poupança. Para corrigir o montante emprestado por meio do SFH, o governo criou o chamado Plano de Equivalência Salarial (PES), em que as prestações aumentavam com base no reajuste do salário da categoria profissional do mutuário. Havia ainda o Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS), destinado a cobrir o saldo devedor que restasse ao final dos 120, 180, 240 ou 300 meses do financiamento.

A política habitacional deu uma ênfase inicial aos aspectos sociais e assumiu funções de estímulo ao capital privado. Os investimentos públicos no setor passaram a privilegiar as camadas de maior rendimento. Apesar da quantidade nada desprezível de 4,5 milhões de unidades financiadas pelo BNH nos seus 22 anos de existência, aquelas formalmente destinadas aos setores populares representaram apenas 33,6% do total.

Essa terceira fase da política habitacional no Brasil, iniciada com a criação do BNH em 1964, encerrou-se com a extinção do órgão em novembro de 1986. No entanto, o fechamento do BNH, sem nenhuma tentativa de equacionamento dos problemas concretos, pareceu ser uma estratégia do governo da Nova República, comandada pelo presidente José Sarney, para angariar respaldo político num momento em que se evidenciava o fracasso do plano de estabilização econômica (Plano Cruzado) e se propunham medidas econômicas corretivas extremamente impopulares.



A estagnação econômica durante o governo José Sarney reduziu o nível de captação de recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, os dois mecanismos fundamentais para o funcionamento da política habitacional. Colaboraram ainda para o fracasso do sistema a ausência de política eficaz de fixação do homem ao campo, a inadequada política de utilização do solo urbano, impropriedade da legislação sobre locação de imóveis, falta de novas tecnologias construtivas, excesso de normas e leis regulamentando o setor imobiliário, inexistência de fontes alternativas de recursos e ausência de prioridades na captação dos recursos.

A Caixa Econômica Federal vem acumulando experiência em financiamento imobiliário desde a criação de sua Carteira Hipotecária, em 1931. A absorção de conhecimentos estendeu-se, inclusive, à formação de mão de obra de técnicos do BNH em sua fase de implantação. Com a introdução do Sistema Financeiro da Habitação, em 1964, a Caixa Econômica passou a ser um dos agentes do financiamento da moradia no Brasil. Por ocasião da extinção do banco, a Caixa tornou-se o principal agente do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), administradora do FGTS e de outros fundos do SFH e condutora de programas de habitação de interesse social, de saneamento e de apoio ao desenvolvimento urbano.

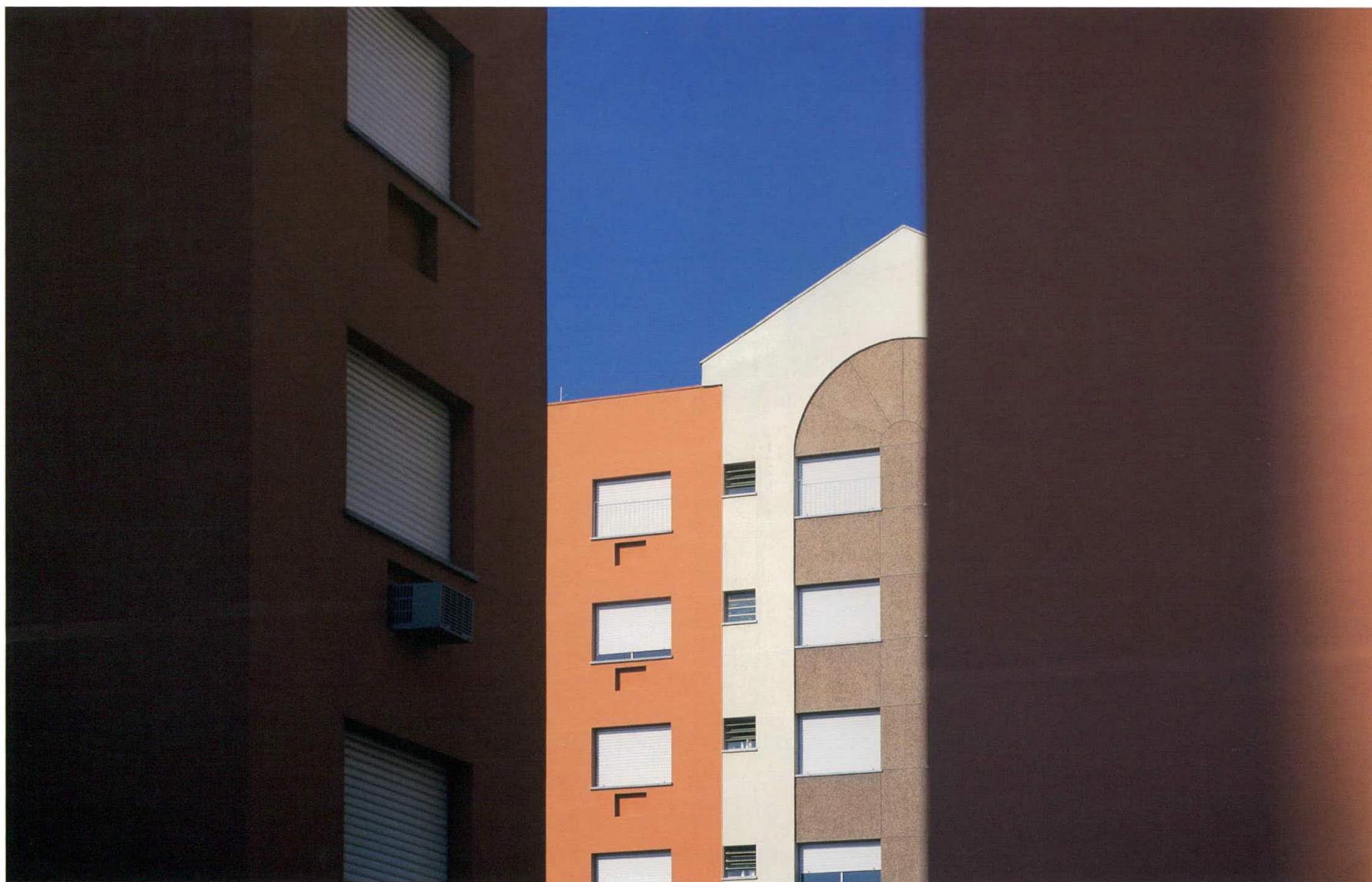
A partir de 1986 e até meados de 1990 não se registrou nenhuma ação governamental de grande significado ou, pelo menos, que se mostrasse eficaz no abrandamento da crise habitacional no país; nem mesmo uma melhor redistribuição dos recursos

alocados pelo Estado no setor. No primeiro semestre de 1990, foram financiadas 18.254 unidades habitacionais para a população de baixa renda e 52.195 (quase o triplo) para o segmento com renda média superior.

Em 1990, o governo federal anunciou uma nova política habitacional, instituindo o Plano de Ação Imediata para Habitação (PAIH), tendo como objetivo financiar a aquisição de moradias populares, lotes urbanizados e material de construção às famílias com renda de até cinco salários mínimos. Buscou-se, ainda, incentivar a autoconstrução por meio do sistema de mutirão, utilizando recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Em 1996, esse programa possuía 187.192 contratos, dos quais 58% apresentavam elevados índices de inadimplência.

A partir de 1995, a política habitacional passou a ser conduzida pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, por meio da Secretaria de Política Urbana. No ano seguinte, o presidente Fernando Henrique Cardoso editou uma medida provisória criando condições especiais para a renegociação de contratos, com desconto de até 95% do saldo devedor. Somente nos primeiros quatro meses após a edição da MP foram liquidados cerca de 32 mil contratos, permitindo a arrecadação de R\$ 335 milhões.

O governo também implantou diversos programas com diferentes linhas de crédito: Pró-Moradia, Carta de Crédito – CEF, Programa de Apoio à Produção de Habitação, Crédito com Garantia Lastreada em Antecipação de Recebíveis, além do Programa Carta de Crédito – FGTS. De 1995 a 1998, os recursos para habitação atingiram o montante de R\$ 9,53 bilhões, permitindo o financiamento de 913 mil unidades, que beneficiaram 3,55 milhões de pessoas. No mesmo período, o volume de contratos



administrados pela Caixa cresceu 48,57%, apresentando, ao final de 1998, um estoque de 1,8 milhão de unidades. Foi mantida a política de incentivo à liquidação antecipada de contratos habitacionais mediante a concessão de descontos.

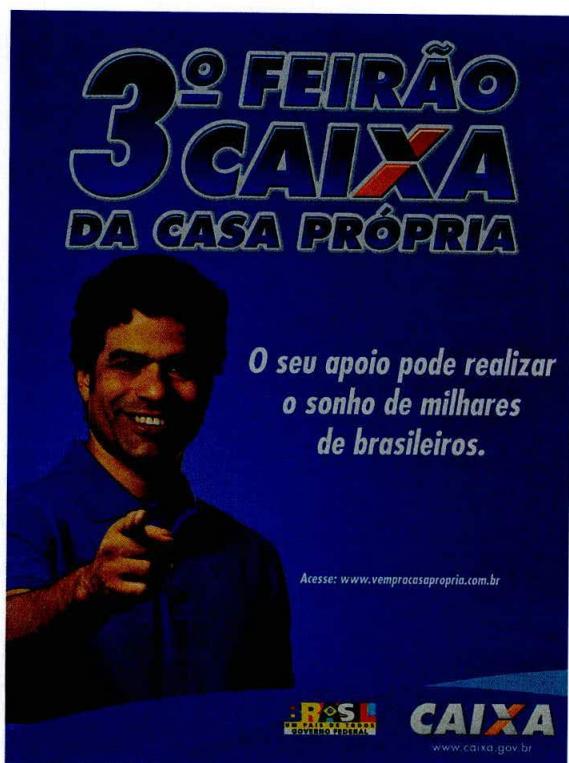
Em novembro de 1997, o governo federal implantou o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), que trouxe como principal novidade a alienação fiduciária de bens imóveis. Essa é a mais eficiente forma de garantia para o credor que concedeu o financiamento, pois ele se torna proprietário do bem até que o financiamento seja integralmente pago. Já o

devedor fica somente com a posse direta do imóvel enquanto estiver pagando. Com o SFI, o país passou a viver uma nova realidade. O ambiente de maior segurança econômica verificado a partir de meados daquela década, com baixas taxas de inflação e a perspectiva de baixa nos juros, permitiu viabilizar investimentos e aplicações de longo prazo. A criação das companhias hipotecárias e securitizadoras também ajudou a forjar este novo cenário, reforçado pelo mecanismo de alienação fiduciária para a garantia dos financiamentos imobiliários que lastreiam os títulos emitidos.

#### ACIMA E P. 226 – SELVA DE PEDRA

*Prédios constituídos em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, com recursos repassados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH).*

## *Caixa de ferramentas*



### CRAQUE-PROPAGANDA

Raí, ex-jogador do São Paulo e da Seleção Brasileira de futebol, convoca o público para os Feirões Caixa da Casa Própria.

Acervo da Caixa

### P. 229 – ESTRUTURA COMPLETA

A Caixa financia e gerencia obras de habitação e de saneamento em todo o país.

Foto Rogério Reis, agência Tyba

**R**ealizar o sonho da casa própria, comum a todos os brasileiros que ainda não lograram adquirir a sua, depende, em primeiro lugar – e como quase tudo na vida moderna –, de recursos financeiros. Além de ter alguma segurança de que haverá dinheiro para pagar as prestações, o ideal – e por certo inatingível para boa parte da população – é fazer uma poupança antes, dar uma boa entrada e reduzir o impacto das parcelas mensais no orçamento doméstico. Mas, mesmo para quem pode comprar, encontrar o imóvel adequado e levar o negócio até o fim muitas vezes se transforma em um imenso desafio.

Desde 2002, a Caixa promove os Feirões da Casa Própria. Realizado em diferentes cidades brasileiras, o evento atrai milhares de potenciais compradores. O sucesso do empreendimento não reside apenas na confiabilidade ou no peso da Caixa no setor, do qual detém uma fatia de cerca de 80%. Deve-se, também, ao formato da promoção: em um único dia, em um único lugar, o consumidor pode conhecer detalhes de milhares de imóveis disponíveis, compará-los e tirar dúvidas sobre os empreendimentos.

Além de funcionários da própria Caixa, os Feirões – cujo principal garoto-propaganda é o ex-jogador de futebol Raí – reúnem dezenas de construtoras, outro tanto de imobiliárias e representantes das prefeituras, dos cartórios e dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis (Creci), o que permite verificar as condições estruturais e legais do imóvel, pedir financiamento, efetuar a compra e encaminhar a documentação, tudo no mesmo lugar. Embora sejam ofertadas unidades novas e usadas, o financiamento da Caixa só é garantido no caso das novas – 100% do preço total –, com pagamento em até 30 anos. Podem ser utilizadas cartas de crédito ou recursos do FGTS.

Criado para facilitar a vida de quem deseja adquirir um imóvel – e, claro, para expandir os negócios –, o Feirão encontrou no Simulador Habitação, lançado em 2008, uma espécie de aliado virtual. A ideia da ferramenta é dar ao cliente a oportunidade de focar sua busca por um imóvel e assim não desperdiçar tempo indo atrás de negócios inviáveis ou inadequados ao seu perfil socioeconômico. A página na internet, bem como o formulário, são de absoluta simplicidade, contendo apenas o essencial para sua funcionalidade, a fim de que qualquer pessoa, mesmo sem experiência em navegar na web, possa preenchê-lo com facilidade.

Logo ao entrar no simulador, o visitante deve informar dados como a modalidade de financiamento que deseja, o tipo de imóvel – novo, usado, construção etc. –, valor aproximado, renda bruta familiar, se possui algum convênio e qual sua situação em relação ao FGTS. Com base nessas informações, o Simulador indica as opções de financiamento disponíveis para aquele perfil. Feita a escolha, o usuário recebe dados como valor da entrada, da primeira prestação, taxa de juros, entre outras. A pesquisa pode ser refeita até que o sonho do comprador se ajuste às suas reais possibilidades.

A combinação do Simulador com o Feirão torna a aquisição da casa própria um processo mais organizado, mais seguro e menos desgastante, uma vez que o comprador chega ao Feirão sabendo o que quer e o que pode, e isso simplifica bastante as negociações. O uso adequado de ferramentas modernas e de promoções que visam a facilitar o cumprimento de todo o ritual necessário até o cliente de fato pôr a mão nas chaves do imóvel tem contribuído para impulsionar as vendas. Tanto em 2009 quanto em 2010, o número de unidades comercializadas beirou um milhão.



## *Caixa de soluções*



**A** Caixa tem se revelado ágil na adoção de modernas ferramentas mercadológicas e tecnológicas – foram 164 milhões de simulações em 2010, ou 450 mil por dia, ou ainda mais de cinco por segundo, com picos no período dos Feirões. Embora utilíssimos e aprovados em larga escala pelos brasileiros, tais mecanismos, no entanto, são apenas acessórios, assim como a modernização das agências, a qualificação das equipes, as melhorias de processos, a democratização do acesso, entre outras dezenas de facilidades criadas ao longo dos anos.

O sustentáculo da carteira habitacional da Caixa continua sendo a variedade de produtos que coloca à disposição do público, capaz de atender satisfatoriamente aos diversos perfis. Como executora de longa data de programas do governo federal, a instituição já beneficiou, com seus financiamentos no setor, direta ou indiretamente,

quase um terço da população. São inúmeros os programas habitacionais de cunho social gerenciados e bancados pela Caixa.

O Programa Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, inclui um pacote de medidas destinadas a fomentar a construção de unidades habitacionais e sua aquisição por famílias com renda de até dez salários mínimos. Uma das modalidades do Minha Casa, Minha Vida atende a pessoas com renda de até três salários mínimos, com prestação equivalente a 10% da renda bruta e valor mínimo de R\$ 50,00. Outra opção é o Programa Nacional de Habitação Rural, no qual agricultores devidamente enquadrados no Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) obtêm financiamento como pessoa física ou por meio de associação – dependendo da faixa de renda – para a compra de material de construção.

### SONHO REALIZADO

*O programa Minha Casa, Minha Vida proporciona a compra da casa própria por famílias com renda até dez salários mínimos.*

### P.231 – O PAC SOBE O MORRO

*Conjunto habitacional financiado com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento no Complexo do Alemão, no Rio.*

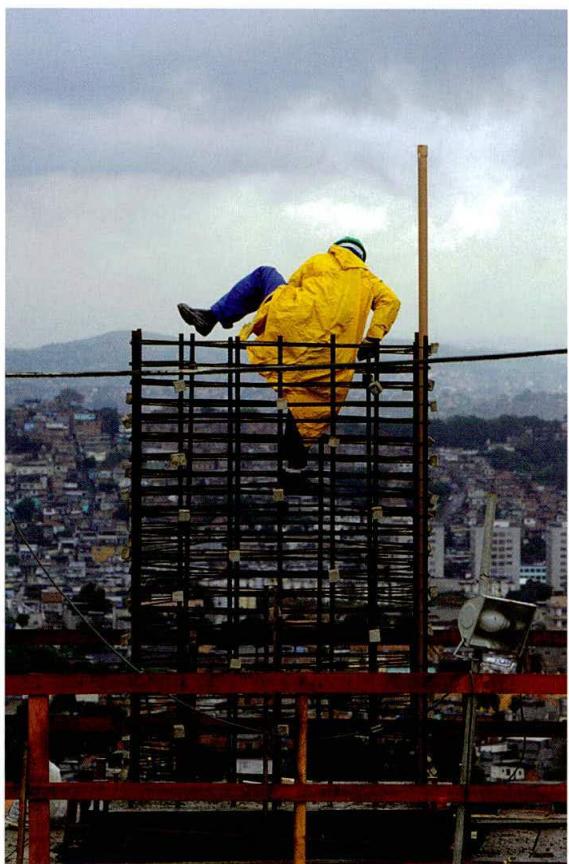
Foto Rogério Reis, agência Tyba

Também integram o pacote o Programa Habitacional Popular – Entidades, que financia a compra de moradia em área urbana para pessoa física organizada de forma associativa, e o Programa Nacional de Habitação Urbana, mediante o qual a Caixa concede financiamento para a compra do imóvel, sendo que muitas famílias – de acordo com a faixa de renda – recebem ainda um subsídio do governo federal a fim de ampliar sua capacidade financeira, uma vez que são os pagamentos de prestações que alimentam o sistema habitacional brasileiro. Além de reduzir o impacto sobre o orçamento doméstico, tal subsídio é uma forma de cobrir os pagamentos em caso de desemprego ou perda de renda do comprador.

Tudo isso no âmbito do Minha Casa, Minha Vida, que prevê, até 2011, a construção e a comercialização de 400 mil unidades nas capitais e no seu entorno, além das regiões metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista, ambas em São Paulo, bem como em municípios com mais de 50 mil habitantes. Cada empreendimento deve ter no máximo 500 unidades, sendo a construtora contratada pela própria Caixa, que é também a responsável pela entrega dos imóveis concluídos e legalizados.

Fora o Minha Casa, Minha Vida, vários outros programas contemplam o espectro das famílias de baixa renda, tais como o Crédito Solidário, com taxa zero e 20 anos para pagar, o qual inclui imóveis novos ou usados, construção e reforma. O Programa Carta de Crédito Imóvel na Planta, com recursos do FGTS, financia construção, reforma e urbanização de lotes, diretamente às pessoas físicas, mas representadas por entidades associativas. Caminho semelhante segue o Parceria Carta de Crédito FGTS – Operações Coletivas, que tem o mesmo o público-alvo e concede financiamentos e subsídios, neste caso somente para imóveis urbanos.





ACIMA E P. 233 – PROBLEMA HISTÓRICO

*As obras do PAC destinam-se a reduzir o déficit habitacional de mais de cinco milhões de unidades.*

Fotos Rogério Reis, Agência Tyba

O Pró-Moradia, que utiliza recursos do FGTS, destina-se a estados, municípios e empresas públicas e financia obras de infraestrutura habitacional e de alternativas habitacionais, com gerenciamento do Ministério das Cidades, sendo que a Caixa contribui com sua experiência na formulação, na análise e no acompanhamento dos projetos. A Caixa oferece ainda o Programa de Arrendamento Residencial e o Programa Carta de Crédito FGTS, que financia e subsidia compra, construção, reforma ou compra de material para uma faixa de renda de até R\$ 4,9 mil, entre outras operações no setor.

Mas, acima das cifras e das siglas, situa-se um problema realmente grave que existe desde os tempos do Brasil Império, conforme se viu neste capítulo. Muito além de discursos e peças publicitárias, a Caixa tem dado uma contribuição expressiva para ajudar a diminuir o déficit habitacional, um dos grandes nós do desenvolvimento do país. De acordo com o estudo Déficit Nacional 2008 (publicado em 23 de julho de 2010), o problema vem se reduzindo a cada ano, a despeito de ainda estarmos muito distantes de um cenário almejado.

O levantamento, feito pela Fundação João Pinheiro, em parceria com o Ministério das Cidades, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, apontou, entre outros, os seguintes dados:

*“O déficit habitacional no Brasil estimado para 2008 corresponde a 5,572 milhões de domicílios, dos quais 83% estão localizados nas áreas urbanas.*

*“As nove áreas metropolitanas do país selecionadas pela PNAD possuem 1,5 milhão de domicílios classificados como déficit, o que representa 27,6% das carências habitacionais do país.*

*“Em termos relativos, o déficit representa 9,7% do estoque de domicílios do país, sendo 9,4% nas áreas urbanas e 11,3% nas rurais.*

*“Em 2008, o déficit continua seguindo tendência de diminuição em termos relativos (essa redução é verificada ao longo dos últimos anos) e, em termos absolutos, no último ano, houve redução de cerca de 450 mil unidades no déficit habitacional: de 6.020.434 (em 2007) para 5.572.313 milhões de domicílios, sendo 250 mil nas regiões metropolitanas.*

*“Concentração do déficit na faixa até três salários mínimos (89,6%) e entre três a cinco salários mínimos (7,0%), faixas que somam juntas 96,6% do déficit.”*

Tais números ajudam a balizar as políticas habitacionais do governo federal, bem como a orientar a atuação da Caixa no setor. Quando se fala em déficit habitacional, não estamos nos referindo apenas aos que simplesmente não têm onde habitar, os chamados “sem teto”, mas sim a brasileiros de todas as paragens que, embora possam dormir com um teto sob sua cabeça, o fazem de modo absolutamente precário. Incluem-se aí os que pagam aluguéis acima de suas possibilidades, os que moram “de favor” nas casas de parentes ou amigos, ou dividem residência até mesmo com estranhos, e os habitantes do que os técnicos chamam de “domicílio rústico”, cujo termo é autoexplicativo, sem contar os moradores de regiões não urbanizadas ou de áreas de risco.

Quando lança um novo programa habitacional ou cria facilidades de todo tipo para a compra de um imóvel, é a estes milhões de brasileiros que a Caixa se dirige. Pessoas que, dezenas de milhares de anos depois que os primeiros humanos passaram a habitar grutas e reentrâncias de rocha em nosso território, e a despeito de todos os avanços da civilização, ainda se limitam a sonhar com seu próprio cantinho.





# FGTS

---

 Caixa concentra atualmente todas as contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Além de a confiabilidade da instituição proporcionar tranquilidade aos trabalhadores, os recursos são utilizados no financiamento de obras habitacionais e de saneamento básico em benefício de todos os brasileiros. A guarda do FGTS pela Caixa, apesar de por vezes parecer algo há muito consolidado, é relativamente recente. O próprio FGTS, em termos históricos, não é tão antigo assim, uma vez que primordialmente a discussão em torno de garantias aos trabalhadores contemplava não a formação de um pecúlio – caso do Fundo –, mas de sua eventual estabilidade no emprego.

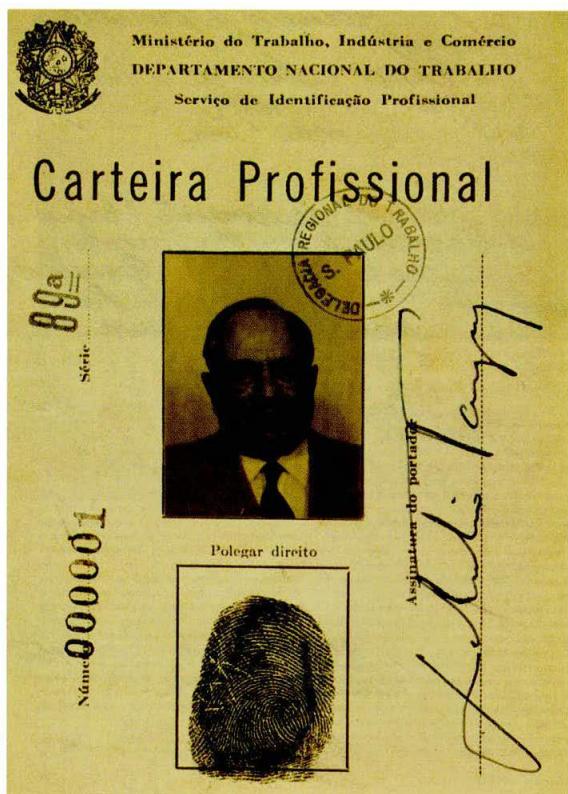
A primeira menção à estabilidade no serviço público de que se tem registro foi incluída na Constituição Política do Império do Brasil, promulgada em 25 de março de 1824, quase quatro décadas antes da criação da Caixa. Em seu Título 5º, Capítulo VIII, Artigo 149, a Carta citava, meio de passagem, algo passível de tal interpretação: “Os Officiaes do Exército e Armada não podem ser privados das suas Patentes, senão por Sentença proferida em Juízo competente”. Não havia, contudo, referência aos servidores civis, que podiam ser nomeados ou dispensados a qualquer tempo pela vontade do imperador, na época D. Pedro I. Com a proclamação da República, em 1889, chegou a ser determinado que a demissão de um servidor público

só poderia ocorrer mediante ordem judicial, mas tal expediente vigoraria por menos de quatro anos.

Os funcionários públicos, aí incluindo os civis, ganharam, a partir de 1915, uma certa estabilidade, condicionada ao cumprimento de dez anos de serviço. O primeiro documento legal a abordar o assunto e estendê-lo à iniciativa privada foi o Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, mais conhecido como Lei Eloy Chaves, em homenagem ao seu autor. De acordo com a lei, que, entre outras coisas, lançou as bases da Previdência Social no Brasil, os ferroviários com dez anos de trabalho só poderiam ser demitidos em função de uma falta considerada grave e apurada em inquérito administrativo conduzido pelo governo federal, criando uma jurisprudência que aos poucos estenderia o direito a outras categorias.

Embora pudesse soar como uma palavra mágica aos ouvidos dos beneficiados, a estabilidade, em seu modelo inicial, continha falhas importantes. Primeiro porque, ainda que não corresse o risco de perder o emprego, o trabalhador chegaria ao fim da vida sem ter amealhado qualquer patrimônio. Segundo, porque muitos empregadores por certo tratariam de dispensar seus funcionários antes de se completarem os dez anos. Por fim, sempre haveria o risco de a empresa ir à falência ou fechar as portas por qualquer outro motivo e a qualquer momento.

Depois de algumas tentativas frustradas de regulação, o tema recebeu tratamento



O NÚMERO 1  
A primeira carteira de trabalho foi emitida em nome de seu criador, o presidente Getúlio Vargas, em 1943.  
Museu da República, Rio de Janeiro

P. 234 – CANTEIRO DE OBRAS  
*Construção de um conjunto habitacional em Porto Alegre financiado com recursos do FGTS*

adequado no Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, já no final da Era Vargas, que instituiu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Alguns artigos (texto original):

*"Art. 477 – É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja éle dado motivo para cessação das relações de trabalho, o direto de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa."*

*"Art. 478 – A indenização devida pela rescisão de contrato por prazo indeterminado será de 1 (um) mês de remuneração por ano de serviço efetivo, ou*

*por ano e fração igual ou superior a 6 (seis) meses."*

*"Art. 492 – O empregado que contar mais de 10 (dez) anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas."*

*"Art. 497 – Extinguindo-se a empresa, sem a ocorrência de motivo de força maior, ao empregado estável despedido é garantida a indenização por rescisão do contrato por prazo indeterminado, paga em dobro."*

*"Art. 499/ § 3º – A despedida que se verificar com o fim de obstar ao empregado a aquisição de estabilidade sujeitará o empregador a pagamento em dobro da indenização prescrita nos arts. 477 e 478."*

O texto da CLT preenchia as principais lacunas, mas ainda deixava em aberto uma questão primordial: a formação de um patrimônio por parte dos empregados. Em 1958, no governo de Juscelino Kubitschek, foi aprovada uma lei que permitia às empresas deduzir do Imposto de Renda as contribuições para um fundo dos trabalhadores. A regulamentação dessa medida, entretanto, viria somente em 1964, quando o presidente João Goulart, em 20 de março, a poucos dias de ser derrubado por um golpe militar, assinou o Decreto nº 53.787, instituindo o Fundo de Indenizações Trabalhistas (FIT), formado por títulos da dúvida pública. No ano seguinte, o novo regime lançaria o Fundo de Assistência ao Desempregado (FAD), formado, em sua terça parte, por recursos destinados ao FIT.

Finalmente, em 13 de dezembro de 1966, a Lei nº 5.107 criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que entraria em vigor em janeiro do ano seguinte. Na opinião de Walter Peracchi Barcelos, então ministro do Trabalho do governo Castello Branco, o instituto da estabilidade, “longe de corresponder a uma vantagem efetiva para os empregados, voltou-se contra eles, pelo menos para a grande maioria, deixando de preencher a finalidade

initialmente pretendida, quando da sua generalização há mais de 30 anos, para transformar-se em um obstáculo à própria segurança no emprego”.

A nova lei concedia aos trabalhadores a possibilidade de optar: ou se manteriam sob o sistema de estabilidade – inócuo, pois grande parte era demitida antes do fechamento desse período – ou optariam pelo FGTS, uma espécie de poupança formada por depósitos mensais dos empregadores da ordem de 8% do valor dos salários. Tais recursos, acrescidos de juros e correção monetária, seriam acumulados ao longo da carreira, formando um pecúlio a ser usufruído por ocasião da aposentadoria, podendo ser sacado ainda em caso de invalidez ou demissão por justa causa, entre outras situações excepcionais.

A novidade não beneficiava apenas diretamente os trabalhadores. Seus efeitos eram bem mais amplos, uma vez que os recursos depositados na conta do Fundo dariam novo fôlego ao Sistema Financeiro da Habitação (STF) – que até então se valia apenas de dinheiro oriundo das cadernetas de poupança, e de aplicações em letras de câmbio – e, com isso, fomentariam o crescimento da construção civil, ampliando a oferta de imóveis a preços populares e gerando milhares de empregos. Somente no primeiro ano de vigência da nova lei, o Banco Nacional da Habitação já recebera uma injeção de 600 milhões de cruzeiros do FGTS. As vantagens eram mútuas, pois, mesmo sendo praticados juros menores do que os de mercado, a operação garantia a rentabilidade das contas do Fundo.

Enquanto eventuais polêmicas acerca do novo sistema de garantia ao trabalhador se dissipavam, e depois de se revelar um ótimo parceiro do Sistema Financeiro da Habitação, em 14 de outubro de 1969, por meio do Decreto nº 949, o FGTS tornou-se também financiador do Plano Nacional de Saneamento (Planasa). Habitação e saneamento eram problemas históricos no Brasil – e ainda o são,

neste século 21 –, mas, apesar disso, nunca haviam sido contemplados com programas efetivos por parte do governo. Antes da criação do SFH, o setor de habitação eram impulsionado, além das iniciativas particulares, somente por medidas isoladas de parte da Caixa Econômica Federal, das Caixas estaduais, de institutos de previdência e companhias de seguros.

Pior ainda era a situação do saneamento básico, visceralmente dependente do poder executivo. A ausência de esgoto e água tratada em boa parte do território nacional levava a um quadro de alta incidência de todo tipo de doenças e absurdas taxas de mortalidade infantil. Os recursos necessários para se mudar esse cenário estavam além das possibilidades da maioria dos municípios brasileiros. O decreto de criação do Planasa incluiu a instituição de companhias estaduais de saneamento, a fim de que os recursos fossem mais bem aproveitados graças à observação das características de cada região. O dinheiro advindo do FGTS passou a ser investido da seguinte forma: 60% em habitação, 30% em saneamento e 10% em infraestrutura urbana (eletrificação, pavimentação e outras providências decorrentes dos programas habitacionais).

Quatro anos depois de criado, o FGTS já se convertera na opção de 70% dos trabalhadores brasileiros com carteira assinada. Mais de 350 mil moradias haviam sido construídas ou financiadas graças aos recursos do Fundo, cuja arrecadação crescia à ordem de 15% ao ano e representava, a essa altura, 12% do total de depósitos na rede bancária nacional. Os empresários, em princípio céticos, foram percebendo que, embora os depósitos do FGTS fossem de 8% dos salários, o impacto real na folha de pagamentos era estimado em 2,8%, graças à extinção de outros instrumentos promovida a título de compensação.

Contudo, ao completar dez anos, no final de 1976, o FGTS, adotado pela ampla maioria

dos trabalhadores, despertava desconfianças. O clima de insegurança devia-se basicamente a dois fatores: a desvalorização dos depósitos e os graves problemas de gestão do Banco Nacional da Habitação. O primeiro tinha uma causa óbvia e de simples resolução. No início, os depósitos recebiam juros e correção monetária a cada três meses. A bonança financeira propiciada pelo “milagre econômico” – que no ano seguinte se revelaria insustentável, e cujos efeitos estariam na gênese da fase da hiperinflação – levara o governo, em 1972, a pedido dos bancos, a mudar as regras do jogo, passando a corrigir o saldo apenas uma vez por ano. Como a inflação voltara a crescer, os recursos do Fundo estavam se deteriorando. Mas isso logo se resolveu com a decisão do governo de retomar a prática das correções trimestrais.

A segunda questão era mais complexa e profunda. Em função de o BNH não possuir estrutura adequada, os recursos eram depositados em bancos privados que os repassavam ao BNH, que só então os aplicavam no Sistema Financeiro da Habitação. A mera observação desse ciclo indica um processo muito burocrático, portanto lento, com prejuízos para todos. Mas o problema maior era outro: a fim de cobrir eventuais saldos negativos dos financiamentos habitacionais, fora criado o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), cujos recursos provinham de taxa embutida nos financiamentos. Apesar disso, e dos subsídios e outros mecanismos dos quais o governo lançava mão para assegurar a capacidade de pagamento dos mutuários, o FCVS, inicialmente um fundo de reserva, ou seja, de caráter emergencial, acabou se tornando responsável por cobrir os crescentes rombos nas contas. Tornara-se óbvio que o sistema era insustentável, e a falência do SFH, iminente, sendo que ele era uma das principais fontes de remuneração do FGTS.

Enquanto se discutia o futuro – ou a falta de – do SFH e do BNH, podiam-se comemorar os avanços de alguns indicadores. Em parte graças aos recursos oriundos do FGTS, de 1967 a 1980 haviam sido erguidas mais de 1,5 milhão de unidades habitacionais. O número de domicílios urbanos com sistema de esgoto (58,1%) e água canalizada (71%) também se expandira de modo considerável. O FGTS mostrara-se um sistema eficiente sob todos os ângulos, mas seguia tendo seus recursos geridos e sua rentabilidade – e, em última análise, sua própria sobrevivência – ameaçada pela incapacidade do BNH. Além do mais, os destinos da política habitacional estavam ligados ao sonho maior de milhões de brasileiros: usar seu FGTS para comprar a casa própria.

Em 21 de novembro de 1986, já no governo civil de José Sarney, e com a economia novamente em frangalhos em função do naufrágio do Plano Cruzado, o Banco Nacional da Habitação foi finalmente extinto. O Decreto-Lei nº 2.291 repassou ao Ministério do Desenvolvimento Urbano a formulação da política habitacional, ao Conselho Monetário Nacional o controle do SFH, ao Banco Central a fiscalização das instituições financeiras integrantes do sistema e à Caixa Econômica Federal a administração do passivo, do ativo, do pessoal e dos bens do BNH, bem como a gestão do FGTS.

A medida representou um expressivo reforço no já relevante papel que a Caixa sempre desempenhara na economia nacional e no dia a dia dos brasileiros. O setor habitacional beneficiava-se por estar nas mãos de uma instituição centenária com larga tradição no setor e na qual o povo brasileiro confiava. Os trabalhadores também se sentiram mais seguros por saber que o dinheiro do Fundo de Garantia, uma poupança compulsória depositada em seu nome, repousava e crescia agora nos cofres da Caixa.

Mais tranquilidade ainda os beneficiários passaram a ter dois anos depois, quando o FGTS tornou-se direito assegurado pela nova Constituição brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988. O sistema de estabilidade agora existia apenas de modo residual, abarcando tão somente quem havia optado pelo antigo sistema. Fora esses casos, cada vez mais reduzidos, estavam sob o guarda-chuva do FGTS todos os trabalhadores urbanos e rurais regidos pela CLT, bem como empregados avulsos como estivadores, por exemplo. Ficaram de fora trabalhadores eventuais, autônomos e domésticos, além dos servidores públicos civis e militares, esses por estarem sujeito a regime próprio.

A Lei nº 7.839, aprovada pelo Congresso Nacional em 12 de outubro de 1989, promoveu alterações no regulamento do FGTS – então com 100 milhões de contas – a fim de tornar sua gestão mais competente e transparente. Uma das mudanças era de ordem econômica: a correção monetária incidente sobre os depósitos – além dos juros anuais de 3% – deixava de ser trimestral para se tornar mensal, medida destinada neutralizar a corrosão causada nos recursos pela inflação elevada.

A nova lei também criou um Conselho Curador do FGTS, tornou obrigatório o investimento de 60% dos recursos em habitação e determinou que todas as contas vinculadas do Fundo – ativas e inativas –, antes pulverizadas na rede privada, fossem transferidas para a Caixa. Paulo Mandarino, então presidente da Caixa, ajudara a lançar as bases da reforma que resultou na nova lei. Em suas palavras, “O FGTS vinha se transformando num labirinto”. O tal labirinto era formado por uma rede de 76 bancos e duas dezenas de diferentes sistemas de processamento, um emaranhado que empeçava a gestão do Fundo, retardando e encarecendo as obras. O tempo máximo para que os depósitos do Fundo feitos pelas empresas nos banco privados chegassem à Caixa passou a ser de 48 horas, enquanto ao

tempo do extinto BNH o prazo médio era de 72 dias, período no qual os bancos aumentavam seus lucros girando o capital que, por sua vez, deixava de render em benefício dos trabalhadores. Além disso, o fato de os recursos se destinarem a projetos de cunho social acabava por gerar uma certa despreocupação em satisfazer os beneficiários do FGTS, os verdadeiros donos do dinheiro.

O Conselho Curador estava previsto na lei que criou o FGTS, em 1966, e ele de fato existia, mas na prática o governo decidia sozinho sobre onde e como aplicar os recursos. No fundo, o BNH apenas executava as diretrizes econômicas do Planalto, ou seja, tinha uma gestão política, sujeita a todo tipo de interferência, fator que por certo colaborou para a falência do modelo. O novo Conselho, integrado por seis representantes do governo, três dos trabalhadores e três dos empresários, tornou o processo mais transparente e eficiente ao dar voz ativa a todos os segmentos. À Caixa caberia executar as ações definidas pelo Conselho, e estaria sob sua permanente fiscalização, aumentando a segurança do sistema.

De acordo com a lei, todas as contas vinculadas do FGTS deveriam ser transferidas dos bancos privados para a Caixa. Havia, no entanto, sérias dúvidas se isso de fato ocorreria, tendo em vista o poder de pressão dos grandes grupos financeiros, que questionavam a capacidade da instituição de assumir uma operação desse porte, envolvendo cem milhões de contas. A incorporação foi feita em etapas, começando pelas instituições menores, a partir de abril de 1991. Até o final daquele ano, 16 milhões de contas, metade das quais ativas – que, portanto, recebiam depósitos novos – já estavam sob gestão da Caixa. O lance definitivo, no entanto, ocorreria no início de 1992, quando a Caixa abiscoitou a cereja do bolo na forma das 10 milhões de contas que estavam em poder do Bradesco, então o maior banco privado do Brasil – título hoje nas mãos do Itaú-Unibanco. O

episódio mostrou que a centralização era para valer.

A concentração de todas as contas na Caixa apresentava inúmeras vantagens, a começar pela agilidade, a transparência e a utilização racional dos recursos. Abria, ainda, outras perspectivas aos beneficiários, entre as quais a possibilidade de efetuar saques em contas inativas, assim consideradas por não terem recebido depósitos ao longo de três anos. Cerca de 70 milhões de contas inativas guardavam valores da ordem de US\$ 6 bilhões, uma enormalidade de dinheiro até então retido. Em meados de 1993, os recursos começaram a ser liberados mediante um cronograma. Somente nos primeiros 12 meses, mais de US\$ 1 bilhão saiu dos cofres da Caixa para o bolso dos beneficiários, ajudando não só a eles, mas a movimentar toda a economia.

Ajustes pontuais seguiam aprimorando o FGTS. A Lei nº 9.491, sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 9 de setembro de 1997, pôs fim a um expediente muito utilizado até então: a fim de poder sacar o FGTS, o funcionário pedia ao empregador que o demitisse sem justa causa. Em troca, abria mão – do todo ou de parte – da indenização de 40% sobre o valor do Fundo. Ou, então, alguém demitido por decisão da empresa era pressionado a abrir mão desse direito. Em ambas as situações, assinava um documento no qual afirmava ter recebido os valores integrais. A nova lei acabou com isso ao determinar que os depósitos fossem feitos diretamente na conta vinculada do FGTS, e não mais na conta pessoal do empregado, por exemplo.

Algumas distorções, contudo, somente seriam resolvidas pela via judicial, caso do prejuízo causado aos beneficiários do Fundo pelos planos Verão (governo Sarney), de 1989, e Collor I (governo Fernando Collor), de 1990. Nos dois casos, o saldo do FGTS não incorporara a devida correção monetária. A injustiça começou a ser reparada em 31 de agosto de 2000, quando o Supremo Tribunal Federal mandou pagar a diferença. A decisão referia-

se a uma ação movida por 22 trabalhadores gaúchos, mas seus efeitos se estendiam e todas as 600 mil ações pendentes de julgamento e, firmada a jurisprudência, era reconhecido o direito de todos com saldo na época, tivessem ou não recorrido à Justiça.

A menos que estivesse disposto a enfrentar milhões de ações semelhantes, com evidentes prejuízos aos cofres públicos, o governo teria de encontrar uma forma de efetuar os pagamentos. Assim, em 28 de junho de 2001, o Congresso aprovou uma lei complementar estabelecendo as regras para a reposição, ao longo dos cinco anos seguintes, das perdas de 68,9% a 32 milhões de trabalhadores, num total de R\$ 40 bilhões. Para ter o direito, bastava assinar um termo de adesão ao plano, abrindo mão de futuras ações na Justiça. O governo, por sua vez, a fim de obter esta montanha de dinheiro, aumentou de 40% para 50% o valor da indenização em caso de despedida sem justa causa, e de 8% para 8,5% do salário o valor depositado mensalmente pelo empregador.

Além de representar um direito dos trabalhadores, desde a criação o FGTS sempre foi um relevante instrumento de desenvolvimento, e sua importância tem crescido nos últimos tempos. Um dos mais notáveis exemplos disso é o Sistema Cantareira, integrado por um complexo de canais, túneis, represas, estações de bombeamento e de tratamento de mananciais localizados a mais de cem quilômetros de São Paulo e que chegam a reservatórios nas cercanias da capital. O complexo, que abastece de 33 mil litros de água por segundo mais de 9 milhões de pessoas, quase a metade da população da Grande São Paulo, orçado em US\$ 1 bilhão, começou ser construído em 1966 e tomou impulso com a criação do Planasa. Somente entre 1968 e 1986, o FGTS repassou mais de R\$ 8 bilhões às companhias estaduais de água e saneamento.

No início do governo Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, o FGTS passou a ser gerido pelo

recém-criado Ministério das Cidades. Ao mesmo tempo, o governo abriu aos beneficiários do Fundo a possibilidade de utilizar esses recursos na aquisição de ações da Petrobras e da Vale, uma forma de estimular pequenos investidores a ingressar no mercado de ações, oferecer uma opção rentável aos cotistas e, claro, pulverizar as ações das duas empresas. A Lei nº 9.491, de 1997, permitia o uso de até 50% do saldo do FGTS em operações na Bolsa, sendo que, em 2000, 250 mil trabalhadores já haviam comprado R\$ 1,6 milhão em ações da Petrobras e, em março de 2002, R\$ 1 milhão em ações da Vale.

Cada vez mais importante e mais presente na vida dos brasileiros, o FGTS foi ganhando transparência e agilidade ao longo da primeira década do século 21. A Caixa lançou em 2001 o Conectividade Social, que permite o recolhimento das contribuições e o repasse de informações dos trabalhadores por meio da internet. A partir de 2003, o pagamento da Guia de Recolhimentos do FGTS e Informações à Previdência Social passou a poder ser feito em todo o sistema bancário, com a entrega do recibo pela caixa postal do Conectividade. Hoje o trabalhador tem acesso pela internet ao certificado de regularidade de sua conta no FGTS, e depósitos de menor valor nas contas do Fundo podem ser realizados em agências loterias. Também é possível verificar o saldo pelo celular. Esse conjunto de medidas vem tornando a gestão do FGTS mais ágil e democrática.

Nada disso teria o mesmo valor se o FGTS não fosse um dos grandes financiadores do desenvolvimento social no Brasil. Foi em torno de uma vila de agricultores erguida com recursos do FGTS, em 1986, por exemplo, que nasceu a cidade de Lagoa Grande, em Pernambuco, num lugar antes quase desabitado e que hoje produz vinho de qualidade e exporta frutas. Obras de irrigação e de infraestrutura para dar suporte ao crescimento viabilizaram econômica e socialmente

a região. A comunidade de Alagados, na periferia de Salvador, um emblema das condições precárias em que vivem os moradores pobres das grandes cidades, recebe recursos do FGTS desde os anos 1970, sendo que nesta última década houve forte incremento no repasse de verbas.

Ao completar 40 anos de existência, em 2006, último ano do primeiro mandato do presidente Lula, o FGTS exibia números robustos: somente na área habitacional, foram investidos desde 1966 um total de R\$ 70 bilhões no financiamento de 6 milhões de imóveis, beneficiando diretamente 38 milhões de brasileiros e gerando (ou mantendo) 5 milhões de empregos. Neste mesmo período, o Fundo pagou aos trabalhadores o montante de R\$ 251 bilhões. Ao final de quatro décadas, duas das quais nas mãos da Caixa, o FGTS representava 10% do PIB nacional. Já o saneamento básico recebeu investimentos do FGTS no valor de R\$ 10 bilhões entre 1986 e 2006, levando melhorias à vida de 64 milhões de pessoas e criando mais de 2 milhões de empregos.

Em 2010, obras financiadas pelo FGTS na área habitacional beneficiarão 472 mil famílias e, em saneamento e infra-estrutura, 25 milhões de pessoas. Os investimentos ultrapassarão os R\$ 56 bilhões, com a criação ou manutenção de 2,5 milhões de postos de trabalho. O ritmo de contratação de mão de obra nessas áreas tem sido recorde, com destaque para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa Minha Casa, Minha Vida. Já o Fundo de Investimentos do FGTS (FI-FGTS) – que utiliza apenas recursos do Patrimônio Líquido do FGTS, a parte do ativo que excede o saldo das contas individuais –, gerido pela Caixa, tem proporcionado relevantes investimentos em infraestrutura. O FGTS segue garantindo o patrimônio dos trabalhadores e ajudando a impulsionar o desenvolvimento nacional.



# LOTERIAS

---

Apesar de a Caixa Econômica somente ter assumido o comando da loteria em 1961, o concurso teve forte ligação com seu nascimento, exatos cem anos antes. Para entrar em funcionamento, a Caixa precisava de um capital mínimo de 30 contos de réis (30:000\$000), conforme determinava o Decreto nº 2.723, de 12 de janeiro de 1861. Pois ao abrir as portas, a 4 de novembro daquele ano, a Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte já contava com um “fundo de operações” três vezes superior ao estabelecido por lei: 92 contos e 400 mil-réis (92:400\$000), provenientes da taxa de 1% sobre o imposto (de 12%) cobrado sobre as 77 loterias extraídas desde a emissão da lei de 27 de setembro de 1860, que determinava aquele repasse.

Nos meses seguintes à inauguração, houve novos aportes de capital – todos oriundos de loterias, sempre no valor de um conto e 200 mil-réis (1:200\$000). Na verdade, a ligação entre a instituição e a loteria já se tornara direta e explícita desde a nomeação do comendador João Pedro da Veiga para um cargo diretivo no conselho da Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte. Não por acaso, Veiga era também diretor da Loteria da Corte, que funcionava em um prédio da rua da Quitanda, no centro do Rio de Janeiro.

No século 19, a loteria não configurava uma novidade histórica. Formas primitivas de sorteio já

eram realizadas na antiguidade por povos como os hebreus, egípcios, hindus e chineses. Os registros mais consistentes, no entanto, indicam a Roma antiga como o legítimo berço dessa forma de jogo com sorteio de prêmios. Todos os anos, durante a celebração das Saturnais, havia uma espécie de loteria cujos bilhetes eram gratuitos e todos premiados. Ao encerramento de números circenses, fichas atiradas ao povo davam direito a prêmios iguais. Foi o imperador Augusto quem lançou a novidade dos prêmios diferentes, de maior ou menor valor. Ele também introduziu o sorteio de prendas depois dos banquetes. Domiciano e Nero mantiveram a tradição. O imperador Heliogábalos adaptou a seu mau gosto e passou a sortear presentes indesejados, como animais mortos ou insetos.

Na Renascença, a loteria italiana adotou o uso de bilhetes pretos e brancos, em que só os primeiros eram premiados, razão pela qual foi chamada de *bianca* ou *bianca carta*. O expediente de substituir alguns membros do Congresso genovês por meio do sorteio de cinco bolas retiradas de uma urna contendo 50 esferas deu origem a outra loteria, o Jogo do “Seminário”, palavra que também significa urna. A novidade espalhou-se pela Europa. Em 1539, na França, o Estado a promovia em benefício dos cofres públicos. Vários países adotaram o modelo. Em Portugal, as loterias foram criadas por Pedro II (que reinou de 1683 a 1706) como forma de evitar a ruína da Coroa.



As primeiras loterias semelhantes às atuais surgiram em meados do século 15 a fim de levantar dinheiro para a construção de fortificações e para ajudar os pobres. Os acertadores recebiam escrituras de terras. A primeira premiação em dinheiro ocorreu provavelmente em Florença, na Itália, em 1530. Logo vieram as loterias de Roma, Nápoles e Veneza, importantes centros comerciais da época. Em 1873, com a Itália já unificada, foi lançada a Lotto, primeira de âmbito nacional, com sorteios semanais. A Lotto é considerada a base dos jogos de números como a loto, a sena e os bingos.

Na Inglaterra, a rainha Elizabeth I organizou uma loteria em 1566 a fim de obter dinheiro para a modernização dos portos e outras obras. Na América colonial, a Companhia Virgínia obteve permissão do rei inglês James I para promover uma loteria destinada à fundação de uma cidade em 1612. Não se sabe se para convencê-lo a tomar tal decisão, ou se por reconhecimento à autorização do monarca, a cidade foi chamada de Jamestown. Se soubesse que a moda pegaria, James I talvez não tivesse autorizado: tempos depois, o dinheiro arrecadado com sorteios serviria para ajudar a financiar a independência dos Estados Unidos, em 1776.

Com o crescimento das loterias, surgiram os cambistas, que compravam bilhetes e os revendiam nas ruas. O povo também começou a promover apostas entre si. Os jogos de azar deixaram de ser meros financiadores de obras e se transformaram na esperança da população de ganhar dinheiro fácil e melhorar de vida. A partir de 1878, vários estados americanos aprovaram leis restringindo a realização de loterias porque os organizadores, na maioria reconhecidamente corruptos, obtinham lucros abusivos.

Dúvidas sobre a lisura dos concursos são comuns na história das loterias. No século 17,

o rei francês Luís XIV e vários membros da corte ganharam uma fortuna num sorteio. O escândalo foi tão grande que o rei devolveu o dinheiro e obrigou os outros nobres a fazerem o mesmo. As loterias francesas, abolidas em 1836, retornaram cem anos depois, foram novamente interrompidas antes da Segunda Guerra Mundial e reativadas depois do conflito.

No século 20, também houve restrições à loteria devido ao advento do comunismo. Durante décadas, as nações sob esse regime proibiram a prática, considerada própria da “burguesia decadente”, mas, durante a Segunda Guerra, a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (atual Rússia) utilizou esse recurso para arrecadar fundos destinados a financiar seu exército.

Hoje, a maioria dos países permite a realização de loterias, embora sob rígido controle. Desde seu nascimento, as loterias provocaram discussões sobre os eventuais efeitos sociais negativos. Os opositores da jogatina baseavam-se na tese segundo a qual as loterias eram uma forma indireta e amoral de taxação, que exploravam a tendência humana para o jogo, ofereciam chances reduzidas de vitória, incentivavam a busca do dinheiro fácil e desestimulavam a poupança.

No Brasil, costuma-se associar o surgimento das loterias à Caixa Econômica. De fato, a Caixa criou as loterias de números (Loto, Sena, Mega-Sena etc.) e a Esportiva, mas o aparecimento da primeira loteria de bilhetes numerados ocorreu em 1784, e a Caixa só iniciou suas atividades em 1861. A instituição assumiu o comando desta modalidade apenas em 1961, por obra do efêmero governo de Jânio Quadros. Mesmo assim, tal associação é correta, uma vez que a Caixa Econômica e Monte de Socorro da Corte nasceu sendo sustentada por verbas oriundas de loterias.

## As loterias chegam ao Brasil

O primeiro concurso de loteria brasileiro de que se tem notícia foi realizado em 1784 na cidade de Vila Rica (atual Ouro Preto), em Minas Gerais, por iniciativa do governador provincial Luiz da Cunha Menezes. Com o dinheiro arrecadado, ergueu-se o novo prédio da Câmara dos Vereadores e da Cadeia Pública, considerado um dos mais importantes legados arquitetônicos do período colonial. Foram colocados à venda três mil bilhetes, e os nomes dos compradores e respectivos números de bilhetes ficaram anotados em um livro. Durante o sorteio, realizado em praça pública, uma urna abrigou três mil fichas numeradas de 0001 a 3.000. Uma segunda urna continha outras três mil fichas, algumas com os prêmios e as demais em branco, num método lento, embora seguro para os padrões da época, quando ainda não havia nenhuma tecnologia de apuração. As papeletas eram retiradas e “cantadas” uma a uma. Depois da verificação do nome do proprietário no livro de registros, outra papeleta era retirada da segunda urna, e poderia ou não ser premiada. Essa primeira extração durou quatro dias.

A prática logo se difundiu no país, mas o governo concedia tal prerrogativa apenas às Santas Casas, hospitais, orfanatos e demais entidades de cunho social, para as quais as loterias passaram a ser uma garantia de sobrevivência. A chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, proporcionou autêntica explosão no número de concessões.

A regência provisória instituída por ocasião da abdicação do imperador D. Pedro I emitiu, em 1831, um decreto proibindo as concessões, mas a lei, como de hábito, não foi respeitada. Coube a D. Pedro II regular o funcionamento das loterias por meio do Decreto nº 357, de 27 de abril de 1844, “atendendo aos inconvenientes e queixas manifestados contra a

maneira pela qual em alguns pontos do Império se extraem loterias e à necessidade de regular por uma maneira uniforme a extração das mesmas loterias em todo o Império, a fim de não se desacreditar esse meio de favorecer os estabelecimentos úteis com aumento da renda pública”.

Eis algumas determinações do decreto assinado por D. Pedro II:

- criação do cargo de presidente das extrações, nomeado pelo governo da Corte ou pelos governos das províncias;
- obrigatoriedade da existência de um tesoureiro, indicado pelos concessionários, para controlar a venda de bilhetes, a extração e o pagamento dos prêmios;
- definição do quadro de funcionários das loterias, formado por um escrivão, dois ajudantes e dois meninos ou meninas menores de 14 anos encarregados da retirada dos bilhetes e dos prêmios das urnas;
- o sorteio teria de ser iniciado às oito horas da manhã em ponto e se encerrar no mesmo dia.

A principal mudança visava a permitir o encerramento da apuração no mesmo dia. Só seriam colocadas na primeira urna as papeletas premiadas. A cada uma sorteada, sairia da segunda urna o nome do vencedor. Por quase duas décadas, não houve alteração no regulamento. Em 1862, foi criado o cargo de fiscal das loterias, nomeado pelo ministro da Fazenda. Ele seria o responsável pelo bom andamento de todas as loterias do país e prestaria contas ao ministro. Para executar sozinho uma tarefa tão complexa em tempos de comunicações precárias, o profissional receberia “um estipêndio razoável”, deduzido da fatia do Tesouro Nacional nos rendimentos das loterias.



**EXTRAÇÃO DE 24 DE JUNHO DE 1788**  
*Bilhete de uma das primeiras loterias realizadas no Brasil.*

Museu da Inconfidência, Ouro Preto

P. 240 – ROLAM OS NÚMEROS  
*Esferas numeradas para extração de loteria.*

P. 242 – NA BANDEJA  
*Gaveta com esferas numeradas usadas nas extrações.*  
Conjunto Cultural Casa de Oração, Salvador



#### SORTE GRANDE

Bilhetes da Loteria da Capital Federal  
do começo da década de 1910.

Museu da Caixa, São Paulo

O longo tempo da apuração e outras eventuais falhas do sistema não inibiam o crescente anseio popular pelas loterias. Em período relativamente curto, elas se integraram à cultura brasileira. Em 1867, a loteria se encontrou com o Carnaval. A 19 de janeiro daquele ano, o português José Alves da Silva fundou um dos primeiros blocos do Brasil, o Clube Democráticos Carnavalescos, que participaria dos desfiles no Rio de Janeiro até o final da década de 1970. Alves da Silva havia ganhado o maior prêmio pago pela Loteria da Corte no ano anterior, no valor de 15 contos de réis. A criação do clube representava o pagamento de uma promessa a Nossa Senhora da Glória. A primeira sede do clube entraria para a história, pois foi de sua sacada que José do Patrocínio proferiu um dos primeiros discursos em prol da abolição da escravatura. A segunda sede foi utilizada para várias reuniões dos republicanos.

A exemplo do que ocorreu com a Caixa Econômica e Monte de Socorro, a estrutura das

loterias também continuou sob inspiração imperial nos primeiros anos da República. No entanto, em 1899, foram incluídas no Orçamento Federal. A Lei nº 640, de 14 de novembro, classificava a receita proveniente dos concursos:

*“Dito de 2% sobre o capital das loterias federais e 4% sobre as estaduais e mais 5% de selo adesivo sobre o valor do bilhete ou fração de bilhete de loteria exposto à venda, cobrado por estampilha”.*

A partir de então, além de servirem a obras benemerentes, os sorteios passaram a engordar as verbas da União. Apesar de ser bem específica quanto aos valores que deveriam ser recolhidos ao Tesouro, a Lei nº 640 não esclarecia o destino dos recursos, o que deixava o governo livre para aplicá-los onde bem entendesse. O crescimento substancial no volume de apostas, além de fazer o Estado crescer o olho, também estimulou a realização de várias extrações especiais. A primeira ocorreu em 1880, quando a Loteria de São Paulo emitiu bilhetes cuja ilustração celebrava o grito da independência. No começo do século 20, tornou-se comum a emissão de bilhetes com estampas históricas e religiosas. Em 1912, os bilhetes de uma extração alusiva ao dia de São João traziam ainda uma série de informações, como dia e hora do sorteio; as instituições que seriam beneficiadas; o total dos três prêmios maiores, de 400 contos de réis; e o nome do concessionário, a Companhia de Loterias Nacionaes do Brazil. Em outubro daquele ano, outro concurso festejaria o descobrimento da América.

## As loterias vêm para a Caixa

O século 20 trouxe várias novidades importantes para as loterias brasileiras. A primeira foi introduzida em 1922, na extração comemorativa do centenário da Independência, quando pela primeira vez utilizou-se o sistema de esferas numeradas. O método recebeu regulamentação mediante o Decreto nº 15.775, de 6 de novembro, segundo o qual o sorteio teria de ser realizado com as máquinas Fichet. A nova lei tornou o bilhete um título ao portador. Isso significava que, a partir de então, quem perdesse o bilhete perderia também o eventual prêmio, e quem o encontrasse nada precisaria provar para receber o dinheiro. Antes, como o nome do comprador ficava registrado em um livro, só ele teria acesso à premiação.

Dez anos depois, no governo de Getúlio Vargas, foi editado um novo regulamento para as loterias, sob o número 21.143, em 10 de março de 1932. Além de garantir à União um controle rígido das loterias, também as modernizava e as submetia a um processo mais transparente:

- nenhuma loteria poderia ser extraída sem que se destinasse 70% da arrecadação para a premiação;
- o prazo máximo de concessão era de cinco anos;
- apenas os bilhetes da Loteria Federal poderiam circular em todo o território nacional, ficando as loterias estaduais circunscritas aos limites dos estados;
- o produto líquido da extração se destinaria exclusivamente a obras de caridade;
- ficava proibida a incorporação do produto das loterias ao Orçamento da União ou dos estados;
- o jogo do bicho era classificado como contravenção inafiançável;
- os sorteios deveriam ser feitos com equipamentos de precisão, urnas transparentes e todas as esferas numeradas.

Dotadas de métodos modernos e regras profissionais, as loterias estavam prontas para serem absorvidas pela Caixa Econômica. O encontro histórico ocorreu em 1961, sob a Presidência de Jânio Quadros, justo no ano do centenário da Caixa. De acordo com o Decreto nº 50.954, de 14 de julho, a Loteria Federal saiu das mãos de concessionários particulares e passou a ser administrada pelo Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais (Consuper). Max da Costa Santos, então presidente do Conselho, empreendera uma campanha destinada a convencer o governo e os dirigentes das Caixas de que, apesar de a instituição não ter nenhuma experiência no ramo, seria possível criar as condições necessárias para assumir a empreitada. A destinação dos recursos também foi definida pelo decreto.

O início das operações lotéricas das Caixas – que ainda não haviam sido unificadas – ocorreu no ano seguinte. Jerônimo Pinheiro de Castilho, novo presidente do Consuper, enfrentou pressões dos antigos concessionários, ainda inconformados com a perda do privilégio. O presidente da República, João Goulart, que assumira devido à renúncia de Jânio Quadros, chegou a receber projeto de lei que criava uma autarquia, com administração independente, para a gestão da Loteria Federal. Baseada na falta de experiência da Caixa, a proposta previa a concessão de serviços de impressão de bilhetes, distribuição e sorteio a um particular. No entanto, a Caixa deu conta do recado. Para superar a inexperiência, utilizou o pessoal que trabalhava para Peixoto de Castro, o último concessionário privado.

A primeira extração da Loteria Federal sob a responsabilidade da Caixa foi realizada em



CONJUNTO DE BILHETES DA LOTERIA FEDERAL  
Crianças desaparecidas e motivos infantis já ilustraram bilhetes de loteria.  
Museu da Caixa, São Paulo



#### OS BILHETES DA FORTUNA

*Conjunto de bilhetes de loteria de diferentes épocas.*

Museu da Caixa, Brasília

15 de setembro de 1962 no prédio da avenida Marechal Floriano, 118, no Rio de Janeiro. Uma série de 40 mil bilhetes, dividida em décimos, no total de 400 mil frações, sorteou os milhares 5.349, 38.031, 26.492, 25.151 e 1.416 e pagou o prêmio principal de 15 milhões de cruzeiros.

O equipamento de extração pertencia ao penúltimo concessionário. Conforme previam os contratos, o material tinha de ser entregue ao Ministério da Fazenda ao final da concessão. Mesmo em condições precárias, devido ao armazenamento inadequado, mas ainda assim o melhor que o país possuía, era composto por dois globos transparentes, 40 mil esferas de madeira e armário para depositar as esferas. A cada extração, um batalhão de funcionários contava uma a uma as 40 mil bolas. Esse sistema vigoraria até outubro de 1972, dois anos depois da unificação das Caixas.

Ao afastar os particulares do ramo das loterias, o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais não abriu mão da extensa rede de revendedores instalada em todo o Brasil havia algumas décadas. Uma das mais tradicionais era a Casa Lotérica Baldino, de Porto Alegre, fundada em 1890 pelo imigrante italiano que deu nome ao estabelecimento. Tratava-se do mais antigo ponto de venda de bilhetes do sul do Brasil. Quatro gerações da família Baldino já tinham assumido o negócio. A Baldino também foi responsável por uma importante inovação na divulgação do empreendimento, ao firmar uma parceria pela qual a Rádio Farroupilha recebia patrocínio da casa e em contrapartida transmitia os sorteios, aumentando em muito o interesse popular e batendo recordes na venda de bilhetes.

## A modernização das loterias

O crescimento expressivo na procura por bilhetes durante os cinco primeiros anos de administração da Loteria Federal pelo Conselho das Caixas deu origem ao câmbio negro. Na esperança de neutralizar o problema por meio do aumento da oferta, o ministro da Fazenda, Delfim Netto, determinou a ampliação para 50 mil bilhetes por série a partir de 16 de setembro de 1967. Até ali, a Loteria Federal da Caixa havia distribuído NCr\$ 320 milhões (cruzeiros novos) em prêmios e engordado os cofres públicos em outros NCr\$ 134 milhões. Esses recursos impulsionaram programas em áreas como a alimentação escolar. No ano seguinte, o prêmio principal chegou a NCr\$ 750 mil e o número de bilhetes ultrapassou a 150 mil por extração.

Em 1969, foi realizada uma pesquisa de mercado destinada a traçar o perfil do apostador brasileiro. Pela primeira vez, as Caixas utilizavam o instrumento da opinião pública para embasar sua atuação. O Ibope ouviu 6,5 mil pessoas em 16 cidades. Seis mil entrevistas foram realizadas em São Paulo e 500 nas demais localidades. Cada apostador gastava, em média, NCr\$ 10,00 por mês, o que não era pouco, uma vez que o salário mínimo passara para NCr\$ 156,00 em 1º de maio daquele ano. A seguir, outros dados obtidos pelo Ibope, num questionário de respostas múltiplas:

- 71% valiam-se de sonhos para fazer a aposta;
- 30% levavam em conta a simpatia pelo número;
- 25% guiavam-se por palpites;
- 72% não eram fiéis à loja onde compravam os bilhetes;
- 28% os compravam sempre no mesmo lugar;
- 74% motivavam-se ao conhecer os ganhadores dos grandes prêmios;
- 54% tinham renda média de quatro salários mínimos;

- 74% eram homens;
- 51% estavam na faixa entre 30 e 50 anos;
- 64% achavam que apostar era uma forma de ajudar a assistência social;
- 68% agiam por instinto na compra dos bilhetes;
- 32% planejavam a aquisição.

Com a crescente ampliação do negócio, o método de extração precisava se modernizar. A partir de 1972, a Caixa, unificada havia dois anos, passou a utilizar um sistema testado com sucesso em países como França, Bélgica, Turquia, Suíça, Portugal, Espanha, Senegal, Costa do Marfim e Tunísia. As máquinas Ryo-Cotteau eram constituídas por um conjunto de globos transparentes que podiam ser acionados em grupo ou separadamente. Os globos eram carregados com esferas de borracha maciça contendo os algarismos de 0 a 9.

O público, além de assistir aos sorteios, agora realizados na sede da Caixa Econômica Federal, em Brasília, também podia acionar o mecanismo que disparava as máquinas por controle remoto. O estímulo não estava apenas na transparência ou na modernidade do método. O prêmio também foi aumentado para Cr\$ 400 mil por série (a moeda havia mudado outra vez, voltando ao cruzeiro), enquanto a extração de Natal, uma das mais importantes do ano, pagava Cr\$ 3 milhões.

Na extração especial de São João, em 1977, o ganhador passou a ser considerado o recordista em premiação da Federal em toda a sua história. O comerciante paulista Yokio Sanada, de 38 anos de idade, morador da cidade de Itapetininga, em São Paulo, ganhou Cr\$ 24 milhões. Ele comprou o bilhete inteiro das séries A, C e D do Grande Prêmio da Loteria de São João. Além dos Cr\$ 18 milhões do



NO ALTO – A SORTE NA MÃO DAS CRIANÇAS  
Extração promovida pela Caixa no início dos anos 1960.  
Museu da Caixa, São Paulo

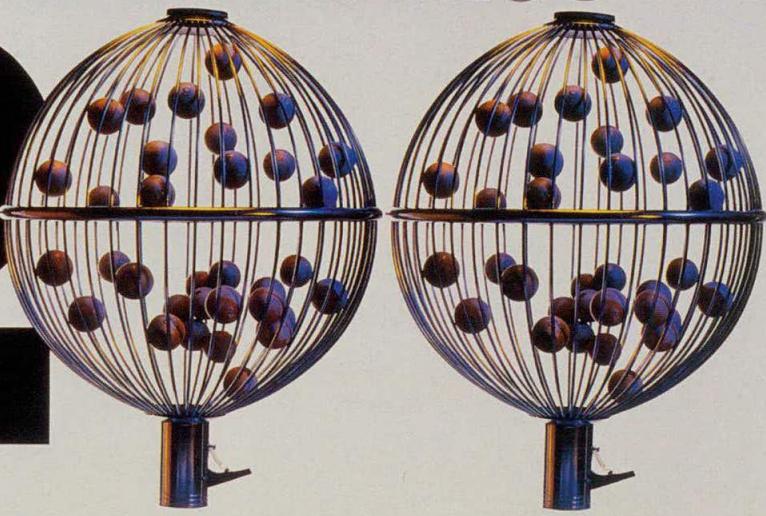
ACIMA – A SORTE NA MÃO DAS MOÇAS  
Extração promovida pela Caixa já com os famosos globos de sorteio transparentes.  
Museu da Caixa, São Paulo

ABAIXO – ANTES DA CAIXA  
A última extração de loteria realizada por concessionário particular em São Paulo.  
Museu da Caixa, São Paulo



**TODA QUARTA E TODO SÁBADO - LOTERIA FEDERAL**

# O PRÊMIO DOBROU



## 2 MIL CRUZADOS NOVOS

5 SÉRIES DE 40 MIL CRUZADOS NOVOS

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## APELO IRRESISTÍVEL

*Os prêmios especiais sempre ajudaram a impulsionar o volume de apostas na Loteria Federal.*

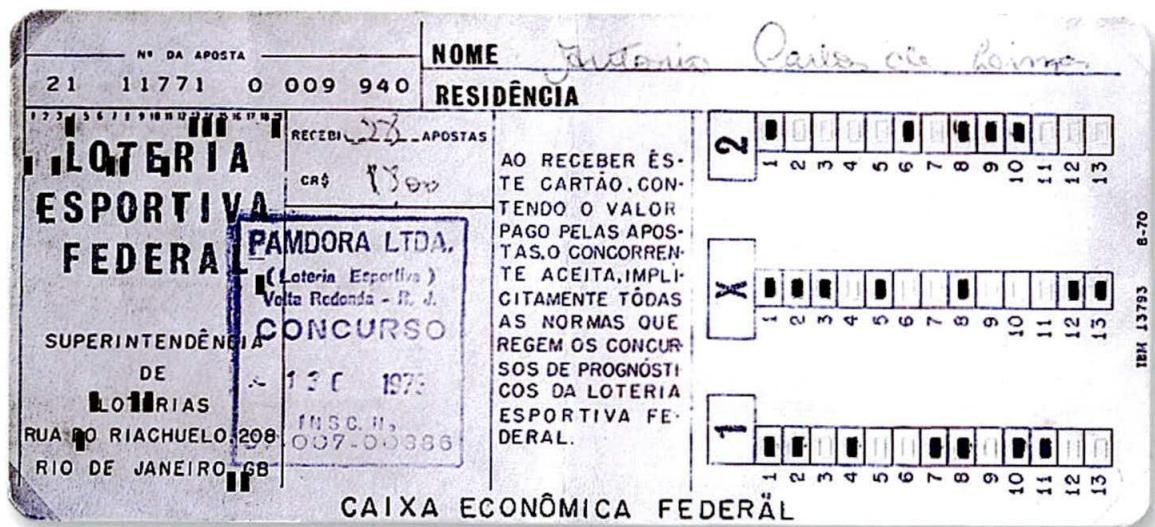
Museu da Caixa, Brasília

prêmio principal, Sanada faturou Cr\$ 6 milhões em função do prêmio extra, porque a série D é a “série ouro”. A série B já havia sido vendida ao advogado João Penosa, da mesma cidade, que recebeu Cr\$ 5,7 milhões, cedendo uma fração a um amigo.

Em 1977, a Caixa completou 15 anos como administradora da Loteria Federal. De 15 de setembro de 1962 (data da primeira extração) a 29 de julho de 1977 (data da extração de número 1.430), a loteria arrecadara Cr\$ 11,9 bilhões. Destes, Cr\$ 6,1 bilhões foram distribuídos como prêmios líquidos, Cr\$ 1,8 bilhão foi repassado às filiais como comissão de venda de bilhetes (incluída a cota dos revendedores) e Cr\$ 1,2 bilhão foi recolhido ao Imposto de Renda. A Previdência Social recebeu Cr\$ 1,5 bilhão e os Fundos Assistenciais Diversos ficaram com Cr\$ 1,2 bilhão. Qualquer balanço sobre a atuação da Caixa Econômica à frente da Loteria Federal era positivo. Tanto pelos avanços técnicos quanto pelo volume de venda de bilhetes, mas acima de tudo pela credibilidade que o concurso havia adquirido sob a guarda da Caixa.

O final da década de 1980 marca o ingresso da Loteria Federal na era da informática. A partir da extração de 1º de outubro de 1988, iniciou-se o processo de automação do sistema, desde a impressão dos bilhetes até a distribuição aos revendedores. Tornou-se possível localizar instantaneamente um número especial exigido por determinado cliente e também oferecer uma espécie de assinatura por meio da qual o apostador pode reservar o mesmo número para vários sorteios. A localização dos vencedores passou a ser automática, e a identificação do revendedor e do lote de cada bilhete conferiu especial segurança ao sistema.

## Um gol da Caixa: a Loteria Esportiva



A Caixa fez um negócio de ocasião. Se o país ia bem na economia e mal em quase todo o resto, era no futebol que, naquele momento, depositavam-se os sonhos dos brasileiros, às vésperas da Copa do Mundo do México. Pelé, o melhor jogador de futebol do planeta, concedia especial brilho à equipe, que, embora tenha se consagrado como a melhor seleção da história, não contava com a unanimidade na época. Mesmo assim, a busca do tri embalava os sonhos dos torcedores. A cúpula da seleção não escapou ao perfil militar. O supervisor era o capitão do Exército Cláudio Coutinho (que treinaria o Brasil na Copa da Argentina, em 1978) e um dos preparadores físicos o também capitão Carlos Alberto Parreira (técnico na conquista do tetra, em 1994, na Itália).

O cargo principal ficou com o jornalista e treinador João Saldanha, reconhecidamente simpático ao Partido Comunista.

As "feras do Saldanha", no entanto, chegariam à Copa sob o comando de Zagalo. Dois meses antes do início da competição, o

general presidente Emílio Garrastazu Médici tentou impor a convocação de Dario, o Dadá Maravilha, então no Atlético Mineiro. Atribui-se a Saldanha a seguinte resposta: "Eu não opino na escolha do seu ministério, portanto, não aceito que o senhor dê palpites no meu time". Saldanha, é claro, foi demitido, e, é claro, Zagalo convocou Dario. O Brasil chegaria ao tri e legaria ao mundo um futebol inesquecível na primeira Copa transmitida ao vivo pela televisão.

Foi em tal cenário que Médici assinou, em 23 de janeiro de 1970, o Decreto-Lei nº 594, autorizando a Caixa Econômica Federal a implantar um concurso de prognósticos esportivos, mais tarde batizado de Loteria Esportiva e consagrado popularmente como Loteca. Três dias depois, o Decreto nº 66.118 regulamentou a nova loteria. Essa modalidade já existia em países como a Itália, a pioneira ao lançar o Totocalcio em 1934, e Portugal, com o Totobola. A palavra "Toto" significa total, totalizador. No caso específico do concurso, representa a totalização,



### LOTECA

*Dois volantes e um cartão perfurado da Loteria Esportiva.  
Museu da Caixa, São Paulo*



ou soma, de prognósticos. Ao contrário da loteria de bilhetes, a Esportiva não promove sorteios, apenas contabiliza os pontos do apostador.

A paixão pelo futebol e os dois títulos mundiais conquistados motivaram o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais a examinar já em 1963, um ano depois de assumir o controle da Loteria Federal, a realização de um concurso do gênero. Mas foi somente em agosto de 1969 que a Superintendência da Loteria Federal enviou ao Ministério da Fazenda um projeto mais efetivo para a implantação do jogo no qual venceria quem acertasse os resultados de 13 partidas de futebol realizadas geralmente em um único fim de semana. De acordo com o decreto-lei assinado por Médici, a arrecadação do novo concurso teria de ser destinada a programas de assistência à família, infância e adolescência, educação física e atividades esportivas e de alfabetização.

A Caixa não perdeu tempo. O primeiro concurso foi realizado menos de três meses depois. A aposta mínima nos 13 jogos que compunham o teste custava NCr\$ 2,00 (cruzeiros novos), o equivalente a um maço de cigarros, mas era possível, pagando mais, fazer prognósticos duplos e triplos para ampliar as chances de vitória. O teste número 1 foi realizado em 19 de abril de 1970, na fase pré-Copa do Mundo, apenas no Rio de Janeiro e na Guanabara. Somente depois de comprovar a eficiência do sistema de coleta de apostas e de apuração a Caixa estenderia o jogo aos demais estados, a começar por São Paulo.

O primeiro teste coletou 76.768 cartões, com o total de 253.958 apostas (considerando-se

os palpites duplos e triplos) e arrecadou NCr\$ 253.958,00. Como ninguém fez os 13 pontos, os oito apostadores que acertaram os resultados de 12 jogos receberam, cada um, NCr\$ 9.999,59. O crescimento foi rápido, como revela o breve comparativo a seguir:

Teste	Apostas	Valor médio
Nº 1	76 mil	Cr\$ 3,31
Nº 2	180 mil	Cr\$ 3,35
Nº 3	230 mil	Cr\$ 3,76

Foi no Teste 3 que surgiram as primeiras mulheres premiadas: Célia Lima e Silva, Nely Guedes, Florisbela Santos Arca, Nely dos Anjos Albuquerque, Nilda Gomes Cardoso e Sônia Maria Mota dos Santos. Só houve ganhadores com 13 pontos no Teste 4, e cada um dos sete recebeu Cr\$ 130 mil.

O primeiro a ganhar sozinho, não com 13, mas com 12 pontos, foi Gilberto Furtado de Medeiros. Ele embolsou Cr\$ 200 mil de prêmio no Teste 5. A primeira mulher a ganhar sozinha foi Carmela Mondeli, que amealhou Cr\$ 1,8 milhão no Teste 9, realizado durante a Copa do Mundo, em junho de 1970. O maior prêmio daquele primeiro ano foi pago no Teste 22, no qual Maria Pena Javes e Enio Inforzato receberam, cada um, Cr\$ 4,5 milhões. A Loteria Esportiva chegou a São Paulo a partir do décimo concurso, ainda em 1970, e no final de 1972 abrangia todo o território nacional. A ilusão de tornar-se milionário da noite para o dia embalava os sonhos dos brasileiros, como ilustra a canção “No Pagode do Vavá”, lançada por Paulinho da Viola em 1972:

Domingo, lá na casa do Vavá  
Teve um tremendo pagode  
Que você não pode imaginar  
Provei do famoso feijão da Vicentina  
Só quem é da Portela  
É que sabe que a coisa é divina  
Tinha gente de todo lugar  
No pagode do Vavá  
  
Nego tirava o sapato  
Ficava à vontade  
Comia com a mão  
Uma batida gostosa  
Que tinha o nome  
De Doce Ilusão  
Vi muita nega bonita  
Fazer partideiro  
Ficar esquecido  
Mas apesar do ciúme  
Nenhuma mulher  
Ficou sem o marido  
Domingo, lá na casa do Vavá  
  
Um assvio de bala  
Cortou o espaço  
E ninguém machucou  
Muito malandro corria  
Quando o Elton Medeiros chegou  
Minha gente  
Não fique apressada  
Que não há motivo  
Pra ter correria  
Foi um nego  
Que fez treze pontos  
E ficou maluco  
De tanta alegria  
Domingo, lá na casa do Vavá

## Os milionários da Loteca

**D**entre os milionários da Loteca, dois adquiriram especial notoriedade: Miron Vieira de Souza e Eduardo Varela. Miron, que trabalhava como boiadeiro em Goiás, ganhou um prêmio de Cr\$ 22 milhões em 1976. O ofício humilde nas lidas do campo, a pouca instrução e o sorriso banguela o converteram na personificação do brasileiro humilde – um exemplo de como a sorte não discriminava ninguém. O desdentado Miron foi celebrizado em fotos que ganharam as capas dos jornais brasileiros e correram o mundo.

A primeira providência do ex-boiadeiro foi, é claro, a compra de uma dentadura. A segunda, a aquisição de cabeças de gado. A terceira, exibir o novo sorriso para amigos de ocasião e interesseiros de variados matizes em lautos banquetes e grandes noitadas. Enquanto os convivas se divertiam, Miron esvaziava o cofre. Ganhou mais quatro vezes na loteria, mas os prêmios estavam longe de ser milionários. Durante a Copa do Mundo de 1998, por exemplo, recebeu R\$ 6 mil, o suficiente para a compra de alguns bezerros. Ele chegou a enfrentar dificuldades financeiras, mas conseguiu recuperar-se em tempo de passar uma velhice sossegada em sua fazenda em Iporá, localizada a 220 quilômetros de Goiânia.

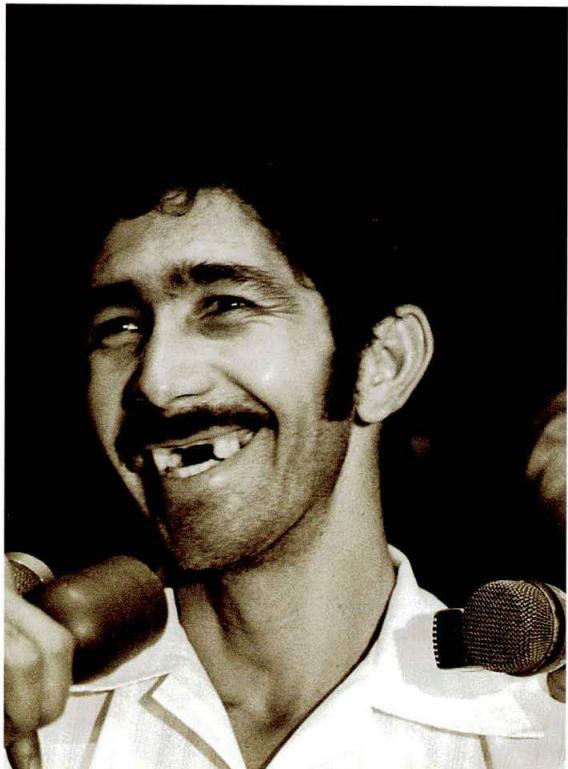
Mais espalhafatoso foi o caso de Eduardo Varela, que ficaria conhecido como Dudu da Loteca. Antes de virar Dudu, Varela trabalhava como despachante, até ganhar Cr\$ 11,6 milhões em abril de 1972. Em tese, iniciou bem sua trajetória de investidor, aplicando boa parte do dinheiro em imóveis, medida recomendada pelos especialistas para quem deseja fazer negócios seguros. A lista de aquisições incluiu um apartamento na avenida

Vieira Souto, em Ipanema, no Rio de Janeiro, um dos endereços mais caros do Brasil.

Dudu acabou sendo vítima da instável combinação de dinheiro aos borbotões e pouca idade. Aos 23 anos, pagou caro pela inexperiência. Primeiro, ao investir em dois hotéis em Campos do Jordão, na região serrana de São Paulo. O empreendimento falhou e enterrou uma parte da fortuna. A seguir, Dudu, que virara ídolo popular, sempre disposto a exibir sua nova condição social, deixou o dinheiro escorrer pelas mãos por confiar em palavras, em vez de documentos. Logo depois de ele colocar quase todos os imóveis, inclusive o da Vieira Souto, em nome do sogro, a mulher pediu o divórcio. Restaram-lhe duas salas comerciais no centro do Rio de Janeiro e um imóvel em Itaipava, no interior do Rio, e Dudu voltou a trabalhar como empregado.

A exemplo de Miron, o comerciante Mário Ronconi, de Santa Terezinha, no Espírito Santo, chegou a perder muito, mas se recuperou e manteve um bom padrão de vida. Ronconi ganhou Cr\$ 14,1 milhões em 1972 e, depois de dividir o dinheiro com outras 18 pessoas com as quais fizera um bolão, aplicou num fundo de longo prazo. Ao resgatar o investimento, seis meses depois, percebeu que a inflação havia consumido boa parte dele. Mesmo assim, ficou sócio de uma rede de supermercados, mas o negócio falhou. Finalmente, adquiriu um posto de combustíveis, cujos rendimentos passaram a sustentá-lo.

Já o agricultor Antônio Donizeti, de Araçuaí, Minas Gerais, sucumbiu à luxúria. Donizeti recebeu um prêmio de Cr\$ 16,1 milhões em julho de 1977, quando tinha apenas 19 anos de idade. Choveram cartas de mulheres do país inteiro com



O SORRISO DA FORTUNA  
Miron Vieira de Souza, o milionário banguela.  
Foto J. Cardoso/AJB, 30 de setembro de 1975

P. 253, NO ALTO – CHAMPAÑE, CAVIAR E CHARUTO  
*Cartazes da Loteria Federal retratando o sonho de todos os apostadores.*  
Museu da Caixa, Brasília

P. 253, EMBAIXO – CAI, CAI, MILHÃO  
*Cartaz da extração especial de São João.*  
Museu da Caixa, Brasília

propostas de casamento. Jovem, rico e ingênuo, Donizeti torrou o dinheiro com mulheres, conforme ele mesmo admitiu depois. Ficou a zero e passou a viver com a renda de um pequeno sítio que conseguiu preservar em sua terra natal.

A partir do Teste 41, a Caixa decidiu instituir uma assessoria para orientar os novos milionários. O projeto foi motivado pelo caso da lavadeira Sebastiana Paulo Dias, de Goiás, que revelou não ter ideia do que fazer com o prêmio de Cr\$ 3 milhões. A Caixa colocou um grupo de funcionários à disposição da lavadeira, e a iniciativa tornou-se praxe. Também estabeleceu uma rotina de busca dos ganhadores que não se apresentavam para tomar posse dos prêmios. Muitos não conferiam o cartão, ou por mero esquecimento, ou porque jogavam por impulso e não acreditavam na possibilidade de ganhar. Ao serem procurados, muitos achavam que se tratava de um trote, ocasiões nas quais o funcionário da Caixa gastava algum tempo para convencê-los. Foi o caso de Francisco Antônio Cristina, que em dezembro de 1980 dividiu com outros 12 acertadores o prêmio de Cr\$ 10,7 milhões, esqueceu de conferir e ainda extraviou o cartão. Salvou-lhe o fato de que, na época, o volante continha a identificação do apostador.

A movimentada história dos ganhadores da Loteca é repleta de felicidade, drama e curiosidades. Numa ocasião em que 4.175 apostadores fizeram os 13 pontos, um fazendeiro goiano fretou um avião para ir receber o prêmio no Rio de Janeiro. Ao chegar lá, descobriu que a quantia a ele destinada, tão somente Cr\$ 1.020,00, nem de longe cobria as despesas da viagem. Juventina Morena de Oliveira, da cidade de Vacaria, no Rio Grande do Sul, ganhou

# 8 MILHÕES DE CRUZADOS

19 DE ABRIL  
LOTERIA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
25 ANOS DE HISTÓRIA DA LOTERIA FEDERAL

**VOCÊ TAMBÉM PODE MUDAR A SUA HISTÓRIA.**

## EXTRAÇÃO DA INCONFIDÊNCIA

duas vezes no mesmo teste porque preencheu dois volantes exatamente iguais, recebendo o total de Cr\$ 8,6 milhões. O comportamento feminino em relação aos prêmios, aliás, era singular. De 1970 a meados dos anos 1980, por exemplo, três mulheres já haviam recebido valores milionários, e, ao contrário dos homens, que faziam questão de ostentar a condição de novo-rico, todas preferiram se manter no mais absoluto anonimato.

Às vezes era necessária uma certa insistência da sorte para o apostador atingir a fortuna. O comerciante goiano Valdeci Garcia Oliveira ganhou Cr\$ 745 milhões no Teste 656 depois de ter arrecadado apenas Cr\$ 23 mil somando as outras nove ocasiões em que fizera os 13 pontos. Em outras vezes, a riqueza chegava em idade tardia, como para Sebastião Matias de Oliveira, trabalhador aposentado da zona rural que faturou Cr\$ 11 milhões em 1984, quando tinha 102 anos.

**Cai, cai, milhão, aqui na minha mão.**

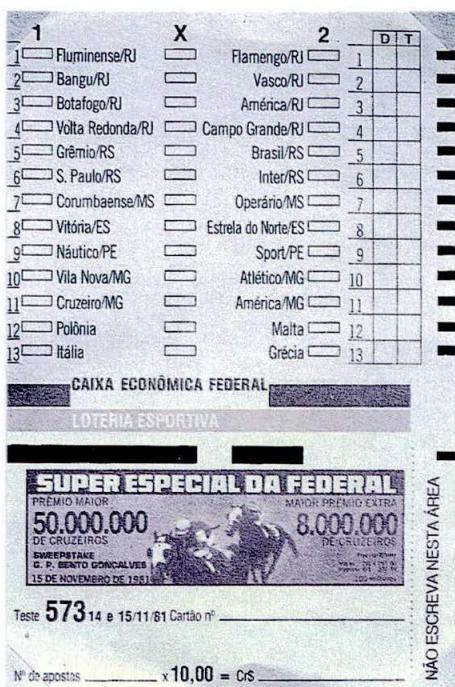
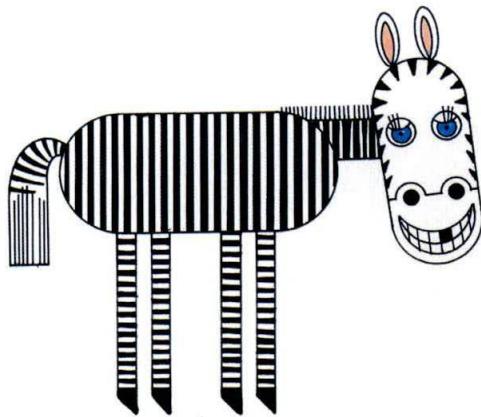
**Loteria Federal de São João.  
24 de junho. 50 milhões.**

**A SORTE ESTÁ SOLTA.**

**"Ah, ganhar na Loteria!  
Caviar, champagne, trufas..."**

**Grande Prêmio Bento Gonçalves. 19 de novembro.  
15 milhões pelo pôr-e-o. 2 milhões por sorteio.  
Jockey Club do Rio Grande do Sul. LOTERIA FEDERAL**

## Loterias de números



AO ALTO – OLHA EU AÍ  
A famosa zebra da Loteca.  
Museu da Caixa, Brasília

ACIMA, À DIREITA – PRÊMIO DUPLO  
A partir de 1968 os bilhetes de loteria da Caixa passaram a ser ilustrados pelas obras de grandes artistas nacionais.  
Acervo Caixa



Para ganhar sozinho na Loteca, era importante apostar em alguma “zebra”, pois resultados lógicos implicavam grande número de acertadores e pouco dinheiro para cada um. Dudu da Loteca, por exemplo, contrariou a previsão de 95% dos apostadores e cravou a vitória do Juventus num jogo contra o Corinthians pelo campeonato paulista. A palavra “zebra” para designar a vitória de um time azarão sobre um favorito destacado havia sido usada pela primeira vez em 1964. O técnico de futebol Gentil Cardoso, conhecido pelas frases de efeito, dirigia a Portuguesa do Rio de Janeiro e garantiu que sua equipe seria a zebra, surpreendendo os grandes clubes. Tratava-se de uma adaptação do jogo do bicho: como a lista de animais da jogatina não inclui essa espécie, pareceu lógico ao treinador utilizá-la para definir um resultado improvável.

A expressão pegou e depois entrou para o vocabulário da Loteca. Uma das mais famosas ocorreu no Teste 196, quando o Flamengo perdeu por 1 a 0 para o pequeno Madureira em pleno Maracanã. Pequenas equipes, grandes fortunas. A vitória do Madureira rendeu ao mineiro José

Santana Silveira, único acertador, o prêmio de Cr\$ 14,3 milhões. A zebra tornou-se personagem tangível quando a Rede Globo de Televisão decidiu incrementar a apresentação dos resultados da Loteca nos domingos à noite, no Fantástico. A alegria dos vencedores solitários ganhou formas femininas no corpo de uma modelo e em uma animação primitiva na qual uma simpática zebrinha abria e fechava a boca e piscava os olhos ao proclamar os resultados. Sua fala característica ao anunciar a vitória de um azarão era: “Olha eu aí de novo, oh: zeebra!”. O Fantástico também consagrou o matemático Oswald de Souza, que calculava, com base no favoritismo de cada time antes das partidas, o provável número de acertadores e quanto caberia a cada um.

A Loteria Esportiva começou a perder fôlego nos anos 1980. Em 1981, a média era de 17 milhões de cartões por teste; em 1986, o número caiu para 2,8 milhões. Nesse meio tempo, em 1982, a revista *Placar* publicara reportagem denunciando um esquema de corrupção destinado a fraudar os resultados (algo semelhante ao escândalo do Totocalcio, na Itália). A quadrilha incluía

jogadores, dirigentes, árbitros e jornalistas. A Polícia Federal indiciou 20 pessoas e, embora ninguém tenha sido condenado, e a despeito de a Caixa nada ter a ver com isso, uma vez que ela não tinha como controlar a lisura dos resultados em campo, o episódio contribuiu para desgastar a imagem dessa modalidade de apostas que já se encontrava em natural declínio.

Na tentativa de recuperar a Loteca, a Caixa promoveu mudanças. Os concursos passaram a ter 16 jogos, com prêmios para quem acertasse todos ou 15 dos resultados. O sistema não vingou, certamente porque o apostador estava acostumado à mítica dos 13 pontos. Três anos depois, em 1989, voltaram os 13 pontos, mas com prêmios também para quem acertasse os dez primeiros, os dez primeiros e mais um jogo e os dez primeiros e mais dois jogos. Hoje são 14 os jogos da Loteria Esportiva.

Mas o maior problema da Loteca, que acabou adotando o apelido como nome oficial, foi ter de enfrentar a concorrência das loterias de números lançadas pela própria Caixa a fim de ampliar a captação de recursos para aplicação no campo social. A primeira foi a Loto, criada pela Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, assinada pelo presidente João Batista Figueiredo. A Loto brasileira foi lançada tendo em vista o sucesso desse tipo de jogo em países como Alemanha, Estados Unidos, França, Inglaterra e Itália. A apuração de estreia foi realizada em 18 de setembro de 1980. A exemplo do que havia ocorrido com a Loteca, o concurso inaugural abrangeu apenas o Rio de Janeiro. Foram vendidos 1.847.014 cartões e arrecadados Cr\$ 51,6 milhões. No primeiro ano, a Loto chegou a São Paulo e Minas Gerais e teve 16 sorteios, mas ninguém fez a quina (acerto de cinco dezenas; eram premiados também a quadra e o terno).

A quina permaneceu sem acertadores até o Teste 36. Para evitar a desistência dos apostadores, a Caixa manteve o preço da aposta mínima em Cr\$

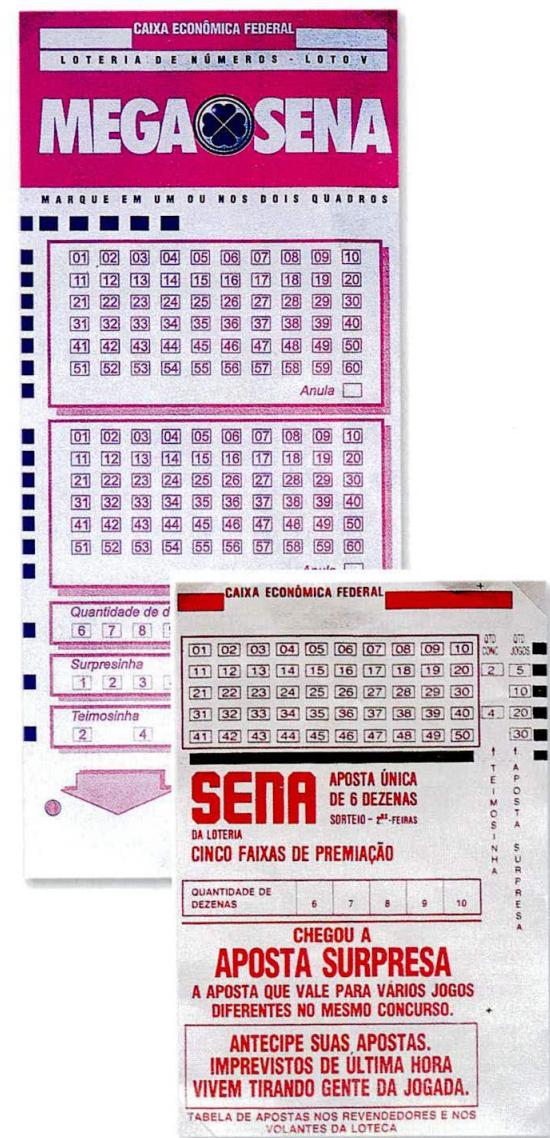
20,00 e reduziu o da aposta máxima de Cr\$ 5.040,00 para Cr\$ 727,00, aumentando o número médio de apostas por cartão (e as chances de acerto da quina). No Teste 37, dois apostadores marcaram a quina.

Em agosto de 1982, no Teste 97, foi concluída a implantação da Loto em todo o território nacional. O jogo superou em muito as loterias Federal e Esportiva no valor médio dos prêmios e no volume de cartões apostados.

Em fevereiro de 1988, surgiu a Sena (acerto de seis dezenas), com cartela de 50 dezenas e cinco faixas de premiação. Em dezembro daquele ano, nasceu a Teimosinha da Loto e da Sena, que permite ao apostador repetir o jogo por diversos testes. Isso só foi possível porque a captação de apostas passou a ser feita por sistema eletrônico e com registro magnético. A Surpresinha, aposta na Loto e na Sena feita a partir de números escolhidos aleatoriamente pelo computador, foi lançada em fevereiro de 1990. Ao longo dessa década, a Caixa colocou no mercado a Supersena Dupla Chance, a Loteria Instantânea (uma espécie de raspadinhos), a Mega-Sena, a Quina, a Trinca e o Trevo da Sorte.

A Mega-Sena, que estreou em 11 de março de 1996, tornou-se o novo fenômeno nacional, sendo a loteria que mais recebe apostas. O prêmio máximo é para o acerto de seis dezenas, sorteadas de um total de 60. Uma das principais características da Mega-Sena é a acumulação de 20% do valor de premiação para a sena dos concursos de final zero.

Nos últimos anos surgiram outras novidades interessantes, embora nenhuma capaz de ofuscar o brilho da Mega-Sena, que a cada semana mobiliza muitos milhões de brasileiros. Entre as novas loterias, figuram a Loto Gol – aposta-se nos números de gols de cada equipe em cinco partidas – e a Timemania – no qual se ganha acertando os números ou se o time do coração, marcado na aposta, for sorteado –, além de variações das modalidades mais consagradas.



ACIMA E P. 254, ABAIXO – NOVAS CHANCES PARA A SORTE  
Volantes da Sena, Mega-Sena e Loteca.  
Museu da Caixa, Brasília

## A conquista da independência



A tualmente, a Caixa oferece dez opções de loteria: Mega-Sena, Timemania, Quina, Lotomania, Dupla Sena, Federal, Instantânea, Loteca, Lotogol e Lotofácil. A instituição teve de percorrer um longo – e por vezes tortuoso – caminho até chegar à condição de poder oferecer aos apostadores tamanha variedade de produtos num país de território imenso, com os desafios de um mundo altamente tecnológico, e sem perder o essencial: a confiança que o público sempre teve na Caixa desde que ela abriu suas portas no remoto 1861.

Nas últimas décadas, dois foram os momentos decisivos nesse processo. O primeiro começou a se desenhar em 1994. Até então, as apostas eram registradas em cartões perfurados, depois gravadas em fita magnética e enviadas, de cada agência, até um centro de processamento de dados da Caixa, quando só então se tornavam oficiais. Em função disso, havia um prazo entre o encerramento das apostas e a apuração. Mesmo assim, muitas vezes as tais fitas não chegavam em tempo de serem processadas, o que obrigava a Caixa a, um dia antes dos sorteios, publicar anúncios em jornais com a relação das “apostas não concorrentes”.

Muitos podiam ser os motivos para os atrasos ou mesmo extravios, desde um incêndio numa lotérica até, conforme uma das tantas lendas que correm sobre o assunto, a perda de um malote cheio de volantes na Amazônia, devorado por um jacaré. Verdade ou lenda, o fato é que aos portadores das “apostas não concorrentes” restava, conforme previa a lei, aceitar de volta o dinheiro, quase sempre reinvestido em nova aposta. Quando o sorteio não lhes favorecia, o dano era pequeno, mas, por vezes, entre os cartões

desconsiderados, havia potenciais – mas frustrados – ganhadores. Imagina-se o tamanho da desilusão, principalmente porque incontáveis brasileiros apostam em números surgidos durante os sonhos, explicitamente ou por meio de símbolos, ou ainda utilizando-se de datas relacionadas a eventos importantes de suas vidas. Sonhos de fortuna que, por atraso tecnológico, muitas vezes eram destroçados – em alguns casos, literalmente, a se acreditar na história do jacaré.

Iniciado em 1994, quando foi realizada uma licitação vencida pela Racimeq – depois comprada pela Getec –, e implantado a partir de 1997, o novo sistema de apuração das loterias da Caixa integrava, três anos depois, 6.500 agências conectadas em tempo real. Tratava-se, sem dúvida, de um expressivo avanço. Na prática, no momento em que o apostador fizesse sua “fezinha” em uma lotérica, automaticamente a aposta era registrada no computador e garantia sua participação no sorteio. A tecnologia abriu novas e imensas possibilidades, entre as quais a de manter as apostas abertas até o último momento, além de eliminar a possibilidade de extravio ou de algum acidente inusitado.

Embora a contratação da Getec tivesse inegavelmente trazido a modernidade ao mundo das loterias, de certa forma a Caixa se tornara refém da empresa, que tinha sob sua responsabilidade – e, portanto, domínio – praticamente todo o sistema, das máquinas ao software, passando pelo treinamento de pessoal, fornecimento de volantes e bobinas, entre outros itens, mesmo que alguns fossem terceirizados. Os dados eram armazenados nos computadores da empresa, que os repassava à Caixa a intervalos de cerca de 15 minutos. O contrato previa a transferência de tecnologia da Getec à Caixa, mas isso nunca aconteceu, e, no

### AS VÁRIAS FACES DA SORTE

*Volantes de Dupla Sena, Lotomania, Quina, Timemania e Mega-Sena, metade das opções de loterias oferecidas pela Caixa.*

ínicio do novo século, a relação entre ambas se encontrava em estado de incontornável crise. A rede de lotéricas estava saturada, o número de agências, máquinas e pessoal treinado era bem inferior ao necessário para atender à demanda, provocando filas permanentes e irritação por parte do público. A Getec se dispunha a promover os ajustes, mas somente mediante a renegociação do acordo em novas bases financeiras.

Havia outro problema: o Tribunal de Contas da União (TCU) vinha questionando os termos do contrato, em especial a vinculação dos pagamentos à arrecadação, o que tornava a empresa prestadora do serviço virtualmente “sócia” da Caixa: a Getec recebia 7% (percentual depois reduzido para 4,75%) do valor das apostas, e entre R\$ 0,15 e R\$ 0,25 a título de tarifa sobre cada operação de “não jogo”, como são chamadas na Caixa as demais operações efetuadas pelas lotéricas, tais como depósitos, saques ou retiradas de benefícios.

Ao longo de mais de quatro anos, travou-se uma extenuante batalha jurídica: de um lado, o TCU pressionava a Caixa em função do que considerava irregularidades no contrato; de outro, as tentativas de promover uma licitação a fim de contratar outra empresa, e em bases mais vantajosas, esbarravam em liminares impetradas pela Getec. Mesmo enfrentando problemas sérios, onerosos e capazes de empurrar a evolução das lotéricas, a Caixa pensava simplesmente em trocar de parceiro e seguir terceirizando. Até pela grandeza e complexidade da operação, não se falava – embora talvez se pensasse – em assumi-la diretamente.

A ousada decisão foi finalmente tomada em abril de 2004 e, apenas três meses depois, a Caixa assumia oficialmente a operação. Dito assim, pode parecer que tudo dependia apenas de vontade

política, mas, na verdade, aquele era apenas um primeiro – embora decisivo – passo da gigantesca tarefa que a instituição teria pela frente. Partindo do zero, o projeto de implantar e administrar seu próprio sistema de loterias desde o início envolveu 18 superintendências da Caixa em todo o Brasil e incluiu mais de 600 ações, todas elas com dezenas ou até centenas de desdobramentos.

O contrato com a Getec havia se encerrado no início de 2003, mas recebeu um aditivo estendendo-o até agosto de 2005, sem possibilidade de nova prorrogação. Isso significava que, entre a ousada decisão e o desligamento da última máquina sob controle da Getec, a Caixa teria apenas um ano para resolver toda a equação. Logo os representantes das pouquíssimas empresas de tecnologia do mundo com foco no segmento de loterias – sem contar que o sistema brasileiro é único – começaram a aportar em Brasília. Escolher o equipamento adequado e com melhor custo-benefício era essencial, mas o grande desafio viria depois, na implantação do sistema e no treinamento de pessoal, e tudo isso feito sem que as loterias parassem de funcionar por um só dia.

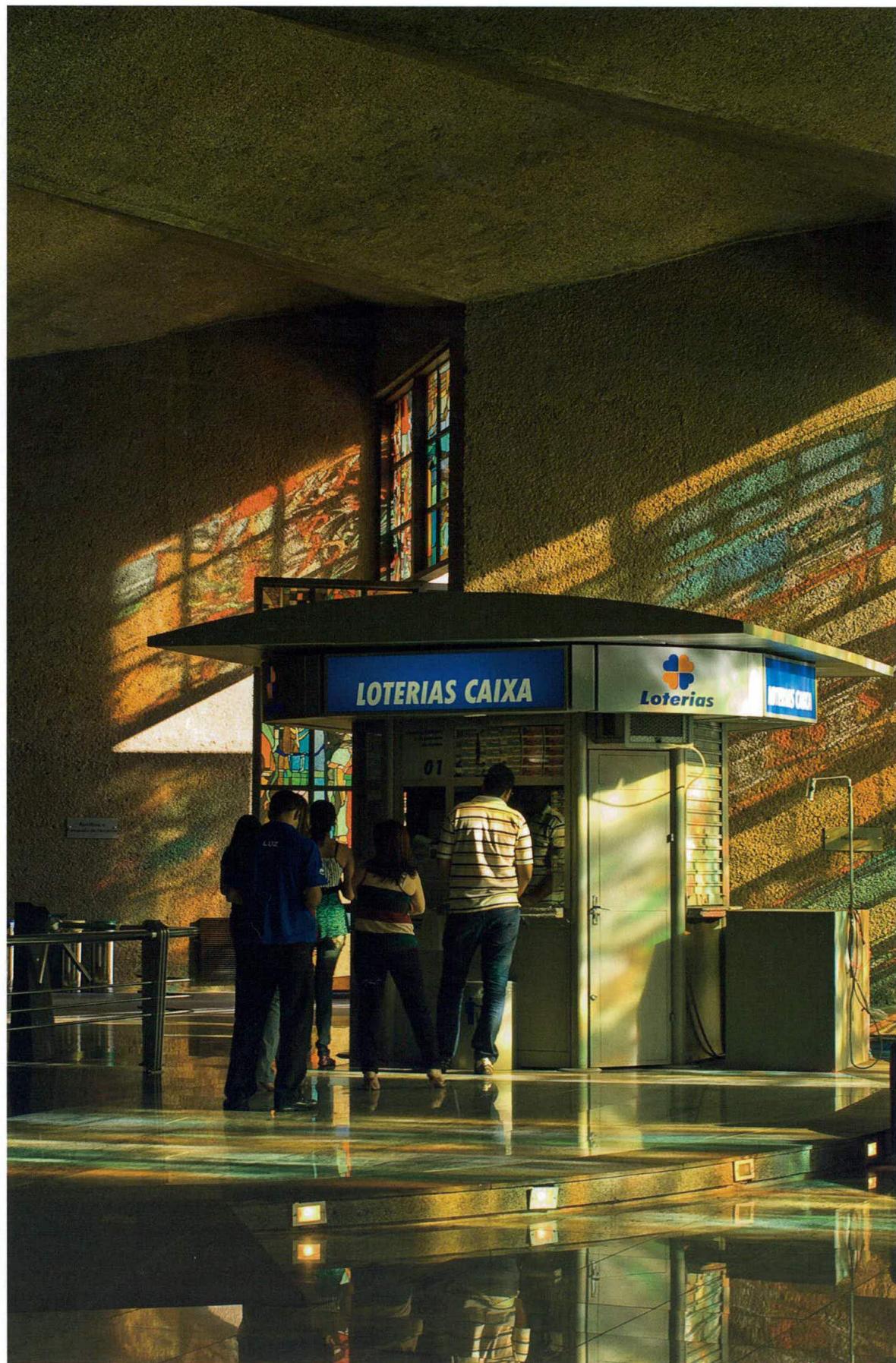
Metaforicamente, era como consertar um avião em pleno voo. Havia, ainda, o problema de tornar compatíveis dois sistemas completamente diversos enquanto se fazia a transição. As resistências não vinham apenas do eventual ritmo da Getec – o entusiasmo de quem está se despedindo, sabe-se, jamais é o mesmo de quem está chegando – na condução das mudanças, das pressões dos sindicatos ou das ações judiciais intermitentes de quem se sentia preterido, mas das próprias agências, responsáveis por uma centena de produtos e serviços, que temiam – não sem razão – os transtornos que, imaginavam, teriam à frente

ao trocar um sistema que utilizavam havia uma década. E, afinal, cinco minutos de funcionamento precário bastam para formar indesejáveis filas, ainda mais num país em que estimados 80% da população frequentam casas lotéricas.

Questões a resolver não faltavam. Antes, em cada agência havia dois equipamentos, um para apostas e outro para os demais serviços, ou “não jogos”. Para se ter uma ideia da grandeza da empreitada, já então eram realizadas anualmente em torno de 3 bilhões de operações, sendo que as apostas respondiam por dois terços desse total. A Caixa optou pela máquina única. Também decidiu, aconselhada pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) a utilizar apenas um fornecedor em telecomunicações, a fim de facilitar o gerenciamento da parceria. A Caixa imaginava gastar R\$ 1,5 bilhão com fornecedores na implantação do sistema próprio de loterias, mas a mudança ficou em R\$ 750 milhões.

Os editais foram lançados entre julho e dezembro de 2004. Em abril de 2005, assinou-se o primeiro contrato e, menos de dois meses depois, todos já haviam sido celebrados, apesar de invariavelmente terem sido alvo de disputas e de ações na justiça. Mesmo assim, em julho daquele ano a Caixa inaugurou o primeiro terminal próprio, para um período de testes, em uma agência no Acre. Ainda no final de 2005 teve início a substituição de 22 mil equipamentos em 9 mil lotéricas espalhadas por 3.500 municípios, enquanto se trocava também a rede de telecomunicações.

Ao mesmo tempo, eram treinados 40 mil funcionários da rede lotérica em todo o país. Em comercial de TV, a atriz Dira Paes informava aos apostadores sobre as mudanças. Em 12 de agosto



de 2006, foi por fim acionado o último terminal próprio – e desligado o último da Getec. Nos meses seguintes, houve a necessidade de se realizar alguns ajustes, mas o saldo se revelou extremamente positivo, em especial porque a complexa operação foi realizada sem que os brasileiros passassem um dia sem poder fazer suas apostas. Os pequenos problemas pós-implantação perduraram somente até o final daquele ano. A partir de 2007, a Caixa tornou-se dona do próprio nariz no que diz respeito às loterias. Nos anos seguintes, advieram a calmaria e a constante quebra de recordes. Em 2009, a Caixa esperava fechar o exercício com um volume de 6,1 bilhões de transações, mas foi surpreendida pelo número de 7,35 bilhões.

Por ocasião da mudança, foram instalados 25 mil terminais, embora antes existissem apenas 22 mil em funcionamento. Além disso, havia dez anos não se abriam novas casas lotéricas. Desde então, outros 6 mil equipamentos foram incorporados ao sistema, totalizando hoje 31 mil unidades, sendo que outras 1,3 mil se encontram em processo de licitação. As agências, por sua vez, já chegam a 10,5 mil. O pedido de abertura de uma lotérica, que antes levava meses, pode ser analisado em apenas 24 horas, enquanto o período decorrido entre a aprovação e a efetiva instalação não vai além de cerca de 60 dias.

O processo de “internalização”, como a ele se referem seus condutores, garantiu à Caixa o controle de seus próprios produtos lotéricos, o que certamente ampliou ainda mais o caráter de transparência e confiabilidade junto aos apostadores. O aumento na arrecadação beneficia não apenas a eles, mas a todos os brasileiros, considerando-se que anualmente a Caixa repassa mais de R\$ 2 bilhões para fins como apoio ao esporte, segurança social, Programa de Financiamento Estudantil (FIES), Fundo Nacional de Cultura e Fundo Penitenciário Nacional.

## A sorte vai até você

A história das loterias no Brasil, conforme se viu neste capítulo, iniciou-se em 1784 com um sorteio realizado em praça pública na cidade de Vila Rica, hoje Ouro Preto, em Minas Gerais. Foi assim por certo tempo, mas depois as apurações lotéricas acabaram por ganhar os gabinetes e se distanciar dos apostadores. Apesar de o primeiro sorteio de uma loteria da Caixa ter ocorrido em 15 de setembro de 1962, passaram-se quase quatro décadas até que se adotasse uma medida que a levaria diretamente para os braços do povo. Também num dia 15, em março de 1980, começaram a circular pelas estradas brasileiras os hoje consagrados Caminhões da Sorte. Recife foi a primeira cidade a receber o caminhão – na verdade são dois, em revezamento, que nestes 30 anos, com uma interrupção de sete na década de 1990, visitaram mais de 1.200 municípios em todo o território nacional, rodando anualmente em torno de 50 mil quilômetros e propiciando a realização, *in loco*, de 700 sorteios a cada temporada.

O Brasil é único país do mundo a realizar sorteios de loteria itinerantes, embora várias nações já tenham manifestado interesse em reproduzir a ideia. A cada nova localidade em que aportam, os Caminhões da Sorte são efusivamente aclamados, recebidos com carreatas, bandinhas e fogos de artifícios. Milhares de pessoas se aglomeram ao seu redor para assistir ao vivo ao hipnótico movimento das esferas das quais sairão as bolinhas numeradas capazes de transformar qualquer um em milionário da noite para o dia, depositárias dos sonhos e esperanças de milhões de brasileiros. Os sorteios realizados em datas especiais têm a apresentação de personalidades do esporte ou da TV e são transmitidos ao vivo, enquanto um habitante local é convidado a acionar o mecanismo que faz girar as esferas.



CAMINHÃO DA SORTE  
Sorteio realizado ao vivo na cidade de Macaé, no estado do Rio.

A realização dos sorteios diante do público por certo aumenta ainda mais a credibilidade das loterias da Caixa, além de estimular o hábito de apostar. Em 2010, entraram em atividade os dois novos Caminhões da Sorte. A exemplo dos anteriores, além do espaço no qual são realizados os sorteios, os novos modelos dispõem de sala de reuniões e de uma agência lotérica, o que significa que as apostas podem ser feitas no próprio local até minutos antes da apuração. Além dos caminhões, os equipamentos do sorteio também foram modernizados e simplificados.

Mas o que move mesmo o apostador são seus sonhos, renovados a cada apuração, de se tornar o próximo milionário da loteria. Ajudam a impulsionar

P. 258 – SONHO QUE SE REPETE  
Apostadores fazem sua “fezinha” em lotérica instalada no saguão da sede da Caixa, em Brasília.

esses sonhos as grandes premiações, como a ocorrida em 7 de outubro de 2010, quando um brasileiro ganhou sozinho – com uma aposta registrada na cidade gaúcha de Fontoura Xavier – o maior prêmio já pago pela Mega-Sena em sorteios regulares, no valor de R\$ 119 milhões. O vencedor anônimo, que retirou o prêmio em outro município, aplicou a bolada em uma Poupança da Caixa, garantindo rendimentos superiores a R\$ 660 mil por mês. O superprêmio, que provocou nova corrida às agências, saiu um mês depois de a Caixa ter celebrado em grande estilo seus 48 anos de controle sobre as Loterias. Uma história de alegrias e de frustrações, de fortunas ganhas e de fortunas perdidas. Mas, acima de tudo, uma história de sonhos.